

No. 5 dezembro 2020



CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



No. 5 dezembro 2020 ISSN 3085-6841
GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA
CONJUNTURA ECONÔMICA **GAACE - UFPA**

Conselho Editorial

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa B. S. Leite

Organizadores

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa B. S. Leite

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico] Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Águida Cristina Santos Almeida (orgs. Do No.) No. 5; EDUFCG; Campina Grande; 2020; p 206.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. Almeida, Águida Cristina Santos. Conjuntura: uma leitura alternativa.

Apresentação

Em sua décima edição, a revista “Conjuntura: uma leitura alternativa” conta com uma seleção de artigos jornalísticos que, no ano corrente, voltaram-se principalmente à análise dos desdobramentos provocados pela pandemia do coronavírus. A pandemia do COVID-19 vem provocando impactos que transbordam, em muito, os limites sanitários. Além do contundente impacto sanitário, a pandemia tem produzido efeitos de grande alcance nas dimensões econômica, política e social, descortinando as desigualdades abissais na distribuição da renda e da riqueza globais, tanto entre os países que compõem o sistema-mundo, quanto no interior da maioria das economias.

Na verdade, são incontáveis as lições que a pandemia vem ensinando, embora os donos do poder político e econômico insistam em ignorá-las. Outro ensinamento trata da centralidade do Estado de bem-estar social e dos sistemas públicos de saúde, sobretudo quando se tem a economia mais rica do mundo liderando o número de óbitos na pandemia.

Desse modo, na sua coletânea de artigos, a décima edição da revista do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica contempla as questões centrais que permearam a conjuntura econômica e política do ano de 2020, nos âmbitos nacional e internacional. Nas reuniões semanais do GAACE, a análise da conjuntura política e econômica é acurada por meio de um conjunto de estratégias na condução das reflexões, tais como: o uso da história, de teorias econômicas da vertente heterodoxa, bem como das contribuições de economistas brasileiros contemporâneos, que são acadêmicos e ocupam papel de destaque na compreensão da dinâmica da economia brasileira, como por exemplo: Laura Carvalho, Esther Dweck, Eduardo Costa Pinto, André Modenesi, Fábio Terra, Paulo Gala, Uallace Moreira, Eduardo Fagnani, dentre outros.

Com a dedicação, esforço e empenho dos alunos e alunas que dão vida ao Grupo, o GAACE comemora o seu décimo primeiro aniversário. É com grande satisfação e contentamento os integrantes do grupo entregam à comunidade acadêmica e à sociedade civil a décima edição de sua revista, fruto de um esforço coletivo, concebida com zelo e responsabilidade.

Com votos de boa leitura!!!!

Professora Águida Cristina S. Almeida

Professora Karla Vanessa B. S. Leite

Campina Grande, 10 de dezembro de 2020

Sumário

Mulheres e a expectativa de paridade de gênero	7
Se o governo é ultra liberal, por que aceitar intervenção do banco central no mercado? Não seria o mercado auto regulado?	11
O coronavírus e a ideologia neoliberal: o que temos para aprender?.....	13
Reflexões de uma professora de economia... em um momento grave, muito grave! .	16
Onde vocês estavam?	19
As doenças infectocontagiosas, quando viram pandemias, desmascaram a lógica injusta, excludente, míope e hipócrita que rege as nações	21
A disseminação do COVID-19 no mundo e a irracionalidade do Presidente do Brasil diante a Pandemia do novo vírus.....	26
A pandemia do coronavírus não será suficiente à retomada de um mínimo de bom senso, coerência, e unidade política no Brasil?	28
Brasil desgovernado: a urgência de medidas econômicas para amenizar os impactos do coronavírus no país.....	32
Economia de guerra.....	34
COVID-19: o que fazer?.....	37
O vírus corona no Brasil e a oportunidade de Jair Bolsonaro executar seu plano de genocídio aos pobres de modo absolutamente exitoso e escancarado	40
A desigualdade no brasil em meio à crise do COVID-19 e pós pandemia	46
A sátira do vírus e despreocupação do presidente brasileiro frente à crise	49
E o que será da combalida educação brasileira na pandemia?	51
Enquanto isso na floresta amazônica	55
A desigualdade em tempos de pandemia	57
O agravamento da vulnerabilidade dos imigrantes em função da pandemia: uma crise humanitária sem precedentes	61
No Brasil de Jair não tem tempo ruim para o vírus corona	63
“E daí” quem não vai conseguir se preparar para o Enem?	67

Cada vida importa, cada vida deveria importar, mas a realidade é bem diferente desse ideal humanista que é belo.....	69
O descaso do governo na gestão do auxílio “emergencial”	78
Desigualdade escancarada: como fica a educação brasileira?	81
A lei Áurea, a falsa libertação e seus impactos 132 anos depois.....	84
(DES)Governo	86
A situação das companhias aéreas e da aviação em meio a pandemia do COVID-19...	89
Os blindados.....	92
Consequências econômicas do Senhor Guedes	95
Pasmem, mas apesar das 32.548 mortes, o Ministério da Saúde de Jair gastou apenas 22% do montante destinado ao combate do vírus corona	100
As mortes por covid, agora são segredo de estado?!	104
Sem investimento público o Brasil retardará a sua saída da crise do COVID-19.....	107
O vírus da antidemocracia	111
Importância da discussão de uma renda básica permanente	114
E sobre doenças que vivemos cercados: por que não voltar para o combate ao câncer?	117
Google com iniciativa jornalística licenciando conteúdos especiais.....	119
A fragilidade da indústria brasileira em meio à crise.....	121
O racismo através da violência policial	123
Uma Luz no Fim do Túnel?	125
O descaso com o meio ambiente brasileiro.....	127
Estados Unidos X China: A Guerra pelo domínio da tecnologia 5G	130
Não há nada tão ruim que não possa piorar	132
Pandemia e saúde mental	134
Afinal, por que o medo da inflação com a nova nota de R\$ 200,00?.....	136
O retrocesso na democratização do ensino superior brasileiro	139
Propostas de reformas que não atendem ao anseio da população	141
Quebrar o piso ou furar o teto? A narrativa fiscal brasileira frente à pandemia de Covid-19	145

Será o fim da era ditatorial na Bielorrússia?	147
Teto Insustentável	149
SUS: como ficam os 80%?	151
Entregue às cinzas	154
O que fazer com os Correios?	156
O governo negacionista	159
A piora nos dados de emprego na pandemia da COVID-19	162
Sobre o crescimento da insegurança alimentar no Brasil	164
Impactos do auxílio emergencial e sua lição para o pós-pandemia	166
A reabertura das escolas no brasil ainda em 2020	169
O fogo da Amazônia	172
Que governo é este?.....	174
O arroz vale mais que eu? ferrou!.....	176
Dom Quixote e a batalha contra os moinhos de vento.....	180
2021 na informalidade.....	182
Donald Trump: um péssimo perdedor?.....	184
O fim do auxílio emergencial e o impacto para a população brasileira.....	186
Biden e China: como fica o brasil no meio de tudo isso?	188
Seria possível existir racismo nesse brasil?	190
Tik Tok é febre na pandemia e problema para o EUA.....	192
O que fazer com o Banco Central?	194
Queda na taxa de juros e seus impactos para a economia	196
Taxa selic e a pandemia da Covid-19.....	199
A que se ordena a política monetária?.....	202
A emissão de moeda sempre causa efeitos inflacionários?	205

Mulheres e a expectativa de paridade de gênero¹

Águida Cristina Santos Almeida²
Cíntia Riquele Bezerra Silva³

A proposta da breve análise de conjuntura é proceder reflexão acerca da previsão de paridade de gênero para as mulheres, através do resultado de um relatório elaborado pelo fórum econômico mundial, englobando 153 países. O quadro de inserção das mulheres nas profissões emergentes mais promissoras é extremamente desfavorável conforme será demonstrado nos dados que serão expostos, com base em um outro estudo que será utilizado. Frente à permanência da profunda desvantagem das mulheres em termos econômicos, políticos, sociais e culturais, faz-se a seguinte pergunta: por que as aspirações das mulheres continuam a enfrentar tantas barreiras na sociedade?

Segundo os dados do relatório do Fórum Econômico Mundial⁴ de 2020 que analisou dados referentes à renda, educação, saúde e política, com base na média ponderada da população, objetivando descortinar a diferença global de gênero, o abismo que separa os homens das mulheres no mercado de trabalho, em termos de oportunidades e vantagens, ainda é intransponível e não tende a se reduzir no século XXI, mas ao contrário, tende a se ampliar. Segundo o relatório, 31,4% é a percentagem global (com base na média ponderada) que falta para atingirmos a paridade de gênero em âmbito mundial o que significa que ainda levaríamos cerca de 257 anos para atingirmos igualdade entre homens e mulheres.

Foram analisados 153 países, até a divulgação do relatório, e nenhum país ainda havia alcançado a paridade de gênero. No ranking com os dez melhores resultados quatro são países nórdicos Islândia, Noruega, Finlândia e Suécia, respectivamente. Em seguida observa-se a presença de um país da América Latina, em quinto lugar, mais precisamente a Nicarágua, e em sexto lugar, a Nova Zelândia. Outros três países da Europa seguem em sétimo, oitavo e nono lugares, que são Irlanda, Espanha e Alemanha, e na décima posição um país africano, que no caso é Ruanda.

As quatro áreas estudadas de performance denominadas são: participação 1) econômica, 2) realização educacional, 3) sobrevivência - saúde e 4) empoderamento político. Ao se observar o gráfico abaixo vê-se a trajetória alcançada em relação às quatro plataformas antes. O subíndice de realização educacional, apresenta uma taxa de 96,1% e saúde-sobrevivência, de 95,7%, os quais exibem os melhores

¹ Artigo escrito em março de 2020

² Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: aalvesmenezes@gmail.com.

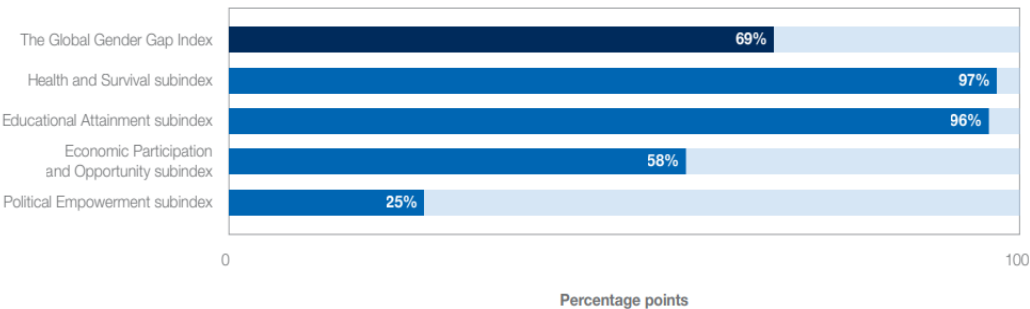
⁴ http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf

resultados e mais próximos de atingirem a equidade de gênero. O que estes índices revelam é o nível de equiparação entre mulheres e homens em relação ao acesso à educação e a saúde.

Em contrapartida o subíndice de participação econômica mostra que a distância entre homens e mulheres permanece enorme, com uma paridade de apenas 58%, e em relação à política e empoderamento, o cenário é ainda pior, dado que a paridade alcançada é de aproximadamente 25%, apenas.

Figure 2 The state of the gender gaps

Percentage of the gender gap closed to date, 2020



Sources

World Economic Forum, Global Gender Gap Index, 2020.

Notes

Population-weighted averages, including the 153 economies featured in the Global Gender Gap Index 2020.

Neste contexto, a representatividade feminina continua em níveis muito baixos. Na Islândia o subíndice de empoderamento político está em 70%, sendo esse o país mais bem colocado no ranking e com mais mulheres em cargos nos parlamentos, ministérios e como chefes de Estado. No mundo, a Islândia constitui o país que conseguiu alcançar o melhor resultado em termos de igualdades entre homens e mulheres, quanto ao subíndice de empoderamento político.

Os dados do relatório considerado só reafirmam como a participação das mulheres nas esferas de decisões continua severamente limitada. Ainda segundo o relatório se considerarmos a soma dos números de cargos ocupados na esfera de decisões nos governos dos 153 países cobertos neste relatório, somente 25% dos 35.127 cargos existentes são ocupados pelas mulheres. E em 45 dos países que compuseram a amostra do relatório, as mulheres ocupam menos de 20%. O cenário é ainda pior em países como Vanuatu e Papua Nova Guiné, nos quais, sequer existem mulheres com participação direta e ativa no espaço político, o qual responde pela tomada de decisões de grande relevância e implicação social e econômica.

Além disso, historicamente, segundo o relatório, nos últimos cinquenta anos, em 85 dos 153 países analisados, nunca houve nenhuma mulher no comando como chefe de Estado. Isto inclui 56% dos

países presentes no relatório, englobando países emergentes e desenvolvidos como Itália, Japão, México, Países Baixos, Rússia, África do Sul, Espanha e Estados Unidos. No caso do Brasil, o subíndice de empoderamento político apresenta a maior disparidade dentre os analisados com uma pontuação de 13,3%, o país ocupa a 104ª posição no mundo. Em junho de 2019, apenas duas posições dos 22 membros na chefia dos ministérios eram ocupadas por mulheres representando apenas 18%.

As mulheres continuam enfrentando barreiras na luta contra a misoginia, muitas vezes dentro da própria esfera política que representa a ala progressista da política. E ao se depararem com os governos que muitas vezes reforçam práticas machistas, sexistas e misóginas, que só contribuem para o retrocesso na luta por igualdade de condições e oportunidades entre os gêneros.

No subíndice de participação econômica e oportunidade, somente 58% do distanciamento entre homens e mulheres foi equiparado, ou seja, basicamente metade. Fazendo um paralelo do referido subíndice entre os dez países mais bem colocados, estes alcançaram 80% de paridade, enquanto os dez últimos países da amostra, registraram paridade econômica de apenas 40%.

O fato de as mulheres se depararem com maiores entraves quando do ingresso no mercado de trabalho, em relação aos homens, só contribui para o aumento da disparidade econômica, o qual reforça o quadro histórico de desigualdade e desvantagem vivenciado pelas mulheres. Essa desigualdade econômica entre homens e mulheres é explicada por inúmeros fatores, estando ligada a persistência no baixo número de mulheres em posições de gestão ou de liderança, estagnação salarial e a falta de acesso ao capital, por exemplo. Tudo isso limita as oportunidades das mulheres, muito precocemente. Esse distanciamento entre homens e mulheres é consequência dos desafios enfrentados pelas mulheres em um sistema que progride dentro dos termos masculinos. Não podemos esquecer que ao ingressar no mercado de trabalho as mulheres têm impedimentos em relação ao acesso às mesmas oportunidades de empregos que os homens.

Neste contexto, foi divulgado um estudo da plataforma LinkedIn⁵ em 2020 acerca das expectativas de ocupação nas profissões emergentes entre homens e mulheres. Segundo a plataforma das oito áreas que mais crescem (Dados e inteligência artificial; Engenharia; Computação em nuvem; Pessoas e cultura; Produção de conteúdo; Marketing; Vendas; Desenvolvimento de produtos). E o quadro se agrava em relação às profissões relacionadas à tecnologia pura, já que a tendência é que a remuneração e a procura seja mais alta nessa área em relação às demais, porém a presença feminina, em média, é de apenas 20%. Assim, a tendência é que o abismo existente a pelo menos 15 anos, como revela o levantamento do LinkedIn, se aprofunde ainda mais.

⁵https://business.linkedin.com/content/dam/me/business/en-us/talent-solutions/emerging-jobs-report/Emerging_Jobs_Report_Brazil.pdf

A questão que permeia a desigualdade de gênero, e se traduz numa abissal desvantagem para as mulheres não é novidade, ao contrário, é histórica e estrutural, e por isso a luta por igualdade de condições e oportunidades é permanente, e marca todo o curso da história. No entanto, apesar de séculos de luta, a ideia que a sociedade evolui para se tornar uma sociedade mais justa ainda constitui uma utopia, dado que as conquistas alcançadas pela luta vêm em conta gotas, e a tendência à ampliação das desigualdades vigora, sob qualquer ângulo que se escolha para estudar. Desse modo, as mulheres jamais devem se iludir com a sensação de que já foram conquistados todos os direitos necessários a uma estrutura social e econômica igualitária em termos de gênero. Na verdade, foram ganhas pequenas batalhas, que estão infinitamente distantes de um quadro minimamente coerente em termos de igualdade entre homens e mulheres. A estrutura social e de poder ainda não permite que as mulheres tenham aspirações que as coloque em pé de igualdade com os homens, em termos de condições, oportunidades, realizações. Ou seja, às mulheres nega-se o desejo de sonhar com poder, glória e dinheiro, os quais permanecem monopolizados pelos homens que ocupam o poder político e econômico do mundo.

Se o governo é ultra liberal, por que aceitar intervenção do banco central no mercado? Não seria o mercado auto regulado?⁶

Ana Carolyn Alves Menezes⁷

Águida Cristina Santos Almeida⁸

Na manhã do dia 12 de março de 2020, o dólar abriu o dia cotado a mais de cinco reais, e ao longo do dia experimentou uma queda na cotação e alcançou a marca dos R\$ 4,84. A cotação reflete o movimento dos mercados, em razão dos potenciais impactos esperados e nefastos na atividade econômica mundial, após a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter classificado o surto com o novo coronavírus em pandemia no dia 11 de março.

A intensidade de alta do dólar nesta quinta diminuiu após o Banco Central anunciar dois leilões extras de venda de dólar em moeda à vista, os quais totalizaram US\$ 2,25 bilhões, e após o Federal Reserve dos Estados Unidos anunciar que ofertará mais US\$ 1,5 trilhão por meio de operações de recompra de títulos, para dar liquidez e alívio aos mercados. O dólar turismo nas casas de câmbio chegou a ser vendido acima de R\$ 5,10, com a cotação para compra em cartão pré-pago superando R\$ 5,30.

O Banco Central já colocou no mercado R\$ 21,8 bilhões em swaps⁹ cambiais desde o mês de janeiro. O professor Mauro Rochlin, da FGV diz que *"É um risco altíssimo, porque, se o dólar dispara, o BC tem de pagar a variação"*.

Se o atual governo que se diz liberal e acredita piamente na capacidade do mercado de se autorregular, como pode explicar as intervenções salvacionistas ao mercado? O mercado não é exemplo de eficiência, ao contrário do Estado, que só atrapalha? Se os representantes do mercado se alinham com a ideologia liberal, porque enxergam de modo tão natural e não contestam absolutamente nada quando o Estado faz política intervencionista-salvacionista. O mercado não se autorregula? E a mão invisível de Smith, fica onde nisso tudo? Num momento como este, as falácias se desmancham e fica bem claro, que o mercado não flerta com o liberalismo, quando a intervenção do Estado ocorre para salvar seu patrimônio (renda e/ riqueza).

⁶ Artigo escrito em março de 2020.

⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: aalvesmenezes@gmail.com.

⁸ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

⁹ Swaps Cambiais: Instrumento que oferece proteção ao mercado contra a alta do dólar. É um contrato que permite operações que trocam indexadores. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/bc-perde-r-22-bi-com-swaps-por-tensao-nos-mercados-e-tem-pior-resultado-desde-dilma.shtml>.

Em contrapartida, a ideologia neoliberal que alimenta o terrorismo em torno do gasto público do Estado e da intervenção estatal na economia, é alimentado quando a ação do Estado se inclina à aplicação de políticas que minorem as desigualdades sociais e econômicas, reduzam a concentração da renda e da riqueza, aja para garantir acesso à saúde e educação públicas, e opere no sentido de garantir e ampliar o conjunto de direitos e garantias sociais à classe trabalhadora. O impressionante, disso tudo, é que a imprensa de massa, convence o povo (que precisa do Estado e de suas políticas, para viver com dignidade), de que realmente a intervenção do Estado é um grande erro e que deve ser banida. Ou seja, as ideias têm um poder imenso na sustentação da estrutura de poder vigente.

Vale lembrar que no início de 2016 milhões de brasileiros foram às ruas protestar para que a até então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, deixasse a presidência. Com discursos como “Fora, Dilma! Devolve meu dólar a 1,99” e “Fora, Dilma, eu quero ir pra Disney!”. Naquele momento, a imprensa de massa incutiu nas cabeças das pessoas que a subida do dólar se devia a figura da presidenta, que já não exprimia confiança ao mercado e aos investidores. Assim, a imprensa de massa, passou a defender que simplesmente destituindo a presidente do cargo, a economia voltaria a operar de modo saudável, o crescimento econômico seria retomado e isso faria a cotação do dólar arrefecer.

O fato é que estamos em 2020, Dilma não é mais a presidente do país desde 2016, e o Partido dos Trabalhadores, que era tido como o grande vilão da nação, não é o partido do atual presidente, e não era o partido do Michel Temer, que assumiu o cargo da Dilma, após sua deposição, e em pouco menos de quatro anos após seu impeachment, o dólar ultrapassou a marca dos R\$ 5, e o crescimento econômico não foi retomado, os empregos não vieram, e a prosperidade vira uma ilha cada vez mais distante do território brasileiro. É nítido que as pessoas que outrora ocuparam as ruas em protesto em 2016 foram, no mínimo, enganadas, ao acreditar que um impeachment melhoraria vossa situação e que o Partido dos Trabalhadores figurava de fato, como o vilão a ser destruído, e que a corrupção era de fato o principal problema do Brasil.

Hoje, os que estão no poder, governam para os ricos (que representam não mais que 10% da população brasileira), e o projeto de retirada de direitos, garantias constitucionais segue em marcha e põe em risco a vida de boa parte da população atual e das gerações futuras que virão a nascer nas próximas décadas. O ministro da Economia Paulo Guedes, chegou a afirmar que o dólar alto é positivo, porque quando estava barato demais até empregada doméstica estava indo para Disney e estava uma “festa danada”, e aí vemos o sentimento de desprezo, desdém, hostilidade que o ministro sente pela classe trabalhadora, porque é exatamente isso que as empregadas domésticas são, parte da classe trabalhadora, e por isso a elas não deve ser negado o direito de serem respeitadas e de viverem com dignidade. Diante de tudo que já aconteceu depois do impedimento da presidente Dilma, ainda é muito difícil enxergar quais são os verdadeiros inimigos e vilões da pátria e principalmente do povo?

O coronavírus e a ideologia neoliberal: o que temos para aprender?¹⁰

*Karla Vanessa B. S. Leite*¹¹

Desde o final dos anos 1980, a ideologia neoliberal, marcada pelas instruções derivadas do Consenso de Washington, vem determinando o que seriam as boas instituições e práticas para os países em desenvolvimento. Essas boas práticas passariam por enxugamento do tamanho do Estado, privatizações e desmonte do sistema de proteção social. De lá para cá, os governos de tais países, em graus distintos, aderiram a essa ideologia com o aval das teorias econômicas ortodoxas e dos economistas neoliberais.

O papel do Estado na economia vem sendo objeto de discussões entre os especialistas, desde a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Se, por um lado, havia a defesa de um Estado mínimo que deveria se encarregar de prover infraestrutura, segurança e garantir a propriedade privada, por outro, predominava a ideia de que ao Estado caberia importante papel na promoção do crescimento econômico e na redução das desigualdades geradas pelo capitalismo.

Para a grande maioria dos países subdesenvolvidos, a adesão às práticas neoliberais – que, saliente-se, não foram adotadas pelos países desenvolvidos – implicou o paulatino desaparecimento do frágil e estreito Estado de bem estar social que se conseguiu erguer. Os princípios do individualismo e da meritocracia ganharam cada vez mais espaço. A ideia – errônea – de que o capitalismo geraria harmonia social e os mercados se auto equilibrariam foi sendo colocada à prova, a cada nova crise, independente da sua forma de manifestação (econômica, financeira, social). Contudo, a ‘esquizofrenia’ característica da teoria dominante não permitiu que seus adeptos pudessem fazer reflexões críticas sobre o comportamento desigual e a dinâmica do capitalismo. Esse mesmo processo de “esquizofrenia” que se verifica desde fins do século XX e início do XXI, ocorreu também na segunda metade do século XIX e início do século XX, até colapsar o sistema com as duas guerras mundiais e a grande depressão dos anos 1930.

No Brasil, desde 2015 e com mais força a partir de 2016, a doutrina das finanças saudáveis (caracterizada pelo que se convencionou chamar de “austericídio”) repete, quase como um mantra, que o Estado precisa cortar gastos, que o ajuste fiscal precisa ser feito, que o teto de gastos precisa ser aprovado (e, agora, mantido a qualquer preço), pois, sem isso não se recuperaria a confiança do mercado e os empresários não voltariam a investir. Pois bem, a despeito das reformas liberais aprovadas e em curso, o

¹⁰ Artigo escrito em 17 de março de 2020.

¹¹ Professora Adjunta III da UAECN/UFCG e Tutora do PET – Economia.

investimento privado ainda não apareceu. Além disso, sobre quem recai o peso do corte de gastos e do ajuste fiscal, a história – único laboratório disponível para os economistas – já está mostrando: as classes menos favorecidas e mais vulneráveis.

É importante lembrar que países como, por exemplo, Inglaterra, Estados Unidos, Coréia do Sul e Japão se industrializaram e alcançaram os níveis de crescimento e, em algum grau, de desenvolvimento econômico utilizando práticas, políticas e instituições diferentes das propostas pelo liberalismo Smithiano e sua nova roupagem (o neoliberalismo). Diante disso, por que seguir essa cartilha? Qual a lógica em perder soberania nacional, proteção social e não experimentar crescimento econômico considerável com inclusão e distribuição de renda? Que tipo de trajetória de crescimento tais políticas impuseram ao Brasil, por exemplo?

Nos últimos anos, seguindo essa lógica, estamos vendo um desmonte das Universidades públicas, principais responsáveis pela pesquisa científica no país (mais de 90% da pesquisa acadêmica do país e mais da metade da América Latina), e um claro processo de desindustrialização. Como se não bastasse, a indústria brasileira, que já não era referência em produção de bens e serviços de alto valor agregado, está estagnada. Cada vez mais estamos nos especializando em produzir e vender para o mundo produtos primários, o que, segundo o norueguês Erik Heinert, especializa os países pobres em permanecerem pobres. E quais as consequências desse processo de desindustrialização?

O que os países desenvolvidos nos ensinaram – e devíamos ter aprendido – é que sem indústria não há muitas alternativas para um país. Sem o conhecimento, a pesquisa e a ciência as possibilidades de atuar em boas posições nas cadeias globais de valor são diminutas. Sem um Estado que coordene a industrialização, tendo como foco o crescimento e desenvolvimento da nação, não há mercado eficiente que o consiga fazer.

E o coronavírus? O que podemos aprender com essa triste e trágica pandemia, que só está começando? Primeiro, para aqueles que conseguem refletir para além das amarras ideológicas, o neoliberalismo e suas orientações estão sendo “derretidos”. Países como Espanha já estão nacionalizando hospitais para dar conta do atendimento aos inúmeros casos dos infectados pelo novo vírus. Governos, de orientações distintas, ao redor do mundo estão injetando bilhões nas suas economias para evitar o colapso. Além disso, nos países que não contam com um sistema de saúde universal, como os EUA, as fragilidades estão sendo expostas.

No Brasil, a precarização das relações de trabalho, os empregos informais e sem garantias e a destruição da proteção social deixam muito claro que, até mesmo em uma situação grave como essa, quem está em condição vulnerável não tem escolha e experimentará uma profunda piora na condição social e econômica, que está quase no limite de colapso. Em um país de dimensões continentais, os abismos de renda precisam ser reduzidos, as condições socioeconômicas precisam ser melhoradas em larga escala.

Não podemos permitir e naturalizar que esse ou os demais vírus que ainda vão aparecer escolham, pela sua condição social e pela falta de acesso ao atendimento básico de suas necessidades (como, por exemplo saneamento básico), quem vai morrer.

A saúde coletiva precisa ser priorizada, urgentemente, sob pena de não termos condições de atender a uma demanda crescente, em um cenário tão grave. Não podemos permitir o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS)! Políticas públicas para saúde são tão urgentes quanto necessárias. Se não pudermos oferecer, minimamente, saúde de qualidade a todos, todos estaremos em risco. Essa pandemia nos mostrou isso e está abrindo uma possibilidade de trazer importante aprendizado à humanidade. Talvez, e com sorte, serão desmontadas as falácias que sustentam as ideologias da meritocracia e do individualismo.

Nada disso pode ser feito, entretanto, dentro da lógica neoliberal. Não existe agente econômico capaz de assumir esse papel, se não o Estado. Precisamos investir em saúde, educação, infraestrutura, acumular conhecimento. E isso não cabe dentro do teto de gastos, não cabe nos modelos da teoria econômica dominante. Como cientistas, precisamos rever essa teoria, seus modelos, sua validade e seus efeitos deletérios sobre a população, que estão cada dia mais evidentes. Como disse Kalecki¹², “*a ignorância obstinada geralmente é uma manifestação de motivações políticas subjacentes*”.

A essa altura, está claro que as economias de todos os países serão afetadas. O grau em que isso ocorrerá dependerá, e muito, da reação e da direção das políticas econômicas. Se estivermos dispostos, temos muito o que aprender com essa situação que o mundo vivencia e que não tem fim anunciado. O mercado, nem agora e nem antes, não conduz ao equilíbrio e ao pleno emprego de recursos; tampouco tem freios próprios para conter as crises. Como me disse uma sábia amiga e colega de profissão¹³, “*o coronavírus está desmanchando as falácias que sustentam essa ideologia irracional e desumana*”. E o que iremos aprender?!

¹² Michail Kalecki. Aspectos políticos do pleno emprego. Palestra dada à sociedade Marshall, Cambridge, 1942.

¹³ Professora Dra. Águida Cristina dos Santos Almeida (UAECON/UFCG), a quem agradeço pelos valiosos comentários, isentando-a da responsabilidade sobre o texto.

Reflexões de uma professora de economia... em um momento grave, muito grave!¹⁴

Karla Vanessa B. S. Leite¹⁵

Sei que muitos não entendem de economia, o que é normal, já que o economês e a falta de democratização dificultam o acesso à nossa ciência. Entre tantas notícias que estou lendo, nesse momento, uma me chamou atenção: um ex-diretor do FMI, Kenneth Rogoff, defensor da austeridade fiscal e das finanças “saudáveis” (criticado, em 2008, por defender tais argumentos em meio à crise do *subprime*), afirmou que os países precisam gastar como se estivéssemos numa guerra, emitindo moeda e se endividando. Ontem (24/03), o FED (Banco Central Americano) emitiu um comunicado informando que emitirá moeda e comprará títulos para financiar empresas, governos, famílias (o que, em tempos normais, não é função de um Banco Central), agindo para evitar o que pode ser a pior crise americana, pós Segunda Guerra Mundial. O governo americano aprovou a injeção de mais de US\$ 1 trilhão de dólares na economia.

Teoricamente, faço parte de um grupo de economistas heterodoxos, progressistas, keynesianos, desenvolvimentistas que, embora não seja homogêneo, nega, veementemente, a capacidade de o mercado de se autorregular, de conduzir a economia ao equilíbrio com pleno emprego de recursos e fazer a alocação e distribuição mais eficiente dos mesmos. Acreditamos que o Estado, entre outras coisas, tem um papel estabilizador e que a política fiscal deve ser utilizada para gerar emprego e reduzir desigualdades, em um sistema no qual o conflito distributivo é inerente.

Pois bem, sabe quando estamos “certos”? Nas crises! Nas crises, todos se tornam keynesianos e apelam para o papel do Estado, pois os mercados se mostram incapazes de resolver os problemas e as teorias incapazes de explicar a realidade e fornecer soluções. Em tempos normais, impera o *mainstream*, a teoria econômica que dominou o cenário pós anos 1980, a teoria neoliberal das instituições de Washington, que afundou os países em desenvolvimento e que sugere políticas econômicas opostas àquelas que os países desenvolvidos e industrializados (pré e pós II Guerra Mundial) usaram para se desenvolver.

Nesse momento, tão crítico e grave, é importante fazer algumas reflexões à economia e sociedade brasileiras. De forma sintética, penso que:

1. Antes de tudo, é preciso saber que esse governo é para GRANDES empresários;

¹⁴ Artigo escrito em 25 de março de 2020.

¹⁵ Professora de economia da UFCG. Tutora do PET/Economia da UFCG.

-
2. Por que o Presidente da República aparece em rede nacional minimizando, de maneira completamente irresponsável, a gravidade dessa pandemia? Bem, primeiro para atender aos grandes empresários, e seus interesses, que o pressionam por estarem com suas enormes margens de lucro “ameaçadas” e não se importarem com o que acontecerá com os mais vulneráveis (vide declarações recentes de empresários brasileiros). Em segundo lugar, o discurso aparece como sendo oportunista, pois, caso consigamos (com as medidas restritivas que vem sendo adotadas pelos governadores) achatar a curva e evitar o contágio em massa, o presidente se exime da responsabilidade e ‘ratifica’ o discurso da ‘gripezinha’;
 3. O governo e a equipe econômica não têm planos de combate à pandemia e de recuperação da economia, especialmente quando se compara com o que o mundo está fazendo;
 4. Dado que 1 é verdade, todas as medidas anunciadas ou tentadas até agora são para salvar as empresas (lembrem-se: prioritariamente, as grandes);
 5. A equipe não tem proposta de socorro aos trabalhadores informais e precarizados, que somam mais de 40% da população empregada (lembrem da reforma trabalhista, da terceirização irrestrita e da reforma da previdência aprovadas para e pelos interesses dos empresários?);
 6. Para os trabalhadores formais, de maneira cruel e covarde, as propostas passam por reduzir salário, permitir demissão, o que só tende a agravar a situação;
 7. Para os servidores públicos, a proposta é aproveitar o momento, também de maneira covarde, para confiscar parte do salário, com a justificativa de que isso é importante para angariar recursos necessários ao combate à pandemia. O argumento não poderia ser mais enganoso! Nesse ponto, é oportuno pensar que há uma grande chance desse confisco não ser devolvido com a justificativa de, “passada a pandemia, é preciso ajustar as contas do governo”. Como sempre, o ajuste é colocado na conta dos trabalhadores (públicos e privados);
 8. Não precisa ser gênio para, considerando 6 e 7, saber que isso implica redução de renda, de consumo e de demanda. E para que mesmo que se produz? Para vender, não é?
 9. Também por 6 e 7 fica claro saber quem vai ganhar com isso: os bancos (que já ganham demais), pois as famílias brasileiras, já endividadas, correm o sério risco de se endividar ainda mais;
 10. Como o governo e a equipe econômica não tem, minimamente, um plano de recuperação econômica pós pandemia (no mundo, já se fala na necessidade de um segundo plano Marshall), a recessão que vai acontecer (mesmo nos países desenvolvidos isso já é tido como certeza), em uma economia que já estava estagnada, pode ser muito grave. E, se a loucura do “austericídio” continuar a ser o norte da política econômica, não dá nem para mensurar o impacto disso para a classe média (que já vem passando por um processo de empobrecimento, no mundo todo), para

os pobres e miseráveis. Os super ricos? Os grandes empresários? Não se preocupem! O governo está cuidando de garantir que vocês não precisem oferecer sua “parcela de contribuição”.

Não tenho todas as respostas para tantos questionamentos (nem meus e nem das outras pessoas) que devem existir sobre “o que fazer agora” e “como resolver as coisas”. Mas, minha formação permite que consiga fazer algumas reflexões teóricas e práticas que apontam alguns caminhos e possíveis soluções, onde o custo (da relação custo benefício, já que nenhuma política econômica traz só benefícios) não recaia apenas sobre os trabalhadores, sobre os mais vulneráveis econômica e socialmente. Por fim, não é torcer contra, não é esperar que algo dê errado (e já está dando, há muito tempo). É simplesmente olhar para o único laboratório disponível para o cientista econômico: a história!

Onde vocês estavam?¹⁶

Karla Vanessa B. S. Leite¹⁷

Parece que estamos presos em um ‘show de horrores’. Assistimos, todos os dias, milhares de pessoas morrerem, ao redor do mundo, vítimas do coronavírus. No mundo todo, os países estão isolando as pessoas e ‘parando’ as economias, ao impor quarentenas restritivas para tentar evitar, com base no conhecimento científico e no exemplo dos que já estão convivendo há mais tempo com o vírus, sobrecarregar seus sistemas de saúde e que mais pessoas morram.

Para a minha surpresa, embora não devesse ter mais esse sentimento, hoje, abro os jornais e me deparo com uma campanha do governo federal para que a economia não pare, pois o “Brasil não pode parar”. Mais surpreendente ainda foi ver o apoio de inúmeras pessoas a essa campanha irresponsável e que coloca em risco a vida de milhares de brasileiros. De uma hora para outra, surgiram pessoas preocupadas com a economia, com o desemprego, com o seu João da esquina que é autônomo, com o pipoqueiro, o pedreiro. O que essas pessoas vão fazer se não podem sair de casa para ganhar o pão de cada dia? O que vai ser dos desempregados que a quarentena vai gerar, já que vai parar a economia? Perguntam-se, indignados com os governadores, com a esquerda, com quem está contribuindo para gerar a crise (mas não com o presidente e sua equipe “técnica”).

Diante disso, vários questionamentos borbulham na minha mente, mas o principal deles é: onde vocês estavam? Onde vocês estavam quando, em 2019, a Organização das Nações Unidas noticiou que o Brasil voltou para o mapa da fome? Onde estavam quando o governo federal cortou milhares de beneficiários do Programa Bolsa Família, programa que transfere um mínimo de renda para que as pessoas não morram de fome? O que vocês estavam fazendo quando a concentração de renda estava crescendo a passos largos, tornando o Brasil um dos países mais desiguais do mundo? E, em 2017, quando foi aprovada a Lei da Terceirização? Onde estavam quando, também em 2017, foi aprovada a reforma trabalhista? Onde vocês estavam quando, em 2016, foi aprovada a EC 95, a famigerada emenda do teto de gastos? Onde estavam, quando em 2019, foi aprovada a reforma da previdência? Vocês fazem alguma ideia do que isso significou para a vida de milhares de brasileiros, os quais, agora, oportunamente e de forma hipócrita, vocês fingem se preocupar? E mais: vocês lembram o que estavam fazendo no dia 28 de outubro de 2018?

Como vocês estão muito preocupados com a situação econômica, vamos conversar um pouco sobre economia. Primeiro, a economia brasileira já estava estagnada, antes do coronavírus se tornar

¹⁶ Artigo escrito em 27 de março de 2018.

¹⁷ Professora de economia da UFCG.

pandemia. Lembrem que, em 2019, nosso Produto Interno Bruto (PIB) cresceu irrisórios 1,1%, a despeito das reformas aprovadas e da política econômica neoliberal? Entendam que a recessão das economias do mundo todo já é um fato e, sabendo disso, diferente do Brasil, os demais países (vejam o exemplo dos EUA!) estão adotando medidas expansionistas e abandonando o discurso de austeridade fiscal.

A recessão ser um fato, no entanto, não significa que não devemos nos preocupar com ela, que não será uma situação grave. Mas, para a tranquilidade de vocês, economistas (ao menos aos que acreditam nas crises e na incapacidade de o mercado resolvê-las) estudam as crises econômicas, há séculos. Que tal vocês lerem um pouco sobre o que foi o Plano Marshall? Desde já, é possível adotar medidas de contenção dos efeitos da desaceleração brusca que está por vir. E quem deve adotar tais medidas? O Estado. Aqui, temos um problema: vocês não gostam da interferência do Estado na economia, salvos os casos em que os interesses de vocês estão em jogo. Nesse ponto, tenho uma “novidade” que os entristecerá: é o Estado o principal agente capaz de recuperar economias devastadas (embora não seja essa sua única função). Sejam curiosos e saiam da sua zona de conforto, deem uma olhada no que está sendo feito nas principais economias e, talvez, vocês entenderão isso.

Para terminar, vou dizer a vocês onde eu estava: lutando contra tudo aquilo que vocês foram favoráveis: teto de gastos, terceirização, reformas trabalhista e da previdência etc. E sabem por quê? Porque: i) não acredito na agenda econômica que une direita e extrema direita; ii) não é possível, olhando em uma perspectiva histórica, que alguém acredite no capitalismo como um sistema que gera harmonia social, desde que o Estado não interfira; iii) apertar o cinto dos trabalhadores deixando o caminho livre para que os empresários ajam sozinhos, não me parece o caminho de uma sociedade justa; iv) não acredito na austeridade fiscal como norte de política econômica; v) não acredito que o emprego sem direitos seja melhor que direitos sem emprego; vi) acredito no papel do Estado como promotor do crescimento econômico e da redução das desigualdades sociais. Esses são apenas alguns ‘porque’; existem outros, mas, por hora, esses bastam.

Por fim, vou ousar deixar uma reflexão, embora eu saiba que pensar com empatia não seja o forte de todos. Vi, na rede social de um colega de profissão, uma frase que me chamou muita atenção: *“quando a economia for maior que a humanidade, a humanidade morreu”*. Dito isso, vou encerrar com outra pergunta: por que vocês fazem isso? Qual o prazer em fingir preocupação com o semelhante, apenas quando é oportuno e para defender o indefensável? Está muito difícil entender e defender a humanidade... as reflexões e questionamentos fervilham na minha mente, mas, nenhuma delas é feita sem dor.

As doenças infectocontagiosas, quando viram pandemias, desmascaram a lógica injusta, excludente, míope e hipócrita que rege as nações¹⁸

Águida Cristina Santos Almeida¹⁹

Escolhi como tema de tese, analisar os efeitos de uma política de transferência de tecnologia para a cadeia farmacêutica nacional, lançada pelo Governo Federal em 2009, e batizada em 2012 como Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo. O objetivo da política é empregar o poder de compra do Estado como instrumento para fomentar contratos de transferência de tecnologia entre os laboratórios privados (nacionais e estrangeiros) e os laboratórios públicos, para uma gama de produtos necessários ao atendimento da demanda por saúde, via SUS, como por exemplo, vacinas, medicamentos e outros produtos de saúde. Com isso, se nacionalizaria a produção de um conjunto importante de bens imprescindíveis ao atendimento dos serviços de saúde, atacando o crônico e crescente déficit da balança comercial de saúde.

Ao desenvolvimento da pesquisa, recapitulei a história da cadeia farmacêutica nacional e percebi que a construção de competências nacionais por meio da criação de laboratórios públicos, foi ensejada pelas epidemias causadas por doenças infecto contagiosas, no final do século XIX e início do século XX. Ou seja, a cadeia farmacêutica nacional, mais precisamente a rede pública de produção farmacêutica brasileira, criou e acumulou competências ao longo do tempo na área de imunização e sorologia. Em razão disso, o país produz 80% das vacinas ofertadas via SUS, compondo a Política Nacional de Imunização (PNI), consolidada nos anos 1980 e considerada uma política de referência mundial, dado o abrangente grau de cobertura em termos da variedade de vacinas que comporta, bem como do abrangente contingente populacional que atende.

Em contrapartida, as filiais de laboratórios internacionais (norte americanos e europeus, principalmente) ocuparam boa parte da produção nacional de medicamentos, provocando um processo de desnacionalização da indústria farmacêutica nacional, que transcorreu ao longo do século XX e se estende agora no século XXI. O problema é que essas filiais estrangeiras concentram a produção apenas das últimas etapas da cadeia farmacêutica aqui no país, de modo que o Brasil possui enormes gargalos nas fases de P&D e na produção de farmoquímicos (matéria-prima à produção de medicamentos), ou seja, as etapas de maior valor agregado e que gera os postos de trabalhos de melhores salários e especialização.

¹⁸ Artigo escrito em março de 2020

¹⁹ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

Quando os laboratórios públicos ingressaram na produção de medicamentos, fizeram isso apenas para os medicamentos de baixa intensidade tecnológica, para atender as demandas da atenção básica. Então, os medicamentos com intensidade tecnológica maior, para tratar doenças crônicas, de maior valor agregado, foram muito prematuramente monopolizados pelos laboratórios estrangeiros.

Na década de 1970 houve um esforço de reverter o processo de desnacionalização da cadeia farmacêutica nacional e consolidar uma Política de Assistência Farmacêutica Nacional, num arranjo em que os medicamentos que comportariam a assistência farmacêutica seriam produzidos no Brasil e pela rede pública de produção farmacêutica. Nos anos 1980, o esforço empreendido em termos de política buscou atenuar a dependência de importação de farmoquímicos, ampliando a produção em território nacional de matérias-primas à produção de medicamentos. Ambos os esforços antes mencionados foram abortados e abandonados nos anos 1990, quando a ideologia e as políticas neoliberais adentraram no Brasil, e uma das idéias defendidas por esse receituário era a de que “a melhor política industrial é não ter política industrial”.

As práticas oriundas da ideologia neoliberal ampliaram ainda mais a desnacionalização e desmonte da cadeia farmacêutica nacional e mais uma vez fracassou o esforço de consolidar uma Política de Assistência Farmacêutica nos moldes da Política Nacional de Imunização. Ou seja, o Brasil entra nos anos 2000 sem garantir o acesso gratuito a boa parte dos medicamentos que tratam doenças crônicas, auto-imunes, bem como outros tipos de doença prevalentes no mapa epidemiológico nacional. E foi justamente nas últimas décadas do século XX que o perfil epidemiológico brasileiro sofreu uma profunda mudança, em razão do crescimento das doenças crônicas²⁰, que eram mais prevalentes nos países mais desenvolvidos.

No período dos governos do PT (Lula e Dilma) retomou-se o esforço de consolidar uma estratégia de política industrial à cadeia farmacêutica nacional (privada e pública), bem como uma Política de Assistência Farmacêutica, que garantisse acesso a medicamentos estratégicos, de alto conteúdo tecnológico e valor, acessados basicamente por meio de importações. Ou seja, o objetivo de conectar uma estratégia de política industrial com uma estratégia de assistência farmacêutica era imprimir um caráter sistêmico à política na área de saúde, demonstrando que o enfrentamento à inacessibilidade de

²⁰As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são a causa principal de mortalidade e de incapacidade prematura na maioria dos países de nosso continente, incluindo o Brasil. Este fenômeno, denominado “transição epidemiológica”, ocorre devido à mudança do padrão de mortalidade que afeta a população. Anteriormente, no início do século passado, às doenças infecciosas eram as que mais levavam ao óbito (~ 50%) enquanto que hoje, com as melhorias de condições sócio-econômico-culturais, a mortalidade é preponderantemente consequência das doenças crônicas não transmissíveis. As doenças de maior impacto para a saúde pública são: 1º) as doenças cardiovasculares, 2º) o câncer, particularmente o cérvico-uterino e o de mama em mulheres e de estômago e pulmão nos homens, 3º) o Diabetes Mellitus, e 4º) as Doenças Respiratórias Crônicas (Retirado da página: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=569:conceito-doencas-cronicas-nao-transmisiveis&Itemid=463).

medicamentos por parte expressiva da população brasileira, passa pela questão da produção e da urgência de consolidar uma produção nacional na área de medicamentos. Pois bem, com o impedimento da Presidente Dilma, boa parte desse esforço de política já foi abandonado, distorcido, estorvado.

Então ao retomar a história da cadeia farmacêutica brasileira e detectar a dificuldade em consolidar uma Política de Assistência Farmacêutica, assentada num projeto de produção nacional, como é o caso da Política de Imunização dois diagnósticos gerais emergiram: em primeiro lugar, a produção de uma série de vacinas não levanta o interesse econômico dos grandes laboratórios estrangeiros, dado o ínfimo valor econômico que possuem. Com isso, a produção pública de inúmeras vacinas não gera conflito de interesses com a produção privada, à exceção das vacinas mais recentes, produzidas com tecnologias mais avançadas, com alto custo e valor agregado. Desse modo, o esforço do Estado brasileiro em consolidar uma Política Nacional de Imunização de reconhecimento mundial, não se deparou com uma resistência tão grande por parte da produção farmacêutica privada (nacional ou estrangeira).

Em compensação, não se deve inferir que o baixo interesse econômico do privado à produção de parte considerável das vacinas do calendário nacional de imunização explica em termos absolutos o êxito do Estado brasileiro na consolidação desse projeto. Em grande medida, a construção de uma política exitosa para doenças infectocontagiosas é explicada justamente pelo caráter contagioso das doenças infectocontagiosas, as quais não discriminam as pessoas pela raça, poder aquisitivo, religião ou qualquer outro atributo que resulta em segregação socioeconômica/cultural, como é o caso da meningite, poliomielite, dentre outras. É lógico que condições insalubres de vida e de habitação aumentam as probabilidades de adoecimento por doenças contagiosas. Contudo, as doenças contagiosas não ficam confinadas somente nas periferias, contaminando apenas os mais pobres e vulneráveis.

E aí eu adentro na segunda explicação de o porquê o Brasil ainda estar tão distante de consolidar uma Política de Assistência Farmacêutica, que garanta acesso irrestrito e equânime aos medicamentos demandados no exercício médico via SUS, sobretudo ofertados por meio de produção farmacêutica nacional e pública. A explicação é que as doenças crônicas são contraídas principalmente em função do estilo e hábitos de vida e de alimentação, e diferente das infectocontagiosas são não transmissíveis.

Deixando o mundo de lado e pensando no Brasil, sabe-se que o percentual de hipertensos, diabéticos, obesos e pessoas com sobrepeso é expressivo e esse quadro vem se ampliando ao longo das últimas décadas. Sabe-se que as doenças antes citadas são graves, dada sua influência na causa de outras doenças graves (como por exemplo, câncer, infarto, etc.), em razão também do seu impacto negativo na expectativa de vida, na qualidade vida dos que são acometidos por tais doenças. Contudo, as políticas públicas para controle dessas doenças e os esforços em termos de assistência farmacêutica, para garantir acesso irrestrito e indiscriminado aos medicamentos necessários aos tratamentos, ainda são brandos e

estão muito aquém do que deve ser feito em termos de arranjo de política pública e dos valores que devem ser gastos todos os anos, ao alcance da mitigação e controle efetivo de tais doenças.

Todavia, as doenças crônicas deixam em livre exercício o aspecto egoísta, individualista, e excludente do modelo de acumulação que estamos mergulhados. Pois, embora os dados epidemiológicos denotem o caráter social e sistêmico das doenças crônicas, dado o significativo contingente populacional que padecem de tais doenças, o fato de elas não serem transmissíveis, faz com que cada membro da sociedade que padeça de uma destas doenças, em grande medida, tenha acesso a tratamentos e remédios na medida do poder aquisitivo que dispõe e da classe social que integre. É mais ou menos assim: embora o problema das doenças crônicas seja social e sistêmico, o fato de não serem transmissíveis, faz com que a doença seja individual, ou seja, a doença é de cada um, a doença é “culpa” de cada um que dela padece. Não estou negando que haja esforços de políticas públicas para esse conjunto de doenças, mas que os esforços do Estado ainda estão muito aquém do necessário para um combate efetivo e eficaz de tais doenças, e isso decorre do fato de elas não serem contraídas por contágio.

Além disso, os medicamentos que tratam tais doenças (doenças do aparelho circulatório e câncer, por exemplo) são os mais caros, de maior conteúdo tecnológico e sustentam boa parte da receita e dos lucros dos grandes laboratórios internacionais. Com isso, o embargo dessas empresas, a uma estratégia de política industrial nacional por parte de um país como o Brasil, não é trivial e a barreira política a ser derrubada é considerável.

Numa das conversas com minha orientadora, quando estava escrevendo a tese, falei, sabe porque a política de assistência farmacêutica não vira uma realidade no Brasil? Então respondi, porque câncer, diabetes, hipertensão não são contagiosas, e em razão disso, a elite desse país jamais irá permitir que o SUS gaste uma fortuna em medicamentos para atender as necessidades dos mais pobres. Lamentei não poder escrever isso na tese, porque foi uma constatação dura, mas muito verídica com base em tudo que foi lido e pesquisado na época. Não é a toa que parcela expressiva dos gastos do SUS com medicamentos é oriunda do processo de judicialização, que exclui os mais pobres dessa via de acesso, tendo em vista sua inacessibilidade ao Judiciário.

A pandemia do coronavírus me fez retomar essas ideias ao escancarar a hipocrisia que impera nas estruturas que sustentam o poder político e econômico do mundo. Praticamente todas as nações da economia-mundo, principalmente as nações mais atrasadas, acumulam uma quantidade infundável de problemas de saúde pública. Problemas tais que são grandes e que acometem parcela considerável das populações desses países. Por exemplo, a Organização Mundial da Saúde regularmente divulga estudos denotando que parcela expressiva da população mundial ainda não tem acesso aos medicamentos e vacinas básicos; os governos também sabem que a prevalência de doenças crônicas só cresce ao longo das últimas décadas e que as mesmas possuem conseqüências nefastas nas vidas pessoas que padecem de

tais doenças, é de vasto conhecimento também que o sistema de saúde dos Estados Unidos é quase em sua totalidade privado e que o acesso a tal sistema é caro.

Ou seja, as nações, em sua quase totalidade, vivem mergulhadas em graves problemas de saúde pública. Contudo, como o câncer é de cada um, a hipertensão é de cada um e cada uma das doenças crônicas é de cada um dos “azarados” que a contraíram e irão morrer em consequência disto, é necessário um vírus altamente contagioso, perigoso, que ultrapassou as fronteiras de cada país do mundo, para que os governos e os povos compreendam a centralidade dos sistemas nacionais de saúde, para que se retome uma ideia que vem sendo largamente desconstruída, desde que a ideologia neoliberal vem ocupando os espaços, que consiste na relevância dos países possuírem sistemas de saúde pública, dado que o acesso à saúde de qualidade deve ser integral, equânime e universal, porque todos devem ter esse direito. Enfim, a pandemia do coronavírus está descortinando a farsa que constitui a ideologia neoliberal e auxiliando na reconstituição de valores humanistas, universais. Restaurando a noção do papel central e ativo do Estado, com políticas sociais, industriais, de C&T, de educação e de saúde universais. Por seu turno, a pandemia do coronavírus está recolocando algumas coisas importantes em seu devido lugar, a um custo econômico, social e humano imensurável. É lamentável como os homens que detêm o poder político e econômico do mundo não aprendem com a história, e por isso as tragédias se repetem e assim continuará sendo, enquanto a espécie humana não se respeitar, nem respeitar o meio ambiente, nem que seja minimamente.

A disseminação do COVID-19 no mundo e a irracionalidade do Presidente do Brasil diante a Pandemia do novo vírus²¹

*João Victor Silva Barros²²
Águida Cristina Santos Almeida²³*

Desde a descoberta da COVID-19 em dezembro de 2019 na China, a Organização Mundial da Saúde (OMS) começou a alertar sobre o tal vírus, o qual poderia ter uma grande facilidade de disseminação. Por ser até então uma doença nova, não se sabia quase nada sobre ela, então as consequências que ela poderia causar a saúde das pessoas ainda eram uma incógnita a ser pesquisada e descoberta. Diante as várias pesquisas que foram e estão sendo realizadas por diversos cientistas de vários países do mundo, foi constatado que o novo coronavírus tinha uma maior letalidade em pessoas com mais de 60 anos, hipertensas, diabéticas ou com algum tipo de comorbidade. Porém, as pessoas que não estão no grupo de risco, ainda assim correm risco de complicações pelo COVID-19 e de morrerem por isso, mas num percentual bem inferior àqueles que estão no grupo de risco.

Então, devido à fácil transmissibilidade do vírus e pelo motivo do mundo ser tão globalizado hoje, com uma grande facilidade de deslocamento, permitir o contato com pessoas de diferentes países e continentes, principalmente em aeroportos, rodoviárias e estações de trem, permitiu que o vírus não respeitasse as fronteiras entre os países e que em pouco tempo já estivesse espalhado por todo o mundo.

Em 30 de Janeiro de 2020 a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, a qual é o mais alto nível de alerta da Organização, ou seja, o vírus já estava se espalhando muito rapidamente e provocando algumas consequências graves aonde chegava. E foi então que, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, porque havia alcançado todos os continentes do mundo.

Diante disso, já era alertado aos países que durante essa situação poderia ocorrer uma superlotação nos sistemas nacionais de saúde, caso não fossem adotadas medidas urgentes de contenção ao vírus, como a quarentena. Os países mais afetados diante dessa crise até o momento são Itália e Espanha, seguido pelos Estados Unidos, onde a doença no dia 07 de abril de 2020 alcançou mais de 11 mil vítimas fatais e registrou mais de 380 mil contágios. Segundo o epidemiologista do governo americano Anthony Fausti, o número de mortos nos EUA pode ser de 100 a 200 mil pessoas.

²¹ Artigo escrito em março de 2020.

²² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

²³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Ao analisar o caso da Itália, a qual atualmente tem o maior número de vítimas fatais, fica o questionamento de como o Estado italiano deveria ter se apressado em adotar as medidas de isolamento social, já que o país conta com uma população majoritariamente composta por idosos. Porém, as lideranças políticas e o próprio povo duvidaram do poder de letalidade da doença, e também dos seus sintomas, duvidaram também que quando o vírus chegasse ao país poderiam faltar leitos nos hospitais, respiradores, ou seja, que poderia colapsar o sistema de saúde. E como consequência disso, o número de infectados na Itália no dia 07 de abril de 2020 já somavam mais de 130 mil, com mais de 17 mil mortes, segundo a Universidade John Hopkins. Esses números são de causar pavor e medo em qualquer um, visto que, em quatro meses essa doença já infectou até o dia 07 de abril de 2020 mais de 1 milhão e 400 mil pessoas e causou a morte de mais de 80 mil, em todo o mundo. E fica o questionamento, como estariam esses números hoje se não fossem as medidas de isolamento adotadas pelos países, seguindo a prescrição da OMS?

Diante da realidade apresentada, outro questionamento pode ser levantado, no tocante às atitudes do Presidente da República do Brasil, pessoa esta que ocupa o mais alto cargo do Poder Executivo, e que trata a COVID-19 como uma, “gripezinha ou resfriadinho”, foram exatamente essas as palavras que o presidente utilizou num pronunciamento em rede nacional no dia 24 de março de 2020. Jair Bolsonaro também vem criticando veementemente a postura dos governadores quanto às medidas de isolamento por eles adotadas, medidas essas que com certeza já salvaram e devem salvar milhares de vidas. Porém, vale salientar que para a gripe, assim como várias outras doenças contagiosas, existem vacinas que as combatem, que imunizam as populações, sobretudo os grupos de risco, algo que não acontece com a COVID-19, por ser um vírus recentemente descoberto, ou pelo menos de recente contágio humano. E devido ao seu fácil poder de contaminação, torna a situação muito mais complicada que a “gripezinha”, conforme afirma erroneamente Jair Bolsonaro, negligenciando todas as estatísticas mundiais que comprovam a gravidade da pandemia.

Além disso, as consequências que as atitudes do chefe do Poder Executivo podem trazer são de grandes proporções, visto que, ao contrariar as recomendações de todas as instituições de saúde, tanto da OMS, como até a do ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, em pronunciamentos em redes nacionais, podem gerar para alguns brasileiros certa segurança para saírem de casa, voltar ao trabalho. E tudo isso para que? Para salvar os lucros dos empresários, com o discurso hipócrita que está preocupado com os empregos? Os empregos são importantes sim, mas existem diversas medidas que podem ser tomadas pelo Estado para salvar os empregos. Mas e as vidas que podem ser perdidas? O Estado não poderá restabelecê-las! Um dos grandes filósofos do século XIX, Friedrich Nietzsche, afirmou “Como vos acho pobres de vida quando achais que a economia é a virtude por excelência!”, em outras palavras, não deixemos que a economia seja mais importante que a vida, ou então não seremos nada.

A pandemia do coronavírus não será suficiente à retomada de um mínimo de bom senso, coerência, e unidade política no Brasil?²⁴

Águida Cristina Santos Almeida²⁵

Desde que a OMS decretou que a contaminação humana pelo vírus corona tinha se transformado em pandemia, em 11 de março, que se multiplicaram ainda mais os vexames pelos quais o Brasil vem passando na imprensa internacional, desde que se iniciou o Governo de Bolsonaro. Declarações, mentiras, divulgação de *fake news* de diversos representantes do Governo, incluindo ministros, parlamentares, militares, secretários de ministérios, declarações dos filhos do Bolsonaro e do próprio Bolsonaro, vem expondo o Brasil ao ridículo perante os demais Estados e a imprensa internacional.

Desde que Bolsonaro foi eleito que o Brasil foi repetidas vezes manchete de capa de inúmeros e importantes jornais e revistas internacionais, de países diversos, questionando como o povo brasileiro elegeu uma figura bizarra como Bolsonaro à presidente e desmentindo informações e notícias divulgadas pelo Governo do Brasil, o que resultou em inúmeros episódios de contenda e descontentamento, por chefes de Estado de vários países, com a condução que Bolsonaro e sua “turma” vem dando ao Brasil. Vou citar apenas duas fontes que irão comprovar exatamente o que foi dito aqui: basta uma revisão ao jornal Folha de São Paulo e à revista Carta Capital, ao longo de 2019, para ver cada um dos absurdos provocados por esse governo, muito bem registrados e documentados.

Então, desde a eclosão da pandemia que o governo apenas deu continuidade a sua estupidez e insensatez, que é permanente e crônica. A novidade na pandemia é que o governo perdeu alguns apoiadores, que na verdade, se transformaram em inimigos políticos para Bolsonaro. Pois esse é o comportamento de Bolsonaro e dos seus filhos, quem se opõe a ele e a vossos filhos e/ou as vossas ideias, sai da condição de amigo para inimigo mortal. Nesta pandemia, aconteceu isso, por exemplo, com os governadores de São Paulo (João Doria) e do Rio de Janeiro (Wilson Witzel), dentre outros apoios que fizeram ruptura nesse momento tão difícil.

O inimigo que está em gestação é o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em razão da defesa inabalável à quarentena e de sua importância. Em razão de até o presente não haver vacina e tratamento para o novo vírus e de sua transmissão ser muito veloz, grande quantidade de Estados em todo mundo decretaram quarentena, seguindo uma prescrição da OMS (Organização Mundial da Saúde). Isto porque, se a transmissão for muito rápida, o percentual de pessoas com complicações crescerá de tal

²⁴ Artigo escrito em março de 2020.

²⁵ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

ordem que ocasionará colapso nos sistemas de saúde nacionais (como já vem acontecendo em vários países. Então, com vistas a diminuir a velocidade da transmissão, evitando o colapso dos sistemas de saúde, a OMS defende o distanciamento social como o único meio, até o momento de controlar a pandemia.

E aí, a prescrição do confinamento e distanciamento social, por meio de quarentena, finalmente lançou um pouco de luz acerca da conduta, valores, comportamento e ações de Bolsonaro. Tendo em vista, que ele é praticamente o único chefe de Estado do mundo que se colocou contra a quarentena, argumentando que isso quebraria a economia e que o mais importante é salvar a economia. Argumentou que o contágio pelo vírus corona é uma “gripezinha”, que pensa nas vidas, mas um dia todos irão morrer mesmo (essa última afirmação não foi uma piada ou uma brincadeira de mal gosto, por incrível que pareça). E esse brutal desconhecimento, estupidez, insensibilidade, insensatez do Presidente Bolsonaro finalmente criou fissuras dentro do Governo e vem isolando o Presidente em sua gestão.

Nenhum dos governadores dialoga mais com o Planalto, e o Congresso e o STF vem tomando uma série de decisões e erigindo ações, que em alguma medida caberiam ao Planalto. O STF também vem anulando decretos do Presidente, nos quais tenta impor sua vontade, tomando decisões que inviabilizam e enfraquecem a quarentena. O Ministro da Saúde vem sendo atacado diariamente pelo Presidente, dada a sua defesa ferrenha à quarentena, como único meio de evitar o colapso do sistema nacional de saúde (público e privado). Sendo que a manutenção da quarentena ainda não dá garantias de que o sistema de saúde nacional não colapsará. Em países ricos da Europa, como Espanha e Itália, os sistemas de saúde colapsaram, ao ponto de na Espanha o governo ter estatizado toda a rede hospitalar privada de saúde. E nos Estados Unidos, a situação também é caótica, principalmente em Nova Iorque, de modo que a breve vontade que o presidente Trump esboçou em quebrar a quarentena foi subitamente afastada e o presidente decretou quarentena até o final de abril.

Até o final de março e primeiros dias de abril o vírus corona, que Bolsonaro chamou de “gripezinha” tinha levado à morte mais de 50.000 pessoas no mundo e as perspectivas é de que o número de óbitos seguirá aumentando nos próximos meses. Em razão dessa pandemia, os organismos internacionais já projetam uma crise econômica mundial muito mais profunda que a crise de 2008. No caso do Brasil, as consequências econômicas e políticas dessa pandemia são incalculáveis até o momento. Inclusive, não se descarta que o Brasil agora rume ao caos social absoluto, mergulhando numa depressão profunda e sem mecanismos endógenos de superar tal estado.

Desde 2015 que o Brasil mergulhou na pior crise econômica de sua história, com a mais lenta recuperação já vista. O discurso e a ação política desde o impedimento ilegítimo da Presidente Dilma, para a superação da crise, vem sendo uma agenda de reformas ultraliberais (já foram feitas reformas fiscal,

trabalhista e da previdência) que vem destruindo o Estado brasileiro, as garantias constitucionais e inviabilizando completamente qualquer retomada de crescimento econômico.

O mais trágico disso tudo, é que se mantêm a conduta fiscalista, e o discurso político de que o crescimento econômico ainda não foi retomado porque ainda faltam mais reformas. Inclusive, para aprovar a renda emergencial para que as populações mais vulneráveis social e economicamente (trabalhadores informais, trabalhadores desempregados, e as pessoas que estão na fila gigante à espera do benefício do Bolsa Família) possam ficar em casa no período da quarentena, o Ministro Paulo Guedes e o Presidente Bolsonaro chantagearam o Congresso, condicionando a assinatura do decreto para o pagamento da renda emergencial, à aprovação de novas PEC's (ou seja, mais reformas ultraliberais) e a privatização da Eletrobrás. Cabe destacar ainda, que a agenda da renda emergencial foi aprovada em caráter de emergência pelo Congresso (Câmara e Senado), que acusaram o Planalto de agir, propositadamente, com morosidade para o início dos pagamentos às famílias, em boicote à quarentena, e objetivando a instauração do caos social no país. Mas apesar de agir com tamanha maledicência, o Presidente Bolsonaro propôs um dia nacional de jejum em razão da pandemia, cabendo bem aqui aquele famoso ditado popular “seria cômico se não fosse trágico”.

Apesar da visão e da atitude absolutamente injustificáveis, desumanas, cruéis, anti-povo, anti-nação de Bolsonaro, dos seus filhos e de alguns empresários e militares, o governo de Bolsonaro ainda conta com 30% de apoio popular, e embora não seja a maioria, ainda é um percentual relativamente alto, e isso choca, estarrece. Não é possível que a condução irresponsável da operação Lavajato, pela mídia nacional, responsável pela construção doentia e insana do antipetismo, explique a profundidade da doença social que assola o Brasil, minando qualquer capacidade crítica de análise da situação e levando tanta gente a legitimar e apoiar o que é inadmissível, desde que um mínimo de visão do coletivo e humanista prevaleça. Penso que o antipetismo é mais a aparência do que a essência de tudo que vem ocorrendo no Brasil. Os problemas reais mesmo, que explicam o conteúdo de todos os absurdos que se acumulam desde 2015 e o vasto apoio popular às reformas ultraliberais que levarão o Brasil ao caos social, a barbárie, são de duas ordens: a primeira questão gira em torno da qualidade e insuficiência da educação, associada a uma mídia de massa golpista, que não comunga de qualquer sentimento de nação, povo, unidade nacional. E esses dois fatores se somam com o papel das igrejas na formação ideológica dos fiéis, moldando sua visão de mundo, e nessa visão de mundo se legitima e se apóia tudo que vem acontecendo, usando o nome de Deus para isso, e agravando em muito uma situação que já seria grave sem este ingrediente. Em razão de tudo isso, parte do povo mais pobre e carente, que já perdeu tudo do pouco que conquistou nos governos do PT, vem apoiando o governo desde 2015, as reformas e ajudou a eleger Bolsonaro, pasmem mesmo, em nome de Deus!

O segundo problema remonta a nossa herança escravocrata, mais viva do que nunca. Por causa dessa herança maldita, boa parte da classe média e a elite, nacional e cosmopolita, não aceitam de modo algum que o povo seja incluído minimamente no pacto de poder, basta ver o que fez a Reforma Trabalhista e a PEC do Teto de Gastos, e a mais recente Reforma da Previdência para comprovar a assertiva. Para boa parte da classe média e para a elite ao povo são oferecidas as seguintes alternativas: trabalhar em condições neo-escravas (nomeando isso de empreendedorismo, autonomia, flexibilidade), viver na miséria e pobreza absolutas, e ainda levar culpa de viver nessa condição deplorável, e a terceira alternativa menos promissora ainda, é simplesmente morrer (das inúmeras causas que as reformas criaram e deixam bem a disposição). E esse projeto de exclusão e penúria para significativa parcela do povo brasileiro vem sendo aplicado, pasmem, em nome de Deus! Eu não tenho dúvidas de que o povo brasileiro, e principalmente o povo nordestino, é o povo mais resiliente do mundo, mas também o mais resignado.

Brasil desgovernado: a urgência de medidas econômicas para amenizar os impactos do coronavírus no país²⁶

Ana Karolina Oliveira Silva²⁷

Águida Cristina Santos Almeida²⁸

O quadro crítico que o mundo vem enfrentando em consequência da pandemia da covid-19, que já infectou mais de 1 milhão de pessoas ao redor do mundo e já registrou mais de 50 mil mortes²⁹, exige agilidade dos governantes para conter os danos provocados pelo vírus corona. Desse modo, países europeus, por exemplo, têm tomado medidas anticíclicas na tentativa de preservar empregos e renda do setor formal e garantir renda para os trabalhadores informais. Contudo, não é exatamente isso que vem acontecendo no Brasil. O próprio presidente da república, diante da rápida disseminação da doença, que possui taxa altíssima de contágio, tem tentando minimizar a gravidade do problema.

Evidenciando o seu despreparo e o da sua equipe econômica, não tem dado a atenção devida para a urgência de medidas econômicas com vistas à proteção dos mais vulneráveis. Além disso, tem instigado a população a não levar a sério as recomendações de confinamento e isolamento social, com o objetivo de tornar mais lenta a velocidade de contágio, e com isso evitar a rápida disseminação do vírus. Indo em direção contrária às recomendações da comunidade científica e de entidades de saúde, como a Organização Mundial da Saúde, criticando as atitudes tomadas por governadores e prefeitos, que indicaram distanciamento social como principal forma para frear a contaminação, e decretaram quarentena até o início de abril, e posteriormente até o final de abril, com o fechamento das instituições de ensino e do comércio.

Na tentativa de argumentar sobre o seu posicionamento diante da crise, o presidente alega que ao seguir as recomendações de isolamento social as consequências econômicas serão mais graves do que os danos causados pela doença. No entanto, não se pode, sob hipótese alguma, colocar em questão salvar a economia ou salvar a vida das pessoas. O momento que estamos passando, e o que ainda teremos que enfrentar, exige do governo e de sua equipe econômica que se desprendam das amarras políticas e ideológicas para atuarem com prudência e responsabilidade social no enfrentamento dessa pandemia, pois a lógica de mercado não é capaz de lidar com essa situação – e nem com várias outras situações.

²⁶ Artigo escrito em abril de 2020.

²⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do GAACE. E-mail: akaosilva@gmail.com.

²⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁹ Até o presente momento em que se escreve este artigo (03/04/2020).

Diante das circunstâncias em que os mais vulneráveis (pobres, desempregados, trabalhadores formais e informais de baixa renda, pequenos e médios empresários) pedem socorro, é consenso entre vários economistas que o Estado tem que gastar, e pode fazer isso injetando recursos na economia. Inclusive alguns economistas neoliberais, defensores do Estado mínimo, têm levantado essa mesma bandeira. Não obstante, as medidas econômicas parecem demorar. Passado mais de um mês após a confirmação do primeiro caso da covid-19 no país, o governo ainda tenta se organizar para aplicar efetivamente alguma medida. O auxílio emergencial, aprovado em caráter de emergência no congresso (câmara e senado) no final de março, demorou dias para ser sancionado pelo presidente e publicado no Diário Oficial da União. Porém, o que não se leva em conta é que a fome não espera e que cada minuto que se passa são vidas que estão em jogo.

Vale enfatizar que o Brasil já vem de uma recessão econômica, com a mais lenta recuperação da história e alto índice de desemprego e de subemprego prevalecem no mercado de trabalho, de modo que a fome é um problema desde sempre. Ou seja, nesse cenário de crise que atinge o mundo inteiro, ao atingir uma economia debilitada e de baixo dinamismo econômico como é o caso da economia brasileira, as consequências são e serão ainda piores, tendo em vista que o isolamento social e a parada técnica de vários setores da economia tendem a agravar esse quadro. Daí a necessidade de aplicar medidas emergenciais, e com isso atenuar os danos dessa pandemia, preservando ao máximo, a renda de todos, é de máxima urgência e relevância.

Tomar medidas assertivas é essencial para amenizar danos maiores à economia e, sobretudo, garantir o sustento e sobrevivência das famílias e das empresas, evitando com isso que as pessoas saiam de suas casas e acelerem a velocidade do contágio e da disseminação do vírus, o que levará ao rápido colapso do sistema de saúde nacional (público e privado), resultando numa imensa quantidade de óbitos por causa da falta de leitos hospitalares e respiradores. Ou seja, estamos diante de uma pandemia que assusta toda a humanidade, e que o risco de contaminação e de morte é elevado, sendo importante lembrar que o nosso Sistema Único de Saúde (SUS) corre o risco de entrar em colapso muito rápido, visto que não possui capacidade e nem equipamentos suficientes para lidar com o avanço dessa doença.

Economia de guerra³⁰

Jefferson de Souza Costa³¹

Águida Cristina Santos Almeida³²

O cenário que o mundo enfrentava antes do Coronavírus (Covid-9), já não era um dos melhores, destacando que estava em andamento uma profunda guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, gerando implicações negativas ao funcionamento da economia global, como diversos choques nas economias e fragilidades econômicas, industriais e políticas em diversos países do mundo. Contudo, com o ápice da propagação do vírus e a instauração da pandemia, as adversidades geopolíticas foram temporariamente suspensas, e a prioridade dos chefes de Estado dos diversos países do mundo passou a ser a gestão da pandemia, tanto nos aspectos ligados à saúde, quanto nos aspectos relacionados aos impactos econômicos que a pandemia enseja. Sim, aqui não se aplica, a ideia de trade off entre os aspectos relacionados à saúde e os aspectos econômicos que resultam da pandemia, ou não deveria ser aplicado (como o presidente do Brasil vem fazendo e o presidente dos Estados Unidos, em menor medida).

Não importa a época, o viés ideológico que aplicam na condução política e econômica ou o nível de globalização que os países atravessam, quando se sentem fragilizados os mesmos tendem a entrar em estado de economia de guerra. O conceito de economia de guerra é voltado para quando ocorrem acontecimentos históricos bruscos, inesperados que desestabilizam todo o sistema econômico dos países, como por exemplo, guerras, catástrofes e pandemias, como a que estamos atravessando neste fim de década.

Os países, até então mais afetados pelo Covid-19, são China, Itália, Espanha e Estados Unidos, estes e diversos outros países passaram a adotar medidas (políticas, econômicas, sociais e de saúde) descomunais para o combate ao vírus, tanto no do que diz respeito ao retardo da velocidade de contágio, quanto no tocante ao atendimento dos pacientes graves. O discurso neoliberal que as grandes potências mundiais propagavam (mas não aplicavam) sucumbiu diante das medidas necessárias que foram e estão sendo tomadas. E, se torna evidente que quando o surto do vírus for contornado os países que não aplicaram medidas anticíclicas vão mergulhar em uma profunda depressão econômica, tanto quanto foi necessária nas crises de 1929 e 2008/9.

³⁰ Artigo escrito em abril de 2020.

³¹Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: jeff.costa3@hotmail.com

³² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Sendo assim, os países estão apostando na política sem restrição de gastos públicos, como o principal mecanismo para o combate à pandemia, bem como aos efeitos econômicos que ela já vem trazendo e trará. Como fica evidente na abordagem do Federal Reserve (Fed), apontada na matéria³³ do G1 do dia 09 de abril, segundo a qual o governo norte americano anunciou um pacote de medidas, no montante de US\$ 2,3 trilhões.

As principais causas que explicam os recordes de vítimas nos países mais afetados pela pandemia dizem respeito ao fato de não terem conseguido aplicar a quarentena no momento oportuno ou por falta de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's), que são essenciais para o controle da contaminação pelo vírus e/ou para o tratamento com os casos em que a contaminação leva a complicações. Os principais equipamentos são ventiladores mecânicos, máscaras protetoras, luvas, kits de teste rápido, álcool gel (70º) e aparelhos de tomografia computadorizada, que são produzidos por um número limitado de países.

Pode-se então levantar algumas questões, quais países produzem estes EPI's? e, dentre os países que não produzem, quais têm maiores poderes de barganha para adquirirem tais equipamentos? Estas perguntas estão sendo respondidas da pior forma possível. O principal país na produção destes itens é a China, entretanto, além de serem utilizados internamente, vários países do mundo disputam a aquisição e as disputas por tais equipamentos estão sendo cada vez mais desleais, como destacado na notícia³⁴ do jornal G1 do dia 02 de abril “EUA pagam mais caro e ficam com remessa de máscaras chinesas destinadas à França”, ou como aponta a matéria³⁵ da CBC do dia 01 de abril, na qual o Primeiro Ministro do Canadá afirma que o país ficou sem EPI's porque a produção chinesa foi toda para os EUA.

Em razão da produção dos itens referidos estar muito concentrada em uma única região do mundo, os demais países para conseguirem suprir suas necessidades, vêm utilizando o mecanismo da reconversão industrial como única alternativa. O Presidente Trump, como aponta a reportagem³⁶ do jornal O Globo do dia 27 de março, invocou a lei de períodos de guerra para obrigar a GM a produzir respiradores mecânicos para a população. O Brasil também está se encaminhando na direção de tais medidas, segundo a reportagem do jornal Folha de SP do dia 03 de abril, a Câmara aprovou a PEC do orçamento de guerra contra o Covid-19, ou seja, a proposta cria um orçamento exclusivo para o combate à pandemia.

Portanto, o cenário até então é que os países estão se fechando e voltando seus recursos para a compra e/ou produções destes EPI's. Contudo, o sucesso das estratégias aplicadas diverge entre os países.

³³<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/09/fed-anuncia-us-23-trilhoes-em-novos-emprestimos-para-apoiar-a-economia.ghtml>

³⁴<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/02/covid-19-eua-pagam-mais-carro-e-ficam-com-remessa-de-mascaras-chinesas-destinadas-a-franca.ghtml>.

³⁵<https://www.cbc.ca/news/politics/trudeau-medical-supplies-procurement-1.5516068>

³⁶<https://oglobo.globo.com/economia/trump-invoca-lei-de-periodos-de-guerra-para-obrigar-gm-produzir-ventiladores-mecanicos-24334452>.

Nestes momentos aqueles países já fragilizados econômica e socialmente, antes da pandemia existir, detêm capacidade reduzida de ação e suas populações são as quem pagam o preço mais caro, pois além de não conseguirem negociar em paridade de igualdade com outros países, acabam por não terem a tecnologia necessária para a produção interna dos materiais necessários.

Associado a toda esta busca por equipamentos, única alternativa para salvar pacientes graves da covid19, os governos estão assegurando que suas economias não se dissolvam com a pandemia, pois a falácia de que os mercados se autoajustam não se aplica à realidade, e a responsabilidade da economia recai sobre o Estado, como sempre foi e permanecerá sendo. Portanto, está sendo comum nestas ultimas semanas diversos governos concederem ajuda aos mercados, seja por: isenções fiscais a empresas, aumento da base monetária, concedendo crédito à população, renda emergencial às pessoas mais vulneráveis – ainda mais necessário em países que têm muitos trabalhadores informais e desempregados, como é o caso brasileiro – entre outros auxílios. Estas medidas associadas visam prover um bem-estar social mínimo, vital para qualquer os povos em qualquer nação, e buscam dar sustentação às economias, que projetam uma das mais profundas crises econômicas da história.

COVID-19: o que fazer?³⁷

Jonathas Nathan Ferreira Alves³⁸

Águida Cristina Santos Almeida³⁹

Nos últimos meses, o mundo vivencia uma das situações mais difíceis da história contemporânea. O que antes era tratado como particular de um país e isolado em uma região, tomou dimensões mundiais e passou a ser de interesse de todos os países. Trata-se do coronavírus, que consiste numa doença infecciosa e de fácil contágio, que não escolhe vítima, qualquer um pode contraí-la. Porém, naquelas pessoas que possuem problemas respiratórios, doenças crônicas ou uma idade avançada (acima de 60 anos), o vírus tende a se manifesta de uma maneira mais agressiva e pode levar a óbito, a depender das condições pré-existentes do infectado.

Dessa forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo em vista a proliferação mundial do vírus (COVID-19), declarou pandemia em março deste ano e fez uma série de recomendações para evitar o contágio acelerado e controlar o número de enfermos, com vistas a evitar o colapsamento dos sistemas nacionais de saúde. Dentre as medidas de cuidado, a OMS destaca com frequência e veemência o uso de máscaras para todos, a lavagem das mãos com frequência, manter o distanciamento social, por meio de ações coordenadas pelos estados nacionais, de isolamento social, evitando a saída desnecessária de suas residências e procurar os hospitais se, e somente se, apresentar os sintomas graves da doença, como por exemplo, falta de ar, dificuldade para respirar. Para aquelas pessoas do grupo de risco, a recomendação é evitar ao máximo o contato com pessoas externas.

Para dimensionar a gravidade, desde o começo da pandemia, os casos de contágio seguem uma escalada ascendente, de modo que até o dia 19 de abril foram contabilizados mais de 2,3 milhões de casos de contágio, em 193 países ou territórios, 164 mil mortos e mais de 525.200 casos de recuperação, segundo um levantamento feito pela Agence France-Presse (AFP) a partir dos números das fontes oficiais.⁴⁰ No domingo, de 19 de abril de 2020, a Europa totalizou 103.255 mortes (8,82%) dos 1.170.258 casos, os Estados Unidos e o Canadá 42.114 mortes (5,42%) dos 775.825 casos, a Ásia 6.971 mortes (4,25%) dos 163.800 casos, o Oriente Médio 5.571 mortes (4,44%) dos 125.213 casos, a América Latina

³⁷ Artigo escrito em abril de 2020.

³⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com

³⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁴⁰ https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/04/19/interna_internacional,1140161/mais-de-164-mil-mortos-por-coronavirus-no-mundo.shtml

e o Caribe 4.924 mortes (5,00%) dos 98.620 casos, África 1.091 mortes (5,04%) dos 21.615 casos e a Oceania 90 mortes (1,14%) dos 7.879 casos.

No que tange ao Brasil, diferentemente de alguns países europeus, as medidas de isolamento social para controlar a disseminação acelerada do vírus foram feitas precocemente. A experiência de vários países mostrou que o isolamento e a restrição de movimentos são eficazes para conter a rápida proliferação, e isso objetiva evitar um colapso precoce dos sistemas de saúde dos países, frente a uma demanda muito grande e em ascensão. Entretanto, por ser o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, aquela parcela da população que não dispõe de condições materiais suficientes para enfrentar esse momento de isolamento social, passará por sérias dificuldades, caso a situação de isolamento se prolongue por muito tempo e o Estado Brasileiro não assuma as responsabilidades sociais e constitucionais que possui perante o povo. Cabe ao Estado prover as condições de subsistência das pessoas e das empresas, para que as vidas sejam mantidas, no maior número possível, e as empresas em massa não entrem em falência. Ou seja, cabe ao Estado garantir as condições sanitárias e econômicas adequadas, atenuando os impactos danosos da pandemia. Somente o Estado dispõe de meios materiais e políticos à sustentação da economia e da vida das pessoas.

Dessa forma, para diminuir os danos a essa maioria da população, foi aprovado um projeto de lei que prevê o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600, por três meses, para cidadãos maiores de idade sem emprego formal, mas que estão na condição de trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes da Previdência Social⁴¹. Trata-se de uma política de transferência de renda que visa diminuir os impactos da pandemia na economia, partindo do pressuposto que diversas atividades foram temporariamente suspensas e apenas aquelas consideradas essenciais às necessidades da população, continuam ativas.

Diante dessa situação nada promissora, alguns acreditam que o isolamento social não é a solução para combater essa pandemia. Desde que esse tipo de pensamento surja naquelas pessoas sem uma boa instrução intelectual, tal argumento, é até válido. O problema é quando esse tipo de raciocínio é defendido por pessoas influentes e do alto escalão da estrutura de poder, como é o caso de algumas autoridades políticas de países como Hungria e Nigéria. No Brasil, pasmem, isso não é diferente. Em diversas ocasiões, Bolsonaro se referiu à doença que está matando milhares de pessoas, que está levando a uma recessão mundial e mudando o curso da economia global, de uma simples “gripezinha”. Uma situação que para muitos é absurda e desumana, mas que para ele foi minimizada a “alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida”⁴².

⁴¹<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>

⁴²<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-vao-morrer-lamento-essa-e-a-vida/>

E enquanto Bolsonaro “lamenta”, quatro estados brasileiros - Amazonas, Ceará, Pará e Pernambuco- já registraram uma ocupação acima de 90% dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) destinados ao tratamento do COVID-19. Além desses, a situação também é preocupante no Rio Grande do Sul, São Paulo e Amapá, onde a ocupação dos leitos por UTI por pacientes com a doença está acima de 50%. Logo, governos estaduais trabalham para abrir novos leitos com ampliações, hospitais de campanha e com o remanejamento interno dentro das próprias unidades de saúde⁴³.

Como se não bastassem os problemas que o Brasil enfrenta, de distintas naturezas, econômica, sanitária, social, o presidente Jair Bolsonaro anunciou no dia 16 de abril um novo ministro da saúde. O então ministro Luiz Henrique Mandetta foi substituído pelo oncologista Nelson Luiz Sperle Teich, em meio à pandemia. Publicamente, Bolsonaro e Mandetta divergiam em algumas medidas em relação ao isolamento social, enquanto que o médico e ministro Mandetta defendia o isolamento horizontal e as recomendações da OMS, Bolsonaro, por outro lado, pedia a "volta à normalidade", o "fim do confinamento em massa" e a reabertura do comércio, das lotéricas, das igrejas e escolas⁴⁴.

Logo, diante dessas discussões e dados mostrados, é válida uma indagação: como seria a situação do sistema de saúde sem quarentena? Para aqueles que defendem o fim do isolamento social, é válido repensar sobre isso. A situação dos leitos hospitalares, principalmente dos leitos de UTI já preocupa, dado o elevado percentual já ocupado, e sem a quarentena, o sistema não terá capacidade para suportar tantos doentes, levando assim, a um caos social, onde um contingente enorme de pessoas irá morrer por falta de leito em hospitais e não da doença. Logo, devemos repensar no que realmente importa e compreender que, quando se trata de vidas, não há argumentação que legitime indiferença e minimize a gravidade, afinal de contas, é uma situação preocupante que atingiu ou atingirá, em graus variados, toda a sociedade, sobretudo a parcela mais vulnerável social e economicamente da população, que constitui a maior parcela da população brasileira.

⁴³<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/quatro-estados-tem-ocupacao-de-mais-de-90-dos-leitos-de-uti-para-covid-19.shtml>

⁴⁴<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/16/bolsonaro-anuncia-nelson-teich-como-novo-ministro-da-saude.ghtml>

O vírus corona no Brasil e a oportunidade de Jair Bolsonaro executar seu plano de genocídio aos pobres de modo absolutamente exitoso e escancarado⁴⁵

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁶

Desde que o vírus corona chegou ao Brasil, bem próximo ao momento em que a OMS decretou a pandemia, no início de março, que o pesadelo que o Brasil mergulhou desde 2015, só vem se agravando, e a democracia brasileira segue sagrando, sendo diariamente atacada, como já ocorre desde 2015. Pois bem, desde que a pandemia foi decretada e que se descobriu que o vírus corona se dissemina muito rapidamente, e por isso tende a gerar crise nos sistemas nacionais de saúde, que a prescrição indicada pela OMS é de isolamento e distanciamento social. Apesar do vírus corona não causar complicações num percentual majoritário das pessoas que são contaminadas, o fato de ele se disseminar muito rapidamente, faz com que o percentual de pessoas que necessitam de internação hospitalar, e normalmente de um leito de UTI, tende a crescer muito rápido e acima da capacidade instalada dos Sistemas Nacionais de Saúde.

Com exceção de pouquíssimos países, que obtiveram grande êxito na contenção da disseminação do vírus, a maioria dos países do mundo experimentam um quadro de esgotamento dos sistemas de saúde e dos sistemas funerários, em razão dos óbitos em massa, fruto da combinação: pessoas que não resistiram ao agravamento dos sintomas pelo contágio, ou a impossibilidade de conseguir um leito de UTI, dado que a totalidade dos leitos se encontrava ocupado, numa situação onde a demanda por leitos não para de crescer.

Em razão desse cenário, e num contexto em que ainda não se dispõe de vacinas ou tratamentos para combater os efeitos da contaminação do vírus, os meios encontrados até o presente consistem no uso máscaras, o reforço dos hábitos de higiene (como por exemplo, a lavagem frequente das mãos), e principalmente o isolamento e o distanciamento social. De modo que os Estados nacionais têm mantido em funcionamento somente atividades consideradas imprescindíveis, como por exemplo, supermercados, padarias, farmácias.

Desse modo, seguindo as prescrições da OMS, os governadores de todos os Estados do Brasil decretaram logo no início de março o isolamento social, anunciando o fechamento de academias de ginástica, dos shoppings, do comércio, dos salões de beleza, de todas as escolas e universidades. Essa ação dos governadores contou com o apoio do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que

⁴⁵ Artigo escrito no dia 23 de abril de 2020. Com base na leitura do jornal Folha de São Paulo, Revista Carta Capital, Jornal El País Brasil, Jornal GGN, ao longo do mês de março e início de abril.

⁴⁶ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

inclusive defendia as medidas, e afirmava com frequência que era o único modo de conter a disseminação desenfreada do vírus no Brasil, evitando o colapso do Sistema Único de Saúde, e até mesmo da estrutura privada de saúde.

Em razão da correta, sensata, e responsável postura adotada pelos governadores e pelo então Ministro da Saúde, o presidente Jair ficou furioso, e sua fúria decorria do fato de que o isolamento horizontal das famílias inviabilizaria a atividade econômica, produzindo impactos econômicos muito graves na economia. Jair fez uma imensa quantidade de declarações insanas, absurdas, desumanas, antidemocráticas, genocidas, que foram se agravando e escancarando as reais motivações do presidente (na verdade, anti presidente).

O discurso inicial era a suposta preocupação com a economia e com os “pobrezinhos”, que perderiam seus empregos. Associada a essa suposta preocupação, Jair ironizava o vírus, dizendo que o contágio pelo vírus corona era uma “gripezinha”, quando o mundo já registrava centenas de milhares de pessoas mortas pelo vírus. Chegou a afirmar que brasileiro é resistente, que pisa em esgoto e não acontece nada, também passou a dizer que o vírus estava indo embora, apesar dos dados diários mostrarem a crescente de contágios e óbitos, no Brasil e no mundo.

Ao longo dessas declarações, impôs o fim do confinamento, afirmando que apenas os grupos de risco deveriam ficar isolados, mesmo quando as autoridades sanitárias afirmavam que esse tipo de isolamento não dispõe de nenhuma eficácia para evitar a rápida disseminação do vírus. Jair passou também a prescrever um medicamento chamado cloroquina, para tratar o vírus, mesmo sem ser médico, e mesmo sem nenhuma evidência científica legítima de que o medicamento é realmente eficaz no tratamento da doença. Além disso, a comunidade científica e médica já apontaram inúmeras vezes para os arriscados efeitos colaterais que o uso do referido medicamento pode produzir, como por exemplo, aceleração dos batimentos cardíacos, podendo culminar em parada cardiorrespiratória.

Ao forçar a dissolução do isolamento, sem alcançar êxito, Jair foi destilando seu ódio contra os governadores, o Congresso, o STF, e o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. E aí, toda a energia e motivação de Jair se voltaram ao ataque de inimigos políticos, com a permanente insistência de acabar com o isolamento social. As ações de Jair para desmobilizar o isolamento chegaram a um ponto tão crítico, que o STF precisou discutir e deliberar que os governadores tinham total independência em decretar e regular as políticas de isolamento e que o Presidente não poderia intervir em vossas decisões. O Ministro do STF, Gilmar Mendes, chegou a declarar que como Presidente, Jair pode muita coisa, mas jamais terá o poder de promover um genocídio do povo brasileiro.

Essa decisão do STF deixou Jair ainda mais furioso, e aí ele destilou sua ira no Ministro Luiz Henrique Mandetta, que foi demitido do cargo na semana passada (no dia 16 de abril). Depois que conseguiu botar em prática seu plano leviano de demitir o Ministro da Saúde, Jair se voltou contra Rodrigo

Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, o qual sofreu o maior ataque digital da sua vida política, no mesmo dia em que o Ministro da Saúde foi demitido. Ou seja, o presidente sequer comemorou sua vitória na demissão do Ministro, dado que tomou essa iniciativa praticamente unilateralmente. Nesse mesmo dia, Jair ainda fez uma declaração de que Rodrigo Maia tinha um plano, para dar um golpe e lhe tirar da Presidência. Levantou essa grave hipótese, sem provar absolutamente nada do que havia declarado.

Veja que o relato construído até o momento, não trouxe nada acerca das ações do governo na área de economia, com vistas, por exemplo, a propiciar os meios materiais para que as famílias possam permanecer nas suas casas, respeitando as regras do isolamento; auxiliando as empresas, e os Estados, dado o drástico impacto na queda das vendas e da arrecadação, que a pandemia vem ensejando. Esse capítulo da economia também é trágico, dado que foi feito muito pouco até o momento, frente que ao precisa ser minimamente feito pelo governo central, o único que dispõe dos meios materiais necessários à ação sistêmica. Inclusive, uma série de analistas vem afirmando que o Planalto está agindo desse modo de propósito, dado que possui objetivos escusos, de aprofundar uma escalada autoritária, que seria facilmente justificada caso houvesse desorganização/agitação social. A ausência de ação na área econômica pelo Planalto foi tão escandalosa, que o pouco que foi feito na área econômica, até o presente, decorreu muito em função da ação do Congresso. Mas essa análise para a economia será feita em outro texto.

Voltando para as ações de Jair no esforço incansável de acabar com o isolamento social horizontal, o Ministro Luiz Henrique Mandetta foi substituído pelo médico do presidente, Nelson Teich. Na verdade, há muitos anos Nelson Teich atua como empresário e consultor na área de saúde, e trabalhou na campanha de Jair à Presidência. Depois que assumiu a pasta, Nelson Teich fez uma declaração muito vaga e contraditória, dado que sinalizou concordar com o Presidente, e ao mesmo tempo sinalizou concordar com o isolamento horizontal. Ou seja, duas ideias absolutamente incoerentes entre si. Logo depois que Nelson Teich assumiu a pasta da saúde, foi divulgado um vídeo, de alguns atrás, no qual o novo ministro fazia uma fala inconcebível, na qual fazia a suposição de que se houvesse uma adolescente doente e um idoso doente, era óbvio que se devia investir no adolescente, que poderia melhorar e produzir alguma coisa. E nesse vídeo, Nelson Teich emprega o verbo INVESTIR, como se a vida das pessoas fosse resolvida em equações matemáticas, envolvendo quantias monetárias. Descobriu-se também que no início de abril, antes de assumir a pasta da saúde, Teich escreveu um texto questionando uma compra massiva de respiradores, sob a alegação de que se trata de um investimento muito caro, com equipamentos que irão ficar sem uso, principalmente se houver o lançamento rápido de uma vacina ou de um tratamento para a contaminação com o vírus corona. Ou seja, Nelson Teich pelo jeito não enxerga as pessoas e as vidas, mas somente o que se pode perder de dinheiro quando se toma determinadas decisões, que são meras decisões de investimento.

Apesar de Nelson Teich no Ministério da Saúde, Jair ainda estava bastante exaltado, dado que o isolamento social horizontal se mantinha, e seu verdadeiro plano não podia entrar em prática. Na verdade, ele anseia para que seu Plano possa ser executado o mais rápido possível, pois precisa de motivo para se alegrar de verdade. No final de semana próximo (18 e 19 de abril), em uma declaração, Jair afirmou que o isolamento precisa cair e que morra quem tiver que morrer. Ou seja, ele foi absolutamente explícito, claro e transparente no que pretende em sua defesa cega e raivosa pela diluição do isolamento horizontal, prorrogado até o início de maio, na maioria dos Estados brasileiros.

Na verdade, o final de semana citado antes foi bem difícil no Brasil, porque além da declaração com motivações EXPLICITAMENTE GENOCIDAS feita pelo Presidente, houve manifestações organizadas, em várias cidades brasileiras, com faixas, carros de som, discursos inflamados, contra o isolamento horizontal, contra a democracia, contra as instituições republicanas, defendendo agressivamente a volta da ditadura militar.

E para surpresa de quem ainda insiste em não enxergar o óbvio, Jair participou dessa manifestação em Brasília, com um discurso absolutamente antidemocrático e de afronte às instituições, à Constituição. E apesar de já ter feito isso incontáveis vezes, finalmente o STF interpretou as manifestações como um ato de extrema gravidade à democracia e às instituições republicanas, bem como à participação de Jair nesse episódio, finalmente tido como inconcebível. E com isso, o STF abriu inquérito para apurar as manifestações e tomar providências.

E diante da repercussão extremamente negativa das manifestações e da postura do Presidente, como agente ativo delas, na segunda ele negou o que havia dito, e se contradisse tanto, que findou sua fala dizendo que ele era a Constituição. Na verdade, essa atitude de Jair de negar que disse algo que todo mundo viu, ouviu e entendeu, e se contradizer quando vai negar “que disse o que disse”, é bastante repetitiva.

O que se tem, é que poucos dias após Nelson Teich assumir, alguns estados começaram a afrouxar o isolamento, como é o caso do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás dentre outros. Não estou afirmando que há uma relação direta entre a nomeação de Teich e o afrouxamento da quarentena, mas que o discurso firme de Mandetta na defesa da quarentena e do isolamento horizontal cumpria um papel crucial, e que a ocorrência apontada antes sinaliza nessa direção, é incontestável. No dia 22 de abril o Ministro Teich deu a primeira coletiva, e na oportunidade falou que está traçando um Plano para ir derrubando a quarentena paulatinamente. E nos dias 21 e 22 de abril, o Presidente Jair voltou a fazer declarações insistindo que o isolamento deve acabar imediatamente.

Então, de modo bastante sucinto o contexto brasileiro é o seguinte: a quantidade de testes ainda é muito pequena frente ao tamanho da população, o número de leitos de UTI (sobretudo no SUS) é bastante limitado, o percentual de subnotificação (em relação ao número de contágios e de óbitos) é elevadíssimo.

Para se ter uma ideia, o cientista Miguel Nicolelis afirmou nesses dias que a subnotificação pode chegar a 10 a 12 vezes o número de casos confirmados, e esse quadro se estende para o número de óbitos. Por exemplo, um dos indicadores que aponta a subnotificação trata do número de casos e de óbitos por síndrome respiratória aguda (SRAGS), que vem apresentando índices explosivos em todo o país, quando comparados com o ano de 2019 inteiro.

Além dos fatores apontados antes, os cientistas e pesquisadores na área de saúde, infectologia, virologia, vem chamando atenção para as condições habitacionais das periferias no Brasil, que se configuram por moradias minúsculas, habitadas por muitas pessoas, em condições sanitárias precárias. Ou seja, essas condições estruturais, produto da brutal desigualdade e exclusão que marca a história do Brasil, emergem como condições altamente propícias à proliferação exponencial do vírus. E essa população carente inteira demandará o SUS quando os sintomas da doença se agravarem. Contudo, em vários Estados do país, já se registra uma ocupação da quase totalidade das UTI's disponíveis para o tratamento do vírus corona, via SUS, como é o caso do Amazonas, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, dentre outros. E é muito importante não perder de vista, que grande parcela dos pacientes que precisam de leito de UTI para tratamento do vírus corona, passa mais de 15 dias internado, podendo permanecer até mais de 20 dias sob ventilação mecânica.

Então, frente a um quadro latente de esgotamento do sistema nacional de saúde, e da inclinação declarada de afrouxar as regras de isolamento social, realizando o desejo insano e genocida de Jair, tenho que concordar inteiramente com o ator Pedro Cardoso e afirmar que divido com ele uma essa imensa tristeza de ser brasileira, ou melhor, de ter nascido no Brasil. Uma tristeza e um desgosto que me acompanham desde que estudei a história do Brasil e compreendi os reais motivos da brutal desigualdade e exclusão sociais que marcam a vida do povo brasileiro e explica a permanência do Brasil como país atrasado, periférico, subdesenvolvido. E de que essa condição se deve ao pacto anti povo que as elites brasileiras firmaram com o Estado, e que se renova ao longo da história, com o apoio de frações importantes da classe média.

Pois bem, o ator Pedro Cardoso publicou em suas redes sociais *“Não existe Brasil. Existe um amontoado de gente jogado no mesmo pedaço de chão, convivendo forçosamente, obrigados a se dizer pertencer a mesma nação. O Brasil é falso como a letra do seu hino, que, aliás, é feia e mal escrita. O Brasil nunca foi gigante porque ele nem sequer existe. Nenhuma nação surge de 350 anos de escravidão [...] não posso pertencer a um país que não existe. O que existe são grupos identificados por igualdade pretendida [...] cada grupo chama a si mesmo de Brasil como se todos os nascidos nesses limites geográficos fossem iguais a eles. Não somos. Eu não faço buzinação em porta de hospitais nem clamo por ditadura militar. Não pertenço a nação de quem o faz. É com pesar que sou obrigado a compartilhar com gente assim, o mesmo espaço geográfico [...].*

É difícil não concordar com Pedro Cardoso quando se tem um presidente genocida, que não esconde sua ojeriza ao povo, mas que foi eleito pelo voto popular, com votos que vieram de todas as classes sociais, dois anos depois de o país ter sofrido um golpe parlamentar, que custará a vida de milhões de brasileiros, já está custando. Do Brasil, me alegro com a resiliência dos brasileiros pobres e espoliados, mas muito me entristeço com vossa resignação e a ignorância.

A desigualdade no Brasil em meio à crise do COVID-19 e pós pandemia⁴⁷

*Rafael Tavares Requeijo⁴⁸
Águida Cristina Santos Almeida⁴⁹*

Na obra, O Cortiço, a desigualdade brasileira é muito bem representada, pois enquanto Bertoleza trabalha exaustivamente pensando já estar livre. O personagem João Romão ganha os lucros almejando se tornar uma pessoa da alta sociedade, e ao fim da trama a oprimida morre e o opressor ganha o status que desejava. Esta representação mesmo retratando o contexto histórico do Brasil entre os séculos XIX e XX, ainda apresenta alegorias da sociedade atual brasileira, sendo a principal delas a desigualdade, que foi muito combatida pelos governos presentes entre os anos 2000, até metade dos anos 2010, e que voltou a aumentar a partir de 2015.

Com a grande crise atual gerada pela pandemia do novo coronavírus, o perigo é a desigualdade voltar a aumentar em grande escala, principalmente, se o governo atual continuar praticando políticas semelhantes às adotadas no ano de 2019, muito semelhantes às decisões feitas pelo governo federal desde 2016, focadas principalmente no controle dos gastos públicos e em reformas estruturais que vêm retirando direitos e garantias sociais, de camadas vulneráveis da população, sob a alegação de que estão simplificando a burocracia, e com isso melhorando o ambiente de negócios. Porém tais decisões não melhoraram o nível de bem-estar da sociedade e não promoveram a diminuição das desigualdades, muito pelo contrário, levaram à piora no índice de Gini, a uma ampliação da precarização do mercado de trabalho, por exemplo.

No entanto, é importante ressaltar que o Brasil vinha tentando amenizar os desequilíbrios sociais crônicos, que são históricos em nossa sociedade, nas duas últimas décadas. Por exemplo, em 2005 o número de domicílios considerados extremamente pobres era de 20,6 milhões, enquanto em 2009 esse número foi reduzido para 13,4 milhões (IPEA, 2011). Outro fator importante que foi acionado para combater a desigualdade, tratou da melhora na distribuição dos bens sociais vitais, como por exemplo, uma renda básica (via ampliação do Bolsa Família), e melhora no acesso a educação e saúde públicas. Em 2002, 6,8% das residências brasileiras não apresentavam sistema de esgoto, já em 2009 esse percentual foi diminuído para 3,5% (IBGE, 2012). Com isso, o principal indicador de desigualdade

⁴⁷Artigo escrito em abril de 2020.

⁴⁸Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE. E-mail: rafaelrequeijo18@gmail.com.

⁴⁹Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

abaixou, no caso o coeficiente de Gini, que apresentava a magnitude de 0.584 no ano de 1981, e em 2009 apresentou o valor de 0.543 (IPEA, 2011)⁵⁰.

Então, pode-se imaginar é que o melhor a ser realizado na política seria aprimorar as estratégias usadas anteriormente, visando com isso a permanência da queda na concentração de renda, mantendo a redução da desigualdade social e econômica. Não obstante, o novo governo comandado por Bolsonaro não vem seguindo essa linha de pensamento e de ação. É possível evidenciar a falta de responsabilidade da administração do governo federal com a população mais pobre, principalmente, quando vemos os dados da fila para obter o benefício do Bolsa Família. Quando Bolsonaro assumiu o mandato não havia fila para litigar o auxílio⁵¹, porém ao decorrer do ano de 2019 essa realidade foi alterada drasticamente, e a fila para pleitear um singelo benefício de transferência de renda chegou ao número aproximado de 3,5 milhões de pessoas⁵². Dessa forma, fica evidente que o trabalho para combater a brutal desigualdade de renda não é mais o mesmo das décadas anteriores. Outro indício do descaso político com a desigualdade é denotado pelo orçamento do Programa Bolsa Família no ano de 2020, que em princípio foi inferior ao ano de 2019. Forçado a agir na pandemia, somente em função das consequências do novo coronavírus, o governo zerou a fila do Bolsa Família⁵³, uma ação que não estava em qualquer horizonte do plano de políticas reformistas.

A desigualdade na estrutura social e econômica brasileira é um elemento que ao decorrer da história tendeu a ser muito inerte ou de difícil alteração, pois como é apresentado no livro *Uma História de Desigualdade*⁵⁴, em que o autor faz uma análise acerca da desproporção de renda, no período entre 1926 até 2013, visto que durante esse espaço tempo os níveis de concentração de renda só foram severamente modificados em meio a grandes crises, mais especificamente no período entre as duas grandes guerras mundiais. Dessa forma, a grande queda de concentração de renda em todas as classes sociais observada no período entre guerras, acabou sendo denominado o grande nivelamento. Todavia, como as grandes guerras tiveram menores efeitos na América Latina é teorizado que não tiveram como efeito a redução da desigualdade nos países latino americanos.

⁵⁰Dados presentes no parágrafo foram retirados do documento: A Saúde no Brasil em 2030 diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro. Feito pela Fundação Oswaldo. Cruz https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/miolo_saude_brasil_2030.pdf.

⁵¹Notícia que comprova esse número: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/fevereiro/bolsa-familia-tem-fila-de-espera-zerada-pela-8o-vez-em-fevereiro>.

⁵²Dado retirado da matéria presente no jornal Estado de São Paulo: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fila-do-bolsa-familia-ja-tem-3-5-milhoes-de-pessoas-municipios-voltam-a-dar-cesta-basica,70003201822>.

⁵³Notícia que ressalta que o objetivo do governo era zerar a fila do Bolsa Família com o auxílio emergencial: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/repassa-direto-a-populacao-soma-6-do-pacote.shtml>

⁵⁴Informação retirada do livro: SOUZA. Pedro H.G. Ferreira De. *Uma História de Desigualdade A Concentração de Renda Entre os Ricos no Brasil 1926-2013*. 1. Ed. Editora Hucitec. São Paulo. 2018. 421 p⁵⁴.

Semelhante às crises resultantes das duas guerras mundiais, a depressão econômica acarretada pela pandemia do Covid-19, pode resultar em um novo grande nivelamento em escala global, tendo em vista os dados históricos das últimas grandes depressões. No entanto, é importante observar que em meio à crise no contexto brasileiro já é possível perceber grandes desequilíbrios na contenção do vírus, o que em longo prazo tem potencial de ampliar ainda mais as desigualdades que marcam a história do Brasil, em todas as suas dimensões, ou seja, sanitária, econômica, social, regional, de raça e gênero.

Em vista de tudo isso, o estado atual já é de extrema desigualdade e com a chegada de uma depressão na economia, as classes menos favorecidas podem sofrer ainda mais, e por isso é de grande importância o Estado priorizar em diminuir as desigualdades, tanto durante a pandemia, na questão dos atendimentos e do fornecimento de acesso à saúde, pois é um direito vital de todos, e pensar em políticas que ataquem a desigualdade social e econômica, que é enorme e voltou a se ampliar desde 2015. No pós pandemia, contudo, a situação social e econômica do Brasil assumirá uma gravidade quase que incontornável se as decisões do governo federal continuarem se assemelhando às ações políticas tomadas em 2019, em que os programas de transferência de renda foram afetados, mesmo sendo considerados de alta importância para a minimização dos efeitos da desigualdade. Do contrário, cenários como o representado em o Cortiço, no qual os burgueses se aproveitam da fragilidade dos menos favorecidos para obterem mais riquezas e privilégios, permanecerão sendo a realidade social brasileira, trágica e falida.

A sátira do vírus e despreocupação do presidente brasileiro frente à crise⁵⁵

Thyago Ezequiel de Melo⁵⁶

Karla Vanessa B. S. Leite⁵⁷

Nessa terça-feira (28/04), o Brasil acaba de ultrapassar os números oficiais da China, superando os 5 mil mortos, número esse que duplicou em uma semana, enquanto o Presidente brasileiro apenas dizia: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre”⁵⁸. Bolsonaro vem descumprindo ordens judiciais, ao não entregar seus exames de Covid-19, e diz que “eu talvez já tenha pegado esse vírus no passado, talvez, talvez, e nem senti”⁵⁹, segundo ele, os dois testes resultaram negativo.

Enquanto isso, países europeus, como a Alemanha, já estavam começando uma nova etapa no controle do vírus voltando a abertura de parte do seu comércio, que estava fechado há mais de um mês. Para tanto, o governo alemão está aumentando o número de testagens e mantendo o distanciamento social, sendo o país que tem mais casos curados que os de internados⁶⁰.

Ainda que alguns órgãos brasileiros estejam tentando contornar o vírus e os prejuízos trazidos por ele – como a Anvisa que aprovou a realização de testes de rápido diagnóstico em farmácias e drogarias⁶¹ e a Caixa Econômica, após medida criada pelos governadores, estar cadastrando pessoas para o recebimento do “auxílio emergencial” – o Brasil acabou ultrapassando a China, país de origem do vírus, nessa quinta-feira (30/04) alcançando 85.380 infectados contra 83.944, respectivamente. Pesquisas já observam que a taxa de isolamento vem caindo, como no caso de São Paulo, na qual a poluição está voltando a aumentar, após um período de queda no início da pandemia/isolamento social.

Mas, ainda mais grave do que a população que vem negligenciando o isolamento social é o desrespeito do governo federal frente ao Covid-19, em diversas frentes. Casos como o já citado anteriormente de o Presidente minimizar e satirizar a pandemia e a quantidade de infectados e mortos pelo vírus não são

⁵⁵ Artigo escrito em abril de 2020.

⁵⁶ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁵⁷ Professora Adjunta da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁵⁸ Fonte: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/bolsonaro-fala-em-retomada-da-atividade-apos-reuniao-com-empresarios-da-firjan.ghml> (Acesso dia 30/04/2020)

⁵⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/30/talvez-ja-tenha-pegado-esse-virus-no-passado-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus.ghml> (Acesso dia 30/04/2020)

⁶⁰ Fonte: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/20/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-20-de-abril.ghml?utm_source=email&utm_medium=newsletter&utm_campaign=g1 (Acesso dia 30/04/2020)

⁶¹ Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/28/anvisa-aprova-realizacao-de-testes-rapidos-de-coronavirus-em-farmacias.ghml> (Acesso dia 30/04/2020)

isolados. Em outras ocasiões, o chefe do executivo já comentou que não era coveiro e que quem deveria estar sendo cobrado pelas mortes fatais eram os governadores e prefeitos⁶². Nesse particular, é relevante destacar que os governos estaduais e municipais foram, em grande medida, os responsáveis pelas medidas restritivas que, sem dúvidas, foram fundamentais para diminuir o número de mortes por COVID-19.

Diante desse cenário, é de se esperar que o pior ainda esteja por vir: mesmo tendo números recordes nas infecções do vírus no mundo, o país apresenta uma subnotificação de casos, que pode estar se refletindo no aumento de 1035% no número de mortes registradas por síndrome respiratória no Brasil, entre março e abril de 2020.⁶³ Além disso, estima-se que o número de mortes, apenas em São Paulo, ultrapasse 168% dos registros oficiais, até o fato de que se aumentou. Como, então, esperar que os danos da pandemia (sociais e econômicos) sejam minorados, se a autoridade máxima do país não tem responsabilidade com as vidas que estão sendo perdidas e seu governo entrega uma péssima gestão da pandemia? Diante da sátira do Presidente, aos brasileiros, resta a esperança.

⁶² Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/bolsonaro-diz-que-cobranca-sobre-mortes-por-coronavirus-precisa-ser-feita-a-governadores-e-prefeitos.ghtml> (Acesso dia 30/04/2020)

⁶³ Fonte: <https://estadaomatogrosso.com.br/brasil/4-indicadores-de-que-ha-mais-casos-de-covid-19-no-brasil-do-que-o-governo-divulga/4490> (Acesso dia 30/04/2020)

E o que será da combalida educação brasileira na pandemia?⁶⁴

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁵

Hoje, 02 de maio de 2020, no mundo, são ao menos 242.000 mortos pelo vírus corona, e 3,4 milhões de pessoas contaminadas, de acordo com dados da plataforma do Google. No Brasil, os óbitos mais que dobraram nos últimos 10 dias, alcançando 6.329 e o número de contaminados é 91.589, segundo o portal G1 da Globo. E é muito importante não esquecer que a subnotificação no Brasil é muito elevada, dado que o número de testes ainda é muito baixo, e isso vem sendo repetido pelo Ministério da Saúde, principalmente quando o ministro era Luiz Henrique Mandetta. Vários acadêmicos e médicos sanitaristas e infectologistas também vêm chamando atenção para o elevado índice de subnotificação e de suas implicações potenciais sobre a crise sanitária que o país atravessa em razão da pandemia. Além disso, vários estados brasileiros já possuem uma taxa de ocupação dos leitos de UTI bastante elevada, com destaque para os Estados: Amazonas (taxa de ocupação é de 94%), Ceará (taxa de ocupação é de 98%), Pernambuco (taxa de ocupação é de 98%), Rio de Janeiro (taxa de ocupação é de 92%).

Não obstante, considerando apenas os dados oficiais, o número de mortos e infectados no Brasil já é bastante alto, de modo que já não é mais possível sustentar o discurso de que a contaminação pelo vírus corona é uma gripezinha, ou de que o vírus já está indo embora, ou qualquer outro argumento nessa direção, como insiste em fazer o presidente Jair, que nesses últimos dias permanece defendendo o fim do isolamento social, e provocando aglomerações, contrariando com isso as recomendações da OMS e de autoridades sanitárias locais, apesar da disparada de óbitos nas duas últimas semanas e da perspectiva de aumento ao longo dos próximos dias.

Um dos apoiadores das ideias do presidente Jair, é o ministro da Educação, Abraaham Wintraub, na verdade anti ministro, que desde que assumiu a pasta em 08 de abril de 2019, não se constrange em demonstrar seu ódio às universidades públicas e à educação pública brasileira, promovendo cortes de recursos às universidades e institutos federais, sem nenhuma justificativa plausível e fazendo declarações mentirosas, caluniosas, desrespeitosas, de baixo calão, aos alunos e professores das universidades e institutos públicos federais.

Desde que começou a pandemia, Wintraub vem mantendo seu padrão de absoluto despreparo e total incompetência à coordenação da pasta da educação, que vem sendo des governada desde que se

⁶⁴ Artigo escrito no dia 02 de maio de 2020. Com base na leitura do jornal Folha de São Paulo, Revista Carta Capital, Jornal El País Brasil, Jornal GGN, ao longo dos meses de março e de abril de 2020.

⁶⁵ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

iniciou o mandato de Jair. No dia 22 de abril, data na qual já havia morrido quase 3.000 pessoas por coronavírus no Brasil, Wintraub declarou que o calendário do Enem será mantido e que em poucas semanas acredita que as aulas voltarão. Nessa declaração afirmou que não prevalecerá a vontade dos “pessimistas”, dos “terroristas de plantão”, das “pessoas que estão torcendo para dar tudo errado”. Ou seja, o anti ministro da educação, do anti presidente Jair, também é anti ciência e nega a gravidade da crise sanitária que assola o mundo inteiro. Nessa fala, o ministro agiu exatamente como o Presidente Jair, fez uma série de acusações sem nomes e sem dados, e sequer citou a pandemia e suas consequências. Para o ministro tudo se deve ao trabalho conspiratório de pessoas que estão agindo para dar tudo errado, mas que ele irá conseguir derrotá-las.

Inclusive, a justiça de São Paulo derrubou, por meio de liminar, no dia 18 de abril, a determinação do ministério da educação de manter o calendário do Enem no início de novembro. Mas, lamentavelmente a AGU derrubou a liminar emitida e manteve o calendário. E por que é lamentável? Porque estamos num momento em que precisamos cuidar uns dos outros, estamos passando por umas das maiores crises sanitárias dos últimos tempos, a qual ainda não tem data prevista para findar. Muitas pessoas já morreram, muitas outras irão a óbito, o número de contaminados só cresce ao longo dos dias, apesar de alguns países já estarem registrando uma redução na velocidade de contágio, mas não é o caso do Brasil. O sistema de saúde brasileiro, principalmente o público, já dá claros sinais de esgotamento num prazo que não parece estar distante. Enfim, a situação é muito difícil, muito catastrófica, e manter o calendário do Enem é ignorar e relativizar a gravidade da crise sanitária, e isso é um crime, é um desrespeito àqueles que já foram diretamente atingidos pela doença, àqueles que estão na linha de frente tratando dos doentes, àqueles que estão na linha de frente dos comoventes processos de sepultamento das vítimas do vírus corona.

Dias antes, mais precisamente no dia 13 de abril, o anti ministro defendeu a abertura das escolas e afirmou que deverão morrer menos de 40.000 mil brasileiros, como se esse número fosse pequeno, irrelevante. Como assim 40.000 mortos é trivial? Como digerir tamanha estupidez? Nessa mesma declaração Wintarub fez duas críticas à suspensão das aulas e afirmou que houve precipitação nas decisões de prefeitos e governadores. Ou seja, o anti ministro, do anti presidente, é anti ciência e é genocida. E é surpreendente que uma pessoa com esse perfil esteja dirigindo há mais de um ano, uma pasta tão central como é o caso da educação. Nessa mesma declaração empregou a tática convencional de fazer acusações vagas, nas quais não cita nomes para os crimes dos quais se coloca como vítima, ao mesmo tempo em se que se coloca numa posição heróica, porque irá vencer esses inimigos que não explicita quem são.

Nos primeiros dias de abril, o anti ministro Wintraub fez uma piada postada em redes sociais, insinuando que a China poderia se beneficiar, de propósito, com a crise causada pela pandemia. Fez uma piada utilizando a linguagem do cebolinha da turma da Mônica, personagem conhecido por trocar a letra

R pela letra L. O anti ministro escreveu imitando o modo de falar do Cebolinha e colocou uma imagem de um gibi da Turma da Mônica. O que pensar de uma atitude tão leviana, tão irresponsável, tão ridícula, vinda de um ministro de Estado, e mais, da pasta da Educação? Eu mesma, não consigo colocar em palavras as emoções e sensações que tal atitude me causa.

Mas não para por aí, pois além de ser anti ciência, anti ministro, e comungar do apelo genocida do presidente Jair, Wintraub também é golpista e anti democrático, pois não respeitou o resultado eleitoral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). O IFRN iniciou sua campanha eleitoral em outubro de 2019, e seguindo os trâmites democráticos, enviou ao ministério da educação à lista tríplice (na qual consta os nomes dos três candidatos mais votados pela comunidade acadêmica – que é composta pelos professores, alunos e servidores). O vencedor no pleito eleitoral foi o professor José Arnóbio de Araújo Filho, com 48,25% dos votos, que concorreu com Wyllys Farkatt Tabosa, José Ribeiro de Souza Filho, Ambrósio Silva de Araújo.

Pois bem, o anti ministro Wintraub desconsiderou a decisão da instituição, ignorou a lista tríplice e nomeou José Arnóbio de Araújo Filho, que sequer concorreu no pleito. O nomeado por Wintraub é professor da instituição e filiado ao PSL, que era o partido do presidente Jair. Embora José Arnóbio não tenha concorrido às eleições, não se constrangeu com a nomeação de Wintraub e demonstrou seu explícito interesse em assumir a direção do instituto, mesmo que por meios não republicanos, e acho que isso já diz muito a seu respeito. A comunidade acadêmica do IFRN demonstrou sua absoluta indignação e se moveu com vistas a impedir a concretização da decisão do anti ministro. É muito importante destacar que esse tipo de atitude tomada por Wintraub só ocorreu no período da ditadura militar. Acho extremamente importante não perder isso de vista, para poder dimensionar com precisão a gravidade da decisão do anti ministro.

A decisão do isolamento social, o principal instrumento para retardar a velocidade no avanço do contágio pelo coronavírus, e com isso tentar evitar o colapso do sistema nacional de saúde, foi tomada pelos governadores e prefeitos, contrariando as vontades do anti presidente Jair, do anti ministro Wintraub, e de alguns outros integrantes do governo. E isso é de absoluta gravidade, dadas as consequências trágicas e incontornáveis que a ausência do isolamento social acarretará. Cientistas e acadêmicos já demonstraram que sem o isolamento social o número de óbitos tende a ser muito maior, e uma breve comparação denota isso. Quando se compara a curva de contágio da Suécia (sem lockdown), com as curvas de contágio de países como Dinamarca, Finlândia e Noruega (com lockdown), se vê com absoluta clareza a diferença no ritmo de contágio quando se adota ou não confinamento. No Brasil, pelo menos 75% da população brasileira precisa do SUS para ter acesso aos serviços de saúde. Por seu turno, o SUS detém apenas metade dos leitos de UTI do país, e a grande maioria dos municípios brasileiros não dispõe de leitos de UTI.

Daí levanto os seguintes questionamentos: o anti ministro da educação sabe de tudo isso que foi exposto aqui, e ainda assim desdenha das medidas de isolamento, ignorando a gravidade da crise sanitária, e apoiando a retomada “normal” das atividades acadêmicas, porque não lhe faz diferença o número total de óbitos? Ou, o anti ministro não sabe nada do que vem acontecendo? Ou o anti ministro Wintraub foi informado da gravidade da crise sanitária que estamos mergulhados, mas como seu ídolo Olavo de Carvalho, nega a crise, apostando que a negação sana as dificuldades? Particularmente, acho graves todas as suposições levantadas, sobretudo quando está se falando de alguém que ocupa um cargo no qual a tomada de decisão resulta importantes implicações à vida de milhões de pessoas. Inclusive, muitas dessas implicações possuem consequências que são incorrigíveis e podem repercutir ao longo de anos nas vidas de muita gente, de milhões de famílias, dado que a morte de pessoas é um desfecho que não pode ser revertido.

Não obstante, se o anti ministro comunga da mesma opinião do anti presidente, certamente não há nenhum problema se a contaminação pelo vírus corona resultar numa quantidade muito elevada de mortos. Nessa última semana, quando questionado acerca do aumento no número de óbitos no Brasil vítimas do vírus corona, o anti presidente Jair respondeu “E DAÍ?” e fazendo uma piada infeliz com o seu nome, soltou uma afirmação sarcástica, “eu sou Messias, mas não faço milagres”. São nessas mãos genocidas que o povo brasileiro se encontra, mas se perguntarmos ao Jair, ele prontamente responderá: E DAÍ, EU NÃO SOU COVEIRO? É difícil imaginar a resposta de Wintraub a essa mesma pergunta?

Enquanto isso na floresta amazônica⁶⁶

Pedro Salviano Neto⁶⁷

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁸

Estamos atravessando uma das maiores crises de saúde em escala global. Trata-se de uma pandemia, e por isso praticamente todos os países do mundo vêm sofrendo com o avanço do covid-19. No caso do Brasil, como já não bastasse o difícil momento que a saúde pública vem enfrentando, funcionando com insuficiência (como ocorre normalmente) e com a ajuda indispensável dos Governos Estaduais e das prefeituras, o governo central, num puro ato de insanidade, resolveu promover o agravamento da crise institucional, juntamente com o agravamento da situação econômica, que já estava em dificuldade antes da pandemia ser deflagrada. Com a chegada da pandemia, o Governo Federal praticamente escancarou a crise, e como já não fosse pouco, agora temos uma crise institucional, que foi muito agravada nas últimas semanas.

Recentemente o programa Fantástico, da Rede Globo, realizou uma reportagem, na qual expôs uma série de operações em que o IBAMA juntamente com a Polícia Ambiental, agiram com a finalidade de evitar a disseminação do novo coronavírus nas regiões indígenas, trazido por meio de atividades do garimpo ilegal que vinha e vem assolando toda a região do Estado do Pará, sobretudo depois que Bolsonaro assumiu o poder em 2019.

A referida operação visava a prisão de garimpeiros ilegais, destruição de maquinários e com isso interrupção das atividades ilegais nos campos de garimpo. A matéria figurou como uma boa notícia para o Brasil em meio ao caos no qual estamos vivendo, pois apesar das crises que estamos vivendo e que foram mencionadas antes, o IBAMA continuava seus trabalhos em prol da defesa do meio ambiente, como também para evitar que as populações indígenas fossem afetadas com o contágio pelo vírus corona, o que instauraria um cenário devastador nas diversas tribos indígenas que habitam na Amazônia.

Porém, desde que se iniciou o governo Bolsonaro é comum pessoas que estão desempenhando suas atribuições de modo correto e eficiente, serem perseguidas e demitidas das funções. Ou seja, é comum no atual governo pessoas serem punidas por agirem do modo adequado. E foi exatamente isso que aconteceu no IBAMA, depois da repercussão da reportagem do Fantástico. O governo tinha divulgado uma portaria na qual impunha restrições ao acesso da imprensa na cobertura de operações do IBAMA.

⁶⁶ Artigo escrito em Maio de 2020

⁶⁷Graduando em Ciências Econômicas – UAECON/UFCG, integrante do PET/Economia/UFCG e do GAACE/UFCG. E-mail: pedrosalviano@outlook.com

⁶⁸Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Na referida reportagem foram realizadas entrevistas com servidores responsáveis pela operação, sendo que esses mesmos servidores pediram o direito ao anonimato, pois já temiam algum tipo de retaliação advinda do Ministério do Meio Ambiente. Porém o desmonte já estava feito, e no dia 30 de maio próximo os dirigentes responsáveis pelas operações de contenção do garimpo ilegal foram exonerados.

Tal ação repugnante por parte do ministro Ricardo Salles, só escancara aquilo que já está claro desde que Bolsonaro assumiu o poder, o governo não quer que se tenha operações desse tipo, que ajam a fim de conter garimpeiros e madeireiros ilegais. E isso é muito grave, dado que é o Estado agindo na blindagem de pessoas e organizações criminosas, que causam danos, muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente e às vidas dos habitantes daquela região. Além disso, persegue-se e prejudica os servidores públicos que estão desempenhando suas funções de modo correto, seguindo os preceitos constitucionais. São inúmeros os casos de incompetência e mau uso da máquina pública, por representantes do alto escalão do governo. Com tantos problemas que o Brasil vem enfrentando, e o governo parece não estar nem um pouco preocupado em atenuá-los. E o pior disso tudo é que as crises aqui são múltiplas, e todas são graves e exigem urgência nas ações políticas. Em meio a um cenário trágico como esse, posso até propor um novo slogan para o governo: “Desordem e Regresso” ou “E daí?”, como afirmou o presidente Bolsonaro, quando questionado acerca do gigantesco número de óbitos que a pandemia vem ocasionando⁶⁹.

⁶⁹ Revista Veja: <https://veja.abril.com.br/blog/impacto/ibama-exonera-servidores-apos-operacao-em-terra-indigena/>
Correio Braziliense: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/30/interna-brasil,850174/chefes-do-ibama-que-agiram-contra-garimpeiros-sao-exonerados-pelo-gove.shtml>

A desigualdade em tempos de pandemia⁷⁰

Ray Raposo Teixeira⁷¹

Águida Cristina Santos Almeida⁷²

No dia 26 de fevereiro de 2020 o Brasil registrou o primeiro caso do novo coronavírus, ou seja, em fevereiro o vírus chegou a um dos países mais desiguais do mundo, que não precisaria ser, pois está entre as dez maiores economias do planeta, figurando como uma contradição, e isso se deve ao fato de uma pequena parcela da população concentrar parte significativa da riqueza, da renda, e consequentemente dos privilégios do nosso país. Com a chegada do vírus, ficou ainda mais escancarado as desigualdades do Brasil, trazendo um grande impacto na vida de milhões de pessoas. O cenário econômico que o país enfrenta é muito desafiador, é um cenário no qual, muitos países, inclusive o Brasil, vem enfrentando muitas dificuldades econômicas em função de insistir com a chamada austeridade fiscal, ou seja, a ideia de enxugar o Estado e que, consequentemente, vem demonstrando, principalmente agora, os equívocos dessa estratégia austericida, quando não se tem políticas sociais inclusivas para o conjunto da população. Em razão da gestão fiscal austera, levada ao limite com a aprovação da PEC do teto de gastos no final de 2016, o Brasil não consegue retomar o crescimento econômico e experimenta a recuperação mais lenta de sua história, depois de sofrer a pior crise de sua história. Com a pandemia o cenário é incontornável, caso a PEC seja mantida.

O Brasil já vinha em um deplorável processo de retomada econômica, inviabilizada pela PEC do Teto de Gastos, e das reformas estruturais seguintes, que minaram a demanda agregada, e culminaram na profunda redução do investimento público em setores estratégicos da infraestrutura e sociais, como por exemplo, saúde e educação, que consequentemente enfraqueceu o SUS (Sistema Único de Saúde), e tenderá a enfraquecer ainda mais, à medida que os anos forem passando e a PEC do teto de gastos se sustentar, dado que o prazo de vigência da referida PEC é de 20 anos, iniciados em 2017. Em um momento como esse que estamos vivendo agora, atravessando a maior crise sanitária dos últimos tempos, precisamos de um Estado que cumpra suas funções do modo mais adequado e efetivo possível, preservando o maior número de vidas possível e dando o máximo necessário à sustentação da economia

⁷⁰Artigo escrito em maio de 2020.

⁷¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: rayraposo@outlook.com.

⁷²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

(famílias, empresas, unidades federativas subnacionais). Não obstante, não é desse modo que o governo brasileiro vem agindo, mas ao contrário, vem demonstrando elevados níveis de incompetência, ação coordenada e rápida, sistêmica e organizada, com vistas a gerir a crise sanitária, e os impactos econômicos que a pandemia naturalmente enseja.

A pandemia do novo coronavírus atinge a todos, mas recai mais fortemente sobre as pessoas mais pobres, mais vulneráveis sociais e economicamente. A Oxfam Brasil divulgou uma análise, empregando dados de diferentes instituições⁴, e que denotam que em razão da pandemia, pode-se ter um cenário com mais de 500 milhões de novos pobres no mundo, ou seja, um dado bastante grave, tendo em vista que a desigualdade social no mundo já era bastante elevada antes da pandemia. No caso do Brasil, a Covid-19 quando chega, se estabelece num cenário de fortes assimetrias, com desigualdades crônicas, profundas, muito bem assentadas, e com distintos cortes, como por exemplo, de raça, classe, gênero, regional. Esse cenário de brutal desigualdade é o traço mais marcante e determinante na vida dos que aqui habitam, e sobretudo das camadas mais pobres e desassistidas. Desse modo, a pandemia do vírus corona não inventa nada, em termos de desigualdade, mas apenas acentua, escancara, exacerba mazelas históricas da sociedade brasileira, para as quais, grande parte dos analistas, habitantes, políticos, e as elites não concedem a devida atenção. De um lado, tem-se parcela importante do poder público desinteressado em mitigar as assimetrias, de outro uma população construindo de modo muito pífio e com uma noção fraca de cidadania e de participação política.

Mais de 13 milhões de pessoas vivem em favelas no país, segundo IBGE, habitadas predominantemente por famílias negras, com alta densidade demográfica e com serviços de energia e água ineficientes, além das condições insalubres de habitação, resultante da ausência de saneamento básico, por exemplo. Segundo dados divulgados pela prefeitura de São Paulo, a desigualdade social determina o perfil das vítimas por covid-19, enquanto nos países mais desenvolvidos a idade é o fator mais decisivo. Em São Paulo, o endereço acaba se tornando mais importante, ou seja, quem vive nas áreas mais pobres da capital tem mais risco de morrer pelo coronavírus. A maioria dos mortos por covid-19 são moradores de bairros com os piores indicadores sociais, que são os bairros da periferia. São locais onde se têm mais dificuldades ao acesso à saúde, ao acesso à água potável, à rede de esgoto. Em razão dos fatores citados, as habitações são precárias e a renda média é muito menor, ou seja, uma combinação de fatores que fragiliza e que faz com que as pessoas mais vulneráveis estejam mais expostas ao vírus.

A solução emergencial, e quase única por enquanto, é o isolamento social, e é muito fácil falar em isolamento social para àqueles que dispõem das condições materiais mínimas para fazê-lo. Contudo, como o isolamento é fundamental para todos e todas, é o Estado que deve fornecer as condições materiais para que o maior número possível de pessoas possa ficar em casa, independentemente da cor e da classe social, e com isso todos contribuam com o achatamento da curva de contágio pelo vírus corona. À exceção

fica para um conjunto diminuto de atividades que realmente são essenciais, e os trabalhadores dessas funções precisam de adequadas condições de segurança, para atenuar os riscos de contágio e óbito nesse grupo, como por exemplo, profissionais da saúde, segurança, trabalhadores de supermercados e farmácias. Em muitas cidades e regiões periféricas o “fique em casa” soa quase como uma agressão, porque a pessoa muitas vezes nem tem a casa para morar e quando a tem, não tem condições de permanecer nela, precisa se locomover para ganhar a vida e é aí que a gente vê que a conta da sociedade deu um resultado errado, dada a ausência da proteção, de um colchão social, descortinado pela pandemia. Enfim, é necessário assegurar que todos os cidadãos tenham a mesma condição de ficar em casa e se preservar, e o Estado central é o único que dispõe de meios materiais e políticos para que o isolamento se efetive de modo eficaz e justo, protegendo os brasileiros e as brasileiras de todas as classes sociais e que habitam os distintos espaços geográficos que constituem o território.

Negros e mulheres enfrentam as maiores taxas de desemprego. No final de 2019, estavam desocupados 13,5% dos pretos, contra 8,7% dos autodeclarados brancos; 13,2% de mulheres, 9,2% de homens, segundo o IBGE. Na Síntese de Indicadores Sociais 2018, o IBGE estimou que 15,5% dos negros moravam em residências com pelo menos uma inadequação, de ausência de banheiro a ônus excessivo com aluguel. No Nordeste, 30,8% dos moradores não tinham acesso à internet fixa ou móvel. É essa parcela da população, sem trabalho, que terá de se habilitar por aplicativo de celular ou computador para ter acesso ao auxílio emergencial de R\$ 600 que a União vai pagar por três meses, aprovado e organizado com grande morosidade pelo governo.

Enfim, o Brasil chega à crise sanitária com a ideia de estado mínimo como saída única. Todavia, com o mundo em forte contração econômica, como ocorrerá em 2020, o PIB brasileiro sofrerá uma grande retração, depois de ter crescido muito pouco nos últimos três anos, e caído fortemente nos anos 2015 e 2016. Com isso, a pobreza em vários lugares do mundo irá se agravar, e no caso dos países mais pobres e/ou desiguais esse cenário de pobreza assume uma gravidade muito maior, ou seja, a crise sanitária desemboca inevitavelmente numa crise econômica, e como sempre isso recai de modo mais forte nos países e populações mais pobres. A partir desse cenário é necessário pensar em um novo pacto social, pensando no papel do Estado mais ativo, mais ciente das suas atribuições constitucionais como, por exemplo, ofertar saúde, educação, habitação e mobilidade. O Estado precisa cumprir sua responsabilidade constitucional, tanto na redução da pobreza e das desigualdades, como na garantia à vida da população e gerador de dinamismo econômico.

Para tanto, é preciso um grande plano de recuperação econômica e social, a revogação da PEC do teto de gastos e a ausência dessa discussão na imprensa de massas suscita muita preocupação e é muito negativo. E cabe aqui destacar o quanto uma decisão tomada pelo governo Bolsonaro em 2019, culmina na escassez de espaços e institucionalidades de promover os debates e pressionar pelas ações que precisam

ser tomadas, em caráter de urgência nesse momento. A referida medida diz respeito à dissolução e retirada da sociedade civil de vários conselhos que serviam de comunicação e diálogo entre a sociedade civil e o poder público. O governo promoveu ainda, a extinção dos ministérios do Planejamento, Indústria e Comércio, do Trabalho e da Cultura. Do ponto de vista da nossa estrutura institucional e democrática, chegamos à crise do coronavírus muito fragilizados, e despreparados institucional, política e economicamente para gerir as crises pelas quais todos os países do mundo vêm passando.

A discussão em torno do levantamento de recursos a fim de gerir as crises existentes, aponta a importância da tributação das grandes fortunas, da tributação de lucros e dividendos, ou seja, aponta-se que o Estado pode criar mecanismos para promover uma arrecadação mais progressiva, que vai mexer somente nos 5% da população que está no topo da pirâmide de renda e que concentra parcela considerável da renda e da riqueza. Espera-se que agora haja um novo pacto social com políticas mais inclusivas e redistributivas e um sistema tributário mais justo, mais progressivo. Espero que a crise do covid-19 faça com que os governos entendam que o acesso à saúde deve ser para todos, ou seja, que o SUS se torne realmente um sistema universal, integral e equânime, e a classe política se una para enfrentar os reais problemas da desigualdade de modo sério, com comprometimento, ao invés de manter a estratégia usual de se furt

O agravamento da vulnerabilidade dos imigrantes em função da pandemia: uma crise humanitária sem precedentes

Yukimi Akami Evereux Viana Nascimento⁷⁴

Águida Cristina Santos Almeida⁷⁵

Um abrigo para migrantes no sul do México, chamado *La 72*⁷⁶, vem sendo há anos uma estação popular para quem viaja da América Central para os Estados Unidos. Nas últimas semanas, no entanto, esse tráfego foi interrompido e até revertido. Desde o final de março, em meio à pandemia do coronavírus, pouquíssimos migrantes passaram pelo abrigo. E quase todos estavam indo ao sul, tentando voltar às vossas casas na América Central.

A *La 72* é uma organização de abrigo e direitos humanos para migrantes, administrada pela província franciscana "San Felipe de Jesús" na cidade de Tenosique, Tabasco, na fronteira sul do México. Ela fornece ajuda humanitária básica, apoio psicossocial e assistência, e representação jurídica a milhares de migrantes e refugiados da América Central a cada ano. A casa recebeu o nome de "*La 72*", em homenagem às 72 vítimas do massacre de San Fernando em 2010 no estado mexicano de Tamaulipas.

Com a pandemia, os dilemas envolvendo os fluxos migratórios se agravaram, tendo em vista que a pandemia resultou em fechamentos de fronteiras, suspensão de programas de asilo, interrupções nos transportes e estabelecimento de políticas de quarentena, que restringiram drasticamente a migração ao redor do mundo, principalmente das nações mais pobres para as mais ricas.

Na América Latina, as rotas migratórias normalmente numerosas que levavam da América do Sul, através da América Central e do México, para os Estados Unidos ficaram, dado que o governo Trump⁷⁷ aproveitou-se da pandemia para fechar a fronteira a quase todos os migrantes. Atribuindo a decisão à ameaça do coronavírus⁷⁸, o governo Trump instituiu uma nova política de migração, sob a qual deporta rapidamente pessoas que cruzam ilegalmente a fronteira sudoeste dos Estados Unidos. A administração também interrompeu o processamento de migrantes sem documentos nos portos de entrada. Contudo, é importante lembrar que muito antes da pandemia, era de Trump a ideia de construir um muro na

⁷³ Artigo escrito no mês de maio.

⁷⁴ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

⁷⁵ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁷⁶ Site da org.: <https://la72.org/>

⁷⁷ United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), King's College London e an Australian National University.

⁷⁷ Link disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/05/03/us/coronavirus-immigration-stephen-miller-public-health.html>

⁷⁸ Link disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/20/us/politics/trump-border-coronavirus.html>

fronteira dos Estados Unidos com o México, com a finalidade de obstruir a migração ilegal para os Estados Unidos, sem demonstrar qualquer interesse para uma saída humanitária no tocante a essa crise.

A situação não é só crítica nas Américas, e nem tão pouco os Estados Unidos são um ponto fora da curva, no tocante ao acirramento da hostilidade aos migrantes de países pobres. Em todo o mundo, governos de vários países fecharam temporariamente suas fronteiras aos refugiados que buscam proteção. A situação na África⁷⁹ também vem trazendo fortes impactos e consequências negativas à vida de seus trabalhadores, e o número de africanos do leste que cruzam o Golfo de Áden em busca de trabalho caiu.

Na Europa, as fazendas na parte mais ocidental⁸⁰ estão enfrentando graves déficits de mão-de-obra, já que as proibições de viagens bloquearam o movimento de trabalhadores que chegam diretamente da parte oriental da Europa.

Um grupo de cerca de 2.500 migrantes, muitos deles haitianos, estão presos em centros governamentais de migração no sul do Panamá, porque a fronteira com a Costa Rica está fechada, impedindo a viagem ao México, com o objetivo de chegar aos Estados Unidos⁸¹.

Então, de modo geral e em vista de tudo isso, essa crise migratória já era um problema estabelecido, muito antes da pandemia, e os governos de países ricos nunca se inclinaram a fazer um enfrentamento humanitário dessa situação tão trágica, nas vidas de milhões de pessoas, de países diversos. A pandemia apenas fez com que se agravassem essas condições de vulnerabilidade social e econômica dessas pessoas. É desumana a falta de empatia pelas pessoas que estão nessa situação, o descaso político com essas pessoas. É fundamental não perder de vista que não se trata de pessoas que estão passando férias na Itália em condições luxuosas, ou em iates no Japão, mas ao contrário, são pessoas desprovidas das condições mínimas de subsistência ou em situação de risco, em função de conflitos políticos, religiosos, dentre outros. É impensável o nível de vulnerabilidade que as vidas dos imigrantes tenderá a assumir nessa pandemia, considerando sua condição degradante muito antes dessa crise sanitária ser deflagrada no mundo.

⁷⁹Link disponível em: <https://www.iom.int/news/migration-africa-arabian-gulf-decreases-risks-facing-migrants-increase-countries-grapple-covid>

⁸⁰Link disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/27/business/coronavirus-farm-labor-europe.html>

⁸¹Link disponível em: <https://www.iom.int/news/iom-panama-prepare-covid-19-response-2500-migrants-stranded-borders>

No Brasil de Jair não tem tempo ruim para o vírus corona⁸²

Águida Cristina Santos Almeida⁸³

Desde que o vírus corona chegou ao Brasil, forçando os governadores dos estados brasileiros a estabelecerem políticas de isolamento social, em consonância com as diretrizes da OMS e da comunidade científica internacional, que o presidente Jair pôde deixar bem evidente a liderança perigosa que ele constitui ao povo brasileiro. Na verdade, Jair nunca quis esconder sua verdadeira personalidade e caráter, deixando óbvio, por exemplo, o seu apreço pela ditadura militar, que segundo ele teve como falha ter matado pouco. Jair também destacou inúmeras vezes a sua admiração e respeito pelo general Brilhante Ustra, conhecido como um dos maiores torturadores da ditadura militar brasileira. São infundáveis as declarações de Jair demonstrando seu desagrado à governos democráticos, e sua ojeriza aos pobres, aos negros, aos homossexuais, às mulheres, aos nordestinos, à ciência, à educação, aos professores, aos indígenas etc.

Desse modo, sua postura se colocando absolutamente contra as medidas de isolamento social, sob o argumento de que isso quebrará a economia, e deve morrer quem tiver que morrer pelo vírus, é totalmente convergente com o seu comportamento costumeiro e de velha data. Comportamento esse que ficou bastante explícito desde a campanha presidencial de 2018 e, sobretudo no primeiro ano do seu mandato, em 2019. Desde que a pandemia se instalou no Brasil que se tem um duplo desafio, conter a propagação do vírus e seus efeitos, e conter os arroubos de Jair, tomado pelo ódio contra o isolamento social horizontal.

São inúmeras ocorrências, desde o mês de março até o presente, que acumulam declarações e ações de Jair conturbando e/ou, boicotando e/ou, obstruindo ações de combate à pandemia de instituições e agentes diversos, como por exemplo, o Ministério da Saúde, o Congresso, os governadores das entidades sub-nacionais, as comunidades médica e científica. E hoje ocorreu mais um desses episódios terríveis, impensáveis. Hoje pela manhã, acompanhado por um grupo de empresários e de ministros, Jair saiu caminhando do Palácio do Planalto até o STF, para falar com o ministro Dias Toffoli sobre o isolamento, alegando a importância de dissolvê-lo o mais rápido possível. Ocorre que o ministro do STF foi pego de surpresa, dado que recebeu um telefonema, praticamente avisando que o presidente estava indo como essa restrita comitiva ao seu encontro no STF. A conversa foi gravada e transmitida ao vivo, para surpresa do ministro e isso provocou uma imensa repercussão na imprensa nacional. A atitude do presidente foi

⁸² Artigo escrito no dia 07 de maio de 2020. Com base na leitura do jornal Folha de São Paulo e no Jornal GGN das primeiras semanas de maio.

⁸³ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

considerada inadequada, absurda, e mantendo o seu padrão, Jair mais uma vez age na contramão do esforço que precisa ser empenhando para gerir a crise sanitária, que hoje já acumula 9.000 óbitos. Como de costume nas ações e declarações de Jair, jornalistas e analistas se alongam buscando compreensões e manifestando preocupação com os rumos que isso pode imprimir à crise e ao funcionamento das instituições.

A motivação para escrever esse texto partiu da leitura de uma notícia trazida no jornal Folha de São Paulo de hoje, que tem como manchete *“Bolsonaro é a maior ameaça à Covid-19 no Brasil, diz revista inglesa Lancet”*. De acordo com editorial da renomada revista britânica, Jair está mais dedicado a uma guerra contra a ciência do que contra o vírus corona. Na verdade, eu vou além e afirmo que a guerra de Jair não é apenas contra a ciência, e nem é ela a maior inimiga, o maior inimigo de Jair é o povo, e ele faz questão de não esconder isso nas falas que faz, nas quais menciona com frequência a preocupação com a economia, e também cita com simpatia aqueles que ele denomina de “apoiadores”, que ficam fazendo aglomeração no Palácio do Planalto, ansiosos por sua atenção, destilando ódio, mentiras, controvérsias.

A revista científica britânica The Lancet, no editorial que publicou demonstrando imensa preocupação com os rumos da pandemia no Brasil, denominou Jair como o “líder E DAÍ”? Para termos uma ideia do tamanho da repercussão da resposta de Jair, demonstrando sua total indiferença com a escalada de mortes pelo vírus corona no Brasil, na semana passada, quando perguntado por jornalistas.

A Folha de São Paulo, fez uma matéria com o médico e editor da revista, Richard Horton, que escreveu o editorial, o qual afirmou *“é desesperador que o governo brasileiro não esteja seguindo as recomendações das comunidades médica e científica do país”*. Ao ser questionado pela Folha sobre as motivações de ter escrito sobre o Brasil no editorial, Richard Horton afirmou: *“o Brasil tem alguns dos melhores cientistas e pesquisadores do mundo, e o governo precisa ouvir esses profissionais e confiar neles”*. Em outro trecho da matéria Richard Horton coloca *“há cientistas brasileiros que são líderes globais em muitos domínios, e esse é um recurso poderoso no qual um país deve se apoiar para o bem da sua população”*.

Ao longo da matéria, Horton cita ainda a Fiocruz, apontando-a como uma das instituições brasileiras que não é somente um polo nacional de excelência, mas um polo internacional, citando mais uma vez que os cientistas brasileiros são líderes globais em muitos domínios, e é uma tragédia o governo não reconhecer e não se apoiar nisso. E por isso Horton declara que o comportamento de Bolsonaro é uma traição ao povo, é imperscrutável. Diante disso, Horton receia que o Brasil se torne o novo epicentro da pandemia e compara a atitude de Jair com a atitude do Trump, para a qual atribui o recorde de mortes nos Estados Unidos, que ocupa o primeiro lugar em óbitos no mundo.

De acordo com Horton, a política de Bolsonaro se caracteriza por uma guerra contra a ciência, e isso coloca o Brasil em risco, e com certeza está contribuindo para maior fraqueza e vulnerabilidade do país. Ele aponta o comportamento de Jair como criminoso e alega temer que milhares de vidas ainda precisem ser ceifadas para que a sociedade civil brasileira haja e diga basta.

Ao ser questionado sobre a necessidade de aplicação de lockdown como estratégia para conter a disseminação do vírus, Horton declarou que Hong Kong deixou grande aprendizado, tendo em vista que o único meio de escapar do lockdown é combinando: medidas muito rígidas de distanciamento social, associadas a esforços de ampla testagem de casos suspeitos, com o rastreamento detalhado dos contatos de indivíduos que testarem positivo e de sua quarentena. Então, se não for possível adotar essas medidas, é preciso estabelecer o lockdown.

Ao ler as indicações de Horton, lembrei-me do Brasil, que combina baixa testagem, elevada subnotificação (de contágios e óbitos), uma quantidade pequena de UTIs e respiradores, em relação ao tamanho absoluto da população, e sobretudo daquela parcela que depende do SUS (75% da população brasileira depende do SUS, o qual dispõe somente da metade dos leitos de UTI do país, e a grande maioria dos municípios brasileiros não dispõem de UTI e respirador). Associado ao quadro descrito, alguns estados já flexibilizaram o isolamento; os estados que estão mantendo o isolamento não conseguem alcançar taxas satisfatórias de isolamento social; e uns poucos estados decretaram lockdown, como por exemplo, Maranhão, Pará, Fortaleza e Ceará, que estão iniciando somente nessa semana corrente a aplicação dessa medida mais radical de isolamento social.

Eu concordo absolutamente com Horton e me questiono ininterruptamente até onde vai tudo isso, até quando Jair vai desrespeitar as instituições, o povo, os cientistas, os profissionais da saúde, enfim desrespeitar a todos e todas, colocando as vidas das brasileiras e dos brasileiros em risco. Não canso de me perguntar enquanto agiré dessa maneira e se manterá no cargo? E quantas vidas essa ação genocida irá ceifar?

Ao ler os repetidos elogios que Horton fez à ciência brasileira e aos cientistas brasileiros, me lembrei dos dados de um estudo publicado pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em abril do corrente ano, de acordo com o qual o orçamento para fomento à pesquisa sofreu um encolhimento brutal. Para se ter uma ideia da gravidade, de 2015 para cá o orçamento da CAPES caiu pela metade, passando de R\$ 9 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. Ou seja, é um desmonte, talvez irreparável, que a ciência e pesquisa brasileira vêm sofrendo desde 2015. Observem que o orçamento de R\$ 9 bilhões já era pequeno, dado o tamanho do Brasil, e sua população, e das demandas que precisam ser atendidas, e para tanto precisam do subsídio da pesquisa e da ciência à sua concretização.

Lendo essa matéria, também me lembrei do anti ministro da educação, Wintraub, que também nega a gravidade da pandemia, e lidera uma campanha agressiva pela volta às aulas e pela manutenção

do calendário do Enem, para início de novembro. O anti ministro se comporta indiferente à pandemia, e apela para rasas teorias da conspiração, de que há pessoas contra ele, que não querem que o trabalho ande, não querem que as coisas funcionem, mas que ele irá vencer esses inimigos, que ele sequer nomeia.

Se a direção dos acontecimentos não sofrer profundas mudanças e rápidas, e não houver uma capacidade mínima de imprimir progressismo e coordenação nas ações sanitárias e econômicas, é tenebroso o futuro do Brasil. Certamente serão décadas para alcançar o PIB pré-crise (2013 ou 2014), com um saldo monstruoso de óbitos, que deixará muitas marcas de dor e sofrimento, muitos traumas emocionais e psicológicos na parcela da população que escapar do vírus e escapar das ações genocidas de Jair e sua turma.

“E daí” quem não vai conseguir se preparar para o Enem?⁸⁴

*William Bezerra dos Santos*⁸⁵

*Águida Cristina Santos de Almeida*⁸⁶

Dentre os vários escândalos recentes que dizem respeito ao Ministério da Educação (MEC), como a nomeação de reitores de universidades que não participaram do pleito eleitoral, ignorando a lista tríplice enviada pela instituição, como acontecia no período da ditadura militar⁸⁷. Acrescenta-se ainda a eliminação de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nos cursos de ciências humanas, sociais e artes⁸⁸.

Num acúmulo de decisões no mínimo questionáveis, o ministro Weintraub vem persistindo no cumprimento do calendário do ENEM (previsto para novembro desse ano), num contexto caótico de pandemia, que ele insiste ignorar. Hoje, (11 de maio), o Brasil já registra mais de 11.000 mortes pela covid-19, num contexto de elevada subnotificação. A persistência em manter o calendário, ignorando os estragos já ocorridos pela pandemia e os efeitos potenciais esperados, ocorre numa situação onde as aulas presenciais estão suspensas (por sinal, contra a vontade do antiministro Weintraub), que ignora também o país brutalmente desigual social e economicamente que é o Brasil, o que impede uma parcela considerável dos candidatos de continuar os estudos e se prepararem minimamente para a seleção, que define o ingresso no ensino superior no país. Em meados de março, a justiça de São Paulo suspendeu o calendário do exame por meio de uma liminar em função da pandemia, no entanto, o ministro da educação recorreu à decisão e a AGU derrubou a liminar e manteve o calendário.

Em meio à situação pandêmica pela qual o Brasil e o mundo passam, na segunda-feira (04 de maio), foi lançada nos meios de comunicação a nova propaganda do Enem, na qual se confirmam as datas das provas e incentiva os candidatos a estudarem por meio de ensino remoto. No entanto, a propaganda não considera como ficarão os alunos que não possuem condições de estudar por meios digitais, ou mesmo os que não possuem materiais impressos necessários para os estudos. E também não traz propostas que possam minimizar os prejuízos gerados pela ausência das aulas presenciais, já que o antiministro Abraham

⁸⁴ Artigo escrito em maio.

⁸⁵ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial PET-Economia.

⁸⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

⁸⁷ <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/04/weintraub-desconsidera-resultado-e-nomeia-reitor-que-nao-participou-de-votacao-e-e-do-psl/>

⁸⁸ <https://une.org.br/editorial/pela-inclusao-das-humanidades-no-edital-do-pibic/>

Weintraub quer manter o calendário do exame e afirma que “o ENEM não foi feito para corrigir injustiças, mas para selecionar”.

A agência de consultoria, IDados⁸⁹, em uma análise feita através de dados coletados da Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílio (PNAD) Contínua de 2018, com o contingente populacional de pessoas entre 5 a 17 anos que frequentam a educação básica, mostrou que há uma diferença social e econômica considerável entre os alunos das redes pública e privada de ensino. Ao passo que 79% dos alunos da rede pública têm acesso à internet, na rede privada o percentual chega a 97%. Ademais, analisando o número de acessos por meio de diferentes dispositivos, se detectou que 75% dos alunos de escola particular acessam a internet através de computadores, enquanto que apenas 36% dos alunos de escolas públicas acessam a internet utilizando o dispositivo referido. No caso do tablet, a porcentagem fica entre 33% de escolas privadas contra 9% dos estudantes de instituições de ensino públicas. Já o uso de celulares e televisões é simétrico entre estudantes das redes de ensino pública e privada.

Rede de ensino	TV	Internet	Computador	Tablet	Celular
Pública	96.9%	78.7%	35.6%	9.1%	98.9%
Privada	99.0%	96.6%	75.2%	32.7%	99.3%
Brasil	97.2%	81.6%	43.3%	13.6%	99.0%

Fonte: PNAD Contínua Anual 2018 (IBGE). Elaboração: IDados.

Em meio à irresponsabilidade do MEC, a manutenção do calendário, no mínimo, produzirá uma enorme desvantagem aos alunos de escolas públicas que conseguirem participar da seleção, e possivelmente excluirá uma parcela dos potenciais candidatos da possibilidade de disputar a seleção, estreitando ainda mais as possibilidades dos jovens de camadas mais pobres da população, comprometendo o processo de mobilidade social, que no Brasil já é consideravelmente baixa. Então, na prática, a manutenção do calendário do ENEM expõe ainda mais o abismo social que separa as classes sociais e condena à perpétua pobreza parcela considerável da população brasileira, contribuindo à ampliação da grave fratura social que marca a sociedade.

⁸⁹<https://idados.id/blog/desigualdade-acesso-a-internet-entre-estudantes-do-ensino-basico-das-redes-publica-e-privada>.

Cada vida importa, cada vida deveria importar, mas a realidade é bem diferente desse ideal humanista que é belo⁹⁰

Águida Cristina Santos Almeida⁹¹

Cada vida importa, cada vida deveria importar, de qualquer ser ciente. Estreitando um pouco minha visão, vou me dirigir à vida humana, dotada de um tipo particular de consciência, com capacidade de avaliar os próprios atos e produzir mudanças de comportamento, de visão, de ação. Quando bebês e crianças, nós humanos somos muito parecidos, gostamos muito de brincar, imaginar, sorrir, sonhar, adoramos ser cuidados, amados e protegidos pelos adultos por nós responsáveis. Nessa fase precípua da vida, os abismos sociais e econômicos que segregam os humanos como espécie, estão formados e presentes, mas escapam à percepção e ao olhar do ser criança, que apesar de toda potencial privação (material, afetiva) não desiste de ser feliz, nem abandona a brincadeira como alternativa majoritária do tempo que dispõe. Depois dessa fase precípua de nossas vidas, perdemos as virtudes do ser criança, e tendemos a mergulhar nos jogos mesquinhos dos adultos, que categorizam as pessoas como melhores e piores, merecedoras e não merecedoras, empregando para tais classificações um vasto e complexo conjunto de elementos de distintas naturezas, como por exemplo, cultural, étnico, religioso, social, geográfico, econômico.

Quanto mais desigual é um território, mas a segregação pelos atributos elencados anteriormente tende a imprimir um papel central nos destinos e nas oportunidades que cada indivíduo irá dispor, para funcionar e se mover no mundo, e poder ser e existir com dignidade. Esses atributos, longe de possuírem uma constituição meramente abstrata, acabam sendo responsáveis pela estrutura social e econômica que conforma os países, que por seu turno definirá as possibilidades que cada indivíduo, ao nascer, terá direito posteriormente. Por exemplo, o ideal e o correto seriam que todos, absolutamente todos os indivíduos nascidos em um país tivessem acesso garantido aos bens e serviços essenciais a uma existência digna e saudável. Isto quer dizer, que deveria ser garantido a todas as crianças de um país acesso indiscriminado e de qualidade à saúde, educação, alimentação, moradia digna, cultura, esportes, artes. Mais ainda, uma formação educativa criativa, holística, com valores de cidadania, responsabilidade social e responsabilidade ambiental. O capitalismo mundial já dispõe dos recursos e das condições materiais para prover dignidade e bem-estar a todas as populações do mundo, e por isso, não deveria figurar como uma mera “utopia”, tendo em vista as condições reais de concretização desse modelo já estarem disponíveis.

⁹⁰ Artigo escrito no dia 12 de maio de 2020. Com base na leitura do jornal Folha de São Paulo e no Jornal GGN das primeiras semanas de maio.

⁹¹ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

Com absoluta certeza, se a lógica do individualismo e da competição como valores centrais que regem as economias e as relações sociais, fosse substituída por valores construídos a partir da cooperação, da solidariedade, do humanismo, e da visão sistêmica e interdependente da existência, as crianças cresceriam mantendo todas as virtudes que naturalmente possuem, e se tornariam adultos muito mais felizes, capazes, dotados de criatividade, visão coletiva, e como consequência, experimentaríamos infindáveis transformações positivas, dissolvendo ou atenuando uma série de problemas que hoje a humanidade enfrenta, como por exemplo, dificuldades de ordem social, econômica e sobretudo ambiental.

Acabei divagando excessivamente, inspirada pela afirmação que intitula a presente análise, de que cada vida deveria importar, mas na verdade isso está bem longe de ser uma realidade e a pandemia do vírus corona escancara essa trágica realidade que a estrutura de poder vigente faz um esforço danado para escamotear. A realidade, descortinada pela pandemia, de que somente algumas vidas importam, varia de país para país, e se descortina de forma inquestionável nos países mais pobres e/ou mais desiguais, embora caiba registrar que os Estados Unidos constituem o país mais rico do mundo, mas tem um governo que está sendo cruel e impiedoso com o seu povo, e por isso até o momento registra o maior número de mortes pelo vírus corona, mais de 80.000 mortes, divulgada pelo jornal O Globo, de hoje, 12 de maio. Não pretendo estender considerações sobre os Estados Unidos, mas gostaria de registrar que de acordo com matérias publicadas, por exemplo, na Folha de São Paulo, no Jornal GGN, parte significativa dos óbitos pelo coronavírus nos Estados Unidos são de pessoas negras e de latinos⁹².

Antes de entrar na situação do Brasil, gostaria ainda de registrar a situação da África, continente pobre e alijado, que pode ser vítima de uma tragédia humanitária nessa pandemia. De acordo com um estudo da OMS⁹³, o vírus corona pode causar a morte de até 190.000 pessoas, dado que as medidas de contenção não foram adotadas e/ou as medidas adotadas obtiveram baixa efetividade. Sabe-se que os países africanos são formados majoritariamente por populações pobres, com acesso super estreito às condições mínimas de subsistência com dignidade, ou seja, somam-se ao contingente dos vulneráveis do mundo, tidos como irrelevantes. Enfim, mais um segmento da população mundial que em razão das precárias condições de existência estará altamente exposta nessa pandemia, denunciando o quão irracional é o atual modelo de acumulação, que por sinal conseguiu piorar muito, desde que a fase neoliberal foi instaurada. Pois, como bem constatou Braudel⁹⁴ (no livro *A Dinâmica do Capitalismo*), “*o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado*”.

⁹² <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/coronavirus-mata-negros-e-pobres-de-forma-desproporcional-nos-eua.shtml>

<https://jornalgggn.com.br/a-grande-crise/o-desastre-da-saude-americana-por-andre-motta-araujo/>

⁹³ <https://jornalgggn.com.br/africa/coronavirus-pandemia-pode-matar-ate-190-mil-na-africa-alerta-oms/>

⁹⁴ <https://jornalgggn.com.br/artigos/estado-e-desenvolvimento-por-jose-luis-fiori/>.

Como se trata de uma pandemia, cada país do mundo está enfrentando os efeitos dessa crise sanitária e da crise econômica resultante ao seu modo, adotando estratégias que mesclam prescrições da OMS, com medidas que consideram as peculiaridades e idiosincrasias que cada território possui, com os governos que estão no poder, e as estruturas vigentes que os sistemas de saúde nacionais contemplam. Não desconsiderando nenhum povo, nenhum lugar, vou me ater mais detidamente à situação do Brasil, país no qual nasci e vivo, sobre o qual debruço boa parte dos meus estudos e pesquisas, desde que comecei a estudar economia na graduação, há mais 20 anos, buscando compreensões e saídas para as armadilhas históricas das quais o Brasil parece que nunca se libertará.

No Brasil há diversos segmentos da população vulneráveis ao contágio, adoecimento e morte pelo vírus corona. Antes de tratar cada segmento isoladamente gostaria de registrar a postura que o presidente Jair adotou desde a eclosão da pandemia no Brasil. Na verdade, Jair não tem destoado do seu padrão habitual, em nenhum momento, mas ao contrário, segue movido pelo discurso de ódio (que o levou ao cargo de presidente); utilizando-se de mentiras e leviandades; envolvido (juntamente com seus filhos) em escândalos e crises políticas, que tornam a cena política brasileira um verdadeiro caos, e tem inviabilizado as ações de combate à pandemia. Na imprensa internacional Jair é conhecido como o líder E DAÍ? E sabe por quê? Porque ao ser questionado por jornalistas pelo aumento das mortes no Brasil, ele respondeu “e daí”, “eu sou Messias, mas não faço milagres”. Jair é conhecido internacionalmente como o inimigo número um do combate ao vírus no Brasil, colocando sua população em risco, e é por esse motivo que o Brasil tem sido manchete de renomados jornais e revistas internacionais, como por exemplo, a revista britânica *The Lancet*⁹⁵, a revista *The Economist*⁹⁶, que inclusive, na matéria publicada sobre o Brasil expôs um desenho de Jair com a cabeça enfiada na bandeira brasileira, dentre outros jornais e revistas internacionais, que vêm denunciando as ações de Jair e as potenciais perigosas consequências desses desmandos irresponsáveis sobre a vida de milhões de brasileiros.

O presidente Jair já deu inúmeras declarações indecentes e genocidas, que foram assumindo um tom cada vez irracional e absurdo, à medida que o número de mortos pela covid-19 vai crescendo no Brasil, desde o mês de março. Quando o Brasil registrava em torno de 1.000 mortos, Jair afirmou se tratar de “uma gripezinha, um resfriadinho”. Ao ser questionado quando o número de mortos havia dobrado para 2.000, Jair afirmou que o “vírus estava indo embora”. Quando o número de mortos chegou a 3.000, Jair perdeu totalmente a linha, e ironizou “eu não sou coveiro”. Nos 5.000 mortos, ele se supera e faz a piada que o tornou conhecido mundialmente, “e daí?... e completou, eu sou Messias, mas não faço

⁹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/bolsonaro-e-a-maior-ameaca-ao-combate-a-covid-19-no-brasil-diz-revista-inglesa-lancet.shtml>.

⁹⁶ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/09/the-economist-bolsonaro-se-isola-do-jeito-errado-e-tem-ciume-de-mandetta.htm>.

milagres”. No último sábado, que antecedeu o domingo do Dia das Mães, quando o Brasil bateu o recorde de mais de 10.000 óbitos, Jair declarou que ia fazer um churrasco para umas 30 pessoas. Diante das críticas da imprensa, desistiu do churrasco, falou que era fake, chamou os jornalistas de idiotas, e foi andar de Jet Ski na Lagoa Paranoá, em Brasília.

Dada a brutal e histórica desigualdade social e econômica que marca toda a história do país, mesmo que o Brasil dispusesse hoje de um governo democrático, comprometido com o povo e com a ciência, responsável, ainda assim um contingente enorme de brasileiros estaria em elevado grau de vulnerabilidade nessa pandemia, tendo em vista que milhões de brasileiros habitam em condições insalubres, por se tratarem de moradias inadequadas, de tamanho diminuto, com muitas pessoas, sem rede de esgoto e infraestrutura urbana. Além do mais, na maior parte dos municípios brasileiros não existem hospitais com leitos de UTI, necessários aos pacientes que assumem sintomas graves da doença. As populações indígenas e a população carcerária também se encontram sob grande risco de ser dizimada pela contaminação do vírus, como consequência do descaso do governo, que insiste repetindo que precisa salvar a economia. Vou tratar um pouco de cada um dos segmentos apontados, identificados como vítimas potenciais da catástrofe sanitária, com a decisiva responsabilidade do Estado brasileiro, atualmente desgovernado por um genocida insano.

No dia 06 de maio, o site da Uol Notícias, divulgou uma matéria intitulada “*Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid-19 no país*”⁹⁷. A matéria mostra que estudos apontam para maior mortalidade de covid-19 em bairros de periferia, quando comparado aos bairros de classe média. O estudo foi feito pela ONG Rede Nossa São Paulo e o resultado é escandaloso, e certamente reproduz uma lógica que se desdobra ao longo de todas as partes do território nacional. Segundo o presidente da ONG, Jorge Abrahão, o número de mortos por covid-19 no bairro de Brasilândia, na periferia, localizado na zona norte de São Paulo, chega a ultrapassar em quase dez vezes o número de óbitos no bairro do Morumbi, área nobre da cidade. Jorge Abrahão afirma com lástima “*estamos em um momento de expansão da crise. A gente vem observando que a Covid-19 é letal na periferia*”. De acordo com a matéria, no Brasil, o fator de risco para que a Covid-19 seja fatal é o endereço.

A ONG também chamou atenção para a distribuição dos leitos de UTI no município de São Paulo, e a desigualdade e exclusão também figuram como traços marcantes dessa distribuição, dado que apenas três subprefeituras (Sé, Pinheiros, Vila Mariana), localizadas em regiões mais ricas e centrais, concentram

⁹⁷ https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias&fbclid=IwAR3Qx8VKptMJHg8nrVFAS8vXkDLLgSeRrFTcTuxRzSCa01fqmLk545egTy8

mais de 60% dos leitos de UTI do SUS no município. Em contrapartida, 20% da população (2.375.000 pessoas) vivem em sete subprefeituras localizadas nas periferias que não dispõem de leito algum de UTI.

Outro indicador que denuncia a desigualdade e a exclusão trata da idade média dos que morrem por covid-19, que difere de modo acentuado entre aqueles que vivem nas áreas mais prósperas e aqueles que habitam nas áreas excluídas, abandonadas pelo Estado, ou seja, onde vivem os mais pobres. Segundo Mapa divulgado pela Prefeitura de São Paulo mostra que 90,4% das mortes pelo vírus corona nas regiões com melhores condições de vida, foram de pessoas com mais de 60 anos. Em compensação, a faixa etária entre 40 e 44 anos assume uma condição crítica, dado o fato daqueles que residem em áreas de maior exclusão social registraram um risco dez vezes maior de morrer pelo vírus corona, quando comparado aos moradores das áreas de inclusão.

Não obstante, o vírus corona está apenas reproduzindo uma realidade que já está instalada, que é bastante antiga e bem conhecida, e o golpe parlamentar de 2016 teve por finalidade impedir qualquer tipo de solução a essa realidade social e econômica insana, bruta, que marca o Brasil ao longo de toda a sua história. Para se ter uma ideia da gravidade e das consequências da brutal desigualdade sobre a vida das pessoas pobres no Brasil, um estudo executado e divulgado pela referida ONG, em 2019, denominado Mapa da Desigualdade, demonstrou que a diferença em anos de vida entre quem nasce num lugar próspero e num lugar de exclusão alcança 23 anos, de acordo com a matéria *“em 2019, a diferença entre o melhor e o pior chegou a 23 anos — 80,6 anos em Moema e 57,3 anos em Cidade Tiradentes, na mesma cidade e a 27 km de distância”*.

Veja então, que a disseminação do contágio do vírus corona no Brasil e a distribuição espacial dos óbitos está apenas reproduzindo aquilo que constitui o principal traço do Brasil, relativizado e ignorado pelas elites e por boa parte da classe política. O presidente da ONG, Rede Nossa São Paulo, *Jorge Abrahão afirma: “A pobreza no Brasil é muito séria. Mais da metade da população sobrevive com um salário-mínimo ou menos. São pessoas que trabalham um dia para comer no outro. Então, pede-se que elas fiquem em casa, sem fonte de renda, sem condições de habitação favoráveis e espera-se que elas cumpram? Isso não existe. Nosso problema é muito maior e [as soluções] teriam de ter sido pensadas antes”*.

Considerando que a Europa estava em condições muito melhores que o Brasil para enfrentar uma pandemia dessas, e o total de óbitos é assustador, imaginem o que será do Brasil, que soma uma estrutura social e econômica das mais desiguais, injustas e disfuncionais do mundo, com um antipresidente genocida, que além de não ajudar em absolutamente nada na gestão das crises em curso (sanitária e econômica), atrapalha um bocado, virando um problema tão letal quanto o vírus.

Então, no cenário descrito os indígenas figuram como outro grupo altamente ameaçado pela contaminação com o vírus corona, associado ao descaso e abandono do governo. Segundo as instituições

APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), cerca de 81 mil indígenas, de 230 territórios estão ameaçados pelo novo vírus corona, dada a rapidez com a qual o vírus vem penetrando entre as comunidades indígenas. De acordo com matéria⁹⁸ do El País, até o momento são 77 óbitos, e 308 infecções, entre povos indígenas de 34 etnias, sendo que a etnia mais afetada até o momento é a Kokama.

Contudo, não bastando os riscos trazidos pelo vírus corona, os indígenas sofrem com o permanente aumento dos desmatamentos e das queimadas, que cresceram 63,7% em abril desse ano, comparado com abril de 2019, conforme aponta dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Inclusive, a manchete da matéria que relata essa tragédia destaca que grileiro não faz home-office⁹⁹, pois de acordo com o Sistema Deter, em abril próximo foram emitidos alertas para 405,6 km² de área desmatada, contra 247,7 km² em abril de 2019 (diga-se de passagem, momento no qual o Inpe já registrava uma disparada do desmatamento, queimadas e invasões de terras na Amazônia, que culminou inclusive na demissão do presidente do Inpe, por denunciar os fatos).

De janeiro a abril de 2020 foram perdidos 1.202 km² de florestas, contra 773 km² no mesmo período do ano passado, representando um aumento de 24,2%. Entre agosto de 2019 a abril de 2020 os alertas apontam para uma área desmatada de 5.483 km². Sem dúvidas, a tragédia que se instalou na Amazônia e aos povos indígenas desde que Jair assumiu o poder, é uma das sequelas irreparáveis e mais vergonhosas que perdurarão sobre dezenas (talvez centenas) de gerações depois de sua letal estada no Planalto.

De acordo com Rômulo Batista, representante da campanha de defesa da Amazônia do Greenpace *“o desmatador ilegal, o grileiro, não faz home Office. Não ficam em casa na pandemia. Eles estão lá fazendo isso. Não é uma questão de acreditar ou não. Os dados são do Inpe, um órgão muito sério, reconhecido por sua excelência na geração de informação, e estão mostrando que o desmatamento está crescendo”*.

Então, com esse aumento do desmatamento, Rômulo Batista chama atenção para os riscos de contágio dos indígenas pelo vírus corona, tendo em vista que os invasores trazem consigo o vírus e isso se traduz em ameaça certa às populações indígenas, além do dano ambiental que resulta. Rômulo Batista afirma *“é preciso de um fluxo muito grande de pessoas entrando na floresta, em unidades de*

⁹⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-13/com-77-mortes-povos-de-34-etnias-indigenas-ja-foram-atingidos-pelo-coronavirus-no-brasil.html?ssm=FB_CC&fbclid=IwAR3tdW6ar2VUG0OOA2v_EXSKtK42Jdl92mPPex_tf2e_cN3NR7wM-Scxnig

⁹⁹ <https://jornalggn.com.br/noticia/desmatamento-na-amazonia-cresce-637-em-abril-grileiro-nao-faz-home-office/?fbclid=IwAR01QV-LDM3IIaG9vHEhDA3GG-RnDaYr1Cu9Ad1YwZghCuTZ7qKA7lJe6Tw>

conservação, em terras indígenas, que podem estar trazendo dos grandes centros ou cidades, o vírus para essa população, que já são mais frágeis por causa do isolamento”.

O porta-voz do Greenpeace ainda alerta para o fato de que depois do desmatamento vem as queimadas para “limpar” o terreno desmatado e que essas queimadas culminam em problemas respiratórios, potencializando os sintomas da covid-19: *“derrubam a floresta e depois queimam essa área para destruir toda a matéria orgânica que está ali. Isso vai coincidir com o pico da pandemia aqui no Amazonas. Temos dois problemas grandes porque as queimadas trazem problemas respiratórios, por causa das fumaças e das cinzas”*. Escancarando as pretensões criminosas marcantes do Governo de Jair, houve até uma tentativa de legalizar a grilagem, e estimular novos desmatamentos e invasões, por meio de MP 910, que regularizaria terras ocupadas irregularmente no país, apelidada por ambientalistas de “MP da Grilagem”. Até o momento a oposição vem conseguindo impedir a aprovação dessa aberração, que destruiria a Amazônia e exterminaria as populações indígenas à velocidade da luz.

Por último, vou falar da população carcerária, sem dúvidas a mais excluída e esquecida de todas, e não é porque é composta por pessoas que cometeram delitos, mas por refletir um dos traços mais contundentes do racismo brasileiro, conforme discutiu Jessé Souza em artigo publicado essa semana¹⁰⁰. Parcela significativa da população carcerária no Brasil é negra, pobre, sem instrução, denotando que os presídios no Brasil constituem uma versão tão anacrônica quanto eram as senzalas do período do escravismo. Pois bem, no dia 29 de abril, o médico Drauzio Varella publicou um artigo na Revista Carta Capital denunciando o genocídio que está em curso nos presídios do Brasil¹⁰¹, que possui a terceira população carcerária do mundo¹⁰² (800.000 mil aprisionados). Como um fato também de grande conhecimento da população civil e do governo, os presídios brasileiros são mega lotados, como resultado da ausência de políticas penitenciárias há décadas, evidenciando um descaso quase pleno do poder público. Drauzio Varella relata que fez uma visita a um presídio na grande Recife com capacidade para 800 detentos, mas que abrigava 4,1 mil homens, e aí ele desabafa *“a sociedade convive com essa insanidade com a sabedoria dos avestruzes. A filosofia do “eles tem de sofrer para aprender” e a do “bandido bom é bandido morto” conta com multidões de adeptos fervorosos. A principal consequência desse aprisionamento em massa foi o surgimento do crime organizado, praga que se alastrou pelos quatro cantos do País”*. Então, ele prossegue *“agora, o coronavírus vem cobrar a conta. Como evitar*

¹⁰⁰ <https://jornalggn.com.br/politica/bolsonaro-e-racismo-na-pandemia-por-jesse-souza/>.

¹⁰¹ <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/covid-19-cobra-a-conta-da-politica-de-avestruz-na-cadeia/>.

¹⁰² Em números absolutos, o Brasil perde apenas para os Estados Unidos e a China, tem mais presidiário que a Índia, país com mais de 1,2 bilhão de habitantes.

que ele se dissemine nas celas em que os presos dormem no chão, os pés de uns quase colados à cabeça dos outros?”.

Segundo Drauzio Varela, uma prisão estadual no estado de Ohio nos Estados Unidos tem adotado uma prática de alta testagem entre detentos e agentes, e isolando os que testarem positivo para covid-19, e a conclusão é de que as prisões são um dos principais espaços de disseminação e propagação do vírus corona. De acordo com Time Tracking Data, nos Estados Unidos, os encarcerados ocupam o quarto lugar entre as dez fontes mais importantes de infecção. Para Drauzio Varela, esse número certamente está subestimado, tendo em vista que a maior parte das penitenciárias dos Estados Unidos não testa os detentos, como faz as penitenciárias do estado de Ohio.

Dadas as constatações do alto potencial de contaminação pelo vírus corona nas penitenciárias, uma das revistas médicas mais importantes, a British Medical Journal, publicou um editorial intitulado “Libertação segura de prisioneiros poderia reduzir a transmissão para a comunidade”, recomendando a adoção das medidas apontadas pela OMS no tocante à avaliação de riscos, adoção de medidas preventivas e de controle da infecção nas prisões. Drauzio Varela reproduz trechos do mencionado editorial, que afirma *“além das medidas para melhorar as condições de higiene, testagem e isolamento dos prisioneiros infectados, estratégias de libertação deveriam ser consideradas prioritárias, dada a evidência de que a disseminação em espaços confinados está associada à transmissão comunitária ampliada”*. Ainda de acordo com o editorial *“O Irã libertou 85 mil prisioneiros, dando prioridade àqueles com comorbidades, e países como Afeganistão, Austrália, Etiópia, Canadá, Alemanha, Polônia e Reino Unido estudam medidas semelhantes”*.

Todavia, se no Brasil, as vidas dos trabalhadores das periferias, dos indígenas, das populações das cidades interioranas pobres do país, já não valem muita coisa, ou nada mesmo, que dirá as vidas dos detentos. Vou dar apenas um exemplo, um único exemplo, mas que representa a realidade de milhões no extermínio que se espreita. Um homem preso em São Paulo, por ter roubado uma cartela de barbeadores numa farmácia está mantido preso, e a Justiça de São Paulo negou sua soltura, mesmo com as mortes em massa que o vírus corona já causou no Brasil¹⁰³. Afinal de contas, os homens de bem não defendem que “bandido bom é bandido morto”. Desse modo, o vírus será muito bem vindo nos presídios brasileiros, vai fazer uma limpa e deixar os homens de bem livres da escória. É essa cultura de ódio insana que move a sociedade brasileira, rendendo inclusive programas de TV com apresentadores nervosos, que gritam, e destilam ódio, nutrindo os “cidadãos de bem” de munição. Para se ter uma ideia do poder que isso tem, eu sou de uma família pobre, de periferia, e na minha família tenho muitos parentes que acreditam que os

¹⁰³ <https://www.cartacapital.com.br/justica/em-plena-pandemia-justica-de-sp-mantem-presos-homens-que-roubaram-barba/>.

problemas do Brasil seriam resolvidos se todos os “bandidos” fossem mortos (e sob tortura, diga-se de passagem). Não sei se é ingenuidade ou burrice acreditar que é com ódio e violência que encontraremos a paz. Para mim é tão óbvio que a paz será alcançada com cidadania, inclusão, promoção de políticas públicas que garantam educação e saúde de qualidade para todos, ampliação de direitos e garantias sociais. Que as artes, a cultura e os esportes fornecidos indistintamente às crianças e aos jovens são os instrumentos que podem nos salvar dessa cultura violenta, de ódio, distopia, que adoece a todos, que dizima nossos jovens, deixando feridas incuráveis no seio de milhões de famílias, todos os dias.

O descaso do governo na gestão do auxílio “emergencial”¹⁰⁴

Ana Carolyny Alves Menezes¹⁰⁵

Águida Cristina Santos Almeida¹⁰⁶

Na manhã do dia 07 de abril de 2020, o aplicativo Auxílio Emergencial foi lançado e milhões de brasileiros fizeram seu cadastro na esperança de conseguir o auxílio de 600 reais dado pelo governo. O Auxílio Emergencial consiste num benefício financeiro, concedido pelo Governo Federal, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise sanitária causada pela pandemia do coronavírus - COVID 19.

Inicialmente o prazo estabelecido à análise do direito de receber o benefício era de até cinco dias úteis. Entretanto, mais de um mês após o lançamento do aplicativo, cerca de 9,7 milhões de pessoas ainda aguardam análise, de acordo com a Caixa Econômica Federal. No dia 15 de maio, após dias de atraso, o calendário para a segunda parcela foi anunciado.

Não obstante, enquanto milhões de brasileiros em condição de extrema pobreza não têm a solicitação do auxílio emergencial aprovado, o Ministério da Defesa informou que 73,2 mil militares receberam o auxílio emergencial indevidamente, incluindo militares tanto da ativa quanto da reserva, de carreira e temporários, pensionistas, dependentes e anistiados. O Ministério da Cidadania informou que quem recebeu o auxílio emergencial sem ter direito terá de devolver os recursos aos cofres públicos por meio do pagamento de uma Guia de Recolhimento da União (GRU).

O repórter William Bonner denunciou que os dados de seu filho foram usados para fraudar o auxílio emergencial, bem como também foi detectado o pagamento do auxílio em CPF's de pessoas que já morreram. Ou seja, nota-se que o governo não tem uma gestão minimamente eficiente desse auxílio, aprofundando sobremaneira os impactos da pandemia nas camadas mais vulneráveis da população. Teoricamente, um dos critérios para se ter direito ao auxílio é não ter emprego formal ativo, e um dos critérios que elimina a possibilidade de receber o auxílio é ser aposentado, pensionista, ter emprego formal, e/ou receber benefícios assistenciais, à exceção do Bolsa Família.

Então, levantam-se as seguintes perguntas: o que explica a liberação do benefício para um grande número de militares, que figuram dentre as maiores rendas do serviço público brasileiro? O que explica o pagamento do

¹⁰⁴ Artigo escrito em maio de 2020.

¹⁰⁵ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). Email: aalvesmenezes@gmail.com.

¹⁰⁶ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

auxílio a pessoas abastadas, a pessoas que morreram, ao mesmo tempo em que cidadãos em condição extrema de pobreza não conseguem acessar os recursos do benefício, o que lhes permitiria condições mínimas de subsistência? Se colocarmos na ponta do lápis foram cerca de R\$ 43.920.000,00, ou seja, quase 44 milhões de reais destinados aos militares, enquanto milhões de pessoas realmente necessitadas, em condição de privação quase absoluta estão abandonadas, estão privadas de acessarem os recursos ínfimos da estreita política do governo no enfrentamento da pandemia. Inclusive, é fundamental deixar registrado que Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes sugeriram que o valor do auxílio fosse de R\$ 200, e que o valor aprovado de R\$ 600 deveu-se à atuação do Congresso, e principalmente dos parlamentares de oposição que tiveram uma ativa atuação política para que essa pequena conquista fosse alcançada, e as frações mais vulneráveis da população pudessem dispor de um mínimo de dignidade nesse momento tão trágico e difícil que a humanidade está enfrentando.

Apesar de o auxílio ser para microempreendedores e trabalhadores informais, cerca de 21 milhões de pessoas ficaram de fora do benefício. De acordo com a Folhapress, o presidente barrou dispositivo que estendia a ajuda emergencial para uma lista de categorias específicas, como por exemplo pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados de reforma agrária; artistas e técnicos de espetáculo, cooperados de catadores de materiais recicláveis; taxistas, motoristas e entregadores de aplicativo, entre outras. Ou seja, vê-se pelas categorias listadas, que constituem segmentos populacionais formados por pessoas pobres, vulneráveis, que não dispõem de uma fonte de renda certa e vivem em sua grande maioria com recursos estreitos, ínfimos.

Pessoas como o taxista Roberto Wilson Damasceno que chegava a faturar R\$ 3 mil por mês antes do Coronavírus, agora viu sua renda despencar. Em dois dias, só conseguiu fazer três corridas. Para isto, gastou 120 reais de combustível e pedágio e recebeu apenas R\$ 48. Ele vem usando o cartão de crédito para fazer compras, e afirma *“só estou comprando o essencial, mas quando a fatura do cartão chegar não vou ter como pagar”*. Esse exemplo do taxista Roberto denota a importância do trabalho com direitos e garantias, e a pandemia descortinou absolutamente a brutal precarização de parcela significativa da classe trabalhadora brasileira. A pandemia desnudou de modo absoluto como os direitos e garantias sociais e trabalhistas são fundamentais à construção de uma sociedade digna, forte, inclusiva, humana.

As pessoas que estão precisando deste dinheiro para se alimentar, para custear as despesas básicas irão fazer o que? Como elas ficarão e seus dependentes, que podem ser crianças, idosos, adolescentes? Seria emergencial mesmo esse auxílio? As respostas para todas estas perguntas nos mostram que o governo não está preocupado em como a população vai ficar durante a quarentena, haja vista que se de fato estivesse preocupado, os brasileiros não precisariam esperar extensivamente por uma quantia tão irrisória e que custa tão pouco aos cofres públicos. Milhões de brasileiros já estão à espera da segunda parcela que até o momento não tem data prevista de liberação, entretanto para vários brasileiros nem a primeira parcela foi paga.

Para o pós quarentena, pós pandemia, teremos milhões de brasileiros com seus nomes no SPC e Serasa devido à falta de pagamento de suas dívidas, no entanto esse acaba sendo um problema não tão grave se vemos que estas mesmas pessoas e seus filhos estão passando fome à espera de um auxílio tão singelo, sobretudo quando comparado aos trilhões de reais que o governo liberou prontamente para os grandes bancos, sem exigência de nenhuma contrapartida.

Desigualdade escancarada: como fica a educação brasileira?¹⁰⁷

*Ana Karolina Oliveira Silva*¹⁰⁸

*Ágida Cristina Santos Almeida*¹⁰⁹

Com o avanço do novo Coronavírus (Covid-19) no mundo e, consequentemente, no Brasil, as instituições de ensino no país tiveram que suspender suas atividades presenciais em meado do mês de março. Escolas e instituições de ensino superior, principalmente as privadas, que dispõem de infraestrutura adequada e recursos educacionais capazes de seguir com suas atividades de forma remota, têm tentado se adaptar a esse novo cenário de isolamento social, mas com desafios. Contudo, a maioria das instituições de ensino no Brasil não possuem as condições necessárias para um modelo de ensino à distância, e o problema vai muito além disso. Muitos estudantes brasileiros não têm os recursos essenciais, como acesso à internet, livros didáticos e nem ambientes apropriados em suas residências para que esse formato de aula seja de fato eficiente.

Dados divulgados no final de abril deste ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 45,9 milhões de brasileiros não tinham acesso à internet em 2018, o que corresponde a cerca de 1/4 da população brasileira, com 10 anos ou mais de idade¹¹⁰. Ou seja, esses dados evidenciam que muitos brasileiros não têm como dar continuidade ao aprendizado por meio de aulas on-line. É importante destacar também que o Brasil ocupa a posição de um dos países mais desiguais do mundo, com graves problemas socioeconômicos. Em relatório elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em dezembro de 2019, mostra que o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo¹¹¹. Esse mesmo estudo mostra que a parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentra aproximadamente 42% da renda total do país. Isso evidencia o quanto o nosso país é desigual e concentrador de riqueza¹¹².

O que se pode perceber com clareza é que as consequências da crise provocada pela pandemia, não atingem a todos com a mesma intensidade, ela recai muito mais forte sobre a população mais pobre e que vive em situação de vulnerabilidade. No Brasil, a disparidade no acesso à educação já era um

¹⁰⁷ Artigo escrito em maio de 2020.

¹⁰⁸ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do GAACE. E-mail: akaosilva@gmail.com.

¹⁰⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹¹⁰ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf

¹¹¹ Levantamento realizado a partir do índice de Gini, que mede a desigualdade e a distribuição de renda.

¹¹² <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>.

problema antes mesmo da pandemia ser declarada, o que está acontecendo é apenas um escancaramento do que já era realidade. Mas há quem se negue a enxergar isso.

No que diz respeito ao quesito educação, a situação vem sendo tratado pelo antiministro Weintraub como se todos estivessem em pé de igualdade e fossem detentores das mesmas oportunidades, de modo que as decisões que vêm sendo tomadas ou mantidas estão automaticamente excluindo uma grande parcela dos estudantes brasileiros. Como o que está acontecendo com o calendário do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que mesmo diante da pandemia, o cronograma para realização das provas foi mantido¹¹³.

Como sabemos, o Enem é o meio de acesso à universidade, sendo um importante mecanismo à educação brasileira, que juntamente com outras políticas públicas, como a política de cotas e as ações em torno da assistência estudantil, dentre outras, melhoraram o processo de inclusão social, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior brasileiro. Mas o que diz o antiministro Weintarub em relação ao apelo de vários estudantes pelo adiamento das provas? Qual o posicionamento do presidente do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep) a respeito disso? Quando questionado sobre o adiamento do Enem, tendo em vista que sua manutenção agravaria o problema da desigualdade entre os alunos mais pobres e de escolas públicas e em menor medida os alunos de escolas privadas, o então Ministro da educação, Abraham Weintraub, declarou sua oposição ao adiamento do exame, e ainda alegou que *“o Enem não é feito para corrigir injustiças sociais, é para selecionar as melhores pessoas”*¹¹⁴. Já o presidente do Inep, Alexandre Lopes, diz ser prematuro discutir o adiamento das provas, usando as seguintes palavras, disse: *“A desigualdade entre a escola pública e a privada vai continuar existindo, um mês [de adiamento] vai superar essa desigualdade? Precisamos pensar em outros mecanismos”*¹¹⁵.

Há vários problemas nas falas e posicionamentos de ambos. O que nos resta é destacar o quão grave são essas falas e levantar outros questionamentos. Quando o Ministro da Educação reforça o discurso da meritocracia, só enfatiza o quanto essa situação é drástica. É até difícil assimilar essa fala a alguém que ocupa um cargo de extrema relevância para a educação, tendo em conta que vivemos em uma sociedade tão injusta e desigual. Mas quem são os melhores a quem Weintraub se refere? Os mais ricos? Os que estudam em escolas particulares e dispõem de recursos? E os demais, como fica o seu aprendizado? Terão que se tornar autodidatas da noite para o dia? E o Lopes? Em qual momento ele acha que será oportuno para criar uma estratégia e realizar um planejamento adequado que responda à situação adversa que estamos enfrentando na educação, em razão da pandemia? Quais mecanismos serão esses? E

¹¹³https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/mec-nao-tem-plano-de-contingencia-para-o-enem-contr-coronavirus.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

¹¹⁴<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/15/ministro-da-educacao-nao-descarta-adiar-data-do-enem?hidemenu=true>

¹¹⁵ <https://catracalivre.com.br/educacao/presidente-do-inep-affirma-que-e-prematuro-discutir-adiamento-do-enem/>

qual será o momento certo para pensar e providenciar esses mecanismos? Em vez de pensar em alternativas para amenizar a desigualdade que já existe e só se agrava, o Weintaub reconhece que o problema existe, mas resolve ignorar a realidade, punindo ainda os mais pobres e vulneráveis, vitimizando ainda mais essa parcela da população, que não é irrisória, e é a mais atingida pelas crises sanitária e econômica em curso.

O que podemos perceber é que não dá para ter esperança em quem se encontra à frente da educação, pois esses estão agindo em prol de si mesmos e de seus cargos, em prol de parcela minoritária da população, que é abastada e indiferente à situação social e econômica do povo. Nossa única esperança é a luta social. Há uma ação conjunta de estudantes de redes públicas e privadas, de professores e movimentos estudantis, reivindicando e lutando por justiça social. Juntos, levantaram nas redes sociais o movimento Adia Enem para tentar pressionar o Ministério da Educação e o governo para que dêem a devida atenção para TODOS os estudantes brasileiros, **INDISCRIMINADAMENTE**, pois a educação é uma das únicas formas de reduzir as desigualdades tão aparentes no nosso país.

A lei Áurea, a falsa libertação e seus impactos 132 anos depois¹¹⁶

Cíntia Riquele Bezerra Silva¹¹⁷

Águida Cristina Santos Almeida¹¹⁸

No Brasil, a data do dia 13 de maio de 1888, é reconhecida como o dia em que a lei Áurea juridicamente libertou os negros da escravidão, passando do status de coisa (objeto) para o de seres humanos dignos de direitos. Entretanto o que ocorreu foi a entrega dos libertos à própria sorte, sem um amparo social daqueles que “supostamente” o libertaram. Relegados a situações insalubres, e desprovidos dos mínimos meios necessários à sobrevivência, como por exemplo, o acesso à terra. No ano em que a lei Áurea completa 132 anos a população negra ainda lida com as consequências da escravidão, essa que é constantemente negada. Para Jessé Souza a semente da escravidão foi silenciada e é responsável por criar uma singularidade perversa.

Numa sociedade em que até 1920 o racismo fenotípico baseado na cor de pele e nos traços fisionômicos, era reconhecido como ciência, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, e sustentados pelo de uma corrente da antropologia foram usados por muito tempo como argumento, para justificar as diferenças de desenvolvimento entre os seres humanos. Infelizmente, a escravidão não findou com a abolição da escravatura pela lei áurea, mas ao contrário, traços estruturais da escravidão se reproduzem até hoje nas relações sociais e trabalhistas estabelecidas entre as classes no Brasil.

De maneira geral, os motivos pelos quais a saúde dos negros é particularmente precária no país são conhecidos, é a população mais empobrecida, moram em regiões muitas vezes sem saneamento básico, com menor concentração de leitos de UTI, estão expostos a aglomerações, devido à mobilidade urbana, e as habitações inadequadas. A população negra nunca dispôs das mesmas oportunidades de populações não negras, dado que a abolição da escravidão não foi acompanhada de políticas de reparação, que deveriam ter sido aplicadas ao longo desses 132 anos. Mas no Brasil, os absurdos se acumulam, dado que além de ter sido o país de escravismo mais longo (o que já constitui um imenso amálgama), segue na marcha bruta, ao negar aos negros à dignidade, ao não aplicar políticas de reparação, e negar de forma cínica o impacto da escravidão na conformação de uma sociedade extremamente segregada, desigual, bruta, violenta, inculta. Realmente, as elites e o Estado não acumulam feitos passíveis de comemoração

¹¹⁶ Artigo escrito em maio de 2020.

¹¹⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia)

¹¹⁸ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

e glória. Como consequência disso tudo os negros se encontram extremamente vulneráveis nessa pandemia e suas vidas estão ainda mais em risco, e o Estado parece não estar se importando nenhum um pouco com isso.

Diante disso, o editorial “A cor da renda”, publicado na Folha SÃO PAULO¹¹⁹, os negros são 47% dos trabalhadores informais segundo o Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE) em relação aos brancos que são 35%. Os negros também compõem quase dois terços (66%) dos desocupados e dos subutilizados no mercado de trabalho brasileiro. Em 2019, outra pesquisa do IBGE apontou que os brancos ganham 74% mais que os negros. Infelizmente as medidas genéricas que o governo vem adotando não servirão para corrigir desigualdades, mas talvez, atenuar o tamanho do genocídio que se espreita.

Em meio aos impactos causados pela Covid-19, a questão da precariedade econômica acaba por incentivar a população a se expor ao risco, pois, a pressão para que se acabem com o distanciamento social e retornem às ruas, em um esforço para encontrar trabalho ou reabrir seus negócios, incentivados principalmente pelo próprio presidente, este que deveria prezar pela vida dos brasileiros, acaba por incentivar práticas que são contrárias a tudo que é recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pela ciência.

É preciso que o Brasil reconheça que foi construído a partir de uma estrutura racista, que somos um país permeado na mais profunda desigualdade social. Cabe ao Estado trabalhar para salvar vidas e investir em programas que tornem possíveis que a população negra tenha acesso à equidade em infraestrutura e serviços essenciais de educação, saneamento e saúde, moradia. Portanto, sem mudanças nas estruturas, os efeitos da desigualdade social entre negros e brancos irá persistir, e lamentavelmente, é sempre importante lembrar que tudo o que foi construído pelo ser humano também pode ser desfeito por ele. Não é à toa que a desigualdade de renda, que caiu no Brasil no período de 2006 a 2014, voltou a crescer de modo assustador desde 2015.

¹¹⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/a-cor-da-renda.shtm>

A chegada do Covid-19 no Brasil está sendo aterrorizadora sob as diversas formas possíveis, como por exemplo, sanitária, social, política e econômica. À medida que os dias vão passando o Brasil está se encaminhando para o ranking¹²³ dos países com maiores números de mortes pelo coronavírus – posição trágica que nenhum país deseja liderar – e isso decorre, em grande medida, da forma como está se dando a condução política e econômica do país, bem como a gestão da crise sanitária. Na gestão da crise sanitária o executivo tem sido gerador de problemas e não de soluções, de modo que as medidas que vêm sendo adotadas são oriundas de ações no âmbito do poder legislativo e pelos governos estaduais e municipais.

As medidas de combate e prevenção do coronavírus precisam vir do principal agente central, que é o Estado, principalmente no âmbito federal. Contudo, a crise política instaurada no Brasil, que teve seu gatilho no ano de 2013, com o famoso pato da FIESP e, posteriormente com o início da operação Lava Jato, é responsável por desencadear, direta ou indiretamente, todo esse despreparo e desgoverno que se encontra no Brasil nos dias atuais. A articulação institucional que viabilizou o impeachment da presidente Dilma enfraqueceu as instituições, e o governo Bolsonaro se aproveita dessa fraqueza e das consequências da pandemia para ir impondo suas pretensões golpistas e autoritárias, levando a crise política a níveis inimagináveis, no meio da maior crise sanitária do século.

O cenário de negação da realidade ficou ainda mais evidente a partir da divulgação do vídeo da reunião ministerial que ocorreu no dia 22 de abril, apontada pelo ex-ministro da justiça, Sérgio Moro, como a evidência cabal de uma possível intervenção do Presidente da República na Polícia Federal, para barrar investigações que envolvem um dos seus filhos em esquemas de corrupção. Entretanto, por pior que seja esta acusação e tudo o que a mesma significa – violação inegável da Constituição – o vídeo torna claro o total descaso, despreparo e a falta de humanidade do presidente e de seus ministros para com a população brasileira.

A reunião foi um show de horrores, onde só couberam palavras de baixo calão e ataques à Constituição brasileira, à democracia, às instituições democráticas, havendo espaço apenas para

¹²⁰Artigo escrito em maio de 2020.

¹²¹Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: jeff.costa3@hotmail.com

¹²²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹²³<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/09/brasil-entra-na-lista-dos-6-paises-que-ultrapassaram-a-barreira-dos-10-mil-mortos-por-covid-19-veja-comparativo.ghtml>

arquitetarem seus planos e ataquem a República brasileira. Na referida reunião sequer o tema da pandemia foi citado, num momento em que o número de contaminações e de mortes do Brasil pelo vírus corona já despontava nas primeiras colocações no ranking mundial.

Assistindo ao vídeo¹²⁴ percebemos o individualismo se sobressaindo da visão de coletividade, mais precisamente na fala do Ministro da Economia, Paulo Guedes, que afirmou que *“vamos ganhar dinheiro utilizando recursos públicos para salvar as maiores companhias, e vamos perder dinheiro salvando as pequenininhas”*, e em vender o Banco do Brasil. Já Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, mostrou qual sua real função neste ministério, que consiste em acabar com o meio ambiente, atuando como representante dos interesses do agronegócio, entregando-lhes a Amazônia de “mãos beijadas” e condenando o meio ambiente e as vidas indígenas que habitam há séculos no território amazonense. O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, resolveu atacar a democracia brasileira, mandando prender os ministros do STF, xingados de vagabundos pelo referido antiministro.

A equipe de ministros acaba por transparecer a índole do presidente, pois Bolsonaro, além de compactuar com as afirmações dos ministros e atacar diversas vezes os governadores e prefeitos que ainda conseguem manter o estágio de quarentena em suas respectivas regiões, incentiva a utilização da Cloroquina, que não apresenta respaldo científico de resultados positivos, inclusive conseguindo alterar protocolos científicos do Ministério da Saúde para disseminar o uso do medicamento, que ele garante ser milagroso à cura do coronavírus, contrariando todas as evidências científicas até o momento. Inclusive, hoje quem chefia o Ministério da Saúde não é um médico, mas um militar, que embora em condição interina, Bolsonaro afirmou que irá permanecer no cargo por tempo indeterminado. Além disso, vários cargos técnicos do ministério foram ocupados por militares, e os técnicos foram sendo sumariamente exonerados. É impossível imaginar o que é um ministério da saúde, no meio de uma crise sanitária de grande envergadura, sendo gerido por militares sem conhecimento em ciência, na área de saúde ou de medicina. É óbvio que isso não dará certo, e o tamanho da tragédia o tempo irá descortinando, lembrando que as vidas perdidas não podem ser recuperadas.

No dia da reunião em pauta, havia um pico de contágio e elevado número de mortes, entretanto, os líderes não mencionaram ou buscaram saídas para o controle do vírus no país. A negação da realidade e da ciência que o atual governo adota, acaba por aumentar ainda mais a polarização da população, que por sua vez abre espaço para mais óbitos, onde no dia 23 de maio já somavam 22.412 vidas perdidas. O combate ao coronavírus ao redor do mundo está focado em manter o distanciamento social, associado com suporte do governo às famílias e empresas, e incentivo à pesquisa, algo que Bolsonaro se coloca

¹²⁴<https://oglobo.globo.com/brasil/3046-assista-integra-do-video-da-reuniao-citada-por-moro-como-prova-de-intervencao-de-bolsonaro-na-pf-24428648>

contrário. Para se ter uma ideia, 87% dos recursos à ciência e tecnologia (C&T) estão contingenciados no meio da pandemia, trata-se dos recursos do Fundo Nacional de C&T.

Portanto, o que temos até então é um quadro de “Doente de Brasil”, muito bem exposto por Eliane Brum, no jornal El País, no dia 02 de agosto do ano passado. A população além de estar aterrorizada e sofrendo as consequências do coronavírus, ainda está sendo assolada pelas consequências da profunda crise política que enfraquece sobremaneira os esforços de contenção dos impactos da pandemia

Na dita reunião prevaleceu o ódio e o discurso de ódio que impera no Brasil desde a campanha presidencial. Vã ilusão de quem aposta que nossas soluções estarão em decisões e medidas inspiradas pelo ódio. Vã ilusão de quem acredita que o ódio e mais violência acabarão com a violência na qual o Brasil vive mergulhado. Tristemente, o tempo descortinará todas essas ilusões, à custa de um profundo sofrimento para todos os brasileiros.

A situação das companhias aéreas e da aviação em meio a pandemia do COVID-19¹²⁵

João Victor Silva Barros¹²⁶

Ágida Cristina Santos Almeida¹²⁷

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de Março de 2020, alguns países ficaram mais atentos quanto a disseminação desse vírus, e posteriormente foram sendo aplicadas práticas de isolamento social em muitos países, para evitar a contaminação em massa das pessoas, evitando o colapso dos sistemas nacionais de saúde, que resultaria em maior letalidade. Ficou claro que essa medida visando a preservação da saúde das pessoas, iria prejudicar financeiramente muitas empresas dos mais diversos setores econômicos. Dentre as áreas mais afetadas, podemos citar as companhias aéreas, bem como todo o setor de turismo e de eventos, foram brutalmente atingidos pela crise sanitária.

Segundo a IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos) as companhias de aviação podem perder o equivalente a 314 bilhões de dólares neste ano. É uma queda de 55% do valor arrecadado pelo setor, em relação ao ano passado¹²⁸. Para se ter uma ideia, segundo dados do site Flightradar24, que monitora as aeronaves em todo o mundo, a pandemia do coronavírus provocou uma perda de 70% do volume de voos no planeta todo. No Brasil, esse número chega a uma queda de 90%. Na América do Sul, no dia 12 de fevereiro foram registrados 560 aviões no ar, em abril foram apenas 57.

Em abril de 2020, cerca de 184 países impuseram restrições à voos, segundo a IATA. No Brasil, conforme a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), as linhas aéreas brasileiras em abril apresentaram uma redução nas localidades atendidas com voos, passando de 106 para 46, e o número de voos semanais caiu de 14.781 para 1.241.

Com boa parte dos aviões sem decolar, em razão das consequências da pandemia, o impacto econômico é muito grande, devido ao custo para manter os aviões em solo. Segundo o jornal Folha de São Paulo, para deixarem os aviões parados, as três maiores companhias aéreas brasileiras – Azul, Latam e Gol – chegam a gastar de 20 mil a 120 mil reais em aviões menores, sem considerar os custos de

¹²⁵ Artigo escrito em maio de 2020

¹²⁶ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

¹²⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

¹²⁸ <https://oglobo.globo.com/economia/coronavirus-aereas-devem-perder-us-314-bi-com-pandemia-diz-iata-1-24370303>.

manutenções mensais, que podem chegar até 13 mil reais, por cada avião, como é o exemplo da Latam, companhia com a maior frota¹²⁹.

Segundo Ondino Dutra, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (pilotos e comissários), os gastos com a tripulação chega a cerca de 7,5% do gasto total. Já o maior custo das companhias aéreas é com combustíveis, o que equivale a cerca de 30% das suas despesas. Para o advogado Thomas Felsberg, a maioria das empresas não tem caixa suficiente à compra de aviões mais novos, que possuem uma menor taxa de consumo de combustível. Com isso, as empresas pagam mês a mês o arrendamento de aviões, o que torna ainda maior os custos com os aviões parados.

Com a maior parte da frota parada, a empresa brasileira Gol teve no primeiro trimestre de 2020 um prejuízo de 2,3 bilhões de reais. A empresa declarou no dia 4 de maio que ainda possui caixa suficiente para suas operações até o final do ano. Enquanto isso, ela espera um empréstimo de 3 bilhões de reais junto ao BNDES.

Segundo a consultoria Acend, há atualmente em torno de 17 mil aeronaves estacionadas em aeroportos de todo o mundo, número que equivale a dois terços da frota global, aproximadamente. E com isso, um ponto importante a ser mencionado é a qualificação dos profissionais que trabalham nessa área, como por exemplo os pilotos, que podem ser prejudicados e trazer implicações às empresas também, porque para ter licença para voar eles precisam de um determinado tempo de voo.

Um assunto importante levantado por uma matéria da BBC do dia 4 de maio, diz respeito à questão das medidas de isolamento social que possivelmente vão ter que ser seguidas nos aeroportos e aviões, e no que isso pode ocasionar num eventual aumento de aluguéis cobrados pelas operadoras de aeroportos, em espaços como, restaurantes e lojas. A matéria diz o seguinte, *“um ponto que provoca muita incerteza é o quanto de distanciamento social será exigido nos voos regulares. Como as pessoas serão separadas das outras em saguões de aeroportos, filas de segurança e nos próprios voos? Quais testagens serão exigidas e como serão colocadas em prática? São dilemas comerciais tanto para aeroportos quanto para companhias aéreas. Um exemplo são os restaurantes e lojas de aeroportos, que constituem uma importante fonte de lucro para as operadoras aeroportuárias. O lucro desses espaços nos permite manter baixas as tarifas que cobramos das empresas aéreas, o que se reflete no preço das passagens, diz Karen Dee, executiva-chefe da Associação de Operadoras de Aeroportos”*¹³⁰.

Um dos maiores desafios das companhias aéreas está lançado, com a maior parte de suas frotas paradas, fica a questão de como irão fazer para superar a maior crise do século, que além de profunda tem

¹²⁹<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/companhias-aereas-tem-custo-milionario-com-avioes-em-solo-por-coronavirus.shtml>.

¹³⁰<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52506262>

múltiplas dimensões, como por exemplo, sanitária, econômica e social. Além disso, o cenário pós-pandemia para a área de aviação é cada vez mais incerto. Aliás, o cenário econômico é incerto em termos absolutos, para a economia como um todo, sobretudo num país como o Brasil, que na contramão do mundo inteiro segue apostando na agenda econômica neoliberal como instrumento à retomada econômica. Se a retomada, sob a agenda neoliberal, não foi retomada antes da pandemia, depois da pandemia não há a menor possibilidade de que isso ocorra. Além disso, a persistência na pauta austericida irá manter a economia brasileira numa depressão profunda e encolhimento do PIB nunca experimentado na história no Brasil.

Os blindados¹³¹

Lucas Almeida de Lucena¹³²

Águida Cristina Santos Almeida¹³³

Estamos mergulhados na maior crise sanitária dos últimos 100 anos. Na semana em que escrevo este artigo, a pandemia caminha para os 370 mil mortos por complicações com a Covid-19¹³⁴. Não sabemos ainda o teto desse número. Não sabemos quantas pessoas serão infectadas nos próximos meses e não sabemos quando teremos tratamento eficaz ou vacina.

Não suficiente, estamos à beira de uma crise econômica de escala global, provavelmente maior que a crise financeira de 2008¹³⁵. Essa crise há de ser mais acentuada no Brasil, visto a já frágil economia pré-pandemia, além das características estruturais da economia, com alto grau de desigualdade e um alto grau de informalidade. As pessoas estão perdendo parentes, amigos, pessoas queridas e amadas e para piorar não sabem se vão comer no dia seguinte.

Porém, no meio de todo esse caos, há algumas categorias da sociedade que de alguma forma, estão blindadas economicamente de tudo o que está acontecendo. Enquanto milhões de famílias perderam a renda em sua totalidade durante esse período, alguns grupos da sociedade não querem ajudar a pagar a imensa conta que está para chegar.

A começar pela classe política. Já não basta a imoralidade de receber dezenas de auxílios e benesses em tempos comuns, enquanto metade da população ganha pouco mais de 413 reais¹³⁶, durante a pandemia, se acentua a desconexão da classe política com a realidade. Para ilustrar, irei citar alguns desses absurdos.

Nosso vice-presidente da república decide comprar uma esteira no valor de 44 mil reais¹³⁷. Talvez esse valor pudesse ajudar a comprar sedativos necessários à intubação dos pacientes com a COVID, em falta no Amapá¹³⁸, por exemplo. Outrossim, o alto investimento do governo federal na

¹³¹ Artigo escrito em maio de 2020.

¹³² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

¹³³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹³⁴ Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR:pt-419>

¹³⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/13/raio-x-do-mundo-na-pandemia-revela-maior-crise-em-geracoes.htm>

¹³⁶ Disponível em : https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/economia/1572454880_959970.html

¹³⁷ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/esteira-de-r-44-mil-e-de-excelente-nivel-diz-mourao,0fb966efd245e493dc741ffa368e2b94rdkgaff6.html>

¹³⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/05/18/ato-de-familiares-cobra-sedativos-e-remedios-para-pacientes-com-covid-19-em-macapa.ghtml>

compra e fabricação da cloroquina¹³⁹, medicamento sem comprovação de eficácia, nos mostra o desperdício de recurso, que poderia ser aplicado em compra de testes para o coronavírus, ajudando no controle da doença. Sem contar os gastos em diversos estados e municípios com o medicamento.

Enquanto isso, juízes do Tribunal de Justiça de Goiás instituem um auxílio-saúde de R\$ 1280,00 para os magistrados, e outros valores para outros servidores¹⁴⁰. Duas vezes mais que o auxílio emergencial, única renda para milhares de famílias, e com uma duração de somente três meses.

Os servidores públicos, principalmente do judiciário e do legislativo, também parecem que pegaram carona com a SpaceX e foram viver em um outro mundo. Apenas com o fim do auxílio moradia e o fim das férias de 60 dias, a economia seria de R\$ 2,3 bilhões¹⁴¹. Dinheiro suficiente para construir mais de 230 hospitais de campanha de 200 leitos¹⁴². Com o fim dos salários acima do teto constitucional, seriam economizados cerca de R\$ 10 bilhões¹⁴³.

Obviamente, a ação do Estado no setor privado não foge ao padrão, ou seja, proteger uma parcela minoritária de grupos em detrimento da grande maioria. Enquanto 600 mil empresas foram fechadas durante a pandemia no Brasil¹⁴⁴, o governo prepara um pacote de empréstimo de socorro aos bancos no valor de R\$ 91 bilhões¹⁴⁵. Um setor que mesmo durante o período de crise, sempre teve aumento nos lucros. Na verdade os lucros dos bancos são sempre recordes. Nesse mesmo pacote, o governo reduziu de 25% para 17% a taxa de depósito compulsório dos bancos, o que garante a liquidez necessária para esse período de crise. Outro pacote anunciado pelo governo é o do socorro às grandes empresas¹⁴⁶. Dentro do pacote, uma das medidas propostas é a atuação do BNDES como comprador, com cerca de R\$ 80 bilhões para atuar. Mas a alocação dos recursos não considera as pequenas empresas.

Em um momento de extrema necessidade de respiradores, uma solução muito prática seria a produção dos equipamentos por parte das montadoras, que seriam adquiridos por meio do poder de compra estatal. Enfim, num país brutalmente desigual como o Brasil é evidente que uma parcela

¹³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/preco-que-governo-paga-pela-materia-prima-da-cloroquina-explode.shtml>

¹⁴⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/05/15/em-meio-a-pandemia-tj-go-institui-auxilio-saude-de-r-12-mil-a-juizes.ghtml>

¹⁴¹ Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/relatorio-dos-supersalarios-com-corte-no-auxilio-moradia-fim-de-ferias-de-60-dias-e-economia-de-r-23-bilhoes/>

¹⁴² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/primeiro-hospital-de-campanha-do-governo-federal-custara-r-10-milhoes/>

¹⁴³ Disponível em: <https://gesneroliveira.blogosfera.uol.com.br/2017/12/20/naco-dos-supersalarios-vale-mais-do-que-uma-petrobras/>

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/04/09/mais-de-600-mil-pequenas-empresas-fecharam-as-portas-com-coronavirus>

¹⁴⁵ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml

¹⁴⁶ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/15/governo-e-bndes-discutem-com-bancos-socorro-a-grandes-empresas-atingidas-pela-crise.htm>

minoritária da população está vivendo em uma realidade separada da grande maioria. E, para esclarecer, este não é um texto que visa criticar estupidamente o papel do Estado. Pelo contrário, este é o momento em que mais precisamos de política públicas, tanto no que concerne às medidas sanitárias, quanto às medidas de garantia da renda às pessoas mais vulneráveis, bem como às empresas de menor porte. O objetivo principal é analisar se as medidas tomadas estão sendo eficientes, pois errar na política num momento desses custará vidas, além de questionar se a crise que estamos enfrentando e está prestes a piorar, recairá somente nos ombros das camadas mais pobres da população, que é a grande maioria, como ocorre de costume ao longo dos 500 anos da história do Brasil.

Além do combate de privilégios e distorções, é fundamental destacar que o Estado Central tem a capacidade de levantar os recursos (por meio da emissão de moeda ou emissão de dívida pública) necessários ao combate dos efeitos da crise sanitária, e à minimização dos efeitos da crise econômica, que provavelmente se configurará numa profunda depressão econômica.

Consequências econômicas do Senhor Guedes¹⁴⁷

*Karla Vanessa B. S. Leite¹⁴⁸
Hudson Gutierly P. de Medeiros¹⁴⁹*

Em junho de 1925, J. M. Keynes escreveu um panfleto intitulado *The economic consequences of Mr. Churchill*, no qual fez ponderações sobre os possíveis impactos econômicos da decisão do então Primeiro Ministro Britânico, Winston Churchill, de retornar ao padrão-ouro, em abril do mesmo ano. Nesse sentido, em junho de 2020, estamos nos propondo a fazer uma análise das consequências econômicas das ações adotadas pelo Ministro da Economia brasileiro, o senhor Paulo Guedes, desde o início de 2019.

Ainda durante a campanha presidencial e já confirmado como responsável pela direção econômica do país, em caso de vitória do candidato Jair Bolsonaro, Guedes já deixava claras as suas pretensões. Redução do papel do Estado, privatizações, reformas estruturais e austeridade fiscal eram as principais pautas do seu discurso. O economista, com formação na Universidade de Chicago, prometia zerar o déficit fiscal em um ano, privatizar todas as estatais que fosse possível, introduzir o regime de capitalização na previdência, flexibilizar (ainda mais) a legislação trabalhista para criar o que considerava ser um ambiente favorável ao empreendedorismo e à geração de empregos, ampliar a abertura comercial reduzindo alíquotas de importação, entre outras coisas¹⁵⁰.

Decorridos mais de 500 dias com Guedes à frente do Ministério da Economia, quais foram as medidas adotadas e suas consequências econômicas? Para responder a essa questão, iremos considerar a análise das políticas econômicas por dois lados, quais sejam: oferta e demanda. Porém, antes de prosseguir com a análise, consideramos pertinente fazer uma breve síntese da situação da economia brasileira, entre 2014 e 2018, período em que experimentamos mudanças significativas no cenário econômico, político e institucional.

Em meados do segundo trimestre de 2014, a economia brasileira passa a sentir os efeitos das crises de 2008 e 2011/12, que tiveram, em graus distintos, seus efeitos postergados graças às políticas fiscais e creditícias que estimularam a demanda, mas que começavam a se esgotar. Assim, os agentes passam a sentir os efeitos de uma economia que entra em recessão técnica já no segundo trimestre de 2014. Como resposta à desaceleração da economia, 2015 acaba sendo um ano marcado pelo foco no ajuste

¹⁴⁷ Artigo escrito em junho de 2020.

¹⁴⁸ Professora Adjunta III da UAECN, Tutora do PET – Economia e integrante do GAACE.

¹⁴⁹ Mestrando em Economia (UFRN) e graduando do curso de Ciências Atuariais (UFRN).

¹⁵⁰ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/21/veja-as-propostas-de-paulo-guedes-assessor-economico-da-campanha-de-jair-bolsonaro.ghtml>

fiscal. A aposta era de que o compromisso com a estabilidade fiscal, com corte nas despesas discricionárias e controle da dívida pública, o investimento seria recobrado, o que não se verificou. O ajuste acabou se mostrando pró-cíclico, agravando ainda mais a situação econômica e fortalecendo a insatisfação dos agentes com o governo, resultando no impeachment de 2016 da presidente Dilma Rouseff.

Com o impeachment, o vice presidente Michel Temer assumiu o comando do executivo e passou a tocar algumas reformas do lado da oferta, sendo a principal delas a reforma trabalhista. As modificações nas leis trabalhistas alteraram mais de 100 artigos da CLT, reduzindo o poder de barganha de sindicatos e trabalhadores. Tal reforma se justificava na ideia de que a rigidez existente nas relações entre capital e trabalho seria a causa de uma menor oferta de trabalho das empresas para as famílias, uma ideia já envelhecida, até mesmo para o século passado, onde Keynes e tantos outros economistas já haviam mostrado que o volume de emprego é determinado no mercado de bens e não no mercado de trabalho.

Apesar das expectativas, pelo menos no curto prazo, a economia não esboçou qualquer reação e, após dois anos de queda expressiva do PIB (3,6% em 2015 e 3,3% em 2016), o triênio seguinte foi marcado por tímidos crescimentos (1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,1% em 2019), explicados principalmente por liberações sucessivas e estratégicas do FGTS, que estimulavam o consumo das famílias, e por sazonalidades como choques de oferta na produção agrícola e/ou eventos festivos que proporcionavam algum pico de atividade econômica.

Pelo lado da oferta, segundo o banco de dados do FMI¹⁵¹, em 2018, a taxa de investimento brasileira já se encontrava inferior à 90% dos países do mundo e, em 2019, já era noticiado que atingimos a menor taxa de investimento dos últimos cinquenta anos¹⁵². Pelo lado da demanda, o consumo das famílias, considerado o motor da economia, ao corresponder por 65% da composição do PIB, apresentou variações pouco significativas nos últimos cinco anos, com variações entre 1% e 2%, mas o que mais chama atenção é o grau de endividamento, onde o percentual das famílias endividadas chegou a 62,4%, conforme mostrou a pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo¹⁵³ (CNC), ainda em 2019.

No dia 11 de maio de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar o surto do coronavírus como uma pandemia global. A partir desse momento, tornou-se claro que as maiores (e as menores) economias do mundo experimentariam uma desaceleração, talvez mais brusca do que a dos

¹⁵¹ <https://blogdoibre.fgv.br/posts/em-2018-aproximadamente-90-dos-paises-do-mundo-apresentaram-uma-taxa-de-investimento-maior-do>

¹⁵² <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-no-brasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos>

¹⁵³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/endividamento-de-familias-brasileiras-atinge-maior-patamar-desde-2015>

anos 1930. Países como Alemanha, e até mesmo Estados Unidos, apressaram-se em organizar grandes pacotes de estímulos para suas economias, seja pela via da política fiscal e/ou monetária. E no Brasil, o que fez o senhor Guedes?

No Brasil, o Ministro da Economia, em sua miopia ideológica que não permite enxergar a gravidade da situação, afirmou, em 09 de março, que a resposta à crise deveria ser a continuação das reformas estruturais. Nas suas palavras, “temos que manter absoluta serenidade. E a maior resposta à crise são as reformas. Vamos mandar a reforma administrativa, o pacto federativo já está lá, vamos mandar a reforma tributária e vamos seguir o nosso trabalho”¹⁵⁴. Dias depois, Guedes enfatizou que o Brasil tem uma dinâmica própria de crescimento e iria surpreender o mundo ao sair, brevemente, da crise causada pelo coronavírus¹⁵⁵. Infelizmente, nenhuma das afirmações do Ministro, que mais promete do que cumpre e mais fala do que entrega, mostrou-se condizente com a realidade.

Para entender a economia brasileira hoje, três coisas são importantes de serem esclarecidas, a primeira é que ela passa por um processo gradual de empobrecimento de difícil reversão. Esse processo assume a forma de deterioração do tecido industrial que por sua vez aprofunda a dependência externa, compromete manutenção de postos de trabalho, o dinamismo econômico e a capacidade de crescimento e geração de receitas. A segunda, diz respeito ao regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional n.º 95 (teto dos gastos) que impõe limitações às possibilidades de atuação estatal e impossibilita o Estado de exercer sua função estabilizadora de forma plena. A terceira é que Paulo Guedes nada mais é do que um representante de narrativas que fingem ignorar o que de fato está acontecendo, mas que são necessárias, já que sem capacidade de crescer, a economia se encontra em uma queda livre, exigindo cada vez mais cortes em gastos necessários. Dessa forma, assim, as reformas acabam sendo úteis para moldar uma espécie de modelo sem dinamismo próprio e dependente dos ciclos econômicos globais.

Então, quais foram as ações de política econômica adotadas para combater os efeitos da pandemia? A política mais acertada e expressiva, mas não por iniciativa e/ou decisão do Ministro da Economia¹⁵⁶ e do chefe do Executivo, foi o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 pago aos brasileiros em maior situação de vulnerabilidade. Essa ação representou um custo de aproximadamente 2% do PIB.

Além do auxílio emergencial, com a aprovação da PEC do Orçamento de Guerra, foram destinados recursos para o Bolsa Família, seguro-desemprego, auxílio a estados e municípios, financiamento de folha de salários, gastos do Ministério da Saúde, entre outros. Pelo lado financeiro, o

¹⁵⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/guedes-diz-que-resposta-crise-sao-reformas>

¹⁵⁵ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/04/o-brasil-vai-surpreender-o-mundo-e-saira-da-crise-causada-pelo-novocoronavirus>

¹⁵⁶ <https://noticias.r7.com/brasil/guedes-anuncia-auxilio-de-r-200-mensais-a-trabalhadores-informais-18032020>

Banco Central¹⁵⁷, além de reduzir a taxa SELIC, atuou para injetar liquidez no mercado, principalmente, através da compra de ativos (pacotes de carteiras de empréstimos) dos bancos. Foram criadas ainda linhas especiais de crédito para empresas e famílias, muito embora esses recursos não tenham chegado aos tomadores no volume desejado. Tais medidas, que destoam da lógica da equipe econômica, constituíram-se em importante estímulo para a economia.

Por mais contraditório que pareça para a retórica defendida pela equipe econômica que sugere uma agenda centrada no corte de gastos, o Ministro da Economia irá entregar um déficit fiscal na casa de R\$ 800bi e uma relação dívida/PIB próxima de 80%. Nesse sentido, nós lhe perguntamos, Ministro: por que, apesar da sua orientação teórico/ideológica, o combate à crise econômica agravada pela pandemia foi feito com aumento de gastos do governo, especialmente via transferência de renda, e maior participação dos Estado na economia? Seria porque a falácia do Estado mínimo e do mercado como meio mais eficiente de alocar os recursos falhou redondamente, quando confrontada com a realidade da maior crise econômica do século XXI? Essa falácia não teria contribuído, em grande medida, para gestar essa crise econômica que, ressalte-se, foi agravada pela pandemia?

Senhor Guedes, a crise pela qual estamos passando e que ainda vai se arrastar por um bom tempo, é diferente das que vivemos em momentos anteriores e os instrumentos usuais (que ainda assim o Sr. Parece desconhecer, a despeito de insistir sobre ter lido Keynes) não servem, em um primeiro momento, pois não faz sentido estimular demanda, se as pessoas não podem sair de casa para se manterem vivas; e, pelo lado da oferta, se não há demanda, não faz sentido produzir.

Portanto, se a orientação da política econômica pós pandemia continuar sendo a redução do Estado, a austeridade, a privatização e as reformas estruturais, corremos o sério risco de cair na armadilha do gigante da mitologia grega, Procusto¹⁵⁸: ‘amarrar’ a economia diminuindo seu tamanho para que ela se encaixe nas dimensões limitadas das ideias e ideologias do Ministro da Economia e sua equipe. E quais as consequências disso para a economia? Sem dúvidas, menos crescimento, mais desemprego e exacerbação das nossas já abissais desigualdades sociais (em todos os níveis).

A presença Sr. Paulo Guedes no Ministério da Economia é sintomática, pois mostra a condução da política econômica baseada numa lógica do “na volta a gente compra”, caracterizada por promessas de resultados condicionadas à uma agenda de reformas que não só não possuem garantias dos resultados que propõem, como também são bastante caras à população; esse passou a ser o modus operandi da política econômica nacional nos anos recentes. É imprescindível que o Senhor Guedes troque seus óculos

¹⁵⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/entenda-as-medidas-do-banco-central-contra-a-cri-se-do-coronavirus.shtml>

¹⁵⁸ <https://www.megacurioso.com.br/saude-bem-estar/113958-o-que-e-a-sindrome-de-procusto.htm>

teóricos por outros que lhe permitam enxergar que não é possível e nem viável que o Estado saia de cena e entregue a recuperação de uma economia fortemente abalada às vicissitudes do mercado.

A nossa recuperação já se mostra lenta e sofrível. O desemprego, a perda da renda, a queda na demanda e, portanto, no investimento privado são fatos com os quais as ideias do Sr. Guedes não são e nem serão capazes de lidar, sem que se aprofundem as desigualdades já marcantes desse país. Por fim, sugerimos ao Sr. Guedes que releia, já que ele afirmou ter lido mais de três vezes, a Teoria Geral de Keynes. Fazendo esse exercício, talvez ele consiga entender que nas crises, especialmente em crises profundas e com as peculiaridades da que estamos vivendo, a atuação de uma política econômica contracíclica, tendo o Estado como motor da retomada, apresenta-se quase que como o único caminho para salvar a economia e, mais importante, nesse caso, as vidas.

Pasmem, mas apesar das 32.548 mortes, o Ministério da Saúde de Jair gastou apenas 22% do montante destinado ao combate do vírus corona¹⁵⁹

Águida Cristina Santos Almeida¹⁶⁰

Não é novidade o descaso do governo na gestão da crise sanitária que avança e em menos de três meses já contabiliza 32.548 óbitos por complicações com a covid-19. Ao longo desse período de brutal aceleração do contágio e das mortes, o presidente fez inúmeras declarações deixando claro o seu desdém com a crise e com as mortes. A situação é tão grave que hoje temos um militar como Ministro da Saúde, depois que o médico Nelson Teich pediu demissão, depois de ter ficado apenas um mês no Ministério da Saúde. Sendo que antes de Nelson Teich, o então Ministro Luiz Henrique Mandetta foi demitido pelo antipresidente Jair porque estava gerindo de maneira correta a crise sanitária, ou seja, seguindo as diretrizes da ciência e da OMS.

Vir acompanhando a insana gestão dessa crise por Jair e sua equipe tem sido motivo de permanente angústia e tristeza, e a pergunta que fica fixada em minha cabeça, de modo cada vez mais contundente e perturbador é a de quantas vidas teriam sido e/ou poderão ser poupadas se tivéssemos um governo minimamente coerente. Quantas mortes teríamos a menos se o governo estivesse preocupado e comprometido com a gestão da crise e com as vidas das pessoas? Acho que essas perguntas me acompanharão pelo resto da vida, e a certeza de que milhares de vida não sucumbiriam se não tivéssemos um governo genocida, certamente deixará uma profunda marca de tristeza em meu coração, e o pior, um amálgama social, psicológico e emocional na população, sem precedentes na história dessa terra bruta.

Hoje, tomando ciência de uma informação aterrorizadora fiquei ainda mais chocada e revoltada com o tamanho do apelo genocida que o governo de Jair vem exibindo na gestão da crise sanitária. Pois bem, do total de recursos do Ministério da Saúde destinado ao combate do vírus corona, até o dia 27 de maio, o Governo Federal tinha gastado apenas 6% do total e empenhado somente 22% do montante total¹⁶¹. O Fundo Nacional de Emergência que foi criado para o combate da covid-19 totaliza R\$ 11,74 bilhões, e o governo gastou somente R\$ 2,59 bilhões, mas apenas R\$ 804,68 milhões foram efetivamente pagos¹⁶².

¹⁵⁹ Artigo escrito em junho de 2020.

¹⁶⁰ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

¹⁶¹ <https://jornalggn.com.br/justica/governo-bolsonaro-sera-investigado-por-falta-e-atraso-de-investimentos-no-combate-ao-covid-19/>.

¹⁶² Segue o link para o site do Tesouro Nacional que discrimina os gastos públicos no combate à pandemia <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

A baixa utilização dos recursos do Ministério da Saúde no combate da crise sanitária fica evidente analisando três frentes distintas: 1) baixa utilização dos recursos destinados para despesas da Ação 21C0 do FNS (Fundo de Emergência Pública de Importância Internacional, criado em decorrência da pandemia), 2) morosidade na liberação de recursos da rubrica antes mencionada aos demais entes federativos; 3) estreita participação da União no custeio da Saúde quando comparado ao custeio total pelos entes federativos. Para se ter ideia, de um total de R\$ 13,86 bilhões para os municípios, foram gastos somente R\$ 4,45 bilhões, e para os Estados foi destinado somente R\$ 3,2 bilhões, ou seja, um montante bem inferior ao total anunciado de R\$ 8,21 bilhões. Detectou-se ainda que os repasses feitos aos estados e aos municípios se reduziram desde a segunda metade de abril, apesar da súplica dos governadores na demanda por recursos para o estabelecimento de instalações, contratação de pessoal, e compra de equipamentos, com vistas ao atendimento de pacientes com covid-19.

O levantamento foi feito pelo Ministério Público do Distrito Federal, por meio da coleta de dados em fontes oficiais do governo. E diante das evidências relatadas antes, a instituição irá investigar os motivos que explicam a lentidão na aplicação de recursos, num cenário crescente e acelerado de contágios e mortes por coronavírus. O objetivo é compreender por que o governo não vem utilizando os recursos disponíveis à gestão da crise sanitária. E eu, na minha humilde e impotente posição, não acredito que isso se deva a uma questão de gestão. Há elementos de profunda gravidade nessa morosidade e as declarações e ações de Jair esclarecem muita coisa. É importante lembrar que no mês de março, Jair se referiu ao contágio pelo vírus corona como uma gripezinha, e hoje (03 de junho) são mais de 32.000 óbitos. E muitas outras declarações desumanas se seguiram, como o emblemático e daí? Eu não sou coveiro!

E eu não consigo conceber em minha mente o que são 32.548 corpos, que antes de morrerem eram 32.548 pessoas, que tinham família e amigos. Cada pessoa dessas 32.548 estava ligada por laços de amor e afeto a um conjunto de pessoas, cada uma dessas 32.548 pessoas tinham uma história. Não obstante, os recursos públicos disponíveis à gestão da crise sanitária são insuficientes, pois como se sabe muito bem o SUS sempre foi subfinanciado, e desde que a PEC do teto de gastos foi aprovada no final de 2016, que esse subfinanciamento se aprofundou. Mas, para além da insuficiência de recursos, o governo sequer utiliza o montante disponível com uma agilidade mínima que culmine na atenuação de contágios e mortes.

Outro Ministério com desempenho desastroso na gestão dessa pandemia é o ministério da antiministra Damares, que apesar de repetir nas entrevistas que tem dado que ninguém fica para trás, no início de abril o Ministério que chefia recebeu uma dotação orçamentária extra para ser empregado no combate à crise sanitária. Essa dotação extra foi recebida no dia 02 de abril e totaliza uma cifra de R\$ 45

milhões de reais¹⁶³, porém no dia 26 de maio, o ministério de Damares só havia gastado R\$ 2.000. Vou escrever por extenso, para não restar nenhuma dúvida, em 26 de maio, Damares tinha gastado dois mil reais dos quarenta e cinco milhões que recebeu para auxiliar os mais vulneráveis, ao longo da pandemia. Como compreender uma informação dessas? Como digeri-la? Como aceitá-la? Os mais vulneráveis são as pessoas mais penalizadas com a pandemia, pois é nessas camadas sociais que predomina a informalidade, o desalento, o desemprego, a fome, a impossibilidade de cumprir as regras de isolamento social. Consequentemente, nessas camadas sociais estão ocorrendo o maior número de contágios e de óbitos. Como é possível diante disso tudo, um ministério que dispõe de 45 milhões de reais para auxiliar os mais pobres na pandemia, ter gastado apenas 2000 reais, quase dois meses depois?

O médico infectologista Júlio Croda¹⁶⁴ que trabalhou no Ministério da Saúde quando Luiz Henrique Mandetta era ministro, deixou o cargo por descontentamento com a condução política da pandemia e declarou que já previa o que está acontecendo agora, de acordo com ele *“a gente sentia dentro do governo que não existia união sobre o que deveria ser feito e que à resposta seria pífia, como está sendo”*. O médico completa *“o Ministério da Saúde não forneceu nenhuma ferramenta técnica para que Estados e municípios gerissem essa crise, principalmente no sentido de flexibilizar ou intensificar as medidas de distanciamento social”*. Com a ausência do Ministério da Saúde, os Estados e municípios tiveram que tomar decisões com base em critérios próprios. Além do mais, conforme vimos antes, os recursos do governo central são minguados, dado que mal se gastou o pouco do que já se dispõe em caixa.

O médico Julio Croda recebeu o seguinte questionamento na entrevista que concedeu ao jornal El País (conforme link na nota 5), ao condenar idosos e mais pobres à morte, estaria o governo Bolsonaro promovendo alguma política eugenista? A resposta do médico foi a seguinte: *“não sei se é intencional, se existe uma articulação nesse sentido.... mas existem muitas atitudes e muitos elementos que descrevem que é isso que vai acontecer. Muita gente vai morrer, sobretudo pobres e idosos, e não existe nenhuma articulação do governo no sentido de reduzir o número de casos, principalmente com medidas de isolamento social”*.

Ao ser questionado sobre as previsões para os próximos meses, Júlio Croda afirmou que as medidas de isolamento social vêm sendo flexibilizadas nos países europeus, num cenário em que o número de novos casos e de óbitos se encontra sob controle. No caso do Brasil, ao contrário, as medidas de isolamento social vêm sendo relaxadas em vários estados, num cenário onde o número de contágios e mortes é ascendente, e isso levará ao colapso do sistema de saúde, pois a curva de contágio seguirá

¹⁶³ https://www.cartacapital.com.br/saude/ministerio-de-damores-gasta-apenas-2-mil-reais-com-mais-vulneraveis-na-pandemia/?fbclid=IwAR1TY2ANJAZNFdEwxgP6fO1mqNRaHFDHih2lcEcfZ-4dbITfdbkMT_N1DU4.

¹⁶⁴ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-03/ministerio-da-saude-nunca-forneceu-ferramenta-tecnica-para-gerir-o-isolamento-social.html>.

crescendo. De acordo com Croda “*vai ser muito triste o que vai acontecer no Brasil. Os números falam por si, mas não sei até que ponto esses números são transparentes. E com subnotificação, o cenário é bastante desolador*”.

A história brasileira é emblemática na privatização quando se trata de ganhos, e na socialização (sobretudo às camadas mais pobres da população), quando se trata de perdas, o que ocorre periodicamente nas crises econômicas. Celso Furtado foi um daqueles economistas brilhantes que nos ensinou essa lógica perversa que governa toda a história do Brasil. Dessa vez, no caso da crise sanitária causada pela covid-19, os pobres estão pagando com a vida, ou seja, a perversidade assume uma roupagem ainda mais cruel e nefasta.

Por isso eu preciso concluir essa reflexão com uma das frases mais contundentes do eterno e imortal mestre Paulo Freire: “*NUM PAÍS COMO O BRASIL, MANTER A ESPERANÇA VIVA É EM SI UM ATO REVOLUCIONÁRIO*”. Essa frase me acompanha desde o dia em que a li e não teria uma forma melhor de concluir essa breve reflexão, escrita com o coração repleto de tristeza, revolta e preocupação.

As mortes por covid, agora são segredo de estado?!¹⁶⁵

Pedro Salviano Neto¹⁶⁶

Águida Cristina Santos Almeida¹⁶⁷

Desde o momento em que foi decretada a existência de uma pandemia causada pelo novo Coronavírus, o Brasil vinha colaborando com o preenchimento do banco de dados referentes aos números de vítimas e de contágios no mapa mundial de controle da pandemia. Até então o Brasil vinha evidenciando que a gestão do Ministério da Saúde era uma gestão transparente e verdadeira a respeito do panorama com os números de vítimas em nosso território, ressaltando que o problema de subnotificação no Brasil é altíssimo, dado que desde o início da pandemia o percentual de testagem é extremamente baixo¹⁶⁸.

A importância da confiabilidade em tais dados é parte central para acompanhar a pandemia e poder delinear ações e medidas de política, a fim de combater o avanço da doença nas regiões mais afetadas, pois é através desses dados que se tem a real dimensão do que realmente está acontecendo (ou uma visão bem aproximada), como também, mantém a população informada e ciente da situação acerca da crise sanitária. O acompanhamento e registro rigoroso dos dados também resulta em subsídios legítimos e confiáveis à tomada de decisões acerca das medidas de flexibilização do isolamento social, ajudando os prefeitos e os governadores a decidirem se devem flexibilizar o isolamento social e em que medida e de que modo a flexibilização deve ser feita. Ou ao contrário, se as medidas de isolamento devem ser endurecidas, migrando as regras de isolamento para o lockdown.

Em uma recente entrevista o diretor de emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Michael Ryan, apontou a necessidade de o Brasil continuar com a política de transparência sobre os dados do COVID-19. "É muito importante, ao mesmo tempo, que as mensagens sobre transparência e divulgação de informações sejam consistentes, e que nós possamos contar com os nossos parceiros no

¹⁶⁵ Artigo escrito em Junho de 2020.

¹⁶⁶ Graduando em Ciências Econômicas – UAECN/UFCEG, integrante do PET/Economia/UFCEG e do GAACE/UFCEG. E-mail: pedrosalviano@outlook.com.

¹⁶⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCEG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁶⁸ <https://jornalggn.com.br/coronavirus/subnotificacao-do-coronavirus-e-7-vezes-maior-do-que-numeros-oficiais-mostra-estudo/?fbclid=IwAR1AX-YBrm7P5KZ5Lvmp6JD4cTEium9G9za2W-kgmH6X-iHw4xhjw8Lk91I>.

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/08/oms-destaca-necessidade-de-transparencia-nos-dados-sobre-pandemia-no-brasil.ghtml>

Disponível em: <https://www.copastur.com.br/blog/gestao-transparente/#:~:text=A%20transpar%C3%Aancia%20traz%20clareza%2C%20coer%C3%Aancia,como%20organismos%20para%20esse%20profissional>.

Brasil para fornecer essa informação para nós, mas, mais importante, aos seus cidadãos. Eles precisam saber o que está acontecendo", destacou Ryan.

O debate sobre a transparência do Brasil a respeito dos números de vítimas fatais e de novos casos, elevou-se logo após a nova gestão do Ministério da Saúde mudar a forma como os dados vão passar a ser divulgados, pois antes da mudança, era divulgado o total de novos infectados, o total de vítimas que veio a óbito, o total de vítimas recuperadas, etc. Esse total era divulgado em números de registros nas últimas 24 horas, e os números acumulados desde o início da pandemia. Porém, com a crescente elevação dos números de infectados e vítimas fatais, constituindo uma triste marca de recorde de mortos em um único dia, que chegou a passar de 1.500 óbitos num dia, por exemplo, tudo isso passou a incomodar o Presidente da República, já que, essa triste elevação nas estatísticas evidencia a má gestão da crise sanitária pelo governo, e principalmente o poder executivo, na figura do Presidente. O desgoverno na gestão da pandemia é absoluto, e a gravidade da pandemia é negada pelo presidente desde o princípio, o qual por sinal vem acumulando uma sequência de declarações desumanas e inaceitáveis para uma pessoa que ocupa o posto de presidente da república de um dos países mais populosos e mais desiguais do mundo.

O Presidente Bolsonaro chegou a dar uma declaração à imprensa "que para o Brasil era melhor não noticiar a quantidade de mortos". Pois segundo ele, a forma como os números são noticiados geram histeria na população. Ou seja, não são as mortes que causam histeria, mas o modo como são informadas. Pode parecer até piada, mas tenham certeza de que não é.

O novo formato de divulgação do ministério da saúde com a outorga do Presidente passou a não evidenciar mais a quantidade total de mortos e dos novos infectados e sim dos recuperados. Tal ação resultou na saída do Brasil no mapa mundial do coronavírus, pois o Brasil passou a não colaborar mais com a transparência.

Devido a grande repercussão e as críticas negativas que vieram de dentro e de fora do Brasil, nessa última quarta-feira (10-06-2020), o atual ministro interino da saúde, General Eduardo Pazuello, que é um general do exército, não é médico e não tem experiência na área de saúde pública, em uma audiência pública no Congresso Nacional, informou que o governo não estava querendo omitir informações e que o novo formato de divulgação, visava uma maior praticidade e a redução das subnotificações. Porém, na prática, o novo modelo tinha sim a intenção de omitir números de mortes a fim de agradar o Presidente. Em contrapartida o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mostrou preocupação com esse novo modelo e fez o pedido que as divulgações voltassem ao seu formato original. E nesse mesmo dia o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, decretou que o ministério da saúde divulgue as informações como vinham sendo declaradas, pois a sociedade como um todo tem o direito de ter acesso as informações de modo transparente e seguro.

Desse modo, é mais uma medida tomada por alguém ligada ao Presidente que precisa ser revertida por algum outro poder. Episódios desse tipo vêm se acumulando desde o início da pandemia, de modo que o Presidente e seus aliados emergem como um problema adicional no meio da crise sanitária, criando uma série de crises paralelas, que inviabilizam e dificultam as ações de combate ao vírus.

E esse “vai e vem” do ministério da saúde, destaca a total ingerência a respeito da atual crise, pois o ministro da saúde passa a servir e agradar ao presidente, deixando de lado o mais importante que é o interesse da coletividade, e as ações na direção da contenção da pandemia. Assim, o alívio tem vindo da atuação dos outros poderes, e denota o quanto é importante a sustentação de um regime político democrático.

Por muito tempo, a cultura do segredo vigorou na administração pública e na sociedade como um todo, sobretudo no período da ditadura militar, como é típico de regimes políticos autoritários. No entanto, em regimes políticos democráticos, com a ascensão da internet, a disponibilidade e clareza de informações se tornaram essenciais na gestão de órgãos públicos, fruto da disseminação do que chamamos de cultura de acesso, com vistas à disseminação da transparência dos dados. É necessário tomar consciência de que toda informação é de propriedade do cidadão, afinal de contas os recursos manejados pelo Estado possuem um caráter social e coletivo.

Sem investimento público o Brasil retardará a sua saída da crise do COVID-19¹⁶⁹

*Rafael Tavares Requeijo¹⁷⁰
Ágida Cristina Santos Almeida¹⁷¹*

No filme de Taika Waititi, *Jojo Rabbit*, o protagonista é uma criança que nasceu em meio a Alemanha nazista, de maneira que foi completamente socializado com a ideologia hitlerista e se tornou uma criança extremista, de modo que mesmo sua mãe tentava convencê-lo de não ser tão exagerado e que a vida pode ser mais que um único pensamento. Contudo, o pequeno Jojo se manteve irredutível ao longo de grande parte da obra. No contexto político brasileiro atual, o governo de Bolsonaro aparenta ser muito semelhante aos exageros de Jojo, pois mesmo sendo previsto uma queda entre 4% até 5% do PIB¹⁷², o governo apresenta um plano de reconstrução da economia baseado no investimento da iniciativa privada, como foi dito pelos ministros Walter Souza Braga Netto, Paulo Guedes e Rogério Marinho na reunião ministerial do dia 22 de abril. Assim mostrando a incessante aposta na redução do tamanho do Estado, substituindo-o pelo “deus mercado” como agente promotor da retomada econômica. Lembrando que a agenda neoliberal foi retomada na gestão de Michel Temer, e que o ministro atual da economia tem levado ao limite.

Outra persistência do poder executivo federal é continuar com o discurso de que as reformas estavam gerando crescimento econômico, porque o Estado estava sendo enxugado e as contas públicas estariam sendo controladas. Contudo, o que realmente ocorreu foram resultados de crescimento baixíssimos, que vêm adiando para horizontes cada vez mais longínquos, e perdidos no tempo, qualquer perspectiva de recuperação. Por exemplo, o PIB acumulado de 2019 ficou em 1,1%¹⁷³ e a taxa de desocupação cresceu, em 1,6 milhões de pessoas, entre outubro de 2019 até abril de 2020¹⁷⁴. Ambos os dados corroboram para o pensamento que as reformas feitas não foram benéficas, não entregaram o que prometeram: modernização da economia e retomada do crescimento e dos empregos. Desse modo, pode-

¹⁶⁹ Artigo escrito em junho de 2020.

¹⁷⁰ Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

¹⁷¹ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão.

¹⁷² Notícia que apresenta algumas projeções para o PIB de 2020: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/governo-vai-revisar-projecao-do-pib-de-2020-para-queda-de-4-a-5.shtml>

¹⁷³ Site em que apresenta infográficos sobre o dado usado no texto: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>

¹⁷⁴ Série histórica do IBGE sobre a taxa de desocupação no Brasil: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego

se facilmente concluir que a continuidade nesse tipo de política pode ser altamente danosa à economia e sociedade brasileiras.

Como é relatado no livro *Chutando a escada*¹⁷⁵, de Ha-Joon Chang, mostra que as reformas neoliberais realizadas em países subdesenvolvidos, que ocorreram em maior volume na década de 1990, em sua grande maioria acarretaram em ínfimas taxas de crescimento econômico e comprometeram os níveis de desenvolvimento já alcançados. O economista comprova esse impacto negativo das reformas apresentando os dados da variação anual do PIB de algumas nações subdesenvolvidas, por exemplo, a América Latina e o Caribe, que nos anos 1960 até o final dos 1970 apresentavam taxas crescimento de cerca de 3%, passaram ao longo dos anos 1980 até o final dos 1990 a uma taxa de crescimento de apenas 1% em média, justo o período em que foram implantadas as reformas.

O autor comenta que não existe uma fórmula única para ser colocada em prática nesses territórios, porém argumenta que tais reformas consideradas “boas” devem ser evitadas, pois como evidenciado nos dados de muitos países subdesenvolvidos, a aplicação de reformas não é benéfica à obtenção de resultados profícuos em termos de desenvolvimento. Chang afirma que para obter melhora no desempenho econômico é importante entender as instituições e as políticas. No entanto, no Brasil, o presidente atual ao invés de buscar entender as instituições e as políticas, as ataca, ameaça de fechá-las, e inviabiliza seu adequado funcionamento.

Em meio à crise do COVID-19, o governo federal se viu obrigado a realizar gastos para amenizar os impactos que a pandemia está causando para todos os setores das economias e da sociedade. Até o momento da produção desse artigo os gastos da União já efetuados foram de R\$ 156,8 bilhões, e é previsto um gasto total de R\$ 404,2 bilhões, porém o custo com o auxílio emergencial que já foi pago até esse momento somou somente cerca de R\$ 77 bilhões¹⁷⁶. Segundo o Fundo Nacional de Saúde¹⁷⁷, o que foi efetivamente gasto do orçamento direcionado para o combate à COVID-19 foi cerca de apenas 22% do total alocado no fundo, ou seja, há mais de dois meses que a pandemia foi decretada e vem em rápido agravi. É importante lembrar que os recursos pagos no auxílio emergencial e na saúde são essenciais para que parcela significativa da população se mantenha em meio a uma quarentena, de modo que é inadmissível que posteriormente o governo utilize esses gastos contra a pandemia como argumento à justificativa da retomada de reformas liberalizantes e de austeridade, pois o investimento do Estado será

¹⁷⁵Chang, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*/ Ha-Joon Chang; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo. Editora Unesp. 2004

¹⁷⁶ Os dados referentes aos gastos da união para combater o COVID-19 foram retirados do site do Tesouro Nacional transparente: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

¹⁷⁷ Dados oficiais retirados da pagina do Fundo Nacional de Saúde: https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html

imprescindível à retomada da economia. Na verdade, mais do que imprescindível, é o único caminho possível à retomada da economia e dos empregos.

Na Alemanha, onde a pandemia está começando a declinar em termos das taxas de contaminação e de mortes, o governo aprovou alguns pacotes para fortalecer a economia. A maioria dos projetos aborda a manutenção da seguridade social, por exemplo, um pacote que será adotado afirma que concederá às famílias com crianças, um bônus salarial de 300 euros (1700 reais), que pode ser aumentado de acordo com o número de filhos. Agregando os valores dos pacotes aprovados, a Alemanha pretende gastar cerca de 361 bilhões de euros, que corresponde a um pouco mais que de 2 trilhões de reais¹⁷⁸. Portanto, o país germânico denota por meio de suas políticas uma retomada econômica relativamente rápida da crise produzida pela pandemia, e o meio para apressar a recuperação são os altos investimentos feitos pelo Estado.

Nos Estados Unidos, no final do mês de março foi aprovado o auxílio chamado CARES (Coronavirus aid, Relief, and Economic Security), que consiste num pacote de cerca de U\$S 2 trilhões¹⁷⁹, que equivale a quase R\$ 10 trilhões, e que visa auxiliar trabalhadores, famílias e pequenas empresas, principalmente na questão da renda e da quitação de contas. Ou seja, vendo esses exemplos é muito errôneo o presidente da Caixa Econômica Federal falar na grande mídia que o auxílio emergencial realizado no Brasil é um projeto inovador em comparação com outros países, pois o que é feito no território brasileiro é um projeto ineficiente e tosco quando observado ao que vem sendo feito no resto do mundo, porque esse programa não gera seguridade social para a população de baixa renda se manter em casa, visto que no Brasil o valor da cesta básica em certas capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, é acima de R\$ 510¹⁸⁰, logo, é insustentável uma família inteira conseguir viver dignamente com somente o mero valor de R\$ 600, além dos muitos outros problemas gerados pela má administração na liberação do auxílio, que acarretou em atrasos e muita aglomeração para um amplo contingente populacional conseguir ter acesso ao auxílio.

Portanto, como a pandemia está afetando a economia brasileira, que por sua vez ainda não conseguiu alcançar uma retomada mais robusta depois da crise de 2015 e 2016, e constatando o que está sendo feito nos países desenvolvidos para amenizar a crise e apressar a retomada da economia, constata-se o quanto a gestão econômica e sanitária da crise no Brasil está caótica. É urgente que o governo federal

¹⁷⁸ A informação dos valores referentes aos pacotes aprovados na Alemanha foi retirada da notícia do jornal El País: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-04/alemanha-gastara-130-bilhoes-de-euros-para-combater-crise-causada-pelo-coronavirus.html>

¹⁷⁹ Informação retirada do site oficial do departamento do tesouro do governo dos EUA: <https://home.treasury.gov/policy-issues/cares>

¹⁸⁰ Valor da cesta básica retirado do documento oficial do DIEESE publicado em março de 2020: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202003cestabasica.pdf>

supere a ideia de que é o planejamento e as ações da iniciativa privada que irão levar à retomada da economia, e que a única pauta que cabe ao governo é dar continuidade com a agenda das reformas neoliberais, porque nenhuma outra nação que pretende sair da crise está projetando realizar políticas como as que estão sendo pautadas no governo de Bolsonaro.

Superada a visão de que a saída se encontra na permanência da agenda neoliberal, seria possível retomar uma estratégia de desenvolvimento nacional inclusivo, que impulsionaria a retomada da economia. Assim a sociedade brasileira poderá ter bons resultados posteriormente à crise, como ocorreu com Jojo quando superou a ideologia extremista nazista e observou o mundo de uma forma mais feliz junto à sua nova amiga.

O vírus da antidemocracia¹⁸¹

Ray Raposo Teixeira¹⁸²

Ágida Cristina Santos Almeida¹⁸³

A democracia brasileira é frágil, conturbada e jovem. O processo de redemocratização brasileiro soma pouco mais de três décadas. Ainda assim, ele é melhor do que qualquer ditadura seja ela de direita ou de esquerda. Cabe tão somente à sociedade se unir para fortalecê-la. E esse fortalecimento deve se constituir num processo de construção que deve ser permanente. Não obstante, em meio à pandemia que estamos vivenciando, os ataques à democracia passaram a ser corriqueiros, ataques estes presentes em protestos antidemocráticos, em nota de ministro e nas falas e ações do próprio presidente do país.

Estamos passando por um momento difícil e com capacidade nula de prever o futuro, até mesmo no curto prazo. Por um lado, temos o avanço de uma epidemia global da covid-19, que já ultrapassou mais de um milhão de pessoas infectadas em todo o Brasil e mais de 50.000 mortos. E por outro lado, se já não bastasse o tamanho desta ameaça, temos também outra: a ameaça à democracia brasileira. Bolsonaro opta cotidianamente pela radicalização de seu discurso de extrema direita, mantendo uma liderança antissistema e que engaja a sua tropa política para os seus passos seguintes. Ele aproveita o cenário da pandemia para reforçar seu projeto político de desestabilização das instituições

Nos últimos meses, várias manifestações de cunho antidemocrático foram realizadas pelo país, por exemplo, nas manifestações do domingo, 3 de maio em Brasília, o presidente fez declarações no ato pró-intervenção militar e contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. Bolsonaro declarou, em transmissão ao vivo nas redes sociais, que “não vai mais aceitar interferência” e que “chegamos ao limite, não tem mais conversa”. A manifestação reuniu apoiadores de Bolsonaro na capital federal em meio à pandemia do novo coronavírus. Segundo o presidente, a manifestação foi espontânea e tinha como pauta a defesa de sua governabilidade e a não interferência por parte do Legislativo e do Judiciário¹⁸⁴.

O que leva o presidente a prestigiar esses protestos? Bolsonaro tem com esse tipo de comportamento conseguido reforçar a união na sua base bolsonarista, que está longe de ser a maioria,

¹⁸¹Artigo escrito em junho de 2020.

¹⁸² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: rayraposo@outlook.com.

¹⁸³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁸⁴<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contra-o-stf-e-o-congresso-em-brasilia.ghtml>

mas em contrapartida não é desprezível, visto que alcança aprovação de 33% dos brasileiros. E mais, segundo a última pesquisa do Datafolha ele se mantém no páreo na disputa eleitoral de 2022.

Essa e outras manifestações ocorreram após o Supremo Tribunal Federal (STF) abrir em 21 de abril, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, um inquérito para apurar a organização de atos contra a democracia no Brasil¹⁸⁵. O motivo da abertura do inquérito foram os atos realizados em 19 de abril em todo o país. Os protestos tinham entre os manifestantes defensores do fechamento do Congresso, do STF e da reedição do AI-5, o ato institucional que endureceu o regime militar.

O caso tem deputados federais entre os alvos, o que justifica a competência do STF para a apuração. Ao determinar a abertura do inquérito sobre os atos antidemocráticos, o ministro Alexandre de Moraes informou ser “imprescindível à verificação da existência de organizações e esquemas de financiamento de manifestações contra a Democracia”.

Em 31 de maio, manifestantes liderados pela extremista Sara Giromini, fizeram atos segurando tochas e máscaras brancas, também em frente ao STF¹⁸⁶. Em redes sociais, internautas lembraram que tochas e máscaras são elementos marcantes em atos do grupo supremacista branco KuKluxKlan, também conhecido como KKK, nos Estados Unidos. A extremista Sara acabou sendo presa em 15 de junho suspeita de crimes contra a Lei de Segurança Nacional.

Em 13 de junho outro ato contra as instituições brasileiras foi realizado, cerca de 30 apoiadores do presidente Bolsonaro lançaram fogos de artifícios contra o prédio do STF. Na ação, que durou menos de cinco minutos, foram feitos xingamentos contra ministros da Corte, inclusive o presidente Dias Toffoli. Em tom de ameaça, perguntavam se os ministros tinham entendido o recado e mandaram que eles se preparassem¹⁸⁷.

Mais um episódio de ameaça à democracia foi a nota do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, o qual afirmou que a eventual apreensão do celular do presidente Jair Bolsonaro será “inconcebível” e terá “consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”. Ele se referiu ao fato de Celso de Mello, Ministro do STF, ter encaminhado à PGR notícias-crime que solicitavam a apreensão¹⁸⁸.

Essa nota foi absolutamente inadequada, foi uma ameaça de golpe e uma ameaça clara às instituições e ao regime democrático, pois se há suspeição de obstrução de Justiça e de interferência na

¹⁸⁵<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/moraes-do-stf-atende-pedido-de-aras-e-autoriza-inquerito-para-investigar-atos-pro-golpe.shtml>

¹⁸⁶<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/31/grupo-bolsonarista-protesta-em-frente-ao-stf-com-tochas-e-mascaras.htm>

¹⁸⁷<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/apos-desmonte-de-acampamento-pro-bolsonaro-manifestantes-lancam-fogos-de-artificio-contr-o-stf.shtml>

¹⁸⁸<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/heleno-ataca-pedido-de-apreensao-de-celular-consequencias-imprevisiveis.htm>

PF, Bolsonaro tem que ser investigado e toda e qualquer prova apreendida. Pois, em regimes democráticos ninguém está acima da lei e da constituição, nem mesmo o presidente¹⁸⁹.

As instituições estão rechaçando o autoritarismo bolsonarista, mas não é normal que elas sejam testadas todo dia, pois cada teste as desgasta e ataca a democracia, que passa a ser implodida por dentro. A consequência é dramática para as grandes majorias sociais que veem seus direitos na berlinda e o futuro de nossa moldura democrática completamente em jogo. O vírus da antidemocracia, do autoritarismo e da mudança de regime está também se alastrando. Além de termos a responsabilidade que esse momento de crise sanitária global exige, é preciso estar atento e em alerta quanto à saúde da democracia, prezando sempre pelo respeito às instituições. Por mais problemáticos que os regimes democráticos possam ser, são os mais funcionais, pois permitem a luta por direitos e garantias constitucionais, o acesso a dados e informações, e com isso a inibição de esquemas de corrupção e/ou mais fácil apuração de esquemas identificados.

¹⁸⁹Bolsonaro foi acusado por Sérgio Moro, de tentar interferir na PF para proteger a família e amigos de inquéritos e isso motivou a saída de Moro do Ministério da Justiça.

Importância da discussão de uma renda básica permanente¹⁹⁰

William Bezerra dos Santos¹⁹¹

Ágida Cristina Santos de Almeida¹⁹²

Atualmente, em meio ao cenário caótico no qual vivemos diante da pandemia, com mais de 50 mil mortes e mais de 1 milhão de casos provocados pelo coronavírus¹⁹³, muito se discute no debate político e econômico acerca da permanência do auxílio emergencial como instrumento básico de amparo à população brasileira mais vulnerável, após o fim da quarentena.

No primeiro trimestre do ano de 2020, o contingente de pessoas desempregadas no Brasil correspondia a um percentual de 12,2% e o número de desalentados correspondia a 5%, seguido de um percentual de informalidade de 40% da força de trabalho total. Muito se temia que na ausência de políticas de apoio às famílias e as empresas, o PIB seria terrivelmente afetado, despencando a níveis maiores que os verificados na crise de 2015/2016. É importante lembrar que, ironicamente, até mesmo os teóricos da ortodoxia econômica passaram a defender uma agenda estatal de concessões de benefícios, admitindo a necessidade de o Estado intervir no período da pandemia.

No entanto, após a adoção do Renda Básica Emergencial (RBE), projeto elaborado pelo Congresso¹⁹⁴ (e não pelo presidente) em março deste ano, em caráter de urgência, muitas famílias passaram a se beneficiar de tal auxílio. O que se tem visto é um escancaramento para a sociedade da imensa quantidade de pessoas que são negligenciadas pelo poder público, vivendo em meio à pobreza e sem nenhum tipo de amparo do Estado e que, mesmo antes da pandemia, esse contingente de pessoas já existia e seu número foi se ampliando desde 2015, dado o efeito das políticas de austeridade, os impactos do desemprego e das reformas estruturais, que prometeram a retomada da economia e a volta dos empregos, mas até o presente as promessas não foram cumpridas. Cerca de 38 milhões de pessoas não possuíam nenhuma espécie de mecanismo de análise a fim de serem incluídas no mercado de trabalho até

¹⁹⁰ Artigo escrito em junho de 2020.

¹⁹¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial PET-Economia.

¹⁹² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁹³ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/brasil-ultrapassa-55-mil-mortes-por-covid-19-mostra-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.shtml>

¹⁹⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/22/expansao-do-auxilio-emergencial-segue-para-sancao-presidencial>

o início do ano de 2020, dado que estavam desempregados, trabalhavam por conta própria, sem CNPJ e não estavam inseridos em nenhum tipo de programa de proteção social¹⁹⁵.

Passados três meses após a sanção do auxílio, pesquisas¹⁹⁶ apontadas pelo jornal Nexo, já revelam alguns sinais em relação a indicadores sociais, como por exemplo, a taxa de pobreza que caiu de 17% para 4%. Ou seja, os discursos de cortes de gastos, feitos pelo ministro da economia, de nada servem em momentos de crise e confirmam novamente que a única forma de driblar a crise que já vinha em curso antes da pandemia, dada a lentidão da retomada depois da crise econômica de 2015-2016, é por meio de gastos com investimentos estatais e à expansão dos serviços públicos e da proteção social, que auxiliam na sustentação do nível de demanda efetiva.

Ainda mais além, as pesquisas do jornal nexo revelaram que o efeito da pandemia e da quarentena pôs 83,5% dos trabalhadores que conformam o mercado de trabalho brasileiro em condições difíceis. Além disso, 26 milhões de pessoas não tiveram acesso nem à Renda Básica Emergencial, nem ao seguro desemprego e nem ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mais da metade dos trabalhadores formais tiveram suspensão completa dos contratos de trabalho¹⁹⁷, em decorrência da aprovação da MP 936¹⁹⁸, de modo que até o dia 26 de maio, 8,1 milhões de empregos formais foram afetados com redução dos salários e das jornadas de trabalho.

Por mais que esta RBE tenha seu fim determinado, a crise econômica pós-pandemia continuará ao longo de muitos anos. Quanto às novas políticas de benefício social, Paulo Guedes anunciou a criação de um programa chamado Renda Brasil¹⁹⁹ que pretende incluir dentro do programa os 38 milhões de brasileiros invisíveis, mas em contrapartida com a redução drástica de benefícios existentes e substituição destes por outros programas sociais. Pela própria gestão do auxílio emergencial dá para imaginar o dismantelo que se espreita em razão das possíveis mudanças na política social. Conforme foi amplamente divulgado, mais de 600.000 pessoas receberam o auxílio emergencial indevidamente²⁰⁰, enquanto milhões de necessitados não conseguiram acessar o auxílio.

¹⁹⁵ <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/auxilio-emergencial---como-ajuda-do-governo-reflete-a-grande-informalidade-do-emprego-no-brasil.htm>

¹⁹⁶ O texto disponibilizado pelo Jornal Nexo foi elaborado com base em estudos feitos pela Rede de Pesquisas Solidárias, que é formada por mais de 50 pesquisadores, com intuito de elevar o padrão, calibrar o foco e aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas relacionadas a atual crise pandêmica.

¹⁹⁷ <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/A-import%C3%A2ncia-da-Renda-B%C3%A1sica-no-pa%C3%ADs-o-emergencial-e-o-futuro>

¹⁹⁸ A MP 936 dá direito às empresas de fazerem acordo direto com os empregados, sem o sindicato, para diminuir a jornada e o salário, ou suspender o contrato de trabalho por tempo determinado. Em casos de suspensão, os trabalhadores passam a receber uma espécie de seguro desemprego do governo com base na porcentagem da diminuição das jornadas de trabalho e do salário.

¹⁹⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/governo-vai-criar-programa-de-renda-minima-apos-pandemia-diz-guedes>

²⁰⁰ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/28/pessoas-recebem-auxilio-emergencial-sem-ter-baixa-renda.htm#:~:text=620%20mil%20pessoas%20recebem%20aux%C3%ADlio%20emergencial%20sem%20precisar%2C%20>

O impacto atenuador do auxílio emergencial, apesar dos graves erros de gestão no pagamento do auxílio pelo governo, explicita a centralidade da política pública na redução das desigualdades e como dinamizador da demanda efetiva. A esperança que resta é que o desgoverno que se mantém no poder não prossiga insistindo com políticas austericidas de cortes de gastos e, sim, conduza uma nova agenda de investimentos públicos voltados à infraestrutura urbana e logística, saúde, educação, dentre outras áreas sociais e econômicas no pós-pandemia. Além disso, esperamos que a nova política de renda básica anunciada, não resulte na retirada de mais direitos além daqueles que já foram cinicamente subtraídos desde 2015, afetando os trabalhadores e as classes sociais mais vulneráveis social e economicamente.

Mas como financiar uma expansão de gastos públicos? Para isso há várias alternativas, sendo a emissão de dívida pública uma das principais, por meio de emissão de títulos da dívida pública, ou até mesmo por meio de emissão primária de moeda que não iria gerar inflação nesse momento em que a situação é de deflação. O Banco Central é a única instituição responsável pela emissão de reais e, como se sabe, uma nação que possui sua própria moeda não pode quebrar o Estado emitindo dívida na moeda que emite. Além disso, a criação de uma nova faixa de tributação sobre grandes fortunas é apontada como uma das alternativas mais justas perante as imensas, crônicas e históricas desigualdades brasileiras. O momento para se discutir formas de ampliação dos benefícios aos mais pobres é este, tendo em vista a urgência na volta da austeridade no pós pandemia, como vem deixando claro o Governo.

E sobre doenças que vivemos cercados: por que não voltar para o combate ao câncer?²⁰¹

*Thyago Ezequiel de Melo*²⁰²

*Karla Vanessa B. S. Leite*²⁰³

Como era de se esperar, dada a gravidade e as proporções da pandemia que estamos vivendo, outras doenças graves estão perdendo espaço nas notícias veiculadas pela imprensa, embora não tenham deixado de existir e afetar diversos brasileiros. Pior que isso, vem sendo a dificuldade que os profissionais estão enfrentando para atender adequadamente vítimas de outros problemas, como o câncer.

Em entrevista com o oncologista Bruno Ferraria, quando questionado pela *Veja* sobre as mudanças no atendimento aos pacientes com câncer, o médico responde que os pacientes oncológicos já são muito bem educados na prevenção de infecções, seguindo rotineiramente as orientações que a população em geral vem seguindo hoje. No entanto, ainda são realizadas diversas triagens para encaminhar o paciente para a ala especial ou não, examinando como está a evolução da doença para fazer a quimioterapia, que é imprescindível para pacientes com câncer.²⁰⁴

Nos últimos dias do mês de maio, ocorreu o Congresso da sociedade americana de Oncologia Clínica (ASCO, sigla em inglês) que, em razão da pandemia ocorreu de forma online. O evento contou com a participação de cerca de quarenta e três mil especialistas e apresentou as principais novidades no combate ao Câncer, nas quais algumas das descobertas contaram com a participação de cientistas brasileiros.

Na ASCO, o exame Oncotype X foi apresentado após pesquisas que envolveram até 155 voluntárias do hospital de São Paulo, Pérola Byington, alcançando 96% de eficácia em determinar se uma mulher com câncer de mama se beneficiaria ou não da quimioterapia.²⁰⁵ Tal novidade vem contribuindo para evitar casos de tratamentos desnecessários, que só causariam adversidades e mal estar na mulher. Ainda no encontro, pesquisadores alemães apresentaram um algoritmo que analisa os dados moleculares priorizando alterações tratáveis por fármacos já liberados em estudo. Tal tecnologia melhorou o

²⁰¹ Artigo escrito em junho de 2020.

²⁰² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

²⁰³ Professora Adjunta da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

²⁰⁴ Fonte: <https://saude.abril.com.br/medicina/atendimento-cancer-pandemia-coronavirus/> (Acesso dia 17/06/2020)

²⁰⁵ Disponível em: <https://meetinglibrary.asco.org/record/190747/abstract>

prognóstico de tumores infantis, entre 525 crianças, 149 tinham um tipo de doença que poderiam receber terapias selecionadas por algoritmo²⁰⁶.

Retornando aos impactos da COVID-19 no tratamento e pesquisa do câncer, um painel sobre assunto foi apresentado na ASCA e o Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos apresentou os principais impactos da pandemia na oncologia, quais sejam: atrasos no diagnóstico, queda no rastreamento dos tumores e interrupções nos tratamentos, além de diversos ensaios clínicos parados e laboratórios fechados. Estima-se que mais de dois milhões de cirurgias oncológicas deixaram de ser feitas no mundo. Além disso, foram apresentados dois estudos sobre o efeito da doença no prognóstico do COVID-19, com uma letalidade de 13%, sendo fator de risco para pacientes com taxa maior que da população em geral²⁰⁷.

Outra novidade de estudos brasileiros é o combate ao câncer de próstata sem necessitar fazer a castração química, que derruba os níveis de testosterona e causa efeitos colaterais importantes, como disfunção sexual, perda de massa muscular e aumento de risco de infarto. Tal tratamento diz respeito ao combate com quimio ou radioterapia, assim que o nódulo maligno surge pela primeira vez. O trabalho Maluf, oncologista que conduz a pesquisa, demonstra que inibidores da sinalização androgênica podem ser eficazes sozinhos²⁰⁸.

E com tantos avanços em estudos e pesquisas do câncer, mesmo em meio às dificuldades enfrentadas pela situação em que vivemos, é sempre importante ver escopos importantes que são deixados de lado pela mídia massificada, pois os problemas que tínhamos no passado, antes da pandemia, não deixaram de existir, apenas foram piorados em alguns casos, ou esquecidos por parte da população. No entanto, nossa bolha apenas representa uma amostra do total e ver fora dela nos dá a esperança de um futuro em que não só o Corona seja erradicado, como o câncer e outras doenças também.

²⁰⁶Disponível em: <https://www.asco.org/about-asco/press-center/news-releases/large-scale-precision-medicine-approach-successfully-applied>

²⁰⁷ Fonte: <https://iop.com.br/educacao-continuada/asco-2020-entra-para-a-historia-com-evento-em-formato-digital-grande-numero-de-participantes-e-avancos-na-oncologia/> (Acesso dia 17/06/2020)

²⁰⁸Disponível em: <http://www.lacog.org.br/clinical-trials/prostate-cancer/lacog-0415/69>

Google com iniciativa jornalística licenciando conteúdos especiais²⁰⁹

Thyago Ezequiel de Melo²¹⁰

Karla Vanessa B. S. Leite²¹¹

A gigante de buscas Google, em novembro do ano passado, indicou Brad Bender como vice-presidente de produtos em jornalismo e, nessa quinta-feira (25/06), anunciou seu primeiro programa. A proposta é licenciar conteúdo pagando veículos jornalístico profissionais pelo uso de notícias e até arcando com eventuais valores perdidos para eliminar *paywall* dessas páginas, que restringem matérias para assinantes e impede leitura por novos leitores.

O novo serviço, que já tem acordo fechado em três países, vem marcando mudança nas diretrizes, pois, até o momento, havia a recusa de pagar para utilizar o conteúdo. No Brasil, o acordo está sendo fechado como jornal Estado de Minas, o Correio Braziliense e o Conglomerado de mídia e Associados a Gazeta; na Alemanha, com a Der Spiegel, Frankfurt Allgemeine Zeitung e Die Zeit; na Austrália, com as empresas Schwartz Media, The Conversation e Private Media. Tal serviço estará disponível apenas no final do ano, nas ferramentas Google News e Discover.

O projeto vem como um incentivo ao combate as notícias falsas, popularmente chamadas de “Fake News”, e busca também incentivar conteúdos sobre determinados temas, sendo a curadorias totalmente humana e considerando a importância das matérias em ir a fundo em histórias complexas, ao abordarem temas importantes. Assim, nem todo o jornal será liberado, mas alguns conteúdos essenciais escolhidos pela Google serão destacados e pagos para liberação.²¹²

Em outra postagem da empresa, Bender declara que *“talvez mais do que nunca, as pessoas buscam informações em que podem contar em meio a uma pandemia global e preocupações crescentes com a injustiça racial em todo o mundo”*, não sendo essa a primeira iniciativa do tipo. Nos últimos anos a Apple, por exemplo, criou o Apple News+, serviço que oferece mais de 300 publicações. O Facebook também tem um programa semelhante com vários programas para organizações de notícias.²¹³

²⁰⁹ Artigo escrito em junho de 2020.

²¹⁰ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

²¹¹ Professora Adjunta da UAEEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

²¹² Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/154518-google-pagar-jornais-eliminar-paywalls.htm> (aceso em 26/06/2020)

²¹³ Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/google-vai-pagar-por-noticias-de-alta-qualidade-no-brasil/102641> (acesso em: 26/06/2020)

No ano passado, a aprovação da lei de direitos autorais que causou polêmica, pela União Europeia. Entre outras atribuições, o texto incluía um "imposto de link", que exigia das plataformas um pagamento aos editores se exibissem trechos de conteúdo. Mas a Google se negava a pagar por nenhum conteúdo, não se sabendo ainda o que os fez mudar de ideia. No entanto, com alcance limitado, temporariamente, ao ser questionado, Bender comenta que *“juntamente com outras empresas, governos e organizações da sociedade civil, estamos comprometidos em fazer nossa parte para apoiar os negócios de notícias”*.

Em entrevista para a Folha de São Paulo, Bender comenta que licenciarão o conteúdo para a criação de um produto totalmente novo, permitindo os usuários adentrarem mais fundo em assuntos complexos. E que o pagamento da “paywall” dará uma oportunidade de fidelizar os clientes que potencialmente se tornaram assinantes²¹⁴. A licença pode variar, comenta Bender, mas pode incluir imagens de alta resolução, vídeo, áudio, além de medição estendida.

Por fim, ao ser questionado sobre o programa ser um modelo que serviria não só para a Google e Youtube, como também para outras empresas como Facebook e TikTok, Bender diz que empresas como essas, governos, sociedade civil, e até mesmo usuários, todos temos um papel a representar. O objetivo da Google é, portanto, criar um ecossistema aberto de informações. Bender afirmou que a razão de ser escolhido para o cargo, da área de publicidade, é que esse atrito de mais de dez anos ocorre no lado dos negócios, e ele está disponível para levar o jornalismo a um lugar mais sustentável.

Assim, vemos que as grandes corporativas ainda possuem objetivos que não visam apenas o lucro, ou evitam os custos, como é o caso da Google que, após longos anos se negando a pagar as empresas jornalísticas decidiu firmar negócios com as mesmas para enriquecer o conteúdo oferecido para a sociedade, melhorando a situação digital das mesmas, e atraindo mais público que buscam um conteúdo sem notícias falsas. Entretanto, não se pode apenas olhar com bons olhos para a situação, já que provavelmente essas medidas foram para competir com outras empresas que faziam o mesmo, como o caso da Apple citada e atraíam mais público, nesse âmbito.

²¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/google-anuncia-que-vai-pagar-por-noticias.shtml>

A fragilidade da indústria brasileira em meio à crise²¹⁵

Ana Karolina Oliveira Silva²¹⁶

Águida Cristina Santos Almeida²¹⁷

A crise que se instaurou na economia mundial, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, tem sido bastante reveladora. Com o seu impacto devastador, a crise sanitária, que provocou a atual crise econômica, se abateu com muito mais intensidade sobre as economias periféricas e com inegáveis problemas de desigualdade, principalmente naqueles países com governantes que não estão conduzindo as políticas econômicas com a seriedade e agilidade que o momento exige, que estão relativizando ou até mesmo negando a gravidade da pandemia, as prescrições da ciência e da OMS.

No caso da economia brasileira, que já vem enfrentando uma crise desde 2015-2016, com baixo crescimento econômico e nível elevado de desemprego e informalidade, a pandemia escancarou as fragilidades. Uma das fragilidades expostas pela pandemia está relacionada à estrutura produtiva nacional. O país que já padece de um processo de desindustrialização precoce desde a década de 1980, vem apresentando na crise atual uma perda sem precedentes na sua produção industrial. Apesar do momento exigir um Estado atuante, não somente no combate ao vírus, mas também com medidas para atenuar os impactos econômicos da crise sanitária, reduzindo o tamanho do tombo e contribuindo para uma retomada menos dramática e menos lenta da economia, a equipe econômica do governo Bolsonaro não parece estar disposta a agir para manter as empresas abertas e, manter níveis maiores de emprego, renda e demanda.

Uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*,²¹⁸ de 03 de julho de 2020, mostrou que o país já registra o fechamento de várias fábricas e que outras falências vão seguir acontecendo ao decorrer da crise. Com a crise da covid-19, sobretudo empresas que já vinham enfrentando dificuldades tiveram que encerrar as atividades, dado a queda significativa na demanda por seus produtos. Isso representará à economia brasileira uma queda sem precedentes no PIB da indústria de transformação, de modo que reverter o processo de desindustrialização, que já era um desafio, será ainda mais difícil no pós-pandemia.

²¹⁵ Artigo escrito em julho de 2020.

²¹⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do GAACE. E-mail: akaosilva@gmail.com.

²¹⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²¹⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/pais-ja-vive-primeira-onda-de-encerramento-de-fabricas-em-meio-a-pandemia.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Como resultado da queda na capacidade produtiva e no encerramento de fábricas, houve uma expressiva redução dos postos de trabalhos. Um exemplo disso é o caso da indústria automotiva, a produção de veículos caiu pela metade nesse primeiro semestre de 2020, comparado ao primeiro semestre do ano passado, provocando vários cortes de pessoal nesse setor²¹⁹. Outro setor bastante afetado foi o calçadista, que registrou o fechamento de fábricas em várias partes do país, com perda de pelos menos 36 mil postos de trabalho desde março, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados²²⁰. Vale salientar que esses são setores que ocupam posição relevante na pauta de exportação de vários estados do país.

A associação das montadoras (Anfavea), tem ido em busca de um programa de incentivo para o setor, pois há um grande risco de mais cortes de postos de trabalho tanto no setor automotivo como em outros setores relacionados, em decorrência da queda na produção. Mas as medidas imediatas, tão necessárias para salvar esse e outros setores afetados pela crise, passa pelo contragosto da equipe econômica de Paulo Guedes e de suas ideologias neoliberais. Na verdade, apesar da crise sanitária e da consequente crise econômica em andamento, o governo segue canalizando grande parte dos seus esforços na redução do tamanho do Estado na economia, inclusive Guedes anunciou que pretende privatizar empresas estatais em breve.

Como bem colocado pelo professor de economia do Cedeplar-UFMG, João Romero, a ampliação das intervenções do Estado, tão cruciais nesse momento, vai em direção contrária ao que é defendido por Paulo Guedes, que está muito mais interessado em reduzir o tamanho do Estado na economia brasileira. Romero enfatiza: “[...] a lenta e insuficiente atuação do governo diante da epidemia e da crise representa uma escolha. Há diversas opções de política à mão. Contudo, a escolha do governo tem sido a inação. O resultado, infelizmente, é que o número de mortes será maior, a crise será mais profunda e a recuperação da economia será mais lenta.”²²¹

As perspectivas não são as melhores. A economia vai muito mal e a sociedade estar à mercê de um governo irresponsável. Não há como sair da crise e retomar a produção industrial no país sem ações incisivas do governo e sem políticas econômicas bem estruturadas e desenvolvimentistas.

²¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/producao-de-veiculos-cai-pela-metade-no-semester-e-ha-previsao-de-mais-demissoes.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>. Acesso em: 06 jul. 2020.

²²⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/pais-ja-vive-primeira-onda-de-encerramento-de-fabricas-em-meio-a-pandemia.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

²²¹ Disponível em: <<https://aterceiramargem.org/2020/07/01/a-decisao-pela-inacao-na-politica-economica/>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

O racismo através da violência policial²²²

Cíntia Riquele Bezerra Silva²²³

Águida Cristina Santos Almeida²²⁴

O racismo se instaurou em nossa sociedade de maneira tão cruel que veemente é ignorado e negado em amplos setores do tecido social brasileiro. O instituto locomotiva²²⁵ juntamente com a Central Única das Favelas (CUFA) realizaram um estudo sobre a relação da violência com o racismo intitulada “Periferia, racismo e violência”. A pesquisa foi efetivada por meio de chamadas telefônicas e escutou 1.826 pessoas, negras (pretos e pardos) e não negras, de todas as classes sociais, a partir de 16 anos de idade, em 74 cidades de todas as regiões do país, nos dias 29 e 30 de junho. A margem de erro é de 2,1 pontos percentuais.

O caso do americano George Floyd que foi morto após ser asfixiado por um policial chocou grande parte da população mundial afora e fez com que inúmeros protestos contra a violência dos policiais, principalmente com os negros criassem uma onda antirracista em vários países de diferentes continentes. Cerca de 91% dos entrevistados tiveram conhecimento do caso de George FLOYD, 56% afirmaram conhecer casos similares no Brasil e outros 83% acreditam que esse tipo de situação ocorre com frequência.

A pesquisa revelou outros dados importantes, como por exemplo a estatística que 4 em cada 10 brasileiros de periferia relataram ter enfrentado algum tipo de violência policial. Neste contexto, os homens negros de baixa renda são mais expostos a uma situação de violência policial em comparação aos homens brancos de baixa renda. Assim, ao comparar os números tem-se que 42% dos homens negros de baixa renda já se sentiram desrespeitados quando abordados pela polícia, em contrapartida aos 34% em relação aos homens brancos de baixa renda. No tocante à agressão verbal, a diferença é de 35% para os negros e 27% para os brancos. Para a agressão física essa diferença é de 19% para os negros e 12% para os brancos.

No Brasil existe incontáveis George(s) Floyd(s), dado que a violência policial é uma política de Estado contra os negros. Um dos casos mais repercutidos no Brasil foi o caso do jovem João Pedro, de 14 anos, assassinado após ter sua casa alvejada por 72 tiros de fuzil. Infelizmente não foi o primeiro caso

²²² Artigo escrito em julho de 2020.

²²³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia)

²²⁴ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

²²⁵ <https://www.slideshare.net/ILocomotiva/periferia-racismo-e-violencia>

e nem será o último enquanto como sociedade não houver um respeito por todas as vidas, nem a visão de que todos e todas integram o povo brasileiro e merecem desfrutar de oportunidades e terem uma vida digna. Mesmo séculos após o fim da escravidão, os negros e seus descendentes ainda lutam pelo direito de existir e serem reconhecidos como seres humanos plenos. Ou seja, a escravidão findou formalmente, mas elementos de sua estrutura e ideologia permanecem vivos no tecido social brasileiro.

O levantamento do instituto locomotiva realizado em parceria com a CUFA continua evidenciando a degradante realidade do Brasil. Apenas 5% das pessoas ouvidas acreditam que a polícia não é racista e 52% acha que a instituição é extremamente racista. A pesquisa ainda destaca que metade da população que vive na periferia declara sentir medo diante da polícia em situações como: passar por policiais nas ruas; ver policiais próximos de sua casa; passar perto de barreiras ou postos policiais; passar pela porta giratória de um banco. A desigualdade de tratamento realizado pela polícia fica evidente ao responderem à pergunta “se a polícia é perigosa para pessoas como eu” a porcentagem é de 54% para os pretos, 29% para os pardos e 17% brancos.

Não obstante, vivemos em um país construído em bases racistas e seria injusto apontar apenas a polícia como a instituição que expõe essa celeuma amplamente discutida e reconhecida, mas nunca devidamente enfrentada. Deve-se combater o racismo que concebeu as relações políticas, econômicas, sociais e jurídicas no Brasil. As ações institucionais são reflexos de um problema estrutural que separa os humanos em maior e menor valor, justifica ideologicamente as práticas genocidas que não devem ser aceitas pela sociedade.

Uma Luz no Fim do Túnel?²²⁶

Jefferson de Souza Costa²²⁷

Águida Cristina Santos Almeida²²⁸

O fanatismo e a idolatria nunca foram tão marcantes neste país, a base política no Brasil está completamente compromissada e cega pelo imperialismo dos Estados Unidos. Por seu turno, a política empreendida pelos Estados Unidos vai contra importantes preceitos ambientais amparados pela ciência, o diagnóstico da situação climática e questões de ordem social e humana. E mais, no contexto da atual pandemia, se opõe as prescrições da Organização Mundial da Saúde (OMS), de modo que a liderança dos Estados Unidos no número de mortos pelo vírus corona, escancara a fragilidade do sistema de saúde norte americano e evidencia a ineficiência na gestão da crise sanitária pelo governo de Donald Trump.

As eleições dos Estados Unidos, que estão marcadas para o dia 3 de novembro, vão ditar o rumo, não apenas do país objeto do pleito, mas também de outros países que assim como o Brasil estão sujeitos às implicações das políticas aplicadas pelos Estados Unidos. Caso a oposição, liderada por Joe Biden, que foi ex-vice-presidente nos mandatos de Barack Obama, consiga vencer e “derrubar” o atual presidente Donald Trump, fará emergir a esperança para dias melhores.

A possibilidade de derrota de Donald Trump já é temida no atual governo do Brasil, no qual, os representantes e auxiliares do então presidente Jair Bolsonaro veem a possível chegada de Biden como o fim do alicerce da política externa do Brasil, conforme apontado na matéria²²⁹ do jornal Folha de SP, do dia 6 de julho do corrente ano. Pois, caso isto ocorra, o Brasil encontrará dois caminhos: ceder às mudanças em favor das políticas humanitárias, ambientais, climáticas e se enquadrar no grupo de países que buscam avançar em tratados internacionais que contemplam questões ambientais e de direitos humanos; ou então arcar com as sanções, como por exemplo através de altas taxas de importações aplicadas pelos Estados Unidos em relação aos bens exportados do Brasil, e isolamento do Brasil no comércio internacional.

Caso a vitória de Biden seja concretizada isto implicará em uma possível mudança no quadro de ministros do Brasil. A disputa de quem será o primeiro a sair está sendo concorrida entre Ernesto Araújo, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que já deixou claro diversas vezes ser adepto convicto

²²⁶ Artigo escrito em julho de 2020.

²²⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: jeff.costa3@hotmail.com.

²²⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²²⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/auxiliares-de-bolsonaro-veem-vitoria-de-biden-como-fim-do-alicerce-da-politica-externa-do-brasil.shtml>

da ideologia de extrema direita e constantemente defende as ações de Trump. E o atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que durante seu mandato provou ser qualquer coisa, menos defensor do meio ambiente.

A visão que vem se construindo nos Estados Unidos é a de que os Democratas voltarão ao poder, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), e com isso tornará prioridade o estímulo àquelas empresas que estiverem dentro dos padrões de preservação do meio ambiente.

A situação se agrava ainda mais devido às declarações feitas por Jair Bolsonaro, que, além de realmente se alinhar com toda a ideologia já citada, ainda se declara abertamente, conforme denota a matéria²³⁰ do portal UOL do dia 05/06 do corrente ano, como chegou a dizer “É meu amigo, é o meu irmão” e “Torço para que seja reeleito”. Devido a posicionamentos deste tipo a situação se desencadeará ainda mais delicada, caso Donald Trump não consiga se reeleger.

Portanto, por mais que neste momento o Presidente Jair Bolsonaro e seu gabinete não vislumbrem possibilidades da vitória do partido dos Democratas, até mesmo quando as pesquisas apresentam o mesmo na liderança, os brasileiros e todos os outros países que de alguma forma estão atrelados ao governo Trump, permanecem na esperança por dias melhores. Dias esses que, mesmo através de embargos e sanções externos, poderão contribuir para um cenário no qual o extremismo não será estimulado, apoiado e/ou acobertado e os delírios de Bolsonaro sejam finalmente reprimidos, o que significará uma luz no fim do túnel.

²³⁰ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/06/05/bolsonaro-minimiza-critica-de-trump-sobre-pandemia-meu-amigo-meu-irmao.htm>

O descaso com o meio ambiente brasileiro²³¹

Jonathas Nathan Ferreira Alves²³²

Águida Cristina Santos Almeida²³³

Nas últimas décadas, a temática do meio ambiente vem sendo ponto de pauta em muitas discussões no âmbito internacional. Para muitos estudiosos, a continuidade da existência dos seres vivos e o funcionamento do sistema capitalista – carecedor de recursos naturais – depende, sobretudo, da maneira como lidamos com os problemas ambientais. Em outras palavras, isto significa que na ausência de seriedade e responsabilidade para lidar com essas questões, sérias consequências serão sofridas por todos em detrimento das ações de alguns. Dessa forma, diversos órgãos governamentais, não governamentais e instituições acadêmicas e científicas fazem recomendações de ações e de políticas ambientais com vistas a preservar o meio ambiente, além de levantarem fundos financeiros para ajudar nessa causa de interesse global.

Todavia, mesmo com essas recomendações, os níveis de poluição e desmatamento vêm aumentando significativamente em algumas regiões ao redor do mundo, preocupando vários líderes mundiais que reconhecem a importância do meio ambiente. O Brasil, por exemplo, é um dos países que mais desmata no mundo. A Floresta Amazônica, situada também em solo brasileiro, em 2019, perdeu 9.166 quilômetros quadrados de mata, enquanto que no ano anterior, ou seja, em 2018 foram 4.946 quilômetros²³⁴. São números preocupantes e alarmantes que precisam ser combatidos por meio de políticas ambientais, mas que, no atual governo, dificilmente serão implementadas e alcançarão êxito, dado que o problema não está sendo combatido como deveria.

A gestão da pasta do meio ambiente é um dos alvos de crítica do governo de Jair Bolsonaro, críticas essas que provêm de dentro e de fora do país. Ao longo de seu mandato, o descaso com a Floresta Amazônica e com outras áreas de preservação ambiental é tamanha que fez o Brasil ficar “mal visto” no exterior. A ausência de políticas ambientais fez o país perder credibilidade no combate ao desflorestamento e como consequência, este ano, sete grandes empresas de investimento europeias disseram que desinvestirão em produtores do setor pecuário, de grãos e até em títulos do governo do

²³¹ Artigo escrito em julho de 2020.

²³² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com

²³³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²³⁴ <https://www.dw.com/pt-br/desmatamento-amaz%C3%B4nico-dobrou-mostram-imagens-de-sat%C3%A9lite/a-52306761>

Brasil, se não virem progresso rumo a uma solução para a destruição crescente da Floresta Amazônica²³⁵. Enquanto países buscam continuamente atrair investimentos privados para movimentar sua economia, tendo em vista a crise gerada pelo COVID-19, o Brasil – mais uma vez – segue em direção contrária atrelada a ideologias e achismos de seus políticos.

Como se não bastasse o caos instaurado pela pandemia do COVID-19, o país sofre, frequentemente, pela péssima administração dos seus líderes no combate ao desflorestamento. No acumulado do ano – 1º de janeiro a 30 de junho – o Brasil perdeu 3.070 quilômetros quadrados de floresta amazônica, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)²³⁶. Sendo que, somente em junho, conforme dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), usado pelo INPE, o território da Amazônia sob alerta de desmatamento bateu recorde no mês, apontando uma área de 1.034 km², o equivalente a cem mil campos de futebol²³⁷. Vale ressaltar ainda que o ritmo de desmatamento segue ascendente e acelerado, provocando efeitos irreversíveis e nefastos aos habitantes nativos daquela região.

Dessa maneira, é imprescindível que os assuntos relacionados a essa temática sejam de interesse público, pois, claramente, são situações que envolvem toda uma dinâmica daquela localidade, em diferentes esferas, como por exemplo: econômica, social e ambiental. Logo, espera-se dos representantes brasileiros políticas que minimizem os danos à mata nativa e, não menos importante, medidas de conscientização à população sobre a importância do meio ambiente e sua preservação. Entretanto, as declarações do atual presidente e de outras autoridades políticas brasileiras sobre o assunto são desanimadoras, fazendo acreditar que estamos sozinhos nessa luta ambiental.

Após os dados divulgados pelo INPE sobre o desmatamento da Amazônia, o presidente Jair Bolsonaro, em seu discurso para a estreia do canal AgroMais, disse que “Nós sabemos que nossa imagem não está boa lá fora por desinformação. E nós, ao lado da verdade, mostraremos ao mundo, o que realmente nós somos e o nosso potencial”²³⁸. Em outras palavras, o presidente ignorou os dados divulgados sobre o desmatamento e colocou em inautenticidade as declarações feitas por outros países, esquecendo que, contra fatos não há argumentos. Sendo assim, surge uma indagação oriunda dessa afirmação: “Quem realmente está desinformado?”, a resposta está escancarada para aqueles que querem enxergar a verdade, basta uma breve consulta ao INPE e ao IBAMA.

²³⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/investidores-europeus-ameacam-desinvestir-no-brasil-devido-a-desmatamento.shtml>

²³⁶ <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/amazonia-perdeu-area-equivalente-ao-dobro-da-cidade-de-sao-paulo-no-1o-semester/>

²³⁷ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/07/13/amazonia-mil-campos-de-futebol-desmatados-por-hora-em-junho-e-tendencia-e-de-piora-indicam-especialistas.htm>

²³⁸ <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/06/22/bolsonaro-meio-ambiente.htm>

Outro que acredita no Brasil como um país que protege o meio ambiente é o Ministro da Economia, Paulo Guedes. Durante um evento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o ministro disse que “O Brasil é um país que alimenta o mundo, preservando seu meio ambiente. Se há exceções e há erros, corrigiremos. Não aceitaremos o desmatamento ilegal, a exploração ilegal de recursos”. Tal declaração, no entanto, ocorreu devido à pressão sofrida por investidores estrangeiros que administram US\$ 3,75 trilhões em ativos, manifestando preocupação com o desmatamento no Brasil²³⁹. Logo, pode-se inferir que a única preocupação das autoridades brasileiras é a visão do Brasil no âmbito exterior, desconsiderando a realidade dos fatos e a veracidade da situação, além de utilizarem argumentos simplórios baseados em fontes provenientes de suas próprias ilusões, provenientes das mentiras que criam para sustentar esse projeto anti povo, anti democracia, anti meio ambiente, que está sendo posto em ação.

Entre falsas alegações, no entanto, o fato é que o problema deve ser combatido o quanto antes. Especialistas em meio ambiente estimam que o desmatamento na Amazônia deva chegar a 15 mil km² neste ano, contra os quase 10 mil km² de 2019, cabendo destacar que se tratou de um ano em que o Brasil já registrou um péssimo recorde²⁴⁰, logo, precisamos de políticos sérios, responsáveis e comprometidos, que utilizem de mecanismos que revertam esse quadro. Por isso, é importante que discussões como esta sejam disseminadas nas diferentes esferas do poder, pois embora existam aqueles que lutam em prol de um projeto inclusivo, democrático e pró meio ambiente, há pessoas que não tomaram um posicionamento sobre isso, sendo que, atualmente, precisamos da união de todos para combater esse e outros problemas que enfrentamos ao longo de toda a nossa história.

²³⁹ <https://oglobo.globo.com/economia/apos-recorde-de-desmatamento-guedes-diz-paises-ricos-que-brasil-preserva-meio-ambiente-24529884>

²⁴⁰ <https://www.camara.leg.br/noticias/669492-especialistas-estimam-desmatamento-de-15-mil-km%C2%B2-na-amazonia-em-2020/>

Estados Unidos X China: A Guerra pelo domínio da tecnologia

5G²⁴¹

João Victor Silva Barros²⁴²

Ágida Cristina Santos Almeida²⁴³

A tecnologia sem fio veio para contribuir e facilitar cada vez mais a comunicação entre pessoas, firmar e demais instituições que conformam a sociedade civil. Desde a criação do telefone e do computador, diversas foram as melhorias feitas nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), sendo a tecnologia sem fio uma das principais dentre todas estas. A breve análise tem o intuito de elucidar algumas questões que rondam o desenvolvimento e controle da tecnologia 5G, que vem provocando disputas entre os países para conseguir o seu domínio, principalmente entre a China e os Estados Unidos.

O fato de a China e os Estados Unidos estarem enfrentando uma intensa disputa pelo domínio da tecnologia 5G, deixa claro que há muita coisa em jogo pela vanguarda desse controle. A busca por esse domínio tecnológico pode definir drasticamente a economia de ambos os países. O 5G promete ser uma das maiores tecnologias de internet já criadas, com uma disparidade enorme em relação à tecnologia já existente que é a tecnologia 4G. Segundo o Relatório Making 5G NR a reality (2016), produzido pela empresa Qualcomm, define o 5G como:

[...] uma plataforma para inovações que redefinirá uma ampla gama de indústrias conectando virtualmente todos e tudo, desde trabalhadores e pacientes até robôs e culturas, suportando as necessidades de conectividade em diversos casos de uso que mudam o mundo. O 5G reunirá os mundos das pessoas para alcançar novos níveis de eficiência que beneficiarão toda a sociedade (FARIAS, G. F. de, 2019).

Nesse mês de julho, foram intensificadas medidas tomadas pelos líderes das duas maiores potências mundiais quanto ao controle da tecnologia 5G. No dia 14 do referido mês, o ministro britânico Boris Johnson proibiu que as empresas de telecomunicações do Reino Unido comprem a partir do final deste ano, qualquer componente ligado à empresa chinesa Huawei e ainda foram instruídos a remover os componentes já instalados da empresa chinesa na rede 5G da Grã-Bretanha até 2027. O ministro britânico afirma que essa medida foi tomada em razão de uma possível retaliação econômica causada pela aplicação da nova lei de segurança nacional de Hong Kong. “A legislação dá amplos poderes para uma agência do

²⁴¹Artigo escrito em julho de 2020.

²⁴²Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: barros.joaovictos@gmail.com;

²⁴³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

governo central perseguir e processar pessoas envolvidas em atividades consideradas subversivas, secessionistas, terroristas ou em conluio com potências estrangeiras contra o domínio chinês”²⁴⁴.

Porém, o embaixador chinês, Liu Xiaoming, afirmou que, a medida adotada pelo governo britânico em tirar a gigante Huawei de cena, foi uma resposta as ameaças políticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Tendo em vista que, “horas depois que Johnson ordenou que os equipamentos da Huawei fossem removidos das futuras redes 5G até o final de 2027, Trump reivindicou o crédito pela decisão e disse que, se os países quisessem fazer negócios com os Estados Unidos, deveriam bloquear a Huawei”²⁴⁵.

Segundo o secretário de defesa dos Estados Unidos, Mark Esper, “a maré está virando” contra a China, em relação à disputa do mercado da tecnologia 5G no mundo. O secretário ainda afirmou que os EUA continuarão encorajando outros países a fazerem o mesmo que a Grã-Bretanha fez em relação à Huawei. No Brasil, o leilão das frequências de 5G devem ocorrer no ano que vem. Porém, há um debate interno no governo, no qual, de um lado estão os Estados Unidos, aliado ideológico do governo Bolsonaro, e do outro, a China, o maior parceiro comercial do país. Até aqui, a Huawei está liberada para operar²⁴⁶.

Essa nova tecnologia móvel (5G) se mostrará a cada ano mais importante, visto que a demanda mundial por tecnologia móvel segue em plena expansão, e a tecnologia predominante hoje, o 4G, em alguns anos poderá ficar obsoleta, pois a cada ano que passa mais pessoas se tornam dependentes da utilização de tal tecnologia. Com a inserção da tecnologia 5G, a velocidade de navegação poderá chegar a ser 100 vezes mais rápida que o 4G, com maior alcance e capacidade de suportar um número muito mais alto de pessoas simultaneamente conectadas em uma mesma localidade. Por isso, Estados Unidos e China provavelmente ainda estão apenas no início da briga pela dominância dessa nova tecnologia.

²⁴⁴<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/governo-britanico-decide-proibir-huawei-em-rede-5g-do-reino-unido.shtml>

²⁴⁵<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/china-alerta-reino-unido-que-abandonar-huawei-custara-carro.shtml>

²⁴⁶<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/mare-do-5g-esta-virando-contra-a-china-dizem-estados-unidos.shtml>

Não há nada tão ruim que não possa piorar²⁴⁷

Lucas Almeida de Lucena²⁴⁸

Ágida Cristina Santos Almeida²⁴⁹

O sistema tributário brasileiro é caótico, não há como negar. Um dos poucos pontos em que os economistas ortodoxos e heterodoxos vão concordar é o quão é péssimo o nosso sistema de tributação. Os primeiros dirão que é um sistema contra produtivo, complexo, ineficiente e algumas vezes com uma alta carga tributária. Os segundos dirão que não cumpre o propósito distributivo, de diminuição de desigualdade. Pelo contrário, amplifica a concentração de renda, contribuindo à majoração das desigualdades sociais e econômicas e disfunções que permeiam cada canto desse imenso território que conforma o Brasil. Ambos irão concordar que uma reforma tributária é urgente, e que o atual modelo é um dos principais problemas do subdesenvolvimento do Brasil.

Há mais de um ano o atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, prometia uma reforma da tributária, que era esperada desde o governo de Michel Temer, e tudo indicava que teria uma orientação bem mais ortodoxa. Bem, a proposta foi enviada ao Congresso na terceira semana de julho²⁵⁰, e mais uma vez, o governo consegue decepcionar grande parte da população.

A proposta de reforma tributária do governo consiste basicamente em unir dois impostos o PIS e o CONFINS, num único imposto, o Imposto de Valor Agregado (IVA). Com isso, pode haver um aumento de alíquota no setor de serviços, que é o maior gerador de emprego atualmente no Brasil. O governo sinaliza que é a primeira parte, e no futuro irá fazer alterações no imposto de renda, irá retornar a taxa de lucros e dividendos, além de retornar com um imposto sobre transações financeiras.

Em relação a alterações que visem atacar a complexidade do sistema tributário, a alteração é praticamente nula, já que os dois impostos que seriam unificados são federais e sem muitas diferenças entre si. Em relação, ao enfrentamento da profunda regressividade que caracteriza a estrutura tributária brasileira, pode-se afirmar que na proposta de reforma do governo, consegue-se piorar o gargalo da regressividade, dado o aumento proposto em alíquotas de impostos sobre consumo e produção²⁵¹, que é o tipo de tributação mais regressivo, porque sendo indireto, incide igualmente sobre todos, sem levar em

²⁴⁷ Artigo escrito em julho de 2020.

²⁴⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

²⁴⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

²⁵⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/21/primeira-parte-da-proposta-de-reforma-tributaria-do-governo-chega-nesta-terca-ao-congresso.ghtml>

²⁵¹ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/23/reforma-tributaria-e-ate-agora-mais-imposto-dizem-especialistas.htm>

considerar as brutais desigualdades de renda que existem no Brasil. O máximo que pode ser dito dessa proposta é que ela foi um reparo mal feito no sistema tributário, quando na realidade, precisamos muito mais que isso, para criar condições efetivas de retomada da economia, com inclusão social.

Para esclarecer a situação atual do Brasil no que concerne à questão tributária, o Brasil é o sétimo pior país do mundo para se pagar impostos, segundo relatório da Doing Business²⁵². As empresas gastam 1.501 horas por ano em média para calcular e pagar impostos. Isso traz uma ineficiência e uma diminuição enorme na produtividade do país. Além disso, apenas Brasil e Estônia se encontram na lista dos países onde não se taxam dividendos. Estamos falando apenas da arrecadação, em relação ao retorno dos impostos pagos, o Brasil é o país com o menor índice de retorno de bem-estar à sociedade²⁵³. Somos ainda um dos países com maior carga tributária sobre bens e serviços, que alcança ao menos metade do total arrecadado pelo Estado.

É, estamos em um caos sanitário, econômico e social e cada vez mais as propostas do governo em qualquer área que seja, parecem piorar a situação instalada. A luz no fim do túnel pode ser interpretada como um trem que vem nos atropelar. É esta a situação do Brasil. O que nos resta é... aliás, o que nos resta?

²⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/24/brasil-cai-em-ranking-do-banco-mundial-que-mede-a-facilidade-para-fazer-negocios.ghtml>

²⁵³ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/07/04/brasil-e-o-pais-com-o-menor-indice-de-retorno-de-bem-estar-a-sociedade-pesquisa-foi-feita-com-30-paises-de-maior-carga-tributaria-no-mundo.ghtml>

Pandemia e saúde mental²⁵⁴

Ray Raposo Teixeira²⁵⁵

Ágida Cristina Santos Almeida²⁵⁶

Há pouco mais de cinco meses, o mundo mudou. O anúncio dado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que estávamos diante de uma pandemia causada pelo novo coronavírus gerou diversas mudanças no funcionamento da sociedade, como por exemplo: grande parte do comércio fechou, parcela dos trabalhadores que mantiveram seus empregos passaram a operar em casa, num sistema denominado de home office, escolas e universidades tiveram as aulas presenciais suspensas e a recomendação de que as pessoas deveriam ficar em casa, evitar aglomerações, como meio de evitar, ou ao menos reduzir a velocidade de contaminação pelo coronavírus.

São tempos difíceis de quarentena, não há como negar. Se nos tivessem dito antes que 2020 iniciaria com o mundo sofrendo uma pandemia de coronavírus, muitos não acreditariam. Considerando essa situação, além da saúde física, atenção especial deve ser dada à saúde mental, dado que o quadro de isolamento social e as maiores incertezas quanto ao futuro podem desencadear ataques de ansiedade e picos de estresse, o que consequentemente, também pode afetar o sistema imunológico.

Pandemias como a que estamos enfrentando no momento, muitas vezes acendem o medo, a ansiedade e comportamentos psicológicos e emocionais patológicos. Segundo uma pesquisa feita pelo Datafolha, o medo de ser infectado pelo coronavírus cresceu, e no levantamento mais recente 45% declararam ter muito medo (contra 38% em abril e 36% em março)²⁵⁷. Quando o medo assume o controle, tanto o sistema nervoso quanto a parcela emocional do cérebro ficam sobrecarregados.

Somos seres humanos e, por mais que não percebamos, temos fragilidades e temores, principalmente porque precisamos lidar com a incerteza e a impermanência que são inerentes à existência. As pessoas respondem de modos diferentes a situações estressantes, de forma que o modo como uma pessoa qualquer responde às incertezas e mudanças trazidas pela pandemia depende de um conjunto variado de fatores, como por exemplo: a experiência de vida, as características individuais e da comunidade em que vive. Frente ao impacto sanitário, social e econômico da pandemia, o momento exige cuidado redobrado com a saúde mental.

²⁵⁴Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁵⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: rayraposo@outlook.com.

²⁵⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁵⁷<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988746-aumenta-o-medo-de-ser-contaminado-pelo-coronavirus.shtml>

O problema é que o inimigo de 2020 não é visível a olho nu e aí você não pode fugir dele. Ele pode estar em qualquer lugar, e apresenta um perigo permanente, criando tensão a todo instante. Afinal, lidamos com uma doença em que até o momento não se tem uma vacina ou remédios com capacidade de cura. É uma doença nova, que está sendo compreendida no mesmo instante em que se expande e acomete a população no mundo inteiro.

Essa crise sanitária, que veio em um momento em que o mundo sofre também com uma crise econômica e com recessão em grande parte dos países, pode levar à impulsividade, ao pânico e também a respostas emocionais descontroladas. E, se uma pessoa possui doença mental ou histórico de ansiedade e depressão, ela pode piorar e ter seu quadro clínico intensificado em um momento como esse, e isso pode aumentar os números de suicídio. É o que mostra um levantamento realizado por pesquisadores das Universidades da Oxford nos Estados Unidos e da Bristol na Grã-Bretanha. A pesquisa compreendeu, 54 países da Europa e das Américas, e constatou um aumento de 3,3% nas taxas de suicídios em 2009, um ano após a crise financeira de 2008²⁵⁸.

O tema é de extrema importância, entretanto, poucos tomam medidas específicas para evitar o aparecimento de surtos de ansiedade e depressão expostas às dificuldades financeiras que a pandemia trouxe. É preciso que cada um possa se reinventar e adequar as expectativas para garantir um equilíbrio tanto das contas quanto da mente, especialmente nos países em que os líderes políticos não estão fazendo uma gestão adequada da crise, seja da crise sanitária, seja da crise econômica.

Portanto, se faz necessário ter cuidados com a saúde mental durante esse período de isolamento social, como: filtrar as notícias que chegam a cada minuto, estabelecer uma rotina com hábitos saudáveis, adequados à situação que estamos vivendo. E, se for preciso procurar ajuda médica e evitar a solidão, promovendo encontros virtuais com amigos e familiares, pois como seres sociais, e por isso necessitamos da troca de experiências, do diálogo e da convivência em comunidade para sermos felizes.

²⁵⁸<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/09/estudo-liga-aumento-de-suicidios-a-crise-global.html>

Afinal, por que o medo da inflação com a nova nota de R\$ 200,00?²⁵⁹

William Bezerra dos Santos²⁶⁰

Águida Cristina dos Santos Almeida²⁶¹

Em meio ao atual cenário pandêmico, no qual grande parte da população brasileira se encontra vulnerável social, psicológica, sanitária e economicamente perante à Covid-19, em fins do mês de julho, o Banco Central (BC) surpreendeu a todos com o anúncio de uma nova cédula de R\$ 200,00, que será emitida a partir do final de agosto, e terá uma emissão inicial de 450 milhões de unidades.

As principais justificativas²⁶² da instituição se deram em torno da necessidade de precaução em relação à demanda por moeda, que neste momento está sendo bastante procurada devido ao pagamento das parcelas do auxílio emergencial. Além disso, O BC ainda justificou não saber quando findará o entesouramento de dinheiro pela população em meio à pandemia. Como parcela significativa das transações financeiras no Brasil é feita em papel-moeda, argumenta-se que este foi o momento exato para o lançamento da nova nota.

Algumas pessoas se surpreenderam com a decisão da instituição, e iniciaram questionamentos acerca de um possível aumento da inflação, crescimento da corrupção, ou mesmo de o porquê da emissão de uma nova cédula. O medo frente à inflação remete à memória do brasileiro que viveu o período de hiperinflação no Brasil na década de 1980 até meados da década de 1990. Naquela época, a moeda perdia seu valor frequentemente e numa velocidade galopante frente ao aumento constante dos preços na economia.

Contudo, o quadro econômico atual se mostra totalmente contrário ao período inflacionário. Mesmo que no mês de julho se tenha registrado um aumento de 0,36%²⁶³ da inflação puxado principalmente pela energia (2,59%) e pela gasolina (3,42%), esta se mantém abaixo da meta estimada pela autoridade monetária que é de 4% para o IPCA com margem de dois pontos percentuais nos intervalos inferior e superior das bandas estipuladas. Portanto, a expectativa de inflação na economia para o momento atual é praticamente nula.

²⁵⁹Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁶⁰Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial PET-Economia.

²⁶¹²⁶²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁶²<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/474/noticia>

²⁶³<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/07/inflacao-ipca-ibge.htm>

Ademais, tendo em vista o atual cenário econômico nacional e mundial com os impactos da Covid-19, muitos países, a exemplo dos Estados Unidos, estão zerando suas taxas de juros. No caso do Brasil, o Copom (Comitê de Política Monetária) reduziu a taxa de juros Selic pela nona vez somente este ano. A taxa selic, atualmente, se encontra em 2%, sendo a menor desde o início da série histórica. Não obstante, alguns analistas acreditam que a taxa de juros brasileira ainda se encontra elevada quando comparada a outros países²⁶⁴.

Com relação aos rumores de que a emissão de uma nova cédula resultará em maior facilidade para transporte de valores ilegais de origem criminosa, a diretora de administração do Banco Central, Carolina de Assis Barros, afirmou²⁶⁵ que junto com a nova cédula, algumas novas regras serão adotadas pela instituição, como o registro do nome e do CPF das pessoas que desejam realizar operações. Além disso, para saques superiores a R\$ 50 mil será necessário a justificativa da finalidade da transação e em casos de depósitos, a origem do dinheiro deve ser informada.

Além do mais, a diretora também afirmou que as razões para o BC não produzir mais papel-moeda existentes no meio circulante é que, com a emissão de uma nota de valor maior, alcançaria um montante desejado emitindo menos papel-moeda. Com isso, seria reduzido os custos de impressão, estocagem e distribuição, que serão de 113 milhões de reais.

No ano de 2018, o Banco Central divulgou uma pesquisa²⁶⁶ quando se refere às formas de recebimento de pagamentos mais frequentes em estabelecimentos, e o estudo mostrou que 52% das pessoas fazem seus pagamentos com dinheiro físico e em segundo lugar ficam os que pagam com cartão de crédito, que corresponde a 31%. É importante explicitar que os dados antes esboçados são produto da brutal desigualdade que marca a sociedade e a economia brasileira, tendo em vista que os pobres são totalmente desbancarizados.

E em momentos de crises como o atual, a tendência de entesouramento de papel-moeda tende a aumentar, resultando numa diminuição da quantidade de moeda no meio circulante. Segundo o BC, como solução para problemas futuros de excesso de liquidez na economia²⁶⁷, com a posterior volta à normalidade no pós-pandemia, a instituição irá avaliar o nível de liquidez no meio circulante e proceder um controle gradual do nível de moeda através do ciclo do numerário.

²⁶⁴<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/08/3986786-mesmo-com-queda-da-selic--juros-ainda-sao-altos--confira.html>

²⁶⁵https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/29/internas_economia,876577/banco-central-pede-credito-de-113-milhoes-para-produzir-notas-de-200.shtml

²⁶⁶https://www.bcb.gov.br/content/cedulasemoedas/pesquisabrasileirodinheiro/Apresentacao_brasileiro_relacao_dinheiro_2018.pdf

²⁶⁷https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/29/internas_economia,876577/banco-central-pede-credito-de-113-milhoes-para-produzir-notas-de-200.shtml

O fato da decisão da emissão de uma nova cédula pelo BC não apresenta nenhum risco sobre a economia, de acordo com o Banco Central. Portanto, não há efeito inflacionário sobre a economia, tendo em vista o cenário atual de forte recessão, com indicativos de deflação ao final do ano de 2020.

O retrocesso na democratização do ensino superior brasileiro²⁶⁸

*Cíntia Riquele Bezerra Silva*²⁶⁹

*Águida Cristina Santos Almeida*²⁷⁰

No Brasil houve um aumento na democratização do acesso à educação superior a partir dos anos 2000. O aumento ocorreu devido às políticas públicas que foram adotadas visando aumentar, por exemplo, as vagas para alunos com diferentes perfis (pessoa com deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas etc.). Dentre as medidas de política que foram adotadas e/ou expandidas nos anos 2000, destacam-se o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES; Programa Universidade para Todos – Prouni; O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni e o Sistema de Seleção Unificada– SISU.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD de 2018²⁷¹ os estudantes com maiores rendimentos apresentam uma proporção de 30,5% para a rede pública e 36,1% para a rede privada. A maior diferença apresentada pelas redes de ensino superior se dá em relação aos alunos com menores rendimentos que apresentam 9,7% para a rede pública e 5,5% para rede privada. Ou seja, isso resulta numa proporção de 56,7% dos estudantes do ensino superior na rede pública. Esses dados exibem uma forte desigualdade ao ensino superior entre os estratos de renda maiores e os menores, mesmo depois da aplicação das ações governamentais antes mencionadas e reforçam a realidade do ensino superior e as barreiras econômicas, políticas e sociais que esse recorte da população enfrenta.

Todavia, segundo uma matéria do nexo jornal²⁷² a PNAD aponta que os negros (pretos e pardos) passaram de 21,9% dos estudantes de graduação em 2001 para 43,9 % em 2015. Isso evidencia a importância das políticas públicas adotadas. Esses dados escancaram o baixo acesso de negros ao ensino superior e reforçam um traço presente em outros inúmeros recortes de ordem social e econômica, denotando uma questão estrutural na seletividade racial que conforma a sociedade brasileira. Quantos autores negros são abordados durante a graduação? Quantos negros/negras estão na frente dos debates? Segundo

²⁶⁸ Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁶⁹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia).

²⁷⁰ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

²⁷¹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

²⁷² <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Educa%C3%A7%C3%A3o-superior-brasileira-inclus%C3%A3o-interrompida>

Souza²⁷³, o impacto do racismo subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir.

Quanto ao acesso à educação superior pelo recorte regional, observa-se que nas regiões Norte e Nordeste houve uma ampliação em relação ao número de estudantes de graduação, e esse processo começou a desacelerar a partir de 2015, no exato instante do impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Cabe ressaltar que a educação sofreu com os impactos da Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos primários, dentre estes os gastos em educação por 20 anos. Desse modo, a austeridade fiscal será responsável por aprofundar as disparidades e promover o retrocesso no acesso à educação superior, penalizando desproporcionalmente as pessoas mais pobres, que habitam nas regiões mais pobres do país, e àqueles que além de pobres são negros. Em um país com mais de 56% da população declarada preta e parda segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2019 ainda falta muito para ocorrer uma verdadeira democratização do ensino superior brasileiro e isso muito grave quando se tem em conta que o acesso à educação de qualidade constitui-se no principal e mais eficaz instrumento de mobilidade social, ainda mais num país de desigualdades tão amplas e estruturais como é o caso do Brasil.

²⁷³ Souza, Neusa Santos. TORNAR-SE NEGRO (Raízes) (pp. 16-17). Lebooks Editora. Edição do Kindle.

Propostas de reformas que não atendem ao anseio da população²⁷⁴

Rafael Tavares Requeijo²⁷⁵

Ágida Cristina Santos Almeida²⁷⁶

Na história brasileira existiram muitas políticas que visavam beneficiar as elites, por exemplo, a política do Convênio de Taubaté, feita no período do governo de Rodrigues Alves, que se baseava em realizar a compra de sacas de café excedentes, com o dinheiro público, com o objetivo de sustentar o preço internacional do café ou atenuar seu efeito de baixa, com isso sustentando o lucro dos cafeicultores. Ou seja, com essa política o Estado proporcionava o financiamento dos mais ricos, que naquela época era constituída, sobretudo, de latifundiários agroexportadores. No contexto brasileiro atual, algumas políticas ainda possuem a mesma função das ações de tempos atrás, que eram concebidas para conceder mais privilégios às classes mais abastadas. Nas últimas semanas um novo exemplo apareceu com essa característica contundente, trata-se da proposta de reforma tributária do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes, que tende a aumentar, a regressividade do sistema tributário brasileiro, que por seu turno constitui-se num dos sistemas tributários mais regressivos do mundo, dado que metade da carga tributária incide sobre a produção e venda de bens e serviços²⁷⁷.

A reforma planejada pelo setor econômico do governo federal tem como objetivo realizar a extinção de PIS e Cofins, com o intuito de criar o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), em que o principal alvo para esse projeto é realizar a tributação em ferramentas de venda online ou *marketplaces*, que tiveram seus faturamentos aumentados durante esse ano, em detrimento do distanciamento social acarretado pela pandemia. Segundo o projeto do governo, as ferramentas online serão responsáveis pelo recolhimento desse tributo sobre terceiros, e segundo o planejamento inicial a alíquota desse tributo está planejada em 12%. Porém Guedes afirmou que esse valor não é muito alto visto os benefícios que serão concedidos²⁷⁸.

No entanto, mesmo com as tentativas de amenizar os impactos causados pela CBS, alguns membros do setor de serviços já se posicionaram contrários a esse tributo. Por exemplo, a Abcomm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico), principalmente por afetar uma área que está sendo de

²⁷⁴Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁷⁵Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCEG e integrante do GAACE.

²⁷⁶Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCEG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

²⁷⁷ Texto que explica a gigantesca regressividade tributária no Brasil: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-06/efeito-perverso-regressividade-sistema-tributario-brasileiro>

²⁷⁸ Notícia com a citação de Paulo Guedes: <https://www.istoedinheiro.com.br/guedes-nao-se-espantem-com-aliquota-de-cbs/>

grande importância para manter a atividade econômica em meio ao período de distanciamento social. Outro resultado problemático desse projeto é o aumento da regressividade do sistema tributário, que já tributa absurdamente o consumo e a produção, em detrimento do patrimônio e da renda, e com a proposta recente do governo isso tenderá a aumentar, pois a CBS tende a ser mais um tributo sobre o consumo, só que agora no ambiente digital.

Além dessas questões, o projeto feito pelo Ministério da Economia acaba prejudicando bastante as micro e pequenas empresas, que estão utilizando-se de recursos digitais para sobreviverem nesse momento de crise, constituindo-se em um dos segmentos mais prejudicados pela *coronacrise*, visto que mais de 600 mil pequenas empresas já fecharam as portas nesse ano²⁷⁹. Enquanto isso, o governo gastou com o combate à pandemia do Coronavírus e seus resultados apenas um pouco mais que 55%²⁸⁰ do valor orçado, sendo que o gasto majoritário foi com o auxílio emergencial, porém pouco foi gasto em conceder ajuda para os pequenos empreendimentos. Além disso, a ala econômica do governo ainda não construiu nenhum plano de recuperação econômica para esse perfil empresarial, tão importante para o sistema econômico brasileiro e que está sendo duramente afetado pela pandemia, em razão da ausência do governos com medidas e recursos.

Outro gargalo presente na proposta de reforma tributária de Paulo Guedes trata da questão da transição do sistema de cobrança dos tributos, pois o plano da câmara pretende colocá-lo em prática em 10 anos, a proposta do Senado pretende ser colocada em pleno exercício dentro de 6 anos. Porém a reforma do governo pretende ser transacionada em apenas 6 meses²⁸¹, o que é extremamente irreal, além de ferir o princípio da anterioridade, sendo esse um preceito constitucional, que afirma que toda política tributária só pode ser implementada após um ano de acordo com sua aprovação no Congresso Nacional²⁸².

Paulo Guedes usa como argumento para colocar a CBS em deliberação, um anseio da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para que os países adequem seus sistemas tributários de acordo com o novo mercado virtual. No entanto, será que o Brasil marcado por um sistema de tributação tão injusto e ineficiente, que dificulta a abertura de empresas, pretende agora afetar um dos únicos setores que impulsionam a atividade econômica em meio à quarentena, será que esse é realmente o melhor caminho para o Brasil seguir, ampliar ainda mais a regressividade da carga tributária, ao mesmo

²⁷⁹Notícia que contém o dado de pequenas empresas fechadas: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/04/09/mais-de-600-mil-pequenas-empresas-fecharam-as-portas-com-coronavirus>

²⁸⁰ Dado retirado do site oficial do Tesouro Nacional Transparente:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

²⁸¹ Informação da CBS retirada da seguinte notícia: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/governo-aperta-cerco-a-tributacao-via-apps-e-marketplaces.shtml>

²⁸²VASCONCELLOS. Marco Antonio Sandoval De; GARCIA. Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 5º Ed. Editora Saraiva. São Paulo, 2014.

tempo em que não melhora a eficiência do sistema? Será que acatar as recomendações da OCDE é realmente o objetivo maior da proposta em questão?

Na fase aguda da crise, essa ação aparenta ser como Ha-Joon Chang escreve em seu livro, *Chutando a escada*²⁸³, uma situação na qual os países já desenvolvidos aconselham os demais, aqueles países considerados em desenvolvimento, a realizarem políticas consideradas “boas”, porém quando se observa em perspectiva histórica, nota-se que as nações hoje ricas não realizaram tais políticas “boas”, no momento em que estavam buscando ampliar seu grau de desenvolvimento. E é exatamente isso que se observa no caso do plano de reforma que contém a CBS, pois ao invés de realizarmos políticas que visem amenizar as disfuncionalidades, ineficiências do nosso sistema tributário e econômico, o governo pretende atuar de acordo com recomendações de países desenvolvidos, que não entendem as idiossincrasias presentes na economia brasileira e almejam que o Brasil mantenha sua condição de país subdesenvolvido.

Portanto, levando em consideração que a proposta de reforma feita pelo governo não ameniza a regressividade do sistema tributário, pelo contrário tende a aumentá-la, que prejudica as pequenas e micro empresas, que não está de acordo com o princípio da anterioridade e ainda por representar uma política etnocêntrica dos países desenvolvidos. Por tudo que foi dito, esse projeto tende a ser problemático, principalmente por não trazer ferramentas eficientes para a economia brasileira sair de uma das suas maiores crises da história. Precisamos ter um olhar mais adequado para o sistema tributário e fiscal, pois carecemos de um Estado forte, que possa criar um ambiente de recuperação. Contudo, o Estado precisa arrumar o sistema de tributação com vistas a ampliar os recursos para aplicação em políticas públicas de ampliação do investimento e serviços públicos, e para isso é urgente taxar os mais ricos e minimizar a regressividade da carga atual, taxando menos os mais pobres.

Algo intrigante sobre isso é que há alguns dias foi lançado um documento online no qual alguns milionários de distintos países se expuseram e pediram para serem taxados, pois perceberam que são privilegiados e que a pandemia resultará numa ampliação dos abismos econômicos que marcam a economia global. No entanto, nenhum representante da elite brasileira assinou esse documento²⁸⁴, o que demonstra um problema estrutural das classes mais ricas no Brasil, que ocorre desde períodos remotos da nossa história e que tende a ser um problema que vai muito além do sistema tributário, do qual esse sistema é um reflexo da conduta e pensamento das elites, ao mesmo tempo que impede a mitigação das desigualdades, e o pior, até corrobora à sua ampliação. Entretanto, com a existência de um sistema

²⁸³Chang, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*/ Ha-Joon Chang; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo. Editora Unesp. 2004

²⁸⁴ Site em que consta o documento citado no texto: <https://www.millionairesforhumanity.com/>

tributário que observasse esses problemas seria possível ter uma economia que visasse à diminuição da desigualdade e que recolocasse o Brasil nos “trilhos” do desenvolvimento econômico. Assim é necessário não aplicar políticas que privilegiem ainda mais a elite, como foi o Convênio de Taubaté no início do século XX.

Quebrar o piso ou furar o teto? A narrativa fiscal brasileira frente à pandemia de Covid-19²⁸⁵

Daniel César da Silva Patrocínio²⁸⁶

Ágida Cristina Santos Almeida²⁸⁷

Por anos a economia brasileira vem cambaleante no tocante à retomada do crescimento econômico. A agenda econômica que norteou o governo Temer e vem se aprofundando no governo Bolsonaro não se mostrou capaz de dar as respostas necessárias aos problemas que o país enfrenta. Para piorar a situação brasileira, estamos passando por uma pandemia que exige do Estado a adoção de políticas que se mostrem contrárias ao ideário daqueles que ocupam agora os espaços de poder.

Uma problemática central desse panorama está focalizada no conflito distributivo inerente ao sistema capitalista e que no Brasil se torna pior em função da má fé e leviandade no debate acerca do regime fiscal vigente. O teto de gastos nasceu como regime fiscal fadado ao fracasso, já que as pretensões que o sustentam estão ancoradas em devaneios ortodoxos que constitucionalizaram uma forma de sufocamento do Estado, através de uma política deliberadamente suicida de austeridade fiscal, que resultará na quase destruição da rede de serviços públicos ofertados pelo Estado brasileiro à população. Em 2015, durante a construção do referido regime, bradaram aos quatro cantos do país que a raiz da recessão brasileira era a crônica expansão de gastos das últimas duas décadas, incitaram a negação do debate honesto e justo sobre os reais problemas da economia e hoje, mesmo depois da cantada bola de insustentabilidade do teto de gastos ter sido escancarada pela pandemia, a marcha contra os fatos segue forte para criar a falsa ideia de que o teto é a salvação.

Na contramão dessa visão está diversos economistas, que buscam trazer luz aos fatos, escrutinar as falaciosas afirmações que a ortodoxia tupiniquim versa a favor da manutenção do teto, batendo o martelo quanto à inaplicabilidade do teto principalmente num Brasil que precisa expandir a capacidade de financiamento em áreas essenciais para retomar o crescimento econômico, bem como em áreas sociais essenciais à mitigação das brutais desigualdades que marcam a história do Brasil, como as desigualdades regionais, de raça, gênero e classe social. Alinhados a isso, também estão tentando levar ao conhecimento público que o orçamento do exercício 2021 da União irá paralisar universidades públicas, principais vetores da produção científica do país, também irá diminuir a capacidade de atendimento e inviabilizar o

²⁸⁵ Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁸⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail; dancezzar.p@gmail.com.

²⁸⁷ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

funcionamento do SUS durante uma pandemia. É o completo esfacelamento do pacto social firmado na constituinte de 1988 em prol de um credo ortodoxo que deu a mão ao mais vil neoliberalismo e que condenará a economia a um contínuo estado de estagnação e degradação social, econômica e ambiental.

O fanatismo ortodoxo pretende aprofundar um projeto de destruição do Estado em nome do teto, onde nada pode furar o teto. Então segue a pergunta: e quanto à solução que tem sido importa pelo governo, de quebrar o piso? Mas o que significa quebrar o piso constitucional dos gastos primários num momento em que a economia nacional está deprimida e enfrentando uma pandemia? Significa que o Estado de bem-estar social será finalmente desmontado, significa que Bolsonaro atendeu aos seus senhores e que Paulo Guedes levará o Brasil a sambar na beira do abismo.

E quando esse fanatismo finalmente passar a ser reconhecido como errado, equivocado pelos seus então defensores, o que esperar da resposta do presidente ao povo? É possível que sua resposta seja: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

Será o fim da era ditatorial na Bielorrússia?²⁸⁸

João Victor Silva Barros²⁸⁹

Águida Cristina Santos Almeida²⁹⁰

Com uma gigante onda de protestos nas últimas semanas, o líder autocrata Lukachenko, da Bielorrússia, enfrenta um enorme conflito com a oposição, os quais já completam 15 dias neste domingo (23). O país vem sendo tomado por inúmeras manifestações e, nos domingos de 16 e 23 de agosto os protestos reuniram ao menos 100 mil em Minsk e mais dezenas de milhares ao longo de outras áreas geográficas do país²⁹¹. Isso está ocorrendo devido às eleições realizadas no dia 9 de agosto, nas quais o líder da Belarus foi eleito com 79,7% dos votos, de acordo com as pesquisas de boca de urna. Porém, tal resultado eleitoral já era esperado, visto que o líder é considerado o “último ditador da Europa”²⁹², e tem histórico de interferência em outras eleições. Na noite de terça (18), a principal candidata de oposição, Svetlana Tikhanovskaia, divulgou um vídeo em que se dirige diretamente aos líderes dos 27 países-membros da União Europeia (UE), que se reuniram na quarta (19). No vídeo, a candidata que se exilou na Lituânia após o resultado das eleições relata: “Lukachenko perdeu toda a legitimidade aos olhos de nossa nação e do mundo”²⁹³.

No dia das eleições o país teve a internet bloqueada, ocorrência que a oposição alegou ser uma estratégia para impedir a mobilização do povo. Além disso, “Durante a campanha, a KGB prendeu dois dos principais candidatos da oposição e um terceiro teve de ir para o exílio, além de mais de 1.000 detidos, entre ativistas, observadores e repórteres. Além do impedimento da realização de comícios em Minsk na semana passada, dez colaboradores de Sviatlana Tsikhanouskaya, incluindo seu diretor de campanha, foram presos, alguns nas últimas horas”²⁹⁴.

Lukachenko já está à frente da Bielorrússia desde 1994, porém, sua última vitória (a sexta consecutiva) nas eleições para presidente pareceu não agradar a maioria dos eleitores, visto que, nas últimas semanas a Bielorrússia vem passando por uma série de protestos com centenas de milhares de pessoas que reivindicam novas eleições, a renúncia do ditador Lukachenko, o fim da violência e a

²⁸⁸ Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁸⁹ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: dancezzar.p@gmail.com.

²⁹⁰ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

²⁹¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/entenda-os-protestos-na-belarus-e-o-quais-os-possiveis-resultados.shtml>

²⁹² <https://veja.abril.com.br/mundo/ultimo-ditador-da-europa-e-reeleito-para-sexto-mandato-na-bielorrussia/>

²⁹³ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/apos-3a-morte-entre-manifestantes-lider-autocrata-da-belarus-ordena-repressao-a-protestos.shtml>

²⁹⁴ <https://veja.abril.com.br/mundo/ultimo-ditador-da-europa-e-reeleito-para-sexto-mandato-na-bielorrussia/>

libertação dos presos políticos. Até a manhã de quarta (12), foram presas aproximadamente 7 mil pessoas, centenas ficaram feridas e ao menos quatro morreram²⁹⁵.

Segundo o jornal Folha de São Paulo os protestos não contam com causa única unificada, porém, existem cinco reivindicações mais gerais e comuns: 1) a saída do ditador Alexander Lukashenko, 2) novas eleições livres coordenadas por um governo de transição, 3) o fim da violência policial, 4) a responsabilização judicial dos responsáveis por abuso de poder e tortura, 5) a libertação de todos os presos políticos. Entre os que estão protestando contra o regime podemos citar: eleitores da oposição, mulheres que formaram correntes contra a violência, entidades de direitos civis, artistas, trabalhadores de algumas grandes empresas estatais, alguns ex-militares, policiais e membros da máquina estatal que renunciaram²⁹⁶.

A reação internacional com a reeleição do líder da Bielorrússia parece estar dividindo opiniões. “A União Europeia declarou não reconhecer o resultado eleitoral e apoiou uma solução negociada pelos próprios bielorrussos. A China cumprimentou Lukachenko pela vitória na noite de domingo. A Rússia, que também havia reconhecido a vitória, reviu sua posição sobre o resultado eleitoral, colocando-o em dúvida na última semana, mas afirmou que não permitiria interferência externa (ou seja, do Ocidente) na Belarus”²⁹⁷.

O fim do regime ditatorial da Bielorrússia parece não estar tão perto, porém, com a ocorrência de vários protestos reunindo centenas de milhares de pessoas, desnuda que parte expressiva da população não está satisfeita com o regime, e está fazendo sua parte para tentar debelá-lo, e promover uma mudança de governo no país. Agora, resta saber quanto tempo mais o ditador Lukachenko irá suportar a resistência do povo, e também até onde ele pretende ir, em termos do uso da repressão e da violência para resistir à pressão e permanecer no poder.

²⁹⁵<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/entenda-os-protestos-na-belarus-e-o-quais-os-possiveis-resultados.shtml>

²⁹⁶<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/entenda-os-protestos-na-belarus-e-o-quais-os-possiveis-resultados.shtml>

²⁹⁷<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/entenda-os-protestos-na-belarus-e-o-quais-os-possiveis-resultados.shtml>

O debate político que ao longo do ano já vinha sendo bastante conturbado, no mês de agosto se tornou ainda mais acalorado em razão da tensão relacionada à Lei Orçamentária Anual (LOA), sob a qual o governo tem a data de 31 de agosto do corrente ano, para apresentar o projeto orçamentário referente ao ano de 2021 e enviá-lo à câmara dos deputados para ser colocada em votação.

Neste sentido, o Projeto Orçamentário precisa preservar os níveis constitucionais de gasto em educação e saúde, além dos gastos mínimos em segurança e investimento necessários à recuperação da economia. Entretanto, os impactos sanitários/econômicos da pandemia em curso, juntamente com o viés ideológico do atual governo e o impacto nefasto da PEC do teto de gastos, provocam uma combinação perversa para a economia e o bem-estar social da população.

Todavia, uma matéria³⁰¹ da Folha de São Paulo do dia 16 de agosto do corrente ano, saiu na defesa do atual modelo econômico do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e reiterou a necessidade de manter o teto dos gastos, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016. Contudo, a manutenção da PEC do teto de gastos, só corrobora para o aprofundamento da crise econômica e social instaurada desde o ano de 2015, na economia brasileira. O teto dos gastos congela em termos reais os gastos primários do governo, dado que o reajuste do gasto primário passou a ser feito unicamente pela inflação do ano anterior, desconsiderando o crescimento da população e as necessidades sociais da população.

Esse modelo econômico é amparado pelo argumento de que é imprescindível manter o controle das finanças públicas com vistas a manter credibilidade perante os investidores estrangeiros. Esse discurso sustenta ainda que a retomada da economia virá por meio do investimento privado, que resultará da confiança dos investidores (a famosa “fada da confiança” tão enfatizada pela economista Laura Carvalho). Então, sob esse discurso, o governo propõe medidas que divergem das políticas expansionistas (fiscal e monetária) aplicadas em países do mundo inteiro.

O panorama instaurado no Brasil é de terrorismo fiscal, que vem se ampliando desde 2015, e defende a necessidade de permanente redução das despesas, dentre as quais os gastos sociais e de

²⁹⁸Artigo escrito em agosto de 2020.

²⁹⁹Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: jeff.costa3@hotmail.com.

³⁰⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁰¹<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/e-preciso-rebaixar-o-piso-de-gastos-para-que-o-teto-nao-colapse.shtml>.

investimento público, vem sendo os mais atingidos. Isso fica muito evidente na proposta do programa Renda Brasil (o “novo” programa de transferência de renda prometido pelo governo), que condicionou sua aprovação à eliminação/incorporação de outros programas sociais, a fim de liberar recursos públicos no orçamento.

Na fase mais recente o principal foco de desmonte do estreito estado de bem-estar social consolidado com a aprovação da constituição de 1988, está voltado para as despesas com pessoal (ativo e inativo) e encargos sociais. A reforma da previdência por si só já afetou os direitos e garantias sociais de grande parte da população e não satisfeito, o próximo passo do governo é aprovar uma reforma administrativa, que prevê o fim da estabilidade no cargo, redução de salários de entrada, diminuição do número de carreiras e avaliação de desempenho no âmbito do serviço público, principalmente na esfera do executivo que contempla a rede de serviços públicos ofertados à população pelo Estado, como por exemplo, os serviços de saúde, educação, segurança. Como fica evidente na PEC 186, que prevê liberar despesas com a redução de 25% das horas trabalhadas dos servidores durante o estado de emergência.

Como apontou a matéria da Folha de SP em questão, o Brasil só conseguiu manter o nível de despesas sem quebrar o teto dos gastos devido ao Orçamento de Guerra, aprovado em função da pandemia, que prevê o aumento dos gastos extras dado o estado de emergência. Contudo, com a dissolução do estado de emergência a saída encontrada para manter as despesas do governo dentro do intervalo que respeita a PEC do teto de gastos, é então rebaixar ainda mais o piso para que o teto não colapse. Fazendo isto sob um risco enorme de aniquilamento do estado de bem-estar social, tendo em vista a permanência dos cortes de gastos em setores-chaves e o consequente aumento da desigualdade social que o encolhimento do Estado em áreas sociais resulta.

É evidente que o teto dos gastos é uma medida anacrônica e insustentável, num país de desigualdades abissais como é o caso do Brasil. Além disso, não há nenhum país do mundo com um regime fiscal que limite sobremaneira o gasto público primário e vincule-o à Constituição, e com isso resulte no desmonte da estrutura de serviços públicos que vem sendo construída desde a redemocratização do país.

SUS: como ficam os 80%?³⁰²

Jonathas Nathan Ferreira Alves³⁰³

Águida Cristina Santos Almeida³⁰⁴

A crise gerada pela pandemia do novo coronavírus escancarou uma série de problemas estruturais existentes no país. Entre eles, o Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou significada fragilidade nas suas diferentes faces, que vão desde a falta/insuficiência de serviços de qualidade até o mantimento de equipamentos/materiais hospitalares. Dessa forma, em meio à pandemia, espera-se que a área da saúde seja uma das prioridades do governo, com ampliação de recursos públicos, expansão da rede de serviços, por meio de uma agenda de investimentos públicos, pois, claramente, a área de saúde, na gestão de uma crise sanitária, requer maior atenção dos líderes nacionais. Entretanto, a realidade brasileira deixa a desejar em muitos aspectos no que tange ao funcionamento do sistema de saúde.

Antes de iniciarmos a discussão, é preciso conhecer e entender o SUS assim como sua incontestável importância para os brasileiros. O Sistema Único de Saúde foi criado em 1988 no âmbito da Constituição Federal Brasileira que determina ao Estado a garantia de saúde a toda a população brasileira³⁰⁵. Desse modo, o SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende a uma população tão numerosa como é caso da brasileira, onde, em torno de 80% do contingente populacional total depende exclusivamente do SUS para ter acesso à saúde³⁰⁶. O SUS constitui um sistema completo, que contempla desde a aferição da qualidade da água, até o fornecimento de medicamentos e a gestão e execução das cirurgias de transplante. Contempla desde a atenção básica, até as cirurgias e procedimentos de alta complexidade, como apontado antes em relação aos transplantes.

Dessa forma, entende-se que a estrutura robusta de acolhimento do SUS é o melhor trunfo que o Brasil tem em mãos no combate ao vírus³⁰⁷. Todavia, o descaso com o sistema de saúde é tamanho que fez o Brasil entrar na lista dos piores países combatentes do novo coronavírus. Desde quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia, em março deste ano, o Ministério da Saúde teve dois ministros que deixaram o posto, sendo um deles demitido pelo presidente Jair, em função de

³⁰² Artigo escrito em agosto de 2020.

³⁰³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com

³⁰⁴ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁰⁵ <http://www.blog.saude.gov.br/35647-sus-27-anos-transformando-a-historia-da-saude-no-brasil#:~:text=O%20SUS%20foi%20criado%20em,a%20toda%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.&text=J%C3%A1%20em%201990%2C%20o%20Congresso,preceitos%20que%20seguem%20at%C3%A9%20hoje>.

³⁰⁶ <https://saude.mg.gov.br/sus>

³⁰⁷ <https://www.conasems.org.br/reconhecer-a-importancia-do-sus-e-o-primeiro-passo-contr-a-pandemia-defendaosus/>

adotar as prescrições da ciência na gestão da crise sanitária, no caso o Luiz Mandetta. E em seguida o Nelson Teich pediu demissão, com menos de 30 dias que havia assumido o cargo, em razão de pressões vindas do presidente Jair para alterar os protocolos clínicos e prescrever um medicamento contraindicado pela ciência, no tratamento do vírus corona. Com isso, em agosto completamos três meses sem um ministro definitivo na pasta da saúde³⁰⁸, e o que se tem desde a saída do Nelson Taich é um general do exército, que está à frente do ministério da saúde, sem qualquer formação na área de medicina, nem experiência na gestão do SUS.

Enquanto estamos nesse impasse, pessoas estão morrendo e famílias sendo duramente impactadas diariamente. De acordo com informações do Ministério da Saúde, o Brasil tem 121.381 mortos e 3.908.272 casos desde a primeira notificação³⁰⁹, ou seja, são números alarmantes que vêm crescendo dia após dia. A maioria dos infectados são pessoas pobres, afrodescendentes e indígenas, pois conforme um levantamento feito pela Fiocruz, nas regiões onde a pobreza urbana é mais acentuada e faltam serviços básicos, como saúde e saneamento, a doença avança mais rapidamente³¹⁰.

Dessa maneira, observamos incontáveis problemas estruturais que o país possui. Somente por meio de políticas e investimento públicos, as pessoas mais vulneráveis teriam garantia de acesso aos tratamentos disponíveis, no caso de serem contaminadas. É dito que o vírus não escolhe vítima, atinge pobres e ricos! Será que essa afirmação procede? Vamos nos perguntar! Eu afirmo que não, que há controvérsias. E é simples enxergar a superficialidade de tão afirmação, pois considerando que 80% da população brasileira depende exclusivamente do SUS para ter acesso aos serviços de saúde, e que o orçamento do SUS não tem a magnitude necessária para atender a todo o contingente populacional que precisa atender, é óbvio que os acometidos pela covid não estão em pé de igualdade em termos de acesso a tratamento. Como também, há uma ampla assimetria das faixas populacionais em termos das condições estruturais de vida, como por exemplo, condições de moradia, acesso à água e saneamento, acesso a trabalho e renda. Segundo dados levantados pelo EL PAÍS, mais de 4.000 pessoas com covid-19 morreram à espera por um leito de UTI em seis Estados brasileiros³¹¹.

Essa informação, portanto, confirma que faltou planejamento público. Se em meio a uma pandemia a situação deixa a desejar, o que esperar para o próximo ano? No momento em que a demanda por serviços de saúde tende a aumentar, o governo anunciou uma proposta orçamentária com redução da verba em duas grandes áreas: a saúde e a educação. Estima-se que a saúde sofrerá redução de 12,13% no

³⁰⁸ <https://www.cartacapital.com.br/saude/brasil-completa-tres-meses-sem-ministro-da-saude-definitivo/>

³⁰⁹ <https://noticias.r7.com/saude/covid-19-brasil-tem-121381-mortes-e-3908272-casos-da-doenca-31082020>

³¹⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53703044>

³¹¹ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-26/mais-de-4000-pessoas-com-covid-19-morreram-a-espera-por-um-leito-de-uti-em-seis-estados-brasileiros.html>

montante alocado para o orçamento de 2021 em relação ao orçamento de 2020, caso o orçamento seja aprovado como está proposto.

Em momento algum se deveria subtrair recursos da saúde e sim melhorar o sistema que já temos, em termos de aporte de recursos e de gestão. Apontar os problemas e buscar soluções deveria ser prioridade do governo, pois o SUS consiste num sistema extremamente necessário para a grande maioria da população brasileira. Todo tempo o discurso referente ao SUS foca, sobretudo nas ineficiências e no (falso) suposto alto custo de mantimento. No entanto, a crise que emergiu com a pandemia fez com que muitos passassem a enxergar o sistema com outros olhos, reconhecendo sua importância vital para o povo brasileiro.

Entregue às cinzas³¹²

Pedro Salviano Neto³¹³

Águida Cristina Santos Almeida³¹⁴

Os biomas existentes do território brasileiro são conhecidos por sua rica biodiversidade, em termos de flora e fauna. Assim, a preservação desses ecossistemas é de suma importância para o equilíbrio ambiental, pois, a vida humana e a vida dos demais animais dependem da preservação dos biomas, já que os mesmos são os maiores responsáveis pelo clima em todas as regiões brasileiras, como também contemplam inúmeras fontes de vida e detêm todas imensuráveis riquezas naturais. Devido à amplitude da biodiversidade, grande parte da nossa alimentação e dos inúmeros medicamentos que existem, necessitam desses ecossistemas para serem produzidos.

O geógrafo Gerson de Freitas Junior, em uma entrevista a National Geographic³¹⁵, fez o seguinte esclarecimento: “Mesmo que estejamos à grande distância da Amazônia, por exemplo, as chuvas que são formadas nesse bioma trazem muitos benefícios à qualidade de vida de populações que habitam áreas localizadas em outros biomas”. Não obstante, as imensuráveis riquezas naturais existentes são alvos constantes da cobiça humana. Movidos pela ganância, a ação humana vai desde desmatar em busca de madeira, abertura de campos para plantio ou pastagem, degradação de rios e florestas em busca de riquezas minerais, e tudo isso leva à forte violência e espoliação das populações nativas, que há séculos habitam na floresta, e por sinal, cuidam muito bem da flora e da fauna com as quais coabitam. Tal problema é recorrente desde quando Portugal chegou às terras tupiniquins em 1500. Porém, nesses últimos três anos nunca se viu uma escalada de degradação num ritmo tão acelerado.

Segundo um levantamento do Inpe, de janeiro até o final de agosto de 2020, cerca de 12% da área total do Pantanal brasileiro já foi queimada. Para se ter ideia, a área total que foi queimada só em 2020 corresponde a 12 cidades de São Paulo³¹⁶. Ao todo o Inpe constatou 10.316 focos de queimadas até o dia 02 de setembro de 2020, e um elemento que amplia as preocupações é que desde quando se iniciou o monitoramento em 1998, esse foi o pior registro. Outro fator preocupante é que as queimadas

³¹² Artigo escrito em setembro de 2020.

³¹³ Graduando em Ciências Econômicas – UAECN/UFCEG, integrante do PET/Economia/UFCEG e do GAACE/UFCEG. E-mail: pedrosalviano@outlook.com

³¹⁴ Professora revisora do presente artigo. É professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCEG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³¹⁵ <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/09/queimadas-ja-consumiram-12-do-pantanal-e-tendencia-e-piorar>.

³¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/fogo-na-chapada-dos-guimaraes-ja-consumiu-quase-38-ibirapueras.shtml>.

ocorridas no Pantanal e no Cerrado, constituem os maiores registros de incêndios até mesmo quando comparados aos meses considerados críticos. Ou seja, o mês de setembro registra as maiores médias históricas de queimas, que se agravam pela ação humana predatória, somadas com o efeito das estiagens características do período do ano.

As queimadas geram forte preocupação nos gestores públicos de saúde, dado que impactam a saúde dos habitantes das regiões afetadas e provocam uma elevação abrupta na demanda de leitos hospitalares, para tratamento respiratório, pois as fuligens provenientes dos incêndios afetam a saúde das populações que vivem próximas aos incêndios. Todavia, os leitos existentes já estão lotados por causa da pandemia do coronavírus.

Um ponto preocupante em relação ao aumento das queimadas é a postura, no mínimo omissa do governo em termos de ações no combate às ações de destruição e degradação ambientais. Vê-se uma postura ambígua do governo, em termos de declarações que demonstram preocupação com as ocorrências ambientais, mas ao mesmo tempo da ausência de ações efetivas no combate à destruição ambiental, e até mesmo de atitudes hostis com instituições da própria estrutura estatal que agem para conter a degradação, como por exemplo o INPE e o IBAMA. Por exemplo, o que se percebe na ação do poder executivo central é a desarticulação do Ibama, as recorrentes desonerações de agentes públicos responsáveis por combater com afinco, os desmatamentos, e promover o enfrentamento com os grileiros e como uma das mais absurdas (e escancaradas) medidas é a “liberação” dos garimpos ilegais.

Essa total negligência e até mesmo endosso à destruição ambiental por parte do Governo, é totalmente prejudicial economicamente e socialmente ao nosso país, pois acaba afastando os investimentos estrangeiros, como consequência do descumprimento e desrespeito aos acordos de meio ambiente, já que a postura inerte adotada acaba por incentivar os grandes latifundiários a queimarem áreas preservadas, sem temerem ser punidos.

Na verdade, mais que conivência, o governo Bolsonaro é centralmente responsável pela tragédia ambiental e humana que estamos tristemente assistindo, e o prejuízo em termos dos investimentos estrangeiros é a menor parte dos desdobramentos que essa fase histórica deixará ao povo brasileiro. Além disso, é bem provável que os danos provocados sejam incontornáveis, e isso suscita tensão quanto ao futuro, para quem compreende minimamente o caráter sistêmico da vida e por conseguinte, o impacto sistêmico que a destruição da Amazônia trará para todas as espécies viventes do planeta.

O que fazer com os Correios?³¹⁷

Lucas Almeida de Lucena³¹⁸

Ágida Cristina Santos Almeida³¹⁹

No último dia 17 do mês de agosto, a empresa estatal que detém o monopólio dos serviços postais brasileiros, os Correios, entraram em greve novamente pela 10ª vez nos últimos 9 anos, e novamente levanta uma questão importante, que já virou pauta do atual presidente: é necessário ou desejável privatizar o Correios? A resposta não é tão fácil quanto parece³²⁰³²¹.

Em meio à pandemia, entre a queda no consumo de diversos setores pelo Brasil e pelo mundo, uma das poucas áreas econômicas com resultados positivos é a de deliveries e entregas de aplicativo. Segundo a startup Mobilis, o crescimento nesse mercado passou de 94%³²². Enquanto isso, o setor de cargas, logística e transporte de passageiros chegou a cair até 8%³²³.

Porém, os problemas com os Correios já se arrastam por um longo tempo. As falhas de gestão, os problemas de corrupção começaram a ganhar evidência no início da década. Segundo reportagem do jornal O Globo, em 2011 havia um gerente para cada dois funcionários na empresa³²⁴, um evidente problema de gestão. Além disso, dos prejuízos registrados em 2015 e 2016, quase 83% se referem a desembolsos para cobrir gastos da empresa com a operadora de saúde Postal Saúde³²⁵, evidenciando os problemas de gestão da estatal.

Um dos pontos levantados pelos defensores da privatização dos Correios, é que apesar da isenção do recolhimento de impostos na prestação de todos os seus serviços³²⁶, a empresa registrou prejuízo

³¹⁷ Artigo escrito em setembro de 2020.

³¹⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

³¹⁹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/17/funcionarios-dos-correios-entram-em-greve-em-todo-o-pais.ghtml>

³²¹ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/felippe-hermes/com-10-greves-em-9-anos-os-correios-seguem-perdendo-relevancia/>

³²² Disponível em: <https://www.itransport.com.br/crescimento-do-mercado-de-entregas-brasileiro/>

³²³ Disponível em: <https://sindcomb.org.br/2020/07/27/setor-de-transportes-tera-o-pior-ano-da-historia-com-pandemia/>

³²⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/correios-tem-um-chefe-para-cada-dois-servidores-9-mil-estao-em-licenca-medica-2769829>

³²⁵ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/05/18/internas_economia,595768/correios-plano-de-saude-e-responsavel-pelo-rombo-da-estatal.shtml

³²⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/correios-sao-isentos-de-impostos-em-todos-os-servicos-decide-stf.html>

acumulado em 2015 e 2016 de R\$ 4,1 bilhões³²⁷³²⁸. Em contrapartida o lucro acumulado de 2017 a 2019 foi de R\$ 930 milhões³²⁹, que não é suficiente para sanar as dificuldades financeiras da empresa.

A situação piora quando se compara a situação do Correios com as-concorrentes do setor privado. Aqui vale ressaltar que o Correios tem o monopólio dos serviços postais, ou seja, entrega de cartas. Porém, a estatal de serviços postais enfrenta concorrência nos demais nichos do setor que atua. Como mostra o E-commerce, as empresas concorrentes da estatal como Mercado Livre, Magazine Luiza e Amazon, registraram enorme crescimento do lucro nos últimos anos³³⁰.

Um dos argumentos amplamente utilizados pelos que argumentam contra a privatização da empresa, é de que a lógica da empresa pública é diferente da privada, ou seja, não necessariamente a empresa tem que apresentar lucro, contanto que esteja fornecendo o produto da forma adequada à população. Essa afirmação faz certo sentido, porém não se aplica ao Correios. Como mostra a revista Época Negócios, em apenas seis anos, a quantidade de indenizações pagas pela estatal por atrasos, extravios e roubos aumentou 1.054%³³¹.

Mas vale aqui ressaltar um contraponto importante. De acordo com o jornal Hora do Povo³³², as empresas do setor privado têm sede ou centro de distribuição em apenas 340 cidades, enquanto os Correios atuam nessas mesmas 340 cidades, mas também em outras 5.230 localidades. É importante considerar que a quebra do monopólio aconteceu apenas em 2009, e as empresas privadas só então puderam investir em logística e infraestrutura. Mas isso não anula o fato de que os Correios são uma ferramenta importante na garantia do acesso a várias localidades do Brasil, que as empresas privadas certamente não terão interesse econômico em expandir os negócios.

Além dos fatores citados, há diversos outros que tornam o debate acerca da privatização dos Correios ainda mais complexo, como infraestrutura, política, corrupção e desigualdade social. Mas é difícil negar que a situação dos correios exige uma solução rápida e eficaz, sobretudo se levarmos em conta o gigantesco sucesso que as empresas do mesmo setor como Amazon e Alibaba fazem nos

³²⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/correios-tiveram-prejuizo-de-r-21-bilhoes-em-2015>

³²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/correios-tem-novo-prejuizo-de-r-2-bilhoes-e-recebem-aval-para-pdv.ghtml>

³²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/17/correios-registram-em-2019-lucro-de-r-102-milhoes.ghtml#:~:text=Os%20Correios%20registraram%20lucro%20%C3%ADquido,161%20milh%C3%B5es%20obtido%20em%202018.>

³³⁰ Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/a-dificil-missao-da-amazon-no-mercado-brasileiro/>

³³¹ Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/03/apos-3-anos-de-prejuizos-bilionarios-correios-perdem-folego-para-sair-da-crise.html>

³³² Disponível em: <https://horadopovo.com.br/privatizar-os-correios-uma-empresa-estrategica-eficaz-e-lucrativa-e-afrontar-o-brasil/>

respectivos países-sede e ao redor do mundo. Enquanto isso, a população brasileira segue pagando a conta da ineficácia da política pública no país.

O governo negacionista³³³

Ray Raposo Teixeira³³⁴

Ágida Cristina Santos Almeida³³⁵

Atualmente, vivemos uma crise da verdade. O negacionismo vem ganhando espaço na sociedade e questiona os preceitos básicos que a comunidade científica mundial já estabeleceu. O negacionismo é a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável. Na ciência, o negacionismo é definido como a rejeição dos conceitos básicos, incontestáveis e apoiados por consenso científico a favor de ideias, tanto radicais quanto controversas.

O governo Bolsonaro é composto por inúmeros negacionistas, inclusive o próprio Bolsonaro, e que atuam em áreas estratégicas do governo. A negação da ditadura militar, do racismo e da homofobia no Brasil, assim como, o terraplanismo, o negacionismo da crise climática e os movimentos antivacinas são as formas mais conhecidas de uma aposta na ignorância e na defesa da mentira. E esse vasto conjunto de negações possui representantes ferrenhos dentro governo.

Estamos passando por uma profunda crise sanitária-econômica-social no Brasil e no mundo, nesse contexto de crise, o discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro em relação à gravidade do coronavírus e as falas do mesmo contra o isolamento social podem ter contribuído para agravar ainda mais a crise de saúde, principalmente entre seus eleitores. E por isso, não é leviano afirmar que o presidente tem responsabilidade na tragédia brasileira, com mais de 130.000 mil mortos e a expectativa de chegarmos a 200.000 óbitos até dezembro desse ano.

Em todos os pronunciamentos feitos desde que a pandemia foi decretada, o presidente minimizou a gravidade da situação, se opôs de modo contundente ao isolamento social, desse modo, a evidência mostra que a taxa de isolamento social no Brasil diminuiu e mais pessoas morreram, proporcionalmente, nos municípios que mais votaram em Bolsonaro em 2018. A conclusão é do estudo “Ideologia, isolamento e morte: uma análise dos efeitos do bolsonarismo na pandemia de Covid-19”, de quatro pesquisadores da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo³³⁶. Em resumo, onde Bolsonaro teve mais votos, o isolamento tem sido menor e o número de óbitos É maior.

Quando um país dispõe de lideranças que negam a ciência, a chance de se ter um resultado catastrófico é muito grande, ou seja, é muito provável que as respostas políticas produzam mais catástrofes

³³³Artigo escrito em setembro de 2020.

³³⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: rayraposo@outlook.com.

³³⁵Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³³⁶<https://observatorio3setor.org.br/noticias/discurso-contr-o-isolamento-pode-ter-matado-mais-eleitores-de-bolsonaro/>

que as respostas científicas. Atualmente o Brasil já passa dos 4,2 milhões de infectados e mais de 130 mil mortos, ou seja, uma verdadeira tragédia que marcará o povo brasileiro, dadas as celeumas social, humana, psico-emocional que um número tão numeroso de óbitos deixará nos parentes e amigos das vítimas. Além disso, teremos ainda um contingente numeroso de sobreviventes do vírus, que ficarão com sequelas irreparáveis provocados pela infecção e por isso necessitarão de cuidados e assistência médico-hospitalares em caráter permanente.

Mesmo após de infectado pelo coronavírus, Bolsonaro continuou fazendo política com a doença e pregando algo que o acompanha desde o início da pandemia que é o negacionismo e voltou a menosprezar a doença afirmando em entrevista que “Esse vírus é como uma chuva, vai atingir você”³³⁷, passando uma ideia errônea que a doença é inofensiva, ignorando a realidade que está a sua volta, e aproveitando a oportunidade para promover ainda mais o consumo da cloroquina, que é contraindicada no tratamento à infecção por coronavírus, conforme evidências de diversos estudos científicos.

Um caso mais recente da negação do governo transcorreu quando o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, publicaram em suas redes sociais um vídeo que nega que a Amazônia esteja queimando³³⁸. Porém, as imagens compartilhadas do referido vídeo trazem um mico-leão-dourado, animal encontrado apenas na Mata Atlântica, isso mostra a total falta de conhecimento destas autoridades.

O vídeo em questão, cujo título é “A Amazônia não está queimando”, conta com uma narração em inglês e legendas em português, e foi produzido pela Associação de Criadores do Pará (AcriPará), que reúne pecuaristas do referido estado. Assim, num vídeo que dura 1 minuto e 30 segundos, o narrador, que aparenta ser uma criança, nega que as queimadas estejam acontecendo: ‘Você está sentindo cheiro de fumaça? Claro que não! Pois a Amazônia não está queimando novamente’, diz o trecho inicial da produção, que termina com: “De qual lado você está? De quem preserva de verdade ou de quem manipula seus sentimentos?”.

Entretanto, segundo dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) a Amazônia teve o segundo pior agosto em registro de queimadas da última década, atrás apenas da taxa alcançada no ano passado, que foi o primeiro ano do mandato de Bolsonaro, e foi considerado um péssimo ano no tocante à destruição da Amazônia. Em agosto de 2020 houve registro de 29.307 focos de incêndios na Amazônia. A situação de 2020, contudo, deve ter sido ainda mais severa do que apontam os dados, considerando

³³⁷<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/03/bolsonaro-compara-coronavirus-chuva.htm>

³³⁸<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/10/salles-e-mourao-negam-incendios-confirmados-em-numeros-e-imagens-de-satelite-na-amazonia.ghtml>

que, desde as primeiras semanas do mês, foram detectadas falhas de sensor no satélite que faz o monitoramento do fogo³³⁹.

Portanto, é urgente a valorização da ciência, pois a mesma exerce uma grande influência em nossa vida cotidiana, a ponto de ser difícil imaginar como seria o mundo atual sem a sua contribuição ao longo do tempo. E o preço social que será pago quando representantes do mais escalão do governo resolvem entrar na onda do anticientificismo, é muito alto.

³³⁹<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/mesmo-com-exercito-amazonia-tem-segundo-pior-agosto-de-queimadas-dos-ultimos-dez-anos.shtml>

A piora nos dados de emprego na pandemia da COVID-19³⁴⁰

*Yukimi Akami Evereux Viana Nascimento*³⁴¹

*Águida Cristina Santos Almeida*³⁴²

É amplamente sabido que a pandemia da covid19 vem sendo uma problemática com impactos muito negativos ao povo, seja em termos econômicos, sociais e sanitários. O distanciamento social foi uma das medidas adotadas para lidar com essa grande crise que assola pela primeira vez os países da economia mundo, no século XXI.

Entretanto, segundo o IBGE, a flexibilização do isolamento social, ampliada nos últimos três meses, levou trabalhadores desocupados voltarem a procurar uma oportunidade no mercado de trabalho, o que resultou numa ampliação do contingente de desempregados em mais de 1 milhão, numa única semana³⁴³.

Ainda de acordo com o IBGE, o desemprego diante da pandemia voltou a crescer na quarta semana de agosto, na comparação com a semana imediatamente anterior, atingindo o maior patamar desde maio do ano corrente. De acordo com o levantamento, entre a terceira e a quarta semana de agosto aumentou em mais de 1 milhão o número de desempregados no país, chegando a cerca de 13,7 milhões o total de trabalhadores em busca de uma ocupação no mercado de trabalho. Com isso, a taxa de desemprego subiu de 13,2% para 14,3%, apenas nas duas últimas semanas de agosto. Representa a maior taxa desde o início da pandemia, quando atingiu 10,5% em maio³⁴⁴.

Como o desemprego é mensurado considerando somente as pessoas que estão à procura de emprego, aqueles que não estavam procurando emprego, devido ao distanciamento social, não estavam sendo considerados na estatística de desemprego. Mas era de se esperar que em algum momento as pessoas passassem a sair mais de casa, de modo que o índice de desemprego iria aumentar ainda mais.

Falando ainda sobre a questão do distanciamento social, os dados do IBGE também mostram que na quarta semana de agosto, somavam 38,9 milhões o número de pessoas em isolamento social rígido, o

³⁴⁰Artigo escrito em setembro de 2020.

³⁴¹Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: miukiakamievereux@gmail.com.

³⁴²Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail:

aguidasantosalmeida@gmail.com

³⁴³<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/18/desemprego-diante-da-pandemia-bate-recorde-na-ultima-semana-de-agosto-diz-ibge.ghtml>

³⁴⁴ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/16/desemprego-cresceu-108percent-entre-a-primeira-e-a-ultima-semana-de-maio.ghtml>

que representa uma queda de 6,5% em relação à semana imediatamente anterior, quando esse contingente era de 41,6 milhões.

Já a parcela da população que ficou em casa e só saiu por necessidade permaneceu estável e totaliza 88,6 milhões de pessoas nessa situação, representando 41,9% da população do país. Também houve estabilidade no contingente dos que não estavam em isolamento social, chegando a 5 milhões de pessoas, assim como permaneceu estável o contingente de 77 milhões dos que reduziram o contato, mas que continuaram saindo de casa ou recebendo visitas.

Vale ressaltar também, que parte dos trabalhadores que estavam em casa decorria do afastamento do local de trabalho devido à pandemia. A pesquisa mostrou, ainda, que reduziu em cerca de 360 mil o número de pessoas que estavam afastadas do local de trabalho devido ao isolamento social. Totalizava 3,6 milhões o número de trabalhadores nesta situação na última semana de agosto, o que representava 4,4% do total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho. Uma semana antes, na terceira semana de agosto, essa taxa era de 4,8%. Em contrapartida, na primeira semana do mês de agosto, 19,8% dos trabalhadores ocupados estavam afastados do trabalho em função da pandemia. Cabe destacar ainda a existência do trabalho remoto (home office), que permaneceu estável e compreende cerca de 8,3 milhões de trabalhadores nesse formato de trabalho.

Falando agora um pouco sobre a informalidade, é importante esclarecer que são considerados como trabalhadores informais pelo IBGE, aqueles empregados no setor privado sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e empregadores sem CNPJ, além de pessoas que executam algum trabalho dentro de um vínculo parental. Considerando a definição, de acordo com o IBGE, somavam cerca de 27,9 milhões o número de pessoas no trabalho informal na última semana de agosto, cerca de 300 mil a mais que na semana anterior. Com isso, a taxa de informalidade ficou em 34%, acima dos 33,4% registrados na terceira semana de agosto. Apesar da alta, o IBGE considera como estável a pífia variação do indicador. Já na comparação com a primeira semana de maio, quando esse contingente somava cerca de 30 milhões de pessoas, a taxa de informalidade teve queda de 1,7 ponto percentual, e registrou uma taxa de 35,7%.

Então para concluir, podemos ver diante de dados mais recentes do mercado de trabalho o impacto da crise sanitária, agravando ainda mais a situação instaurada no mercado de trabalho brasileiro, marcado pelas elevadas taxas de desemprego, somadas com a alta informalidade, que atinge, sobretudo, as camadas populacionais mais vulneráveis social e economicamente, bem como os trabalhadores ocupados em empregos mais precarizados. Para a grande maioria da população brasileira, a necessidade de buscar alguma ocupação para sobreviver, comprometendo a possibilidade de cumprir o distanciamento social, cria-se um paradoxo: enfrentar o risco de perecer em razão da ausência das condições mínimas de subsistência, ou correr o risco de morrer devido à contaminação com o vírus.

Sobre o crescimento da insegurança alimentar no Brasil³⁴⁵

*William Bezerra dos Santos³⁴⁶
Ágida Cristina Santos de Almeida³⁴⁷*

Há poucos anos atrás, em 2014 mais especificamente, segundo o relatório da ONU o Brasil tinha saído do mapa mundial da fome. Foi constatado pelos dados, que houve uma redução de 75% no número de pessoas retiradas da extrema pobreza³⁴⁸. Essa conquista social e humana, sem precedentes na história brasileira decorreu da ampliação de políticas sociais, como por exemplo, dos programas Fome Zero e Bolsa Família. A melhoria no mercado de trabalho e a política de valorização do salário mínimo nos governos Lula e Dilma, também explicam o êxito na erradicação da fome e da miséria. Contudo, em 2020 os dados do IBGE registraram novamente aumento no número de pessoas em situação de miséria.

Enquanto o presidente declara ao mundo, no discurso proferido na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, que o Brasil garante segurança alimentar a um sexto da população mundial, por meio das exportações, o IBGE divulgou dados da Pesquisa de Orçamento familiares (POF) 2017-2018, que mostram que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil, está em cerca de 10,3 milhões.

Os dados são mais que alarmantes, devido ao fato que compreendendo a metodologia da análise que foi adotada, tem-se três níveis de insegurança alimentar consideradas na metodologia da pesquisa, dentre os quais a condição de fome é considerada o pior cenário e se enquadra no terceiro nível de insegurança alimentar, além de um nível de insegurança mais brando que compreende a presença de inadequações na qualidade dos alimentos, buscando ampliar ao máximo a quantidade de alimentos que é possível adquirir.

Na insegurança alimentar moderada, há uma redução do consumo de alimentos por parte das pessoas adultas, como reflexo da falta de alimentos. No terceiro nível, o grave, a redução quantitativa de alimentos afeta além dos adultos, as crianças, sobre o reflexo da diminuição nos padrões de alimentação da família, gerando um consequente quadro de fome entre os moradores do domicílio³⁴⁹. De acordo com a referida pesquisa, a insegurança alimentar grave atingiu 4,6% dos domicílios brasileiros, o que equivale

³⁴⁵Artigo escrito em setembro de 2020.

³⁴⁶Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial PET-Economia.

³⁴⁷Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁴⁸<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-saiu-do-mapa-da-fome-produzido-pela-onu>

³⁴⁹<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54288952>

a 3,1 milhões de lares, número que não é desprezível e deve seguir se ampliando caso seja mantido o direcionamento político que o Brasil assumiu desde 2015.

Segundo afirmações do gerente de Pesquisas do Orçamento Familiar, o que se atribui como explicação a este aumento do número de famílias em situações de insegurança alimentar se deve à crise que estamos vivendo desde meados de 2015³⁵⁰. Contudo, esta figura como uma das crises mais injustificáveis, dado que a produção de alimentos no Brasil é farta e os governos do PT mostraram como custa pouco erradicar a fome. Ou seja, é uma política barata, do ponto de vista financeiro, com um ganho humano e social imensurável, além do impacto econômico positivo, em termos do estímulo à atividade econômica que resulta. Em contrapartida, a ausência de prioridade com a agenda de erradicação da fome, resulta num custo humano e social dentre o mais trágico e comovente que pode existir, tendo em vista a penúria e o profundo sofrimento que a morte pela fome pode provocar. A pesquisa relata que dos 10,3 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, 7,7 milhões de pessoas vivem em zona urbana e 2,6 milhões de pessoas vivem em zona rural.

A POF revelou que menos da metade dos domicílios do Norte (43%) possui segurança alimentar, em seguida do Nordeste (49,7%). Todavia, quando se analisa as regiões como Sul (79,3%), Sudeste (68,8%) e Centro-Oeste (64,8%), os dados de segurança alimentar são bem menores, o que indica o enorme reflexo da desigualdade regional presente no país, uma das marcas históricas, crônicas e estruturais. Além disso, dos 68,9 milhões de domicílios no país, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, onde o nível leve correspondia a 24% (16,4 milhões), o moderado, 8,1% (5,6 milhões) e o grave, 4,6% (3,1 milhões).

É importante considerar o impacto da pandemia no quadro de insegurança alimentar, que tenderá a se agravar, somado com efeito da alta nos preços dos alimentos, que certamente lançará mais famílias nessa condição de brutais vulnerabilidades e exclusão, pois quando falta alimento, presume-se que todo o resto necessário para suprir a vida de modo adequado, já está ausente. Ou seja, é urgente a retomada das políticas de estímulo à demanda, e a reconstituição dos direitos e garantias subtraídos. Infelizmente, a forma de combate a estes problemas sociais não está contemplada na agenda do atual governo, o que torna mais preocupante, triste e difícil a situação de miséria para a população paupérrima no país, que deverá permanecer em crescimento.

³⁵⁰<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>.

Impactos do auxílio emergencial e sua lição para o pós-pandemia³⁵¹

Lucas Diego Souza Ramos³⁵²

Nicole Freitas Gois de Siqueira³⁵³

Karla Vanessa Batista Da Silva Leite³⁵⁴

O Brasil já estava enfrentando um dos maiores períodos de recessão econômica de sua história, quando, no início de 2020, iniciou-se a pandemia causada pelo COVID-19 que forçou o isolamento social da população mundial. No biênio 2015-16, o PIB acumulou queda de aproximadamente 7%. Nos anos seguintes, 2017-19, o fraco desempenho da economia brasileira ficou evidente no crescimento pífio de 1,2% (na média dos 3 anos).

A despeito do aumento da desigualdade social no Brasil³⁵⁵, segundo o levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o aumento do desemprego e a diminuição da renda das pessoas, desde 2015, o Brasil vem seguindo uma agenda neoliberal, ancorada na austeridade fiscal como fim em si mesmo. Tal agenda foi intensificada, em 2016, com a aprovação da regra fiscal do teto de gastos, que impede o crescimento real dos gastos primários por 20 anos. Desde então, essa agenda, que inclui ainda as chamadas reformas estruturais, como a trabalhista e da previdência, tem sido apresentada como a única forma de retomar a atividade econômica. Como já mencionamos, o fraco desempenho do PIB nos últimos três anos, evidencia que tais medidas não surtiram efeito propagado por seus defensores.

A política de austeridade fiscal, por si só, é inócua para gerar crescimento econômico. Se há algo que realmente influencia as decisões de investimento dos empresários, é a perspectiva de venda e obtenção de lucro, que só ocorre quando há demanda na economia. O corte de gastos públicos, especialmente investimentos, além de não ser suficiente para retomar a confiança do investidor privado, é nocivo pelos seus efeitos econômicos e sociais, especialmente em um país com desigualdades abissais, como é o caso do Brasil. Como apresentado no relatório de 2019 para os países da América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta o Brasil como um dos países com menor investimento público em infraestrutura, com menos de 0,5% do PIB³⁵⁶.

³⁵¹Artigo escrito em setembro de 2020.

³⁵²Graduando em Ciências Econômicas – UAECN/UFCG, Integrante do PET/Economia e do GAACE/UFCG. E-mail: lucramos53@outlook.com

³⁵³Graduanda em Ciências Econômicas – UAECN/UFCG, Integrante do PET/Economia e do GAACE/UFCG. E-mail: nicolegfreitas6@gmail.com

³⁵⁴Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Tutora do PET/Economia. E-mail: kvanessaleite@gmail.com

³⁵⁵<https://cee.fiocruz.br/?q=Desigualdade-bate-recorde-no-Brasil>

³⁵⁶Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 2019.

Com a pandemia, indo na contramão das políticas de austeridade, fez-se necessária a ação do governo para atenuar os impactos da crise sanitária causada pelo coronavírus que, dada as suas características, afetou a economia mundial. No Brasil, já sofrendo uma perda de renda gradativa nesses últimos anos, segundo os estudos do Ibre/FGV, teve que suportar agora mais um impacto em sua economia. Nesse sentido, para garantir alguma renda para as famílias brasileiras no período da crise, bem como para viabilizar condições mínimas de isolamento social, o auxílio emergencial surge como medida viável pelo governo para enfrentar a crise³⁵⁷.

Planejado para atuar nos três primeiros meses com valor de R\$ 600,00, o Auxílio Emergencial foi estendido até o final do ano, com valor de R\$ 300,00³⁵⁸. A extensão do programa tem alcançado pelo menos metade da população brasileira de forma direta ou indireta, aproximadamente 125,4 milhões de brasileiros³⁵⁹. Segundo estudo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o auxílio emergencial terá impacto de 2,5% do PIB de 2019, equivalente a R\$ 182,5 bilhões na economia³⁶⁰.

É inegável dizer que o que está sustentando a economia hoje, são medidas de estímulo ao consumo, com uma distribuição de renda mínima, como o auxílio emergencial; o fundo de garantia; seguro desemprego e o bolsa família. A realidade vem, portanto, demonstrando que o financiamento estatal é primordial para garantir o mínimo do funcionamento da economia do país, cujo cenário econômico também está marcado pela queda de investimentos. Estimativas da FGV apontam para uma queda do investimento de 22,6% em bases interanuais, levando esse componente do PIB ao pior desempenho em pelo menos 25 anos³⁶¹.

Como já citado, são os programas sociais que estão segurando a economia brasileira em meio a pandemia causada pelo COVID-19. Analisando especificamente o auxílio emergencial, apesar das falhas no projeto e em sua execução, é notório o aumento considerável na renda de seus beneficiários. Dados do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que os beneficiários do auxílio emergencial tiveram um aumento de 24% nos seus rendimentos considerando sua renda antes da pandemia; já no caso dos empregados informais, o aumento da renda chegou a 50%⁷. Dos 27 estados da federação brasileira, em apenas dois (Distrito Federal e Santa Catarina) o número de trabalhadores com carteira assinada supera o número de beneficiários do auxílio emergencial.

https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Relat%C3%B3rio_anual_do_Banco_Interamericano_de_Desenvolvimento_2019_Resenha_do_ano.pdf

³⁵⁷<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/31/auxilio-emergencial-sustenta-o-consumo-nas-regioes-mais-pobres.ghtml?fbclid=IwAR1awDBY60za2WSDJiTpWKoSZWOcK1TEeqIwiak3jDiKLVQIU9D91qmMbkM>

³⁵⁸<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/09/auxilio-emergencial-e-prorrogado-ate-dezembro>

³⁵⁹ segundo estimativas do IBGE 2020.

³⁶⁰<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/auxilio-emergencial-tera-impacto-de-2-5-no-pib?fbclid=IwAR0SvNR9NsS0wgAknU8N6veMkivhmjf3NguKBxWHamZ9if39e9hM85ohrcg>

³⁶¹<https://blogdoibre.fgv.br/posts/investimento-deve-registrar-o-pior-desempenho-trimestral-em-pelo-menos-25-anos>

O impacto social do auxílio emergencial é justificável já que o programa é um meio de transferência de renda direta e além disso, possui um efeito multiplicador em todos os setores da economia dado que grande parte de seus beneficiários utilizam o dinheiro na compra de alimentos, eletrônicos, eletrodomésticos e também para quitar suas dívidas. O benefício que vem contemplando quase metade da população brasileira se tornou um grande exemplo de que transferir renda, em um país extremamente desigual como o Brasil, é importante. Além disso, o auxílio emergencial provou que é através de medidas como essa que se consegue dar uma condição melhor para a classe mais pobre do país que, com toda certeza, vem sendo a mais prejudicada. O cenário pelo qual estamos passando deixou isso ainda mais claro e evidente para aqueles que fechavam os olhos para os mais desfavorecidos do país.

Para finalizar, vale ressaltar que com a queda histórica do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2020, de 9,7%³⁶² segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com isso a entrada do país em uma recessão técnica, o auxílio emergencial faz-se ainda mais necessário na economia. Sabe-se também que apenas isso não será necessário para recuperar os níveis de atividade econômica e garantir um crescimento sustentado. Apesar disso, o programa tem sido de extrema importância para os brasileiros que o recebem e tem ajudado pessoas pobres a se manterem vivas, diante toda a calamidade que vem ocorrendo no Brasil.

³⁶²<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020>

A reabertura das escolas no Brasil ainda em 2020³⁶³

Thyago Ezequiel de Melo³⁶⁴

Karla Vanessa B. S. Leite³⁶⁵

O retorno às aulas em meio à pandemia é um tema que divide opiniões. Se, por um lado, argumenta-se que o distanciamento implicará em perdas de conteúdo e formação para os estudantes, por outro, não há consenso sobre o quão seguro seria retomar as atividades presenciais, ainda esse ano. Dados atualizados pela Fenep³⁶⁶ mostram que o retorno das aulas presenciais está autorizado em 12 estados, sendo esses: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul. Outros estados propuseram data para a reabertura gradual do ensino; no Acre, por exemplo, as aulas só voltam em 2021, enquanto os demais não definiram calendário.

O primeiro estado a retomar as atividades foi o Amazonas, começando pela rede particular de Manaus, em 6 de julho. Até então, o estado soma mais de 600 professores afastados, pois testaram positivo para a Covid-19. As aulas, porém, continuaram. Já no Maranhão, em agosto, cerca de 50 escolas privadas retornaram, mas ao menos três retrocederam, devido infecção de educadores³⁶⁷.

Dados do relatório “Education at Glance 2020”³⁶⁸, lançados na terça-feira (08) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), analisa 37 países que fazem parte do bloco além de 9 parceiros, incluindo o Brasil, que enfrenta mais semanas de escolas fechadas que a média dos países. “O fortalecimento dos sistemas de educação precisa estar no centro do planejamento do governo para se recuperar desta crise e dar aos jovens as habilidades e competências de que precisam para ter sucesso”, disse o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, ao lançar o relatório em Paris³⁶⁹.

Destacam-se alguns pontos do relatório, como as 16 semanas com escolas fechadas no Brasil, enquanto a média dos outros países era de 14 semanas. Além disso, o Brasil tem em média 24 alunos por sala nos primeiros anos, enquanto os demais países possuem 21. Enquanto no ensino médio a média são 28 alunos contra 23, na comparação com os países desenvolvidos. O relatório alerta ainda para a

³⁶³ Artigo escrito em setembro de 2020.

³⁶⁴ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

³⁶⁵ Professora adjunta da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

³⁶⁶ Disponível em: <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/atualizacao-diaria-mapa-de-retorno-das-atividades-educacionais-presenciais-no-brasil/> (acesso em: 10/09/2020)

³⁶⁷ Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/retorno-das-aulas-presenciais/> (acesso em: 10/09/2020)

³⁶⁸ Disponível em: <http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm/?refcode=20190209ig>

³⁶⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/08/escolas-fechadas-turmas-com-mais-alunos-e-11percent-de-professores-jovens-dados-da-ocde-apontam-desafios-da-educacao-brasileira-na-pandemia.ghtml> (acesso em: 10/09/2020)

realocação de recursos que tem sido disputado pela área econômica e pela saúde, que os governos enfrentam. Outro aspecto é o não enquadramento dos professores do Brasil entre os “jovens” que estão menos vulneráveis a estarem dentro do grupo de risco; apenas 11% dos professores tem menos de 30 anos.

Segundo a OCDE, a crise atingiu o setor de formação técnica e profissional de forma mais dura. O Brasil tem 8% dos seus estudantes matriculados em cursos técnicos e profissionalizantes, índice muito abaixo da média dos demais países analisados, que é de 32%, e como esse tipo de aprendizagem envolve aulas práticas e pode incluir aprendizagem dentro das empresas, os estudantes foram mais afetados pela pandemia.

Como ponto positivo, no Brasil, o ensino superior cresceu mais que a média dos demais países analisados pela OCDE, na última década, embora o percentual de brasileiros com diploma ainda seja baixo. Segundo relatório, o país aumentou 10% de graduados no período, enquanto os demais cresceram 9%. Entretanto, o crescimento continua sendo desigual: as mulheres são a maioria, com 25% possuindo diploma, contra 18% de homens; a média para os demais países é de 51% e 39%, respectivamente. Neste mês, a Unesco afirmou que 60% da população estudantil, no mundo, está sofrendo com o fechamento de escolas — e que esse índice chegou a 90% em abril. Foram poucos países — como Taiwan, Suécia e Nicarágua — que decidiram manter suas escolas abertas durante a pandemia³⁷⁰.

Em março, Steve Forbes estreou uma série de podcasts chamada *What's Ahead* apresentando visões sobre as intersecções entre sociedade, economia e política. Em um episódio, ele analisa o debate sobre a reabertura de escolas e faculdades e discute aspectos como a raridade das crianças contraírem a doença, e o quão prejudicial isso vem a ser para os jovens do ponto de vista escolar e psicológico. Além de diversos outros fatores, ele cita que “elas quase nunca transmitem o vírus, mesmo que estejam infectadas”.³⁷¹

Com todos os fatores discutidos até aqui, fica claro que o melhor possível para a educação seria analisar cada caso em particular, sempre considerando a segurança das pessoas e mantendo o distanciamento social ao máximo possível. Ainda é importante ressaltar que a reabertura das escolas e instituições de ensino pode ser feita, temporariamente, de outras maneiras virtuais não exigindo a exposição das crianças e dos educadores ao vírus. Sem a vacina e a imunização, as crianças podem ser vetores de contaminação, afetando as pessoas com as quais convivem. Não deve se perder de vista que o

³⁷⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53681929> (acesso em: 10/09/2020)

³⁷¹ Disponível em: <https://www.forbes.com.br/colunas/2020/08/steve-forbes-a-covid-19-deve-retardar-a-reabertura-das-escolas/>

mais importante é preservar as vidas das pessoas, pois sabemos que muitos locais do país não tem condições de voltar às atividades presenciais.

O fogo da Amazônia³⁷²

Cíntia Riquele Bezerra Silva³⁷³

Águida Cristina Santos Almeida³⁷⁴

Não são poucos os sinais que o meio ambiente vem esboçando em termos de esgotamento e exaustão, como consequência da ação humana desenfreada e inconsequente, que insiste em lidar com o meio ambiente como se os recursos naturais do planeta fossem infinitos, mesmo sabendo a bastante tempo de sua finitude. Seguindo essa lógica, as notícias sobre as queimadas são cada vez mais frequentes.

Uma análise do projeto cortina de fumaça³⁷⁵ aponta que dadas especificidades tão singulares, a Amazônia não deveria ser capaz de pegar fogo sem a intervenção humana. Isso ocorre devido a sua característica úmida, grande parte da floresta é composta por árvores que possuem troncos cobertos por líquens e musgos esponjosos. Cada copa no dossel amazônico, por meio da evapotranspiração, bombeia uma imensa quantidade de água por dia para a atmosfera, consequência de uma combinação única, envolvendo a localização geográfica, a própria cobertura vegetal e os sistemas atmosféricos em atuação. Neste trecho a América do Sul é provedora de chuvas para si e para outras regiões do Brasil e do continente, o que ajuda a entender o fato de suas mais de oito mil espécies de árvores conhecidas não possuírem as adaptações evolutivas de fogo encontradas em savanas e florestas boreais.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de janeiro a dezembro de 2019, foram registrados 89 mil focos de calor na floresta Amazônica, 30 % a mais em relação a 2018. Já entre os meses de maio e julho de 2020 houve um aumento de 23% nos focos de queimadas em comparação ao mesmo período no ano passado, que já havia apresentado um dos maiores índices para o período em 13 anos.

Mesmo com a chegada da pandemia pelo coronavírus, o desmatamento não deixou de apresentar aumento. Os dados do INPE apontam que mais de 9 mil quilômetros quadrados foram desmatados entre agosto de 2019 e julho de 2020, esse número apresenta um aumento de mais de 34% em relação a os dados de agosto de 2018 e julho de 2019.

³⁷²Artigo escrito em outubro de 2020.

³⁷³Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia).

³⁷⁴Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

³⁷⁵<https://cortinadefumaca.ambiental.media/>

No desmatamento, o fogo é a solução para destruir a biodiversidade vegetal e animal, com vistas a expandir a margem de cultivo para a expansão das atividades agropecuárias e extrativas minerais. Além do fogo do desmatamento os especialistas apontam mais dois tipos, o fogo oriundo do manejo agropecuário e o fogo proveniente da agricultura de subsistência. O problema é que nesse processo o fogo pode invadir a floresta e originar os incêndios.

Apesar de apoiadores do governo Bolsonaro, apontarem os pequenos agricultores como os responsáveis pelos incêndios, os dados desmentem essa hipótese. Em 2019, para o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), dos focos de calor, 31% foram registrados em imóveis rurais, 22% estavam em locais considerados médios ou grandes, em contrapartida 9% ocorreram em pequenos imóveis. Para o primeiro semestre de 2020, os médios e grandes imóveis foram responsáveis por mais da metade do número de focos de incêndio na Amazônia.

Neste contexto, a devastação da Amazônia é um reflexo do impacto direto do homem sobre a natureza. Assim, a que custo essas práticas devem continuar sendo reproduzidas? Deve haver urgente reparação ao modo desenfreado pelo qual a natureza vem sendo há tempos explorada. Estamos destruindo nossa própria casa e temos que parar antes que seja tarde demais.

Além disso, a destruição da biosfera ocorre para expandir a capacidade de produzir matérias-primas, mantendo o Brasil na condição de país subdesenvolvido, e contribuindo para enriquecer um número minúsculo de pessoas. Ou seja, o ganho econômico da destruição ambiental será irrisório, mas por outro lado, a destruição da Amazônia ampliará sobremaneira a crise ambiental e climática que se agravará ao longo do século XXI. Impossível imprimir uma interpretação razoável para tamanha aberração.

Que governo é este?³⁷⁶

Ana Karolina Oliveira Silva³⁷⁷

Ágida Cristina Santos Almeida³⁷⁸

Os problemas socioeconômicos e ambientais no Brasil, enquanto país subdesenvolvido, sempre foram uma realidade. No entanto, através de políticas públicas efetivas, alguns desses problemas foram amenizados nos últimos governos. Contudo, o que vivenciamos atualmente não parece ser apenas o retrocesso, mas a destruição irreparável dos direitos adquiridos, por meio de muita luta, e a destruição do meio ambiente, mais precisamente da floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo.

Além da difícil situação que os países da economia mundo vem enfrentando desde o início do ano, devido à crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, que no mundo já matou mais de 1 milhão de pessoas, e no Brasil já ultrapassa a marca de 150 mil mortes³⁷⁹, estamos vivenciando no nosso país as conseqüências dos efeitos dessa crise, somadas aos impactos dos incêndios no Pantanal e na floresta Amazônica e da péssima gestão do atual governo, que estar totalmente apartado da realidade e tem provocado efeitos graves em nossa sociedade, dadas as ineficientes e desastrosas gestões das crises sanitária, social, econômica, institucional, que impactam de modo nefasto a vida de parcela substancial da população brasileira, sobretudo a mais vulnerável social e economicamente.

Enquanto espécies vegetais e animais estão sendo consumidas pelo fogo, o presidente da república diz que nós somos um exemplo para o mundo no que diz respeito à preservação do meio ambiente. Em outro pronunciamento afirmou que acabou com a operação Lava Jato porque não existe mais corrupção no governo. Não somente as declarações infundadas do presidente são preocupantes, mas também as falas dos seus ministros. O ministro da educação, Milton Ribeiro, sugere que hoje ser professor é quase declarar que não se conseguiu ser outra coisa, e em outro momento fez afirmações homofóbicas. O ministro da economia, Paulo Guedes, comemora a geração de novos empregos em agosto e diz que estamos voltando aos trilhos, enquanto temos milhões de brasileiros desempregados e uma economia em frangalhos. O ministro da saúde, Eduardo Pazuello, diz que não sabia o que era o Sistema Único de Saúde (SUS) antes de ocupar a pasta de ministro da saúde. Essas são apenas algumas das recentes declarações chocantes, absurdas, até mesmo inacreditáveis desse governo.

³⁷⁶ Artigo escrito em outubro de 2020.

³⁷⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do GAACE. E-mail: akaosilva@gmail.com.

³⁷⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

³⁷⁹ https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/brasil-chega-a-150-mil-mortos-sem-saber-real-dimensao-da-covid-19.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Parafraseando Renato Russo – em sua canção *Que país é este?*³⁸⁰ –, que governo é esse? É surreal que diante de uma crise socioeconômica, sanitária e ambiental, tenhamos na direção do nosso país uma equipe que parece viver em uma realidade paralela. O despreparo e os absurdos proferidos por esse governo, sem mencionar as suas ações, criminosas e nada republicanas, nas políticas de educação, de saúde, econômica e ambiental. Tudo isso causa profunda indignação, preocupação, comoção.

O que presenciamos hoje são os efeitos de um governo irresponsável, incompetente e negacionista que, infelizmente, reflete de modo implacável em nossa sociedade. Um exemplo disso pode ser percebido a partir do estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento³⁸¹, divulgado recentemente, que verifica o “efeito Bolsonaro” sobre a disseminação do novo coronavírus no Brasil. A pesquisa relaciona o resultado das eleições presidenciais do primeiro turno de 2018, de todos os 5.570 municípios brasileiros, com a expansão da pandemia no Brasil. Ou seja, o resultado da pesquisa mostra que as cidades mais bolsonaristas apresentam maior números de casos e mortes por covid-19.

A pesquisa citada anteriormente confirma as suspeitas, ou seja, a conduta do presidente reverbera no comportamento da sociedade, especialmente na conduta dos seus apoiadores. Sem dúvidas, a postura totalmente inadequada do presidente desde o início da pandemia, se recusando a seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), minimizando os efeitos do vírus, discordando e negando as prescrições da ciência, levou os seus eleitores a adotarem a mesma postura. O que o nosso país vive hoje é resultado de um governo desastroso, de um desgoverno.

³⁸⁰ A canção “*Que país é este?*”, composta por Renato Russo no ano de 1978, no contexto da ditadura militar, reflete em seus trechos a indignação pelas injustiças sociais, a violência, a miséria, o descaso com os povos indígenas, o desrespeito aos direitos dos cidadãos e a corrupção no Brasil. Nos tempos atuais essa música tem ganhado novos contextos, mas reflete a mesma indignação.

³⁸¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/efeito-bolsonaro-sobre-alta-nos-casos-de-coronavirus-surpreende-pesquisadores.shtml>.

O arroz vale mais que eu? ferrou!³⁸²

Rafael Tavares Requeijo³⁸³

Águida Cristina Santos Almeida³⁸⁴

No programa humorístico, Sai de Baixo, muito famoso nos anos 90, transmitido na Rede Globo, Caco Antibes foi um dos personagens mais famosos do seriado, mesmo representando um indivíduo da classe média alta que sempre tentava fazer planos para se tornar rico, e ainda tinha nojo por pessoas de classes menos abastadas, e por mais desvirtuoso que possa ser, a graça do personagem se devia à chacota que fazia com as pessoas de um estrato social que considerava inferior, dado que sempre pensava estar acima dos demais. Na conjuntura política brasileira atual, o Ministério da Economia aparenta ter muitas características semelhantes às de Caco Antibes, como o fato de não apreciar os pobres, pois não sinaliza planos sólidos de auxílio às pequenas e micro empresas, além de ter colocado em pauta uma proposta de reforma que onerava mais ainda o consumo, ou seja, impactando ainda mais as classes mais pobres. No entanto, diferente de Caco, o qual já foi comparado com o ministro Paulo Guedes, quando afirmou que muitas diaristas estavam indo para a Disney, tais ações do setor econômico do governo não têm graça alguma.

A gestão política vem gerando impactos até no acesso à alimentação básica da população, pois como constatado na variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do grupo de alimentos e bebidas entre julho de 2020, que estava em 0,01%, e agosto de 2020, que chegou a 0,78%³⁸⁵. Quanto à variação nos preços de alimentos para o consumo no domicílio, a variação também foi expressiva, principalmente no caso do tomate, do óleo de soja e do arroz, que já apresentavam tendência de crescimento. Com isso o Ministério da Economia veio com a proposta de zerar os impostos sobre essas mercadorias. Até o momento da escrita desse texto a ala econômica do governo ainda teima em apostar tal política como a solução, e aponta como o maior causador desses aumentos o consumo das classes mais baixas em decorrência do auxílio emergencial. Segundo Paulo Guedes: “Preço do arroz subiu porque condição de vida dos pobres melhorou”³⁸⁶. O que pode ser entendido como um pensamento irresponsável, visto que a alta variação dos preços está atrelada a muitos outros fatores, como por exemplo, a forte desvalorização do câmbio que provocou um aumento nas exportações de alimentos produzidos no Brasil,

³⁸²Artigo escrito em outubro de 2020.

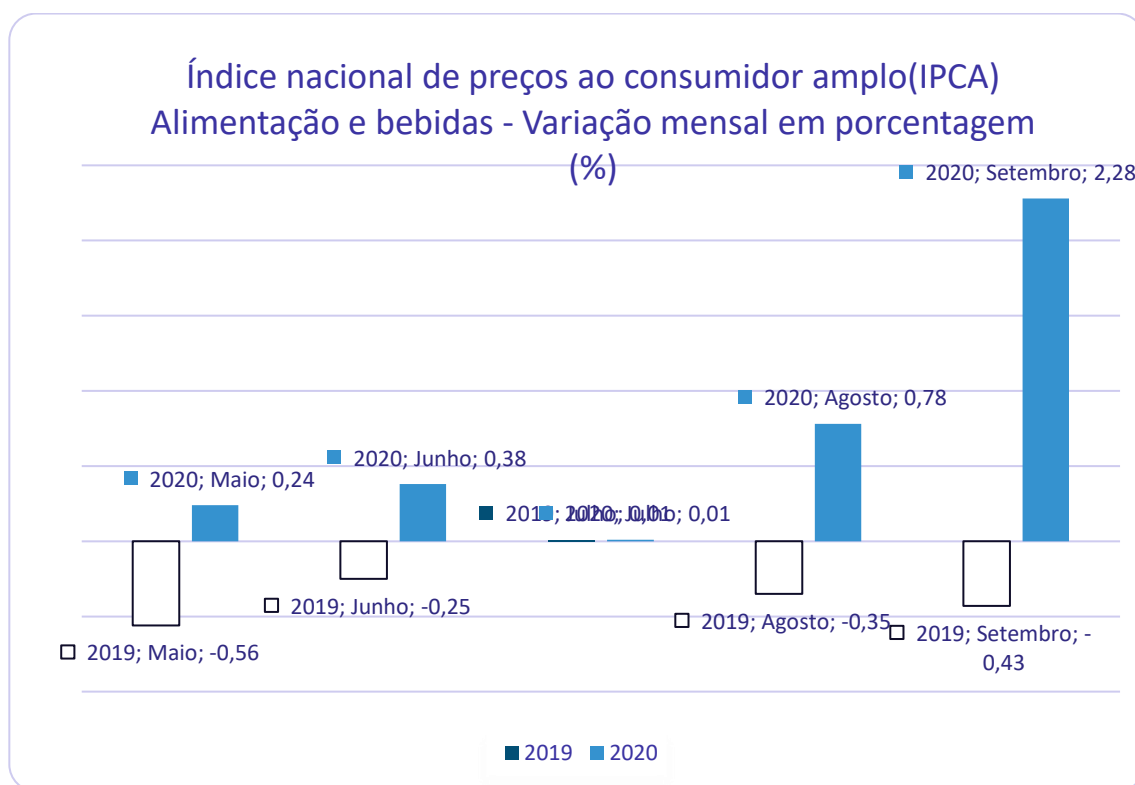
³⁸³Graduando no curso de Ciências Econômicas da UFCEG e integrante do GAACE.

³⁸⁴Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCEG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com

³⁸⁵ Dados retirados da publicação oficial do IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28816-gasolina-e-alimentos-puxam-alta-de-0-24-da-inflacao-em-agosto>.

³⁸⁶ Citação do ministro retirada da publicação do jornal metrópoles: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/guedes-preco-do-arroz-subiu-porque-condicao-de-vida-dos-pobres-melhorou>.

bem como o fim da política de preços e estoques mínimos para os alimentos (mais conhecida como política de segurança alimentar).



Dados retirados da série 1635 acessada em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.

No entanto, mesmo com as atuações do governo, em setembro o IPCA do grupo de alimentos e bebidas teve mais um aumento, porém dessa vez a variação crescente foi mais drástica ainda, passando de 0,78% de agosto para 2,28% em setembro, e novamente o fator de principal causa desse movimento foi o aumento dos alimentos para consumo domiciliar, dentre os quais se destacaram os valores do óleo de soja com 27,54%, seguido do arroz que cresceu 17,98%, e a variação acumulada anual dos respectivos alimentos já está em 51,30% e 40,69%. Segundo o IBGE o único grupo do IPCA que teve variações negativas no último mês foi o de Saúde e cuidados pessoais, principalmente por conta da queda dos valores de planos de saúde em 2,31%, em razão de muitas pessoas terem perdido o emprego na “coronacrise” e agora não conseguem mais manter o pagamento dos planos de saúde.

É muito importante pensar que a falta de acesso a alimentos por parcelas crescentes da população, se torna ainda mais impactante e desumano num ambiente de crise sanitária, na qual estamos inseridos por conta do vírus do covid-19. Em um momento de tanta tristeza que configura a crise aguda sanitária e econômica, com os altos números de mortes em decorrência da pandemia, a crise crônica pode ser ainda mais caótica se as instituições públicas não intervierem, pois o auxílio emergencial de 600,00 reais foi imprescindível para manter as frações mais vulneráveis da população mais seguras em meio ao

distanciamento social, promovendo a dinamização do comércio local. Porém esse valor já foi reduzido para 300,00 reais e a sinalização do governo é de que não vai ser mantido no ano de 2021, mesmo com a evidência de que a pandemia se estenderá por períodos mais longos, dado que a vacinação em massa é a única maneira de conseguir a imunidade de rebanho, que constitui o caminho à superação da pandemia.

Concomitante a isso, setores da classe média viram seus padrões de vida ser totalmente afetados, principalmente por perderem suas principais fontes de renda, em razão da perda do trabalho, visto que na quarta semana de setembro o desemprego alcançou cerca de 14 milhões de pessoas³⁸⁷. Portanto, fica claro que o aumento dos preços de alimentos para o consumo no domicílio, mesmo com a inflação ainda estando baixa, representa sinais de um agravante da desigualdade, que está afetando somente setores da classe média e, sobretudo os estratos mais pobres da população. Esse ambiente de aumento nos preços, que impacta a desigualdade, pode perdurar quando observamos os dados da prévia do IPCA- 15, que prevê mais altas de preço novamente no grupo de alimentos e bebidas com 2,24%³⁸⁸.

Em meio a tudo isso é fácil de identificar aquela velha contradição brasileira, em que mesmo com recordes das safras, a população brasileira acaba pagando mais pelos alimentos que deveriam ser básicos, porque grande parte da produção acaba não sendo para abastecer o mercado interno. É importante ressaltar que a agricultura tem importância para a economia brasileira, principalmente em meio à crise atual que afetou drasticamente o setor de serviços e prejudicou mais ainda o frágil setor industrial brasileiro. No entanto, já está na hora de repensar as decisões feitas para esse setor, pois é revoltante ver que o esperado para a safra de grãos de 2020 está estimado em torno de 252 milhões de toneladas³⁸⁹, e mesmo assim alimentos como óleo de soja e arroz são os mantimentos que mais contribuem para as seguidas altas no IPCA. Em vista disso, é importante retomar ideias de grandes economistas, como por exemplo, as reflexões feitas pelo professor André Mondenesi, do Instituto de Economia, da UFRJ, que numa live³⁹⁰ chamou atenção à importância de políticas que incentivem a agricultura familiar, pois além de causar muito menos impacto ambiental, ainda promove ampla oferta de alimentos de qualidade ao mercado interno. Além disso, o referido professor aponta à centralidade da criação de ferramentas estatais à realização do controle de preços mínimos relativos à cesta básica de alimentos, visto que é inadmissível que o Brasil volte ao mapa da fome, é revoltante que pessoas de quaisquer idade venham a perecer em função da fome.

³⁸⁷ Dado sobre desemprego retirado da página oficial do IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29181-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-na-quarta-semana-de-setembro>

³⁸⁸ Prévia do IPCA-15 publicação oficial do IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29246-previa-da-inflacao-sobe-0-94-em-outubro-maior-alta-para-o-mes-desde-1995>.

³⁸⁹ Dado oficial do IBGE referente ao esperado das safras de 2020: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29090-estimativa-preve-safra-recorde-de-252-milhoes-de-toneladas-em-2020>.

³⁹⁰ Live no Youtube em que André Mondenesi fala sobre a questão do aumento de preços: <https://www.youtube.com/watch?v=1FgCRwDZRhE&t=1412s>.

Em vista de tudo isso, com um ambiente de alta imprevisibilidade gerado pela pandemia do COVID-19, no qual outros países estão atravessando a segunda onda de contágio pelo vírus do corona, e o Brasil segue a mesma tendência mundial de ingressar numa segunda onda da pandemia (sem ao menos ter contornado de modo efetivo a primeira onda), como disse Dra. Rosana Richtmann infectologista do Instituto Emílio Ribas: “O Brasil tem todos os ingredientes para uma segunda onda”³⁹¹. Portanto, é necessário que o Ministério da Economia atue numa estratégia focada à amenização das desigualdades que vêm crescendo ininterruptamente em meio a todo esse ambiente de crise, de modo a garantir condições materiais mínimas de existência à totalidade do povo brasileiro. Contudo, lamentavelmente a realidade que está sendo construída em nosso cotidiano é de ampliação da exclusão e estreitamento dos recursos que são imprescindíveis à sobrevivência de milhões de brasileiros, e isso é muito revoltante. Desse modo, se o governo começar a enxergar a realidade do que está ocorrendo entre os desprivilegiados, poderá desenhar políticas e mobilizar recursos que construam um ambiente de maior civilidade, assim evitando que ações semelhantes àsquelas de Caco Antibes, ou seja, de hostilização dos mais pobres, se tornem mais recorrentes na sociedade e em representantes do governo. Além do mais, pior que o tratamento hostil, é a escassez crônica dos recursos mínimos a uma existência com um mínimo de bem-estar e dignidade.

Dom Quixote e a batalha contra os moinhos de vento³⁹²

*Pedro Salviano Neto*³⁹³

*Ágida Cristina Santos Almeida*³⁹⁴

No dia 11 de março de 2020, foi decretada a maior crise sanitária global no século XXI, quando o Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou a pandemia causada pelo vírus da Covid-19. A partir desse marco histórico o mundo passou a reconfigurar todas as relações econômica, sociais e sanitárias, e uma angústia espalhou-se e foi comum a todos, gerando indagações: até quando vai durar? E quando vão descobrir a vacina?

Antes mesmo da declaração oficial do estado de pandemia, vários países e laboratórios já se encontravam em uma corrida contra o tempo, na busca de uma vacina ou um tratamento eficaz. Até então não existia precedentes para tamanha corrida mundial por um medicamento. Com o passar dos meses e o avanço da pandemia, uma grande quantidade de medicamentos usados para tratar diversas infecções, passou a ser testada na esperança que alguns deles apresentassem eficácia no tratamento da infecção causada pelo coronavírus. Em alguns estágios dos testes, alguns medicamentos se mostraram relevantes no tratamento da infecção provocada pela covid-19, sobretudo nos casos mais graves. Porém, o aprofundamento dos saberes acerca da nova doença fez com que alguns medicamentos fossem descartados, enquanto outros medicamentos emergiram como mais eficientes no tratamento dos sintomas provocados pelo novo vírus.

Dentre os medicamentos que foram descartados como eficazes ao tratamento da covid-19, dada à ineficácia comprovada cientificamente, foi a hidoxicloroquina. Contudo, o presidente Jair Bolsonaro passou a gerar uma série de conturbações no cenário político e sanitário do Brasil, ao defender o uso do medicamento hidroxycloquina, prescrevendo o medicamento como se fosse médico, apesar do mesmo ter sido descartado para uso no tratamento dos acometidos pelo coronavírus, e essa insistência absurda causou sérios problemas no período em que o sistema de saúde brasileiro se preparava para combater e retardar o avanço do contágio pelo vírus no Brasil. O então ministro da saúde, nos primeiros meses da pandemia, Luiz Henrique Mandetta, passou a entrar em atritos com o presidente que insistiu para que o Ministério da Saúde passasse a recomendar o uso da hidroxycloquina para o tratamento dos pacientes de covid-19. Porém, as frequentes recusas por parte do ministro como também as medidas de isolamento social tomadas para mitigar a curva de contágio, fez com que Bolsonaro o retirasse do cargo. Após a

³⁹² Artigo escrito em setembro de 2020.

³⁹³ Graduando em Ciências Econômicas – UAECN/UFCEG, integrante do PET/Economia/UFCEG e do GAACE/UFCEG. E-mail: pedrosalviano@outlook.com

³⁹⁴ Professora revisora do presente artigo. É professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCEG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE.

queda de Luiz Henrique Mandetta, o presidente Bolsonaro nomeou para o cargo de ministro o Nelson Teich, que pediu demissão do cargo 29 dias depois da nomeação, por ser orientado pelo presidente a tomar decisões com as quais não concordava, dentre estas estava a prescrição da hidroxicloroquina nos pacientes de covid-19. Com a saída do Teich ficou no ministério da saúde um general das forças armadas, Eduardo Pazuello. O referido general passou meses como interino e depois foi nomeado ministro da saúde.

Como novo episódio das contradições da gestão da pandemia pelo governo brasileiro, no momento em que pelo menos quatro laboratórios estão apresentando os resultados preliminares da vacina, Bolsonaro passou a enfrentar uma nova batalha que discrepa de qualquer nível de racionalidade. Pois no momento em que o Governador de São Paulo, fechou um contrato com a fabricante chinesa que detém uma das vacinas mais promissoras, e que a mesma será produzida pelo Instituto Butantan. Com o anúncio feito pelo governador Doria, o atual ministro da saúde, Eduardo Pazuello, declarou que o Ministério da Saúde iria comprar a vacina chinesa. Contudo, horas depois do comunicado feito pelo “ministro” Pazuello, em uma rede social respondendo a seguidores, o presidente Jair Bolsonaro fez a seguinte declaração “não será comprada”, com essa declaração o presidente desautorizou o ministro de comprar a vacina, que significa a única possibilidade efetiva de sair da pandemia. Ou seja, a politização do vírus, estendeu-se para a vacina.

É notório que a crise sanitária que se instaurou gerou uma série de calamidades, mas nos países onde de fato houve uma gerência equilibrada e uma não politização do vírus, as consequências negativas puderam ser atenuadas e mantidas sobre controle, pois a população contava com diretrizes seguras e serem obedecidas. Porém, no caso do Brasil se estabeleceu um verdadeiro caos na gestão da crise sanitária, o presidente fez a opção pela negação e criou contendas com inimigos políticos e ideológicos, chegando mesmo a estabelecer um inimigo imaginário no caso da vacina chinesa. Assim, a postura do presidente resultou numa onda de desinformação, deixando a população confusa, o que vem potencializando os efeitos da pandemia.

A situação nefasta da gestão da crise sanitária no Brasil pode ser assemelhada com a cena lúdica de uma das aventuras de Dom Quixote. As aventuras escritas por Cervantes retratam uma cena mítica onde Dom Quixote lutava contra os moinhos de vento pensando que eles eram gigantes. No diálogo Dom Quixote confronta seu escudeiro a respeito do que eles estavam observando. Sendo retratado da seguinte maneira “Escudeiro — Olhe bem Vossa Mercê — disse o escudeiro — que aquilo não são gigantes, são moinhos de vento; e os que parecem braços não são senão as velas, que tocadas do vento fazem trabalhar as mós [...] Não fujais, covardes e vis criaturas; é um só cavaleiro o que vos investe. Levantou-se neste comenos um pouco de vento, e começaram as velas a mover-se; vendo isto Dom Quixote, disse: ‘Ainda que movais mais braços do que os do gigante Briareu, heis-de mo pagar’”.

A instauração de uma pandemia não poderia ter chegado em pior momento para o Brasil. Durante o percurso – ainda vigente – da pandemia, o Brasil passou por vários pontos drásticos (mortes, desinformação por parte do governo, aumento da taxa de desemprego, queda do PIB, crise sanitária, inflação de alimentos, etc.); ainda assim, é cada vez mais comum no cenário atual a flexibilização da quarentena e mais pessoas retomando suas atividades usuais.

No entanto, a flexibilização das atividades não compreende aqueles setores mais vulneráveis economicamente e que não tem como trabalhar à distância, como é o caso dos trabalhadores domésticos. Como aponta a pesquisa da Pnad Covid do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na matéria³⁹⁸ do jornal Folha de São Paulo, no dia 11 de outubro do corrente ano, “[...] *desde maio foram mais de 500 mil postos de trabalho perdidos no serviço doméstico. Em um ano, o setor doméstico perdeu 1,7 milhões de postos*”.

Ainda segundo a matéria, os principais motivos das demissões e da não retomada destes setores ocorre, entre outros fatores, pelo fato de as famílias estarem buscando cortar gastos e, com isso, estão deixando de procurar esse tipo de serviço. Além disso, há a preocupação de que, sendo usuários do transporte público, os trabalhadores domésticos podem levar o vírus para o ambiente de trabalho. Portanto, o que temos aqui é um setor que não tem a opção de “home office” e acaba sendo mais prejudicado do que outros.

Além destes, hoje, o Brasil apresenta um número cruel de ser analisado: segundo matéria³⁹⁹ do G1, do dia 07 de outubro do corrente ano, “*mais de 40 milhões de brasileiros gostariam de trabalhar, mas não encontram trabalho ou deixaram de procurar*”. Aqui cabe um breve comentário sobre a força de trabalho, no Brasil. Além da taxa de desocupação, que hoje está em torno de 14%, é importante observar que a subutilização da força de trabalho inclui ainda os subocupados por insuficiência de horas

³⁹⁵Artigo escrito em novembro de 2020.

³⁹⁶Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: jeff.costa3@hotmail.com

³⁹⁷Professora Adjunta da UAEEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

³⁹⁸<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/trabalho-domestico-perde-500-mil-postos-na-pandemia.shtml>

³⁹⁹<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/07/numero-de-desocupados-diante-da-pandemia-sobe-para-124-milhoes-aponta-ibge.ghtml>

trabalhadas e o trabalhador potencial, categoria que inclui os que não estão na força de trabalho, mas possuem potencial para estar (incluindo aqui os desalentados).

O grande responsável por manter a renda, ainda que prejudicada, mas possível, foi o auxílio emergencial, que conseguiu ser um mecanismo de transferência de renda do Governo para os mais afetados. Tal auxílio foi de fundamental importância, pois além de permitir aos seus beneficiários a sobrevivência (tanto por conseguirem suprir suas necessidades quanto por afastarem-se do risco de contágio com o vírus), também foi importante para gerar demanda na economia provocando um pilar de defesa para os setores da economia. Vale refletir que em apenas 2 dos 27 estados da federação, Distrito Federal e Santa Catarina, o número de trabalhadores formais foi superior ao número de beneficiários do auxílio.

Esta realidade está prestes a se transformar, visto que o atual governo reduziu o auxílio emergencial em 50%, saindo de R\$ 600,00 para R\$ 300,00. Esta transformação de cenário além de não trazer consigo aumento de postos de trabalho e/ou investimentos por parte dos empresários, dado o nível de incerteza dos mercados e a sombra de uma possível segunda onda de contágio, podem contribuir para agravar o quadro de pobreza e retração da economia. O que se pode esperar é que esta redução do auxílio implicará em um caos social, dado a população desempregada, sem renda e expostas ao vírus na tentativa de procurar empregos.

Nesse cenário, os níveis de informalidade, que já são elevados, tendem a se expandir cada vez mais, produzindo maiores desigualdades sociais do que a já existente. Caso a população não receba suporte devido do Estado, é possível e provável que o resultado deste processo se materialize em uma convulsão social. O atual pessimismo em relação ao futuro se dá, em grande medida, pela forma como a crise vem sendo conduzida, seja no aspecto sanitário ou econômico. O negacionismo do presente acarretará em consequências futuras ainda piores e que irão perdurar por décadas.

Donald Trump: um péssimo perdedor?⁴⁰⁰

João Victor Silva Barros⁴⁰¹

Karla Vanessa B. S. Leite⁴⁰²

O atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após ter perdido a eleição de 3 de novembro para o democrata e ex vice-presidente de Barack Obama, Joe Biden, tornou-se o 4º presidente a não conseguir a reeleição em 100 anos⁴⁰³. Porém, o presidente americano ainda não aceitou sua derrota, mesmo depois de passado cinco dias da confirmação da vitória do candidato democrata. Com isso, Donald Trump, ao não reconhecer sua derrota, quebrou uma tradição de 124 anos ao não fazer o tradicional discurso de derrota⁴⁰⁴.

Para não aceitar a sua derrota, Trump disse, no dia 07 de novembro, que entraria na Justiça, e insinuou corrupção no processo eleitoral. Em nota, o presidente escreveu, *“O fato simples é que esta eleição está longe de acabar [...]. Joe Biden não foi oficializado como vencedor em nenhum dos estados, muito menos nos estados altamente contestados que farão recontagens obrigatórias, ou nos estados onde a nossa campanha tem contestações legais válidas e legítimas que podem determinar o vitorioso definitivo”*⁴⁰⁵.

Todos esses argumentos foram sugeridos sem que nenhuma prova fosse apresentada. Logo após essas alegações, o presidente, em sua rede social, publicou, *“Eu venci a eleição, tive 71.000.000 de votos legais. Aconteceram coisas ruins que os nossos observadores não tiveram a permissão de ver. Nunca aconteceram antes. Milhões de cédulas por correio foram enviadas a pessoas que nunca as pediram!”*. Com isso, Trump afirma que o sistema por cédulas eleitorais enviadas por correio, devido a pandemia da COVID-19, é altamente ilegal, porém, novamente, sem nenhuma prova. Além disso, no dia 09 de dezembro, o porta-voz da campanha republicana, Tim Murtaugh, disse que o presidente com o objetivo de construir apoio em sua base para continuar sustentando o argumento que os números dos Estados que consolidaram a vitória de Biden são ilegais, planeja realizar comícios⁴⁰⁶.

⁴⁰⁰ Artigo escrito em novembro de 2020.

⁴⁰¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: barros.joaovictos@gmail.com;

⁴⁰² Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE e revisora do presente artigo.

⁴⁰³ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54776853>

⁴⁰⁴ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/11/09/trump-biden-discurso-de-derrota-124-anos-eua.htm>

⁴⁰⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/em-nota-trump-diz-que-entrara-na-justica-e-insinua-corrupcao-no-processo-eleitoral.shtml>

⁴⁰⁶ <https://aovivo.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/02/5940-acompanhe-todas-as-informacoes-sobre-a-eleicao-nos-eua.shtml#post404984>

Essa luta de Donald Trump para provar que ocorreu uma eleição amplamente ilegal, com milhões de votos ilegais, sem provas, promete se alongar por várias semanas ainda. Porém, segundo funcionários de órgãos eleitorais de dezenas de estados, representando os dois maiores partidos dos EUA (Democrata e Republicano), afirmaram não ter visto provas de que fraudes e outras irregularidades influenciaram os resultados da disputa pela Presidência, o que afasta os argumentos de Donald Trump de que essa teria sido uma eleição fraudulenta⁴⁰⁷.

Dessa forma, todo o discurso de ódio proferido pelo presidente americano nos últimos dias após a confirmação de sua não reeleição, só demonstra ao mundo a pessoa que estava na presidência da maior potência mundial. Não aceitar a derrota é mais um ato constrangedor e antidemocrático praticado por Trump e deixará uma marca negativa na história dos Estados Unidos; o mesmo será lembrado como o único presidente, em 124 anos, que não aceitou perder. Essa é uma das comprovações, entre tantas outras, do porquê Donald Trump é apenas o 4º candidato a presidência dos Estados Unidos dos últimos 100 anos, que não consegue se reeleger.

⁴⁰⁷https://oglobo.globo.com/mundo/autoridades-estaduais-republicanas-democratas-nao-encontram-provas-de-fraude-na-eleicao-presidencial-dos-eua-24740236?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo

O fim do auxílio emergencial e o impacto para a população brasileira⁴⁰⁸

Jonathas Nathan Ferreira Alves⁴⁰⁹

Karla Vanessa B. S. Leite⁴¹⁰

O auxílio emergencial é, de longe, a principal medida adotada pelo governo para combater os efeitos da crise gerada pelo Covid-19. Esta crise de caráter econômico, social e sanitário agravou problemas já existentes no país: o aumento do desemprego, a diminuição da atividade econômica e o agravamento das condições sociais. Por isso, uma política que atendesse os anseios daquelas pessoas em situação de vulnerabilidade econômica foi necessária para minimizar e contornar os efeitos desse período turbulento que temos enfrentado desde março.

Além de garantir, minimamente, a renda e a sobrevivência da parcela mais vulnerável da população brasileira, o auxílio emergencial tem sido fundamental para dar suporte em alguns setores da economia. Atualmente, com a paralisa da atividade econômica, ele é indispensável para que o país retome algum de crescimento, nos próximos anos, tendo em vista o efeito multiplicador da política de transferência de renda. No entanto, mesmo com essas considerações, o auxílio emergencial pode estar com seus dias contados.

Antes de analisarmos essa questão, vamos entender a importância que a implementação dessa política tem significado para o país. Do ponto de vista econômico, cerca de 4,25 milhões de famílias brasileiras sobreviveram, no mês de agosto, apenas com a renda do auxílio emergencial, segundo um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴¹¹. O setor do varejo, neste mesmo mês, bateu recorde no volume de vendas com uma alta de 3,4%, o que fez o setor superar em 8,9% o patamar de fevereiro, último mês antes da crise sanitária⁴¹². Segundo especialistas, isto é reflexo, principalmente, da utilização do auxílio emergencial de R\$600,00. Logo, percebe-se que o auxílio tem papel crucial na dinâmica da atividade econômica, pelo fato de as pessoas gastarem simplesmente porque tem dinheiro em mão, ou seja, o auxílio impacta na variável consumo que é um componente da demanda agregada da economia.

⁴⁰⁸ Artigo escrito em outubro de 2020.

⁴⁰⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com

⁴¹⁰ Professora da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴¹¹ <https://www.guarulhoshoje.com.br/2020/10/02/42-milhoes-de-familias-vivem-so-com-o-auxilio/>

⁴¹² <https://www.folhape.com.br/economia/reducao-e-fim-do-auxilio-emergencial-deixam-varejo-com-cenario-incerto/157666/>

Do ponto de vista social, o novo levantamento feito pelo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) mostrou que o auxílio emergencial tem ajudado a reduzir a pobreza durante a recessão provocada pela pandemia. Aproximadamente, o número de pessoas vivendo com renda domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo (R\$ 522,5) caiu 15 milhões em agosto, na comparação com o mesmo intervalo de 2019, atingindo "o menor patamar da série histórica". O dado apresenta avanço de 14,5% sobre os 13,1 milhões de brasileiros que saíram da pobreza no estudo anterior, referente ao mês de julho, na mesma base de comparação⁴¹³. Portanto, uma simples política de transferência de renda mostrou resultados expressivos no combate a pobreza e a seguinte indagação vem à tona: qual o impacto que essa política teria no médio e longo prazo? Vale a reflexão!

Entretanto, mesmo com esses feitos, o auxílio emergencial está com os dias contados. O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou em uma entrevista para jornalistas a prorrogação do auxílio emergencial para além de dezembro deste ano⁴¹⁴. Com o fim do auxílio, um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas estima que cerca de 38 milhões de brasileiros – em sua maioria pessoas de baixa renda, pouca escolaridade e ocupadas em atividades informais – ficarão sem nenhum tipo de assistência⁴¹⁵ e cerca de 15 milhões de brasileiros serão jogados de volta à condição de pobreza.⁴¹⁶ Ou seja, milhões de pessoas estarão sem amparo algum, numa economia que não apresenta nenhum sinal de recuperação e que só tende a piorar por meio das políticas e medidas adotadas (ou sinalizadas) pela equipe do Ministério da Economia.

Diante disso, caso a decisão não seja revogada, estamos prestes observar o agravamento da pobreza do Brasil que, vale ressaltar, já é altíssima. Temos, sem dúvidas, caminhos para reverter isto, mas que dificilmente serão seguidos porque temos líderes que não prezam pelo bem-estar da população com um todo e apenas fazem políticas para “os seus”, optando por retornar à política de corte de gastos (austeridade fiscal) em meio à maior crise do século XXI.

⁴¹³<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/10/4880939-auxilio-emergencial-ajuda-15-milhoes-de-pessoas-a-sairem-da-pobreza.html>

⁴¹⁴<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/10/07/guedes-nega-prorrogacao-de-auxilio-emergencial-e-estado-de-calamidade-para-2021.htm>

⁴¹⁵<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/fim-do-auxilio-emergencial-deve-deixar-38-milhoes-sem-assistencia-diz-fgv.shtml>

⁴¹⁶<https://noticias.r7.com/economia/milhoes-voltarao-a-pobreza-com-fim-do-auxilio-emergencial-aponta-fgv-08102020>

Biden e China: como fica o Brasil no meio de tudo isso?⁴¹⁷

Yukimi AkamiEvereux Viana Nascimento⁴¹⁸

Karla Vanessa B. S. Leite⁴¹⁹

Sabe-se que o Brasil absorve parte considerável dos impactos da ‘guerra comercial’ EUA e China, quando se trata dos agronegócios. Com a suposta vitória de Joe Biden, a expectativa é de que os EUA retomem para frente, os passos que foram dados para trás, por Donald Trump, com o Governo chinês.

Os produtores de soja, carne e açúcar serão os mais afetados visto que, em 2020, houve uma expansão na venda desses produtos para o mercado chinês⁴²⁰. Sendo a China o maior comprador desses produtos, na pandemia o país ampliou as importações para manter seus estoques em alta. Devido às tarifas impostas aos EUA, durante a grande guerra comercial, o Brasil ocupou boa parte do aumento da demanda desses produtos e fez com que a China disparasse no mercado internacional.

Embora democratas tenham uma tendência mais protecionista *à la* List, o governo de Biden vai ser mais flexível que o de Trump consagrando a solução de conflitos externos. Um ponto negativo para o Brasil é a diferença ideológica entre os pensamentos de Jair Bolsonaro e Biden – como por exemplo a preocupação de Biden com a agenda ambiental e Bolsonaro cogitando uso de pólvora contra os EUA quando o assunto é a Amazônia – o que pode vir a prejudicar a relação comercial entre Brasil e EUA. Sabe-se que, até certo ponto, a reputação brasileira vem sofrendo duras quedas em decorrência de práticas ilegais como queimadas, garimpos e pressões indígenas, que ficam cada vez piores quando o Presidente faz alegações do tipo índio “*sempre foi massa de manobra*”⁴²¹.

Há um conflito em relação ao setor de açúcar e etanol, depois que Bolsonaro isentou de tarifas a cota de importação do combustível produzido nos EUA sem a esperada abertura às exportações de açúcar brasileiro. Devido a isso, embora esperem maiores incentivos ao uso de etanol nos EUA com a posse de Joe Biden, os produtores brasileiros não têm uma boa perspectiva futura, esperando e cobrando uma mudança de atitude do governo sobre o tema.

⁴¹⁷Artigo escrito em novembro de 2020

⁴¹⁸Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial (PET – Economia). E-mail: miukiakamievereux@gmail.com

⁴¹⁹Professora da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴²⁰Link da notícia disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/distensao-entre-governo-biden-e-china-afetara-agronegocio-no-brasil.shtml?origin=folha>

⁴²¹Link da notícia disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/07/interna_politica,861849/bolsonaro-critica-demarcacoes-e-diz-que-indio-sempre-foi-massa-de-man.shtml

Com tudo isso, podemos perceber que desde o início dessa grande guerra comercial entre EUA e China, passamos por uma grande turbulência com as decisões de Donald Trump. Diversas notícias eram expostas ao público sempre com caráter negativo e extremo pessimismo o que, de fato, afetavam de forma negativa o Brasil. Agora, com Joe Biden, podemos tentar ver uma luz nesse escuro túnel que é a guerra pela dominância entre EUA e China. Apesar disso, mesmo com perspectivas de algum avanço por parte dos EUA, não podemos esquecer que os impactos que o Brasil absorve não são apenas por parte do exterior. Internamente, o Brasil ainda vem puxando a parte mais difícil deste grande "cabo de guerra", que é estar submisso, de certa forma, às características e ideologias de Jair Bolsonaro, como visto até então, vão contra tudo que pode vir a ser benéfico para o país.

Seria possível existir racismo nesse brasil?⁴²²

Daniel César da Silva Patrocínio⁴²³

Karla Vanessa B. S. Leite⁴²⁴

Um dia após o brutal assassinato de João Alberto Silveira Freitas – homem negro espancado até a morte por dois seguranças brancos de uma loja da rede de supermercados da rede Carrefour, na noite de 19 de novembro –, o Vice-presidente da República, Hamilton Mourão, comenta o caso com a frase: “para mim, no Brasil, não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”. Saliente-se que toda essa situação aconteceu em pleno Dia da Consciência Negra.

Em um ano marcado pelos protestos mundiais em favor do movimento negro, o vice-presidente de um país que carrega a mácula de mais de 300 anos de escravidão de povos negros e que recebeu mais de 9,2 mil viagens, de cerca de 90 portos africanos, trazendo mais de 4,9 milhões⁴²⁵ de negros para serem desumanizados nessa terra, teve a coragem de verbalizar que “não, eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui”. Qual a realidade que você vive, vice-presidente? Certamente não é a mesma que tentarei, com dados e fatos, descrever brevemente.

Como é possível existir racismo num Brasil onde a taxa de analfabetismo da população negra é de 9,1%, mais do que o dobro da mesma taxa da população branca (3,9%)? Como pode existir racismo numa nação onde os negros são maioria dos trabalhos informais (47,7%), onde negros representam 77% da população entre os 10% da faixa de população em situação de pobreza e extrema pobreza e apenas 27,2% entre os 10% com a maior renda?

Seria possível existir racismo num Brasil onde 73,6% da população que vive com US\$ 5,50 de rendimento domiciliar per capita é negra? Ou então num Brasil onde 73,7% da população que recebe remuneração referente até 50% da média de remuneração nacional seja negra, ante 37,4% que recebe remuneração acima de 150% da média nacional?⁴²⁶ Nesse Brasil onde 75,7% dos homicídios que aconteceram em 2018 executaram uma vida negra, onde 68% do total de mulheres assassinadas no mesmo

⁴²² Artigo escrito em novembro de 2020.

⁴²³ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: dancezzar.p@gmail.com.

⁴²⁴ Professora Adjunta da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴²⁵ Dados obtidos no banco de dados do Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, Slave Voyages, em: <https://slavevoyages.org/>

⁴²⁶ Dados retirados de “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2020”, acessado em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>

ano eram negras, onde a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 11,5% entre a década 2008-2018, seria possível existir racismo?⁴²⁷

E quando as vítimas desses dados ganham nomes que aparecem em nossos jornais e TVs com frequência, seria então racismo? Quando essas vítimas são feitas pelas mãos de tantos outros como esses seguranças ou até mesmo pelas mãos do Estado, seria racismo? Os nomes Ágatha Felix, João Pedro, Miguel Otávio, João Alberto, Mariele Franco não seriam casos de racismo? Esses nomes, que se transformaram em frios dados estatísticos, foram vítimas fatais de vários personagens da nossa falha sociedade brasileira, entre eles o Estado.

Todos esses seres humanos, ceifados pelas estruturas da nossa classe dominante – que figuram na imagem da mulher branca num residencial de luxo que abandona o filho da empregada negra –, experimentaram a violência de um Estado que mira suas armas nas vidas negras das periferias de todo o país e atira em crianças com fardas de escola e adolescentes festejando seu primeiro emprego. Um Estado ainda que se apresenta em organizações paramilitares que colocam fim na vida de militantes negros que lutam pelos direitos humanos e, não menos importante, que se materializa em pessoas que se sentem no poder de, brutalmente, acabar com a vida de um ser humano baseado apenas na cor de sua pele.

Diante desses dados e fatos, diga-me, agora, vice-presidente, seria possível existir racismo nesse Brasil?

⁴²⁷ Dados retirados de “*Atlas da Violência 2020 - Principais resultados*”, acessado em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/62/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>

Tik Tok é febre na pandemia e problema para o EUA⁴²⁸

Thyago Ezequiel de Melo⁴²⁹

Karla Vanessa B. S. Leite⁴³⁰

O aplicativo TikTok, lançado em setembro de 2016, tornou-se febre durante a pandemia, aumentando o número de visitantes em 48% entre janeiro e março deste ano⁴³¹. Tornou-se, portanto, uma oportunidade para as empresas que querem se comunicar com a geração Z, já que cerca de 40% de seus usuários terem entre 16 e 24 anos, sendo mais de 800 milhões de usuários ativos, em mais de 150 países.

No entanto, desde julho do presente ano, o governo americano estuda banir o TikTok do país. Em agosto, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, começou a ameaçar o banimento do aplicativo, alegando ameaça à segurança nacional e, em seguida, anunciou prazo para que a rede social, de propriedade chinesa da companhia ByteDance, seja adquirida por uma empresa americana ou deixe de operar no país. Tais ameaças são alegadas pelo Mike Pompeo, secretário de Estado dos EUA, em preocupação da ferramenta ser um serviço de espionagem da inteligência chinesa.

Essa alegação decorre do fato de a Lei de Segurança Nacional, de 2017, na China, obriga qualquer organização ou cidadão a “*apoiar, ajudar e cooperar com o trabalho de inteligência do Estado*” e não seguir uma ordem direta dos serviços de espionagem do país pode ter consequências para a empresa, como um todo, e para sua liderança, em particular. ByteDance já foi vítima, em 2017, e seu aplicativo de notícias ficou offline por 24hrs, depois que o escritório de informações na internet de Pequim alegou “conteúdo pornográfico e vulgar”, de acordo com o South China Morning Post.

Aposse e operações do aplicativo estavam sendo negociadas pela Microsoft, envolvendo os mercados dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia⁴³². Ainda sobre a compra parcial do aplicativo pela Microsoft em 15 de setembro, 5 dias antes da data limite dada por Trump para negociação, Yiming Zhang, CEO da ByteDance, confirmou que por pressão de investidores desistiram de vender as operações do TikTok nos Estados Unidos, tentando agora uma parceria com a Oracle apenas como uma participação da plataforma, em vez de fazer isso em sua totalidade.

O governo chinês, resolvendo participar da ‘briga’, incluiu o aplicativo em uma lista que exige autorização do governo local para ser transferida para um comprador estrangeiro. Ainda tentando

⁴²⁸ Artigo escrito em novembro de 2020.

⁴²⁹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁴³⁰ Professora Adjunta da UAEEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴³¹ Fonte: <https://www.emarketer.com/content/us-consumers-are-flocking-to-tiktok> (acesso em 30/11/2020)

⁴³² Fonte: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/08/03/microsoft-negocia-compra-do-tiktok-nos-estados-unidos.ghtml> (acesso em 30/11/2020)

amenizar a situação por parte de Donald Trump, a empresa chinesa propôs criar 25 mil empregos nos EUA, no qual sua filial no país, no período do presente artigo, tinha pouco mais de mil funcionários.

Passados alguns dias desde notícias sobre a não venda para a Microsoft, é possível que haja uma parceria com a Oracle. O departamento de comércio americano anunciou emissão de ordem que retira das plataformas Google Play e AppStore, que impede que aplicativo seja baixado no país e, em comunicado a tal anúncio, a plataforma diz estar “decepcionada” e que já tinha se comprometido ter transparência adicional, com o novo prazo dado por presidente, 12 de novembro, para banimento total, pois ainda é possível utilizar, mas impossível baixar atualizações⁴³³.

A briga continua e, em audiência realizada no final de setembro, ByteDance assina acordo provisório com a Oracle, criando-se uma nova empresa a TikTok Global com seus servidores de dados totalmente sediados nos EUA, adiando o bloqueio para 12 de novembro e, novamente nessa data, o processo foi adiado para o fim do mês⁴³⁴. Agora, a negociação com a espera do aval do governo americano envolveria até mesmo a gigante Walmart.

Dadas essas circunstâncias, basta que esperemos a continuação dessa série inusitada que, entre banimentos e não banimentos, ganhou no final de agosto mais uma prorrogação para reestruturar seus ativos nos Estados Unidos para, assim, o comitê de investimentos estrangeiros nos Estados Unidos analisar proposta revisada já recebida⁴³⁵. E a continuação dessa guerra travada pelo governo americano, chinês e empresas americanas e chinesas, não sabemos ainda o que pode vir a acontecer, mas, assim como já aconteceu com outros aplicativos chineses, é possível sim que o banimento ocorra até que alguma negociação com empresas americanas seja aprovada pelos governos.

⁴³³ Fonte: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2020/09/19/o-que-levou-trump-a-anunciar-bloqueio-de-tiktok-e-wechat-nos-eua.htm> (acesso em: 30/11/2020)

⁴³⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/11/13/governo-dos-eua-recorre-de-decisao-que-impede-proibicao-do-tiktok.ghtml> (acesso em: 30/11/2020)

⁴³⁵ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/11/25/interna_internacional,1214428/tiktok-obtem-novo-prazo-para-reestruturar-seus-ativos-nos-eua.shtml (acesso em: 30/11/2020)

O que fazer com o Banco Central?⁴³⁶

Lucas Almeida de Lucena⁴³⁷

Karla Vanessa B. S. Leite⁴³⁸

Desde o período eleitoral, estendendo-se até os dias de hoje, uma pauta central do atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, é a defesa da independência do Banco Central (BC). Esse ponto por si só já levanta diversas perguntas. Essa medida é, de fato, boa para o país? Quais os impactos imediatos? Se essa medida é boa, o é para quem? Quais os lados negativos? Em se tratando de economia, como quase tudo, a resposta é: depende.

Primeiro, o projeto proposto pelo governo propõe um mandato único para o presidente do Banco Central, de cumprimento da meta de inflação, mantendo a atual institucionalidade, o que, em tese, os riscos de mandatos com mais de uma meta, como uma combinação de controle de inflação e crescimento, que poderiam produzir situações de conflito. Desde que foi implementado o Regime de Metas de Inflação (RMI), seguindo o receituário proposto pela teoria do novo consenso macroeconômico, o Banco Central do Brasil (BCB) precisou tomar medidas amargas (leia-se: elevação da taxa básica de juros) para manter o controle inflacionário e que não combinaram com uma meta de crescimento ou pleno emprego.

Um fator importante a se destacar é que a autonomia formal de um banco central não é garantia de que ele será melhor na busca de metas de inflação. Os dados de países que adotaram o RMI como política de controle inflacionário, como é o caso do Brasil, mostram que, mais importante do que uma independência escrita em lei, é a atuação da autoridade monetária livre de interesses políticos de curto prazo e de eventuais amarras ao mercado financeiro. Países com instituições políticas estáveis são mais bem sucedidos na manutenção da estabilidade monetária.

Porém, o argumento que pauta a defesa da autonomia formal do BC é que ela reforçaria a confiança em sua atuação, principalmente porque a nomeação de seus diretores ficaria descasada do ciclo eleitoral. Assim, o mercado entenderia que a visão de longo prazo será o principal guia da autoridade monetária, algo primordial quando se fala em variáveis macroeconômicas cujos efeitos podem demorar meses ou anos para serem sentidos. É importante, entretanto, destacar que, o BCB já possui autonomia de instrumentos para perseguir a meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário nacional (CMN).

Um contra-argumento interessante no que diz respeito a essa tese, é que com a independência do BCB, a autoridade monetária ficaria mais suscetível a atender exclusivamente os interesses do mercado

⁴³⁶ Artigo escrito em dezembro de 2020.

⁴³⁷ Aluno do Curso de bacharelado em Ciências Econômicas da UFCG.

⁴³⁸ Professora Adjunta III da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

financeiro, mesmo que isso significasse uma perda para o resto da população. Além disso, como já argumentava Milton Friedman, a política monetária é instrumento poderoso para, em uma democracia, ficar fora do alcance da população, através da independência do BC em relação ao governo que a representa.

Entre as funções básicas do BCB estão a regulação da estabilidade da moeda, por meio do controle de taxas de juros e de câmbio, por exemplo. Porém, além disso, ele também atua como uma ‘agência reguladora’ dos demais bancos, fornecendo créditos, fiscalizando e intervindo em decisões – tudo isso funcionando como uma autarquia do governo, criada em 1964 e vinculada ao Ministério da Economia. Assim sendo, um BCB que seja muito fortemente orientado pelos interesses dos grandes bancos, pode favorecê-los e causar distorções no mercado financeiro e na economia real.

Garantir a estabilidade da moeda, juntamente com desenvolvimento econômico e social, concretiza um sistema financeiro sólido e a proteção para economia. Esses fatores deveriam ser o primeiro passo para que o BCB pudesse, de fato, cumprir o seu papel perante o país e a sociedade. A política monetária, dada sua importância para a economia, não deveria ser orientada de forma isolada das demais políticas estabelecidas pelos governos – e, em alguma medida, sancionada pela sociedade por meio das eleições – para atingir os objetivos macroeconômicos.

Queda na taxa de juros e seus impactos para a economia⁴³⁹

Márcio de Melo Oliveira⁴⁴⁰

Karla Vanessa B. S. Leite⁴⁴¹

Desde 2016, o Brasil vem embalando um ciclo de cortes na taxa básica de juros da economia⁴⁴², a SELIC, que está no seu menor patamar, 2% ao ano. Essa queda é resultado, essencialmente, de uma economia com fraco desempenho (crescimento baixo e desemprego elevado) que foi abalada por uma crise econômica – decorrente da crise sanitária e de saúde trazida pelo coronavírus –, quando se encontrava na recuperação mais lenta de sua história. Não é demais lembrar os dados do nosso recente crescimento econômico: 0,5%, -3,5%, -3,5%, 1,8%, 1,3% e 1,1% em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Para tentar reverter esse quadro de baixo crescimento, via política monetária, começaram os cortes graduais da SELIC. Em tese, uma taxa de juros cada vez mais baixa tende a estimular⁴⁴³ a economia, via elevação do consumo e do investimento, e é essa aposta que os formuladores de política monetária do Brasil estão fazendo. Mas, é importante ressaltar, que a potência da política monetária para recuperar a economia é limitada, já que é mais fácil frear a economia com elevação de juros, do que fazer a economia crescer com a sua redução.

Apesar de, na teoria, uma baixar taxa de juros contribuir para o crescimento da economia, via estímulos que pode provocar, especialmente via crédito, sobre consumo e investimento, não é uma certeza que isso vá acontecer. Não há certezas de que os estímulos feitos pela autoridade monetária cheguem na ponta, ou seja, os bancos podem simplesmente optarem por conservar suas reservas de capitais, optando pela liquidez e não emprestando o dinheiro ao público.

Podemos observar que somente a redução da taxa básica de juros, embora seja importante, não é suficiente para garantir que a política monetária impacte as decisões dos agentes e gere efeitos reais na economia, na direção e intensidade desejada pela autoridade monetária. É o que observamos no Brasil nos tempos de hoje: a taxa a SELIC está na sua mínima histórica, mas a economia ainda se encontra em graves dificuldades que se traduzem, entre outras coisas, em baixo investimento, elevada capacidade ociosa e uma taxa de desemprego alta.

⁴³⁹ Artigo escrito em dezembro de 2020.

⁴⁴⁰ Aluno do bacharelado em Ciências Econômicas da UFCG.

⁴⁴¹ Professora Adjunta III da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴⁴² <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>

⁴⁴³ <https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2020/07/23/taxa-basica-de-juros-no-brasil-nunca-foi-tao-baixa-isso-e-bom-ou-ruim.htm>

O Brasil é conhecido por, durante muito tempo, ter representado um paraíso para os rentistas, pois, com suas elevadas taxas de juros, favorecia as pessoas que aplicavam suas finanças em títulos de renda fixa. Com essa mudança no patamar da taxa básica de juros, o brasileiro vem começando a mudar hábitos de investimentos, já que devido à difícil oferta de papéis com baixo risco e rendimento elevado (como é o caso dos títulos públicos), os investidores são quase que obrigados a procurar outras opções no mercado financeiro. É possível, mas não sabemos ainda o quão provável, que a redução na SELIC, se mantida por mais tempo, molde o estilo dos investidores, fazendo com que o mercado de capitais brasileiro se desenvolva, já que é pequeno quando comparado com o mercado de capitais de outros países. Se os agentes quiserem uma rentabilidade superior à SELIC, o caminho serão investimentos mais arriscados, especialmente em renda variável.

E o câmbio? O Brasil é um país emergente e que não tem suas instituições sólidas, o que faz os investidores estrangeiros quererem uma recompensa maior que se traduz diferencial de juros interno *vis a vis* o externo. Apesar de a taxa de juros, na maior parte dos países desenvolvidos, estar muito próxima de zero ou negativa, é possível que os investidores avaliem que é melhor alocar seu capital em países com instituições e legislação sólidas com riscos menores do que no Brasil, onde encontramos instabilidades política, fiscal e social. Somados aos condicionantes externos dos fluxos financeiros, esses fatores fizeram com que houvesse uma grande fuga de capital, fazendo a taxa de câmbio se depreciar.

É comum associarmos uma depreciação do real a algo negativo. Embora haja vantagens e desvantagens de um câmbio depreciado, um dólar alto contribui para elevar a competitividade das nossas exportações. Temos, portanto, um *trade off*, taxa de câmbio depreciada e mais exportações, taxa de câmbio apreciada e menos exportações (mais importações). Porém, existe o outro lado da moeda: o Brasil é um país que não produz tecnologias de ponta, tendo assim que importar esses produtos. Com o dólar alto isso faz com que não consigamos ou que nos custe mais ter acesso a esses bens. Além disso, as *commodities* tem seus preços em dólar, o que encarece alguns produtos essenciais que o Brasil importa, como o trigo, e faz encarecer os produtos que tem como base o trigo, como pães e massas, entre outros. Entretanto, se tivéssemos uma política de estímulos reguladores, como é o caso da maioria dos países, a elevação do preço desses produtos poderia ser contida ou minorada, mesmo com uma taxa de juros baixa.

Por fim, é importante ressaltar que a taxa de juros também impacta nas contas públicas⁴⁴⁴, pois a SELIC é o custo que o Estado paga pela dívida que emite. Parte do orçamento público é destinado para o pagamento de juros da dívida, quanto maior a taxa de juros, maior o valor que o governo pagará aos seus credores. Assim sendo, uma taxa de juros baixa significa que o custo da nossa dívida é menor, pois pagamos menos juros pela dívida que emitimos o que, nesse momento, é fundamental.

⁴⁴⁴ <http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento/despesas?de=2019&ate=2019&ordenarPor=ano&direcao=desc>

Dada a atual conjuntura recessiva, mesmo com a pressão de preços sobre o IPCA, a expectativa de parte dos economistas⁴⁴⁵ é que a taxa SELIC se mantenha baixa por algum tempo, mesmo com o câmbio depreciado. Mas, considerando as especificidades da nossa economia, até quando essa taxa pode ser mantida em 2%? Haveria espaços para cortar ainda mais a SELIC? O que isso representaria? E se a inflação se elevar, mesmo que as pressões sobre os preços não estejam sendo oriundas de fatores de demanda⁴⁴⁶, o BCB irá subir a taxa de juros?

Como esse tema envolve diversos aspectos e impacta de inúmeras maneiras o comportamento da economia, é de extrema importância que a discussão em torno do nível da taxa de juros não seja polarizada. É necessário que se tenha um olhar mais cauteloso e menos dogmático para a dinâmica da economia e seus condicionantes externos e internos, para que as decisões sobre um corte ou um aumento da taxa de juros sejam tomadas por meio de uma ponderação dos custos e benefícios que cada decisão trará não apenas para a economia, mas também e sociedade brasileira.

⁴⁴⁵ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/30/economistas-top-5-projetam-selic-abaxo-de-325percent-em-2020-aponta-focus.ghtml>

⁴⁴⁶ <https://jornalggn.com.br/artigos/a-alta-dos-alimentos-causas-e-medidas-de-combate-por-andre-de-melo-modenesi/>

Taxa selic e a pandemia da Covid-19⁴⁴⁷

Linnek Keven Araújo Policarpo⁴⁴⁸

Karla Vanessa B. S. Leite⁴⁴⁹

Para se refletir sobre o desdobramento de uma taxa básica de juros próxima a 2,0%, conforme estabelecida na última reunião do COPOM em 28/10/2020⁴⁵⁰, precisamos compreender um pouco sobre o que é essa taxa. No Brasil, a taxa SELIC é a taxa básica de juros da economia, também conhecida como a taxa de juros de curto prazo. SELIC significa “Sistema Especial de Liquidação e de Custódia” e é um sistema administrado pelo Banco Central do Brasil, no qual são registradas, custodiadas e liquidadas as transações com títulos públicos federais e depósitos interfinanceiros. A taxa SELIC, portanto, corresponde à taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados nesse sistema, para títulos federais.

No Brasil, desde a adoção do Regime de Metas de Inflação (RMI), a taxa SELIC é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central do Brasil para controlar a inflação. De forma, simplificada, a relação entre a SELIC e a inflação, basicamente, ocorre da seguinte forma: quando a taxa básica sobe, os juros cobrados em empréstimos, financiamentos e cartões de crédito também tendem a se elevar, fazendo com que haja um desestímulo ao consumo e investimentos, o que favorece a contração da demanda agregada e a queda da inflação. Ao contrário, quando a taxa básica, fica mais barato tomar emprestado, pois os juros cobrados tendem a cair, fazendo com que haja um estímulo ao consumo e ao investimento.

De maneira mais profunda, é importante entender como a Autoridade Monetária pode, através do principal instrumento de política monetária, a taxa de juros, atingir os objetivos de estabilidade de preços. Existem cinco canais⁴⁵¹ pelos quais variações na taxa de juros se transmitem para a economia. O primeiro é o *portifólio*: toda vez que a taxa de juros se altera, a remuneração relativa dos diversos ativos que existem na economia, inclusive a moeda, também se altera, fazendo com que os agentes alterem seus portfólios. Na prática, quando a taxa SELIC sobe, as taxas de juros reais também tendem a subir o que, por sua vez, pode provocar uma diminuição de investimentos pelas empresas e de consumo por parte das famílias, reduzindo a inflação.

⁴⁴⁷ Artigo escrito em dezembro de 2020.

⁴⁴⁸ Aluno do bacharelado em Ciências Econômicas da UFCG.

⁴⁴⁹ Professora Adjunta III da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴⁵⁰ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17224/nota>

⁴⁵¹ <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/transmissaopoliticamonetaria>

O segundo é o efeito *riqueza*: está relacionado à mudança que existe no preço unitário, ou no valor a mercado, dos ativos financeiros prefixados toda vez que a taxa básica se altera. Um aumento na SELIC, ao desestimular a atividade econômica e o lucro das empresas, tende a diminuir o preço das ações. Essa redução do valor da riqueza financeira das famílias e empresas pode desestimular o consumo e os planos de investimento, o que contribui para reduzir a inflação.

O terceiro canal é o *crédito*: variações na taxa de juros vão impactar o custo efetivo de se tomar crédito para consumo e investimento, provocando efeitos no custo de oportunidade do consumo e do investimento produtivo. Logo, ao aumentar a taxa de juros, o BCB provoca estímulos para que as taxas cobradas por empréstimos bancários também subam, o que diminui o volume de empréstimos a pessoas e empresas, desestimulando o consumo e o investimento.

O quarto canal é o da *taxa de câmbio*: toda vez que a taxa de juros varia, muda a taxa de juros relativa do país para com o resto do mundo, já que altera o diferencial de juros do país em relação ao juro médio internacional. Como esse diferencial de juro impacta diretamente o movimento de entrada e saída de capital, acaba por afetar a taxa de câmbio e as decisões de investimento. Assim sendo, a taxa de câmbio se torna canal de transmissão da política monetária quando operada pela taxa de juros, impactando a inflação por dois mecanismos: o primeiro é a diminuição dos preços de bens de consumo importados e de insumos utilizados na produção de bens. O outro efeito ocorre por meio da demanda agregada, dado que o dólar mais barato desincentiva as exportações e estimula as importações. Com isso, a demanda por bens domésticos cai, reduzindo a pressão sobre o nível de preços doméstico.

O quinto canal é das *expectativas*: O BCB busca, pela condução das expectativas, ancorar a taxa de juros com o propósito de torná-la menos volátil e transformá-la em um canal de transmissão, evitando que a incerteza sobre o comportamento futuro da economia provoque elevação nos juros cobrados no mercado pelos agentes. Nesse particular, o BCB considera, semanalmente, as expectativas que o mercado tem (via relatório *Focus*), sendo esse um canal de comunicação entre a AM e a sociedade, via mercado financeiro.

Após compreender essas relações, podemos, então, tentar analisar como a redução da taxa de juros, em paralelo a um cenário de crise agravado pela pandemia da COVID-19, pode se refletir na economia. O primeiro caso confirmado de contágio da doença registrado no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020⁴⁵². Em fevereiro, a taxa SELIC estabelecida pelo COPOM foi de 4,25% a.a.⁴⁵³. Em um contexto de queda do produto, elevação do desemprego e da capacidade ociosa, a taxa básica seguiu, como não

⁴⁵² <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>

⁴⁵³ <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

poderia deixar de ser, uma trajetória de queda até atingir o patamar atual de 2,0%, conforme última reunião em 28/10.

Essa redução é boa? Sim, isso é bom para a economia. Primeiro porque reduz o custo da dívida externa que, nesse momento, não apenas no Brasil, mas na grande maioria dos países, está aumentando como resposta aos desafios impostos pela pandemia. Além disso, com uma taxa de juros menor, há uma tendência de redução das taxas cobradas em empréstimos e financiamentos, o que pode se traduzir em mais crédito para famílias e empresas (estimulando consumo e investimento).

Por fim, é importante refletir sobre o atual patamar da SELIC e o nível de preços da economia. Muitos vem argumentando sobre os perigos para a inflação de uma taxa básica de juros no nível atual. Cabe, portanto, refletir se, de fato, uma redução da taxa de juros pode gerar uma inflação de demanda, no atual cenário econômico. A possibilidade de inflação de demanda aumenta, quanto mais a economia se aproxima do pleno emprego de recursos. Entretanto, no Brasil, estamos longe desse ponto, já que trabalhamos com capacidade ociosa e elevada taxa de desemprego.

Sem sombra de dúvidas, a economia, que experimentava a mais lenta recuperação da sua história, foi duramente afetada pela pandemia e há a possibilidade de a situação se agravar ainda mais com a possibilidade de uma “segunda onda” da Covid-19. A incerteza de como será o futuro pode fazer com que as pessoas, que mantiverem sua renda, prefiram poupar, segurar seu dinheiro, a sair consumindo e investindo. Logo, é muito difícil tentar enxergar um cenário de recuperação econômica sem antes a pandemia ter acabado, independentemente do nível em que se encontre a taxa básica de juros.

A que se ordena a política monetária?⁴⁵⁴

Isabelly Borborema Gomes⁴⁵⁵

Karla Vanessa B. S. Leite⁴⁵⁶

A Antiguidade Clássica, para além de muitas críticas plausíveis, nos relegou um pensamento que até os dias de hoje constitui, em grande parte, o arcabouço teórico do pensamento ocidental. Este arcabouço muitas vezes se apresenta de modo inconsciente, seja através da linguagem, do modo de realizar raciocínios ou mesmo das obras que mais nos chamam a atenção. Nada obstante, existe uma série de assuntos que, parecendo serem como os da Antiguidade, revestem-se de um traje muitas vezes estranho a eles. A questão dos fins é uma delas.

É raro, na contemporaneidade, algum estudioso colocar a questão dos fins do modo como os gregos a colocavam. Na área da Economia e, mais especificamente para o que diz respeito a este artigo, na Política Monetária, as ações são reduzidas a atos puramente *econômicos* e a fins estritamente *econômicos*. Ao que nos parece, o ponto de partida da formulação de qualquer política, monetária ou não, deveria ser a questão dos fins, mas não do modo como está posto.

Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco*, aborda a questão dos fins de modo considerável. Segundo ele, toda ação e todo desejo humano, assim como toda arte e toda ciência possuem um *fim*, ou seja, algo em direção ao qual essas coisas se direcionam. E não é por outra razão que Tomás de Aquino, filósofo escolástico, afirmou que o *fim* é o primeiro na intenção (vontade) e o último na ação (atividade). Isso deixa claro que a questão das ações a serem tomadas depende, invariavelmente, do *fim* intentado.

Até este ponto não parece existir nada muito discrepante da posição atual. Isto é visto, por exemplo, na formulação das teorias sobre Independência do Banco Central (IBC). A partir da perspectiva de que o fim único da Política Monetária deve ser o controle do nível dos preços, a defesa da IBC, livre de interferências políticas, aparece como uma das opções para o atingimento do fim suposto da Política Monetária. Se isso parece, por um lado, propício à posição dos Clássicos sobre os fins, por outro lado, é carente da sua totalidade e complexidade.

A tese da IBC defende que a Política Monetária só deve servir para controlar o nível de preços. Esse “deve”, é claro, é exposto pelos próprios formuladores, que admitem a possibilidade de uma variável política de surpresa interferir – ainda que temporariamente – nas variáveis reais, o que, na sua visão, não

⁴⁵⁴ Artigo escrito em dezembro de 2020.

⁴⁵⁵ Aluna do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFCG.

⁴⁵⁶ Professora Adjunta III da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

é recomendável em função da incerteza que gera nos agentes econômicos e dos prejuízos de longo prazo, maiores que os benefícios verificados nas variáveis reais no curto prazo.

Alguns autores⁴⁵⁷, percebendo a limitação da teoria da IBC, criticaram o caráter individualista de seus fins: a Política Monetária não seria um instrumento que existe por si mesmo, mas serve aos fins do campo político e funciona em conjunto com outros tipos de Política Econômica. Essa percepção, como em um *relance do passado*, percebe algo evidente: a Política Monetária não é algo que existe por si mesma, mas que está inclusa em um campo bem mais vasto do que ela própria e do qual ela depende, assim como a parte depende do todo, e isso porque o que é finalidade do todo está acima do que é finalidade da parte, ordenada ao todo. Sendo assim, de modo algum a Política Monetária pode tomar status de política à parte, com fins próprios e diversos do da Política Econômica. Se a Política Monetária existe, ela deve existir como *instrumento* da Política Econômica e a ela deve submeter-se e ordenar-se.

O mérito destes autores é notável. Diante do aumento das especialidades e da ramificação do conhecimento, uma visão de totalidade sobre um assunto lança sobre ele uma visão mais adequada à realidade. Entretanto, é preciso que se continue subindo. Como ramo ora da Economia e ora da Política, a Política Econômica deve estar submetida ao texto Constitucional, estabelecido e formulado pela esfera *Política*. Isso é evidentíssimo no caso do Brasil, onde as metas da Política Monetária são dadas pelo Governo, e não por alguma autoridade alheia ao campo da política.

Deste modo, podemos ordenar as coisas da seguinte maneira: o campo político, dividido em Governo e Legislativo, formula e aprova as leis que ele próprio seguirá. A Política Econômica se submete primeiro ao Governo, que é o que a determina mais especificamente e executa e, em segundo, ao Legislativo, que dá como regras gerais e limites de sua elaboração e execução. Se assim o é, a Política Monetária deve se submeter aos fins do próprio Governo e, para além destes, aos fins da sociedade expressos nas leis elaboradas pelo Legislativo, dado que o Governo deve, também, submeter-se a eles. Mas os fins e princípios da própria sociedade são objetos de estudo e de análise não da Política nem da Economia, mas da Moral, porque é ela quem trata dos costumes, princípios e noções morais presentes em uma sociedade, dado determinado período.

Isso nos permite concluir que a disciplina que, em último lugar, dá não só os fins da Política Monetária, mas da própria Economia e da Política é a Moral. Isso não impede, é claro, que se estude estas disciplinas como que a parte, segundo seu objeto próprio de estudo. Por isso que um economista que estuda um sistema econômico pode fazê-lo, sem considerar a moral ou mesmo a política nas suas considerações. O que ele jamais pode fazer, e isso é algo não só comum, mas mesmo estimulado na

⁴⁵⁷ Autores vinculados às escolas pós keynesiana e monetarista, por exemplo.

contemporaneidade, é formular políticas econômicas alheias à própria sociedade, enquanto for de sua responsabilidade tal formulação.

Por todo o exposto, parece-nos acertado dizer que qualquer formulador de políticas monetárias deve considerar, em primeiro lugar: os valores morais da sociedade expressos ou não nas leis; em segundo lugar, os fins do Governo expressos na Política Econômica que, considerando o primeiro ponto, busca meios concretos de atingimento deles; em terceiro, a sua função própria dentro da Política Econômica, ou seja, qual o fim próprio da Política Monetária enquanto ordenada a uma Política Econômica mais ampla; e, por fim, das opções disponíveis para atingir os fins, qual é a mais adequada *no caso concreto* atingi-los. A resposta destas perguntas, é claro, exigiria um outro artigo, bem mais complexo.

A emissão de moeda sempre causa efeitos inflacionários?⁴⁵⁸

*Priscila de Queiroz Silva*⁴⁵⁹

*Karla Vanessa B. S. Leite*⁴⁶⁰

O Banco Central do Brasil (BCB), como autoridade monetária do país, pode colocar mais dinheiro em circulação na economia, por diversos meios: adotando regras mais flexíveis para os depósitos compulsórios, reduzindo a taxa básica de juros, o que estimula a tomada de novos empréstimos fazendo com que mais dinheiro circule na economia. Quando o governo federal aumenta gastos, ele também está injetando mais recursos na economia. Esses recursos podem ter como origem a arrecadação de impostos ou o endividamento do governo, com a emissão de títulos de dívida negociados com o setor privado⁴⁶¹.

Quando economistas falam em imprimir dinheiro, em geral a ideia está associada ao financiamento do Tesouro Nacional pelo Banco Central, ao invés de usar recursos captados junto ao setor privado via tributação ou dívida pública. Isso significaria que o BC compraria títulos do TN, que é responsável por administrar os recursos financeiros do governo federal. Com isso, a autoridade monetária do país transferiria “dinheiro novo” para o governo, recebendo papéis de dívida como contrapartida. Assim, o governo poderia gastar esses recursos, colocando mais dinheiro em circulação e aquecendo a economia.

Entretanto, quando se fala emissão de moeda, tem-se, como era de se esperar, uma controvérsia entre os economistas, em relação a efeitos inflacionários que estas medidas podem trazer. Levando-se em consideração que a expansão de moeda pode elevar o consumo, esse aumento na demanda poderia ocasionar um aumento nos preços e, conseqüentemente, na inflação. Mas isso realmente ocorre? Essa relação entre emissão de moeda e inflação é a única possível e, necessariamente, precisa se verificar?

De um lado temos os adeptos da teoria monetarista, que têm em Milton Friedman seu principal representante, para os quais a inflação é resultado do aumento na quantidade de dinheiro e no volume de crédito derivado da emissão de moeda. O aumento de preços é, portanto, consequência da elevação da quantidade de moeda circulando na economia, em geral, derivado de déficits do governo. Argumentam nessa mesma linha os adeptos da “escola austríaca”, cujos expoentes são os filósofos e economistas liberais Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich von Hayek (1899-1992). Praticamente todos os pensadores da escola austríaca afirmaram que é ingênuo crer que, após recuperada a atividade e reduzido o desemprego, o governo volte ao equilíbrio orçamentário. Não volta, e a prática passa a ser elevação da

⁴⁵⁸ Artigo escrito em dezembro de 2020.

⁴⁵⁹ Aluna do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFCG.

⁴⁶⁰ Professora Adjunta III da UAEF/UFCG e Tutora do PET – Economia.

⁴⁶¹ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/10/Do-que-se-fala-quando-se-fala-em-imprimir-dinheiro>

carga tributária e mais déficits financiados por dívida e novas emissões monetárias. Para eles, o resultado é sempre inflação⁴⁶².

Do outro lado do debate, estão os chamados “keynesianos”, ‘herdeiros’ da linha teórica elaborada pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946), que, diante da depressão dos anos 1930, criou uma estrutura teórica defendendo a realização de gastos públicos para reativar a demanda agregada (soma de consumo mais investimento. Para Keynes, o governo deveria executar gastos com obras, e mesmo programas sociais, e pagar com emissão de dinheiro, pois a existência de trabalhadores desempregados e a capacidade ociosa das empresas fariam com que a elevação da demanda decorrente do programa de gastos do governo tivesse como resposta o aumento da produção de bens e serviços. Para Keynes, isso impediria a ocorrência de inflação, desde que, após vencida a recessão e recuperado o nível de emprego, o orçamento público voltasse ao equilíbrio.

Com a conjuntura atual e as medidas tomadas para o enfrentamento da pandemia, pode-se verificar novamente que o receituário Keynesiano, mais uma vez, reflete melhor as realidades enfrentadas pelo assunto. A expansão de moeda e intervenções por meio de gastos do governo não levou a economia, nem no Brasil e nem em outros países, à inflação, como também vem minorando os efeitos sobre a economia e a vida das pessoas, já que diante das medidas necessárias de isolamento social houve uma redução nos níveis de produção o que levou a uma redução ou perda total das rendas das famílias⁴⁶³.

Portanto, a emissão de moeda não tem como único e necessário resultado a geração de inflação. Para que isso ocorresse, tal emissão deveria se dar em um cenário de plena utilização dos recursos produtivo, quando a economia trabalharia com baixa capacidade ociosa. Entretanto, esse não é, nem de longe, o caso atual da economia brasileira. A recessão atual em função da pandemia deve gerar, em 2020, queda do PIB de cerca de 6% em relação ao ano anterior; o desemprego deve atingir 18% da população economicamente ativa; e a ociosidade de capital físico nos setores produtivos segue extremamente alta. Fica claro que, em momentos de crises marcados por elevadas capacidade ociosa e taxa de desocupação, a emissão de moeda não produz, necessariamente, elevação no nível de preços. Assim como as crises de 2008 e de 2011/12 contribuíram para jogar por ter alguns arcabouços teóricos que não resistiram ao confronto com a realidade, a pandemia do coronavírus e suas consequências para a economia parecem, mais uma vez, refutar as mesmas teorias que insistem em prognósticos e receituários anacrônicos e danosos para a maior parte da sociedade.

⁴⁶² <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/emissao-de-moeda-inflacao-deficit/>

⁴⁶³ <https://www.boletimeconomico.com.br/emitir-moeda-sem-inflacao-entenda-o-plano-de-henrique-meirelles/>